

Celso Nobrou Uemori

**EXPLORANDO EM CAMPO MINADO: A SINUOSA
TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE MANOEL BOMFIM
EM BUSCA DA IDENTIDADE NACIONAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

Doutorado em Ciências Sociais

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo - 2006**

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao CNPq pela bolsa de estudo que possibilitou a elaboração desta tese.

Muitas pessoas estiveram ao meu lado, dando a sua contribuição. Agradeço ao Prof. Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida que, com sua incrível capacidade de trabalho, exigência, rigor e incentivo, motiva todos os seus alunos e orientandos. Comigo não foi diferente.

Muito aprendi convivendo com os colegas do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sócias (NEILS), espaço privilegiado para estudo, debate e pesquisa.

Não poderia deixar de lembrar dos professores e dos colegas das diversas disciplinas e dos agradáveis momentos que passamos juntos discutindo idéias e trocando informações.

Ao professor Dr. Elias Thomé Saliba e à professora Dr^a Tânia Regina de Luca, que participaram do Exame de Qualificação, agradeço pelas críticas, sugestões e o cuidado com que leram parte da tese.

Márcio Berti, amigo de muitos anos, emprestou-me livros e solidariedade. Sempre lembro com saudade de Rita Melo e de Edimílson, amigos desde o mestrado.

Para finalizar, agradeço à Geralda pela amizade e por ter acompanhado de perto a elaboração deste trabalho, lendo-o e dando sugestões valiosas.

RESUMO

Manoel Bomfim (1868-1932) foi, por diversas vezes, um autor relegado, como afirmaram vários intérpretes. Saiu do “ostracismo” graças a iniciativas de intelectuais vinculados ao Estado Novo, que viram em seu pensamento inspiração para a busca das raízes da brasilidade e para a exortação do nacionalismo. Mais tarde, intelectuais de esquerda enxergaram a originalidade e a coragem de um pensador da Primeira República que se contrapôs radicalmente aos adeptos do racismo científico, que analisou a história do país revelando o papel do colonialismo ibérico na formação da mentalidade conservadora da classe dominante e revelou os fundamentos econômicos e políticos do atraso do país, afastando-se, assim, da voga do determinismo racial e climático.

Hoje, sua obra volta a ser objeto de interesse de pesquisadores acadêmicos e de profissionais da imprensa. As idéias de Bomfim ainda interessam porque sua batalha pela educação e o seu esforço para compreender as raízes do fracasso do país como nação permanecem atuais.

Este trabalho gira em torno desses eixos temáticos: 1) como Bomfim se apropriou de idéias e conceitos elaborados, na Europa, com finalidades conservadoras, e os retrabalhou para criticar os dominantes e, também, para pensar a “servidão voluntária” dos dominados; 2) a importância das idéias de Darwin para a elaboração de noções centrais do pensamento de Bomfim, como a solidariedade, a crítica ao racismo e ao etnocentrismo ocidental e sua posição antibelicista; 3) as ambigüidades do discurso de Bomfim sobre a formação da nacionalidade, frisando que a nação tal qual é descrita no livro *A América Latina* (1905) não é a mesma que aparece no livro *O Brasil na América* (1929); 4) a relação dicotômica entre o Estado parasita e sua “hospedeira”, a nação.

À guisa de conclusão, destaco a originalidade de um pensamento que foi se construindo no interior do complexo entrelaçamento entre as opções pessoais do autor e a influência do contexto político e cultural de sua época.

ABSTRACT

Manoel Bomfim (1868-1932) was for a long time a relegated author, as several interpreters have affirmed. Bomfim went out of the “ostracism” thanks to initiatives of intellectual entailed to the *Estado Novo*, (1937-1945), who saw in his thoughts inspiration for the search of the *brasilidade* roots and for the exhortation of nationalism.

Later, intellectuals of left saw the originality and the courage of a First Republic thinker who opposed radically to the followers of the scientific racism, who analyzed the country's history revealing the Iberian colonialism role in the formation of the conservative mentality of the dominant class and, also, the economic and political foundations of the delay of the country, getting away, this way, of the vogue of the racial and climatic determinism.

Nowadays, his work is object of the interest of academic researchers and press professionals. Bomfim's ideas are still important because his battle for the education and his effort to comprehend the reasons of Brazil's failure as a nation.

This thesis analyses the following subjects: 1) How Bomfim retook ideas and elaborated concepts, in Europe, with conservative purposes, and re-worked them to criticize the dominant and, as well, to think the “voluntary servitude” of the dominated; 2) The importance of Darwin's ideas for the development of main concepts of Bomfim's thought, like the solidarity, the criticism to the racism and to occidental ethnocentrism and his anti belligerence position; 3) The ambiguity of Bomfim's speech on the nationality formation, stressing that the nation just as it is described in the book *A América Latina* (1905) is not the same nation that appears on the book *O Brasil na América* (1929); 4) the dichotomist relationship between State parasite and its “hostess”, the nation..

As a conclusion, I highlight the originality of a thought that built itself inside the complex tangle between the author's personal options and the influence of the political and cultural context of his time.

SUMÁRIO

Apresentação	1
Manoel Bomfim na historiografia	1
Um perfil difícil de definir	9
Manoel Bomfim e a História intelectual	11
A marca pessoal do autor	12
Contexto e perigo do anacronismo	14
Manoel Bomfim, um intelectual eclético	15
Fontes	16
Capítulo 1 - Dominação e Consentimento	20
Conceitos e idéias estrangeiros	21
Evolucionismo biológico, imitação e livre-arbítrio	22
Um evolucionista perplexo diante da imutabilidade	26
“Escravos passivos da tradição e da rotina”	32
“Os escravos sem voz”	34
“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho”	41
Parasitismo orgânico e parasitismo social	51
Capítulo 2 – A influência de Darwin	59
A heterodoxia de Manoel Bomfim	59
Companheiros de viagem	61
O discurso crítico de Manoel Bomfim	63
Darwin e Bomfim	68
O Darwnismo no Brasil	73
Darwinismo, altruísmo e guerra	77
Darwin por Manoel Bomfim	82
Darwin e a guerra	97
Capítulo 3 – As origens da “nação” brasileira na obra historiográfica de Manoel Bomfim	99
A gênese da “nação” brasileira na obra <i>A América Latina</i>	100
A ideologia da mestiçagem em xeque	102
<i>A América Latina</i> , obra anti-romântica	104
A redenção do passado colonial na obra <i>O Brasil na América</i>	105
Duas forças modeladoras: o parasitismo social e a nação como sujeitos	107

A “alma do Brasil”	112
História	115
Manoel Bomfim e a “redescoberta do Brasil”	119
A “cultura” brasileira entre a razão nacional e a razão universal	120
A “ida ao povo”	123
Retratos do Brasil	129
Identidade paulista e identidade nacional	132
Na contra-corrente da eugenia	133
Nacionalismo	136
Capítulo 4 – Estado bragantino contra a Nação	141
Nações	141
Estado <i>versus</i> nação	142
Duas tradições	145
Estado e classes	147
Manoel Bomfim e Oliveira Vianna	158
A nação (re)construída de baixo	164
Considerações finais	167
A metáfora organicista	167
Nacionalismo <i>versus</i> internacionalismo	169
As ambigüidades de Bomfim	173
Fontes e Bibliografia	177
Textos de Manoel Bomfim	177
Bibliografia	179
Nota biográfica	192

APRESENTAÇÃO

Manoel Bomfim na historiografia

Médico por formação, historiador, psicólogo, pedagogo, educador, autor de estudos de psicologia, de livros didáticos de história e de compêndios de zoologia e botânica, Manoel Bomfim (1868-1932) foi, por muito tempo, um intelectual relegado, pois, como muitos intérpretes afirmaram, sua obra caiu no esquecimento. Basta comparar a quantidade de estudos que mereceram Varnhagen, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Salvo engano, não há nenhuma biblioteca que possua sua obra completa, a qual encontra-se dispersa em diferentes instituições, sendo que algumas são encontradas com muita dificuldade. Bomfim começou a sair da sombra graças à iniciativa de alguns pesquisadores como Carlos Maul, Wilson Martins, Darcy Ribeiro, Dante Moreira Leite, Roberto Ventura, Flora Sussekind, Antonio Candido, Ronaldo Conde Aguiar, entre outros. Os títulos de vários textos sobre Bomfim fazem alusão ao esquecimento da obra de um intelectual "radical", "rebelde" e "atual".

Manoel Bomfim foi retirada do esquecimento por autores que estavam, em termos ideológicos e políticos, em campos opostos. Carlos Maul, signatário do Manifesto do partido Nacional Fascista, autor de uma obra cuja tese consistia em afirmar que o nacionalismo era um antídoto contra o comunismo,¹ publicou, em 1935, um livro intitulado *Brasil*,² com fragmentos dos três textos de história de Bomfim (*A América Latina – males de origem*, *O Brasil na América* e *O Brasil nação*). Maul realçou o que havia de “genuíno”, de “profundamente brasileiro” nos textos de Bomfim. Os escritos deste passaram a ser divulgados e conhecidos graças, em grande medida, à coletânea. Azevedo Amaral saudou a reedição de A

¹ MAUL, Carlos. **Nacionalismo e comunismo**. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1936.

² MAUL, Carlos. Nota explicativa. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil**. Org. por Carlos Maul. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

América Latina no primeiro aniversário do Estado Novo. A obra de Bomfim ia de encontro ao anseio do Estado Novo na sua busca da “nossa própria realidade”.³

Se Bomfim agradou os integralistas e o Estado Novo, suas teses chamaram a atenção também de intelectuais de esquerda. Os nacionalistas viam nos argumentos do autor de *A América Latina* um apoio teórico para a crítica antiimperialista. Aqueles que queriam captar a gênese do marxismo ou do pensamento socialista no Brasil adotaram Bomfim como um precursor. “Pioneiro” é a palavra de que se serviram outros tantos intelectuais de esquerda para designar uma pessoa que não caiu na armadilha das teorias raciais, o inovador que trouxe uma nova perspectiva científica (antropológica) para explicar a formação da nação e do povo, negando os argumentos que relacionavam a origem mestiça da população brasileira com o atraso do país. Ou ainda aquele que nos incitou a entender o Brasil observando a realidade circundante e não apenas apropriando-se de esquemas explicativos estrangeiros, geralmente mal digeridos, servindo tão-somente de ornamento.⁴ Pioneirismo também é o termo usado por alguns para destacarem a peculiaridade de um intelectual da Primeira República que fez a “afirmação das classes desprotegidas” ou que esteve “além de seu tempo”.⁵

Manoel Bomfim aparece nos textos de determinados analistas do pensamento social brasileiro (que queriam evidenciar o componente crítico de alguns intelectuais em suas respectivas épocas) ao lado de figuras como Frei Caneca, Castro Alves, Lima Barreto, Euclides da Cunha, entre outros. Bomfim

³ AMARAL, Azevedo. Prefácio à 2^a edição. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

⁴ RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, M. Op. cit; o colunista Luis Nassif referiu-se, sem esconder a sua admiração, várias vezes a Bomfim, ressaltando a sua atualidade e importância como o “grande intérprete do Brasil” e, também, para criticar os economistas de plantão que propõem soluções mágicas para solucionar os impasses político-econômicos do país. Uma obra definitiva sobre o país, São Paulo, Folha de S. Paulo, São Paulo, 15.02.1993; A dura ressurreição de Bomfim, Rio de Janeiro, O Globo, 02.12.1996; Os “financistas” e os “cruzados”, São Paulo, Folha de S. Paulo, B3, 20.11.2003; O grande intérprete do Brasil, Folha de S. Paulo, São Paulo, B4, 19.03.2006.

⁵ LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 5 ed., São Paulo: Ática, 1992.

pertenceria à tradição brasileira da “Cultura do contra”⁶, ou seja, faria parte de um diminuto número de indivíduos que se opuseram ao pensamento conservador. O autor de *A América Latina* foi evocado, também, para se refletir sobre o país na era da “globalização”, pois as suas proposições seriam úteis para pensar um projeto de nação na perspectiva do multiculturalismo.⁷

Os intérpretes de Bomfim compararam-no com outros autores de sua geração. Na maioria das vezes, o objetivo era marcar a diferença em relação aos demais, em virtude de ele ser a voz dissonante, sobretudo pelos ataques desferidos contra a classe dominante e aos racistas.

Menos freqüente foi a busca de pontos comuns. Nesse aspecto, o autor de *O Brasil na América* foi posto ao lado de Sílvio Romero, este visto, normalmente, como o seu antípoda teórico e ideológico e ambos tidos como “pioneiros de uma ideologia nacional”.⁸ Ainda no campo das comparações, as idéias de Bomfim foram pensadas em relação às afirmações do peruano Manuel González-Prada⁹, com o objetivo de apreender as críticas de ambos à mentalidade conservadora das classes dominantes do Brasil e do Peru e, também, os discursos anti-racistas.

O mais comum foi a confrontação com outros, assinalando-se os pontos discordantes. Grosso modo, pode-se esquematizar assim o cotejo: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna fariam parte do grupo de intelectuais que aceitaram as teorias raciais gestadas na Europa e nos Estados Unidos, servindo-se delas para elaborar explicações a respeito do atraso do país e reiterando os fatores negativos ligados à mestiçagem. Bomfim emergiu dos textos de seus analistas como a “voz isolada” que produziu um discurso crítico em oposição ao discurso conservador e afirmou, ainda, que havia relação íntima entre discurso racista e poder. Ademais, ao se afastar da noção de raça, substituindo-a

⁶ CANDIDO, Antonio. A cultura do contra, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7.5.1978, Folhetim, p. 8-9.

⁷ ZARUR, George de Cerqueira Leite. **A utopia brasileira**. Brasília: Abaré, co-edição: Flacso/Brasil, 2003, p. 71.

⁸ NUNES, Maria Thétis. **Sílvio Romero e Manuel Bomfim: pioneiros de uma ideologia nacional**. Aracaju: Cadernos da UFS, 1976.

⁹ BECHELLI, Ricardo Siqueira. **Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na Passagem para o século XX)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

pela de cultura, o intelectual sergipano atingiu o cerne da teoria da mestiçagem que, do ponto de vista dos conservadores, cumpria duas funções: explicava o atraso do país pela idéia de inferioridade racial e, ao mesmo tempo, projetava para o futuro uma nação branca e homogênea. Por essa perspectiva, os argumentos “científicos” de Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha (elaborados com base nos pressupostos de Gobineau, Quatrefages, Agassiz, Broca) seriam mais “adequados” no contexto da realidade brasileira das primeiras décadas da República. As transformações socioeconômicas iniciadas com o fim da escravidão e com a emergência de uma classe média, mas ainda não concluídas, exigiam uma ideologia que explicasse o atraso e permitisse apontar para o futuro a concretização da unidade nacional.¹⁰ A crítica de Bomfim seria uma idéia extemporânea e inoportuna, colaborando para que o autor fosse relegado pelos seus pares.

De acordo com alguns intérpretes, a homologia entre o social e biológico colaborou para o esquecimento de sua obra histórico-sociológica. Isto ocorreu porque tal método teria sido superado por “outras correntes sociológicas”¹¹, ou porque havia “ambiguidades” que dificultaram a recepção da obra de Bomfim, como apontaram Roberto Ventura e Flora Sussekund e foi sintetizada por Antonio Candido:

crítica ao biologismo em sociologia, mas ao mesmo tempo sua utilização como sistema de conceitos; oscilação entre a linguagem apaixonada e a tentativa de rigor científico.¹²

No caso da crítica às teorias raciais, a preocupação de seus intérpretes foi apreender o “contradiscurso” do autor de *A América Latina*. Ressaltou-se que Manoel Bomfim negou haver oposição entre ciência – associada à objetividade e neutralidade – e ideologia, que se ligava intrinsecamente a interesses. Questionou a suposta imparcialidade do discurso científico, ao sustentar a tese de que este

¹⁰ ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 31 e 34.

¹¹ CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, 4(8), São Paulo, 4(8): 4-18, Jan.- Abr. 1990, p. 11.

¹² Idem, p. 11.

servia à dominação, seja de classe, seja do imperialismo. A pretensa imparcialidade ocultaria os interesses "dominantes", que pretenderiam naturalizar e, com isso, legitimar as hierarquias sociais.¹³ Em suma, entre ciência e poder havia afinidade e não oposição.

Os intérpretes do pensamento de Manoel Bomfim destacaram, ainda, apropriação de categorias da zoologia e da botânica. Parasitismo definia a relação entre dominantes (os parasitas) e dominados (os parasitados). O primeiro era a colônia, o colonizador, o senhor, o capital e o imperialismo. O segundo era a colônia, o escravo, o proletário e a nação. Havia, pois, uma analogia entre o organismo social e biológico. Parasitismo seria, para Bomfim, "pressuposto de investigação".¹⁴

Vários autores ressaltaram a aproximação de Bomfim ao marxismo. Antonio Candido associou o "radicalismo" do autor de *A América Latina* ao socialismo. Lembre-se que Sílvio Romero chamou-o de "socialista bastardo". O texto de Roberto Ventura e Flora Sussekind intitula-se *Uma teoria biológica da mais-valia?* Manoel Bomfim, de acordo com Dante Moreira Leite, não poderia ser compreendido porque aderira ao socialismo no momento em que os intelectuais, "direta ou indiretamente, estavam seduzidos pelas realizações de Mussolini na Itália"¹⁵.

Desde os anos 80, a obra de Bomfim tem sido sistematicamente estudada em trabalhos de mestrado, doutorado e em artigos.¹⁶ As análises insistem em

¹³ Baseado na noção de contradiscurso de Marilena Chauí, Roberto Ventura e Flora Sussekind afirmaram que Bomfim elaborou um discurso crítico no interior do discurso dominante, como o "seu negativo, a sua contradição". VENTURA, Roberto; SUSSEKIND. *Uma teoria biológica da mais-valia?* (análise da obra de Manoel Bomfim). In: _____. **História e dependência: cultura e Sociedade em Manoel Bomfim**. São Paulo: Moderna, 1984. p. 15.

¹⁴ MARTINS, WILSON. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1978. (1897-1914). p. 274. vol. v.

¹⁵ LEITE, Dante. Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 5 ed., São Paulo: Ática, 1992 p. 251. (grifo do autor, no original)

¹⁶ Rebeca Gontijo em seu estudo sobre Manoel Bomfim, fez um levantamento minucioso do que existe sobre o intelectual sergipano, inclusive artigos, teses e dissertações produzidas nos anos 80 e 90. O objetivo da pesquisadora consistiu em revelar que esses textos contribuíram para a criação de uma memória sobre o autor de *A América Latina*. GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim (1868-1932) e o Brasil na história**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

afirmar a “originalidade” de um intérprete da formação sócio-histórica do Brasil, que desvendou os mecanismos de sustentação do atraso do país e da ideologia que o justificava. Se, por um lado, a tônica desses estudos consistiu em enaltecer um intelectual “pioneiro”, “*sui generis*” em sua crítica ao pensamento conservador, por outro, emerge desses textos as “ambigüidades” de um egresso da oligarquia, que elaborou uma crítica ao pensamento conservador sem romper, contudo, com a sua classe. Outra “incoerência” referia-se ainda a um alegado descompasso entre um diagnóstico profundo e cortante da realidade social e uma proposta amena, “reformista” (a educação) como solução, configurando-se, assim, uma atitude típica de um intelectual movido pelas idéias do reformismo ilustrado, que, ao cabo, fazia de Bomfim um adepto da conciliação de classes.

Desse ponto de vista, a “ambigüidade” do autor de *A América Latina* deveria ser relativizada, uma vez que era a ambigüidade dos intelectuais da chamada “Geração modernista de 1870” (frustrados que estavam com a República) e também da sociedade (na qual ainda coexistiam os “valores paternalistas herdados e a convicção modernizadora dos valores burgueses desejados”).¹⁷ Ademais, o enfoque na educação, antes de significar um “decepcionante estrangulamento da argumentação”¹⁸, organizou o pensamento e atuação política e intelectual, bem como capacitou-o a pensar a sociedade brasileira da perspectiva da análise histórica-cultural (superando e negando o determinismo biológico) e possibilitou-o a conceber a realidade como algo passível de transformação - pela “ação educativa”.¹⁹ Vista por outro ângulo, essa ambigüidade, para outros, foi superada, uma vez que na sua obra da maturidade, *O Brasil nação*, ele teria defendido a revolução nacional e popular, seguindo o

¹⁷ BOTELHO, André. **O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade** em Manoel Bomfim. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas, p. 43.

¹⁸ CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 147.

¹⁹ BOTELHO, André. Op.cit. p. 46-47.

modelo da Revolução Mexicana, abandonando-se, pois, a idéia de redenção nacional pela educação.²⁰

Trabalhos acadêmicos e artigos publicados na imprensa ressaltam a “atualidade” de uma obra que não perdeu o vigor, servindo de material para refletir sobre um país que convive com problemas multisseculares, como a posse privada do Estado e em que recursos públicos são desviados para um setor restrito da sociedade, em detrimento de áreas como educação e saúde. As ideais de Bomfim tem servido para criticar os economistas brasileiros que estudam no exterior e trazem na bagagem fórmulas prontas para resolver os problemas nacionais num passe de mágica.²¹

A obra de Bomfim não repercutiu em sua época e foi resgatada posteriormente por intelectuais identificados com a esquerda e com a direita. Nos anos 30 do século passado, o seu pensamento serviu ao propósito da política cultural do Estado Novo que queria “redescobrir” as raízes da brasilidade. Desse modo, dos seus textos histórico-sociológicos interessaram os aspectos que serviam à exortação do nacionalismo e do patriotismo. Nas décadas de 70 e 80, sua obra foi lida e estudada por pessoas que viam em suas idéias um arsenal para atacar o racismo, o autoritarismo, bem como para forjar um projeto de nação elaborado na perspectiva das liberdades democráticas e, quem sabe, do socialismo.

Nesses diversos estudos, o enfoque recai sobre o seu pioneirismo, a sua crítica radical à classe dominante e aos que viam com pessimismo o futuro de uma sociedade miscigenada. Bomfim teria aberto um caminho até então desconhecido para se entender e explicar a realidade do país desvendando a influência da herança cultural ibérica sobre instituições e sobre a formação da psicologia coletiva do brasileiro - que faz deste um conservador “instintivo”. O autor de *A América Latina* foi visto, então, como um legítimo representante da

²⁰ CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Revista do Instituto de Estudos Avançados ...**; BARONI, Márcio Henrique de Moraes. **Manoel Bomfim: entre continente e nação**. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas, Campinas.

²¹ A idéia de Bomfim, segundo a qual, os que se dizem revolucionários são no fundo conservadores, realidade verificável quando estes chegam ao poder, foi mencionada por um colunista em referência à atuação do PT no governo federal. GASPARI, Elio. O governo gosta do atraso, **Folha de S.Paulo**, São Paulo, A-16, 2.11.2003.

“cultura do contra”, ou seja, um intelectual cuja obra seria útil para questionar estruturas conservadoras e autoritárias.

De acordo com um estudioso de Bomfim, a concepção elaborada pelos seus admiradores e biógrafos, exaltando o “rebelde esquecido”, tende para a apologia que, ao cabo, encobre várias questões: Bomfim não teria produzido uma “história oficial a contrapelo”, ou seja, um “contradiscurso oficial”? Sua proposta de revolução não era uma idéia vaga e abstrata na medida em que ele não precisa nem os sujeitos nem para quem a proposta se dirigia? Sua concepção de nação não seria mítica, idílica, abstrata? Suas pregações nacionalistas poderiam, quem sabe, fomentar o xenofobismo e também servir de manancial para justificar projetos políticos e sociais autoritários.²²

Esta pesquisa foi realizada sem perder de vista o diálogo com os outros autores que estudaram anteriormente as idéias de Manoel Bomfim. Estamos conscientes de que o Bomfim que chega até nós somente pode ser delineado levando-se em consideração o que escreveram os seus amigos, os seus desafetos, os que o retiraram do esquecimento (tanto os de direita quanto os de esquerda), os que o transformaram em fonte para projeto cultural de um governo autoritário; bem como a esquerda que viu em alguns de seus argumentos o precursor do socialismo, o intelectual solidário com a população pobre ou o crítico do pensamento conservador; os nacionalistas que enalteceram o pioneiro da luta antiimperialista etc. A sua obra não é um objeto congelado no tempo, pois vive graças aos reiterados estudos, interpretações, julgamentos, apologias etc. Seus leitores e intérpretes são responsáveis, pelo menos parcialmente, pela construção de sua “identidade” intelectual.²³

²² REIS, José Carlos. Manoel Bomfim e a identidade nacional brasileira. In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 502-503.

²³ Textos literários não são objetos fixos que guardam, intacto, o seu significado original, pois parte de sua identidade depende de uma “comunidade” formada por editores, tradutores, intérpretes e leitores. Sobre o assunto, SAID, Edward. O orientalismo reconsiderado. In: _____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 64.

Um perfil difícil de definir

Identidade, aliás, bastante difícil de captar e definir, pois não existem de Bomfim diário, cartas, autobiografia, memória, que são elementos importantes para o pesquisador interessado em reconstruir uma trajetória intelectual. Escritos de natureza intimista, como as correspondências, dirigidas para o leitor que é, na realidade, seu confidente, trazem dados valiosos para compreender melhor a origem, o processo, as tensões, o vai-e-vem, que são partes constitutivas da construção de idéias, conceitos, opiniões, julgamentos etc. Esse tipo de suporte informa ao pesquisador sobre quem são os autores prediletos, as linhas de pensamento que o seduziram, as suas preferências literárias e estéticas, bem como as suas afinidades ideológicas.

A tentativa de incluir Bomfim nas redes de sociabilidade de sua época é uma empreitada difícil. Há poucas informações a respeito de sua participação em rodas boêmias, grupos literários, cafés, livrarias, salões. Nesses ambientes sociais formam-se redes de intercâmbio, de reconhecimento junto aos pares, de estratégias de legitimação, laços de afinidades e desafetos. Polêmicas, elogios mútuos, protecionismos e perseguições são elementos constitutivos desses agrupamentos. Raros foram os homens de letras da geração de Bomfim que não participavam ativamente das *coteries*. Ao que tudo indica, o autor de *A América Latina* não fugiu à regra, pois ele era freqüentador das palestras na Livraria Garnier, dos cafés e fez conferências, que era uma atividade da moda. Ademais, beneficiou-se de uma prática comum nessas redes de sociabilidade, qual seja, a de conseguir colocação, por meio de amigos influentes, em uma repartição pública. Alcindo Guanabara, então deputado federal, apresentou o amigo Bomfim, em 1895, ao então Prefeito do Distrito Federal, Werneck de Almeida, que o nomeou para dirigir o *Pedagogium*, órgão responsável pela coordenação e controle das atividades pedagógicas do país.²⁴ Por outro lado, Bomfim, quando foi Diretor da Instrução, nomeou o dileto amigo Olavo Bilac para o cargo de inspetor escolar. De certo modo, Bomfim participou de práticas comuns da “República das Letras”, como revelam os dois episódios.

²⁴ Manoel Bomfim dirigiu o *Pedagogium* por dezessete anos, de 1896 a 1905 e de 1911 a 1919.

Contudo, ele parece ter deixado de se servir de mecanismos usuais de inserção, consagração e legitimação junto à comunidade intelectual, como a participação em polêmica, que era uma forma de afirmar o pertencimento a uma certa agremiação, definindo a sua identidade, bem como a demarcação das diferenças em relação às outras. Ademais, havia um público sequioso para assistir à guerra verbal entre indivíduos e grupos rivais, o que explica, quiçá, o fato ter sido raro o intelectual que não tenha se envolvido em alguma escaramuça. Bomfim pode ser colocado entre as exceções.²⁵

A oportunidade mais clara de envolvimento em uma polêmica aconteceu quando Sílvio Romero fez uma crítica violenta ao livro *A América Latina* e ao autor. Como é sabido, Romero escreveu, em 1906, vinte e cinco artigos na revista *Os Anais* apontando os “defeitos” do livro recém publicado e desqualificando intelectualmente o então jovem Bomfim. A obra *A América Latina*, na crítica verborrágica e vilipendiosa de Romero, não passava de um amontoado de erros e falsidades. Bomfim foi lacônico em sua resposta, limitando-se a afirmar, em poucas linhas, que o seu estudo tinha uma sólida fundamentação científica, o que faltava ao seu oponente. Além disso, o autor de *História da literatura brasileira* seria um membro das classes conservadoras, ou melhor, um representante tardio da elite que, no passado, defendera a escravidão.²⁶ A ocasião poderia ser importante para o jovem intelectual ganhar visibilidade ao confrontar-se com um autor consagrado, famoso polemista, que era amado e odiado e tinha grande projeção na República das Letras.²⁷ Ademais, o fato de Romero ter gasto tanto

²⁵ MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1973, p. 147.

²⁶ BOMFIM, Manoel. Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro *A América Latina*. **Os Anais**, Rio de Janeiro, ano II, nº 74, 1906, p. 169-170

²⁷ Exemplo de polêmica entre um jovem intelectual e outro já consagrado aconteceu em 1875, entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, nas páginas de *O Globo*. Em poucas palavras, o debate pode ser visto como o confronto entre o adepto do cosmopolitismo (Nabuco) e do nacionalismo (Alencar). Por outro lado, o ataque desferido contra o consagrado autor de “O Guarani” como uma estratégia usada pelo jovem Nabuco (o “dândi” que acabara de chegar de uma temporada na Europa, onde conhecera ícones da intelectualidade como Renan, Taine, Georges Sand, e que afirmava estar envolvido em “uma espessa camada européia”) para ser visto, admirado e tornar-se influente. Bomfim era o antípoda de Nabuco, não somente pela sua ênfase na brasilidade, em oposição ao cosmopolitismo do outro, como pela sua abdicação de servir-se de meios de consagração. Sobre a polêmica, ver COUTINHO, Afrânio. Apresentação. In: _____. **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda, 1965.

energia e tempo para atacá-lo poder ser visto como o reconhecimento (embora inconsciente) do mérito do livro e do valor do autor.

Ao não participar do debate com Romero, ele abriu mão de um instrumento importante e muito utilizado na República das Letras para conquistar público e construir reputação junto à comunidade intelectual. O desgosto pela polêmica fica claro ao se observar que, nos textos de Bomfim, a linguagem bélica de que se serviam os contendores foi dirigida contra as classes dominantes e ao Estado, os parasitas da nação. E há um aspecto suplementar que precisa ser mencionado. Quando ele atacava os racistas, sua ira voltava-se contra Le Bon, Lapouge, Agassiz, mas não deu ênfase, ou sequer citou, nomes como Nina Rodrigues ou Sílvio Romero.²⁸ Em outras palavras, a crítica (elaborada com muita virulência verbal) queria atingir os estrangeiros.

Outro dado suplementar exemplifica porque Bomfim não tirou maior proveito do seu “capital simbólico”. O autor de *A América Latina* não aceitou o convite de Machado de Assis para juntar-se aos “imortais” da Academia Brasileira de Letras. Pertencer a este seleto grupo garantia visibilidade e distinção social.²⁹ Do que foi dito, podemos realçar um aspecto que marca a individualidade do autor de *A América Latina* em relação à maioria dos intelectuais da sua geração.

Manoel Bomfim e a História intelectual

Este trabalho foi elaborado sem perder de vista a relação complexa entre o indivíduo que pensa e escreve e as influências externas que atuam sobre ele. O vínculo entre pessoa e classe social a que pertence precisa de uma atenção especial. Há sem dúvida determinação, restando saber o grau e a natureza. Concorro com Mannheim, para quem os intelectuais constituem-se em um “estrato desamarrado, *relativamente* sem classe”.³⁰ A convivência nas instituições educacionais e experiências culturais comuns favorecem o esmaecimento de

²⁸ Excetuando-se Oliveira Vianna. BOMIFM, Manoel. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 193.

²⁹ AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 202.

³⁰ MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 180 (grifo no original).

diferenças de nascimento, status e riqueza, criando-se, desse modo, um grupo razoavelmente homogêneo e menos identificados a uma classe do que os que participam do processo econômico. Uma afirmação com essa conotação não significa que o vínculo com a classe foi superado. Do assunto da autonomia dos intelectuais em relação às classes ocuparam-se Michael Löwy e Lukács. O primeiro concorda, em parte com Mannheim. No entanto, há o que Löwy chamou de “flutuação temporária” de um indivíduo. Em tal situação, ele pode vir a ser ideólogo ou estar solidário com outra classe, mas em algum momento ele terá de fazer a opção por uma classe. Lukács³¹ escreveu que é possível operar-se a ruptura parcial ou total dos indivíduos da burguesia com a sua classe. Mas com as tensões inerentes aos contextos revolucionários, esses intelectuais abandonam a crítica às contradições do capitalismo passando a fazer a apologia da ordem e tornam-se mistificadores (ao negar ou “naturalizar” a lutas de classes).³²

A marca pessoal do autor

Do autor de *Ideologia e utopia* benefico-me ainda do que escreveu sobre a relação entre indivíduo e determinadas instâncias coletivas. De acordo com Mannheim, “não há intelecto puro”³³, pois idéias e linguagens são elaborações coletivas, que restringem a autonomia da pessoa. A linguagem do indivíduo é, na realidade, a de sua época, de seus contemporâneos ou de quem veio antes dele. Ela é, também, uma “herança” de seus predecessores que “prepararam o caminho”. Diante disso, é possível falar em autonomia da pessoa? Para Mannheim, há uma margem de independência, já que “só o indivíduo é capaz de pensar”, logo, nenhuma instância como “mente de grupo” pode pensar por ele. No entanto, o sujeito não é um receptor passivo de idéias previamente formadas por outros, que viveram em outra época e estavam inseridas em outras situações

³¹ Marx e o problema da decadência ideológica. In: COUTINHO, Carlos. Nelson (Org. e trad.). **Marxismo e teoria literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

³² O autor mencionou o caso de Thomas Carlyle que, de crítico corajoso “dos horrores da civilização capitalista”, desnudando as contradições suas contradições, passou a ser, posteriormente a revolução de 1848, um apologista da sociedade burguesa e acabou caindo ao nível espiritual e moral de um Malthus. Idem, p. 58-9.

³³ Op. cit., p. 21.

sociais. Não, o indivíduo é um receptor ativo, pois reelabora, substitui, acrescenta de acordo com as necessidades inerentes ao contexto em que vive.³⁴

Neste momento, faz-se necessário uma breve referência à apropriação de autores e idéias estrangeiros pela intelectualidade de países “periféricos”, pois sentem-se atraídos pelo que se produz na Europa e nos Estados Unidos, vistos como modelo de “progresso” e “civilização”, onde buscam teorias que seriam capazes explicar o “atraso” do país. A transferência de idéias estrangeiras não se explica simplesmente como o resultado da dominação cultural exercida pelos países centrais sobre a “mente colonizada” dos intelectuais locais, tidos como receptores passivos, pois não teriam outra opção senão aceitar o que lá fora é visto como verdade universalmente. Estudiosos como Alfredo Bosi, Roberto Ventura, Mary Louise Pratt, Fernando Azevedo e Renato Ortiz³⁵ deixam claro que o “consumo” de teorias estrangeiras implica escolha, transformação e adaptação. Elas podem receber significados desconhecidos no lugar e no tempo em que foram elaboradas. Adotar ou não tais “verdades universais” implica, por parte de quem incorpora, opção pessoal.

Este trabalho foi conduzido observando-se que o indivíduo escolhe o seu interlocutor, dialoga com ele, capta idéias e modifica-as. Ele não é, pois, uma caixa de ressonância de uma formação discursiva hegemônica, em que o papel individual do autor desaparece sob o peso do corpo anônimo de textos coletivos. À medida que lia os textos de Bomfim, paralelamente com outros de sua geração, ficava cada mais evidente a existência da marca individual do autor e de cada texto em particular.

Do que foi dito, não se conclua que a análise de textos possa prescindir de elementos exteriores a ele, como as estruturas materiais, as ideologias, os valores, os interesses hegemônicos das classes, instituições ou grupos. As idéias não circulam espontaneamente de uma mente para outra, de um texto para outro. Mas isto não significa desconhecer que há interlocução entre sujeitos que

³⁴ Idem, p.31.

³⁵ BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história, cultura e polêmicas literárias (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1991; PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes**: travel, writing and transculturation. London/New York: Routledge, sd.; Ortiz, Renato. Op. cit.

dialogam com a tradição, pensam o já pensado, falam sobre o já dito - inovando, e reelaborando idéias e discursos. Foi esse o procedimento de Manoel Bomfim.

Contexto e o perigo do anacronismo

Pecado capital do intérprete de uma obra é cair na armadilha do anacronismo, ou seja, imputar a um autor do passado idéias, visões de mundo que não seriam factíveis, dado que não havia suporte conceitual para elaborá-los. Há que estar atento para o fato de que o indivíduo pensou e escreveu sobre as questões de seu tempo. Para evitar o anacronismo é preciso estar consciente de que as “questões situadas fora de sua época [estão] despidas de correspondência histórica com o que então vai-se construindo”³⁶, e, por isso, surge a necessidade de contextualizar a obra. Esta implica repudiar a idéia segundo a qual um dado texto está em “eterno presente”, como se as idéias fossem algo a-temporal e que “entram e saem das mentes ao longo dos séculos”.³⁷ Na realidade, o significado das idéias contidas em um texto tem a ver com o contexto específico em que elas emergiram, o que obriga a conhecer a linguagem conceitual e a cultura da época. Deve-se prestar a atenção, também, para o fato de que o indivíduo dirige-se aos interlocutores do seu tempo e não para nós. Desse modo, os seus discursos precisam ser vistos como ações conscientes de quem aceita, critica, julga, repudia opiniões, enfim, alguém que deseja participar do debate, colocando-se ao lado ou opondo-se a uma tradição. Daí a necessidade de reconstruir os temas centrais que estavam em pauta, as suposições ideológicas que orientavam o pensamento, as aspirações, as frustrações, ou seja, captar o mundo mental no qual o autor

³⁶ VESENTINI, Carlos. Alberto. Maria Quitéria de Jesus: história e cinema. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, tomo XXIX, 1979. p. 31.

³⁷ DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. In: _____. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 190.

escreveu o seu livro. Esta pesquisa buscou captar a motivação do autor³⁸, ou seja, apreender o que o ele queria dizer com o texto que estava escrevendo.

Manoel Bomfim, um intelectual eclético

Manoel Bomfim era um intelectual múltiplo. Ele escreveu ensaios historiográficos, estudos de psicologia, livros didáticos de biologia, artigos sobre educação e uma obra dirigida ao público infanto-juvenil (*Através do Brasil*). A sua atuação profissional também foi marcada pela multiplicidade: foi professor, diretor do Pedagogium, fundou e dirigiu periódicos, foi deputado e por algum tempo exerceu a medicina. O seu ecletismo pode ser estendido para o Bomfim leitor. Sociólogos, historiadores, antropólogos, filósofos, escritores, psicólogos, biólogos são mencionados em seus escritos histórico-sociológicos, em estudos de psicologia, em artigos sobre educação. Era um leitor voraz e eclético. Assim como é difícil definir o seu perfil profissional, o mesmo se dá quanto à definição do seu perfil intelectual. Ele disparou contra os simpatizantes do racismo científico, o militarismo, o positivismo, o liberalismo (“demagógico”), leu, citou e beneficiou-se de idéias de autores que estavam ideologicamente em campos opostos, como socialistas, anarquistas, liberais e conservadores. Mas há um dado que precisa ser destacado: ele era um leitor não sistemático, porém tinha uma sensibilidade aguçada para transformar as diversas idéias que entrava em contato.

Essa “incoerência” de Bomfim produz no seu leitor inquietação. Como analisar idéias cheias de ambigüidades, contradições e inflexões? Uma resposta possível talvez seja analisar o seu pensamento tendo em vista uma certa característica peculiar à tradição intelectual brasileira. Trata-se do que Luiz Costa

³⁸ Skinner acreditava na possibilidade de recuperar a “intenção original do autor”; os oponentes dos contextualistas não acreditavam nisso, pois para eles o texto chega até nós através das várias interpretações, as quais “constituem a realidade histórica do seu ser”. Têm-se, pois, as diversas interpretações, mas a motivação original é irre recuperável. Sobre o assunto, ver HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloísio de Oliveira (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, passim.

Lima chamou de “a existência precária do sistema intelectual brasileiro”. De acordo com Costa Lima, o “sistema intelectual brasileiro”³⁹ caracteriza-se pelo tom moralista da crítica, o abuso da retórica, o culto da prática, do improvisado, o horror à teorização, o medo de ser original. O autor deu destaque ao que ele chamou de “cultura auditiva”. Esta foi introduzida no Brasil pelos jesuítas e visava causar impacto imediato no ouvinte, persuadindo-o pela “perícia verbal”, pela encenação e não pela força do argumento. A persuasão auditiva queria a submissão do auditório e por isso dispensava o diálogo e a demonstração racional. O intelectual, enfim, seria o “especialista do verbo fácil”. Em determinados momentos, Bomfim rejeitava a teoria em nome da observação direta da realidade. Mesclava análise racional com discursos sentimental. A sua interpretação ora aproximava-se da sociologia ora pendia para o discurso moral. A sua inserção nessa tradição não implica negar o que o distingue e nem quer retirar o mérito dos seus *insights*.

Fontes

A dificuldade de reconstruir o perfil desse intelectual múltiplo, complexo não significa que uma aproximação não seja possível e não deva ser tentada. Para isso, temos a sua obra historiográfica, artigos publicados nos jornais, estudos de psicologia, manuais didáticos, bem como o livro escrito com Olavo Bilac *Através do Brasil*. Também dispomos de textos de amigos, como Bilac, e desafetos (como Romero) que fornecem pistas valiosas.

Os intérpretes do pensamento de Manoel Bomfim utilizaram, basicamente, as suas quatro obras historiográficas *A América Latina* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* (1931) e *O Brasil nação* (1931), com ênfase no primeiro livro. Neste trabalho, o material analisado incluiu, além dos quatro livros de história citados, a sua produção em outros campos. A opção por trabalhar obras com temas diversificados não foi motivada, tão-somente, pelo

³⁹ Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: **Dispersa demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1981.

desejo de entrar em contato com o conjunto da obra desse autor múltiplo, mas, sobretudo, de tentar apreender uma certa unidade. Em outras palavras, acredita-se na possibilidade de detectar pontos comuns nas várias obras, que, examinadas comparativamente, poderão trazer elementos novos que ajudaram a compreender idéias, valores, pontos de vistas, afinidade ideológica, predileção por este ou aquele autor.

Mereceu especial atenção captar o como ele trabalhava com as suas fontes. Fiquei atento não só com as fontes que Bomfim escolhia, mas como ele as lia. É perceptível o caráter instrumental de sua utilização. Cotejando os seus textos com as suas fontes, percebo que ele pinçava trechos e desprezava outros. Retirava do autor o que interessava para reforçar uma idéia e “esquecia” outros pedaços que poderiam significar a negação da tese afirmada. A relação com os autores estrangeiros merece um estudo minucioso. Em primeiro lugar, a observação feita a respeito de como ele lidava com as fontes poder ser estendida para a forma como ele lia e incorporava também esses os autores; em segundo, é necessário ficar atento para os autores que aceitava e os que rejeitava; em terceiro, muita vezes se referia a um determinado autor com o intuito de tomar emprestado a sua autoridade e, assim, dar legitimidade a uma tese; em quarto, fica nítido que a influência de intelectuais estrangeiros não significava assimilação mecânica e passiva, pois Bomfim adotava o procedimento de selecionar, recortar, aceitar, rejeitar e adaptar conceitos e idéias. Fiquei atento, também, para as “lacunas”, os “silêncios”, o que “estranhamente” está ausente. A intenção de captar esses “detalhes” inspira-se numa idéia de Robert Darnton. Quando o historiador se depara, por exemplo, com uma sabedoria proverbial antiga e não entende o seu significado, aí está a sua matéria da pesquisa. Se um provérbio, uma piada, um ritual, uma afirmação é ininteligível para nós, isto significa que “encontramos algo”.⁴⁰ Com esse procedimento, foi possível uma aproximação do que Skinner chamou de “motivação” do autor, ou seja, a tentativa de captar o que o nosso autor queria com o texto que estava escrevendo.

⁴⁰ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. xv.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. “Dominação e consentimento”, o primeiro capítulo, aborda como Manoel Bomfim apropriou-se e retrabalhou conceitos como *hereditariedade*, *adaptação*, *imitação*, *transmissão dos caracteres adquiridos* (os quais foram elaborados por intelectuais europeus com o intuito de, muitas vezes, defender argumentos anti-socialistas ou antiliberais e legitimar a ordem social) para atacar a classe dominante latino-americana. Em seguida, analisei o conceito de parasitismo social que, na perspectiva de Bomfim, explicava o comportamento rotineiro da classe dominante, a submissão “voluntária” dos dominados e o conservadorismo essencial dos que se diziam portadores da vontade de transformar a ordem vigente.

No segundo capítulo, intitulado “A Influência de Darwin”, trato da influência de Darwin sobre o pensamento de Bomfim. O autor de *A origem das espécies*, cuja teoria da seleção natural serviu para finalidades políticas e ideológicas diversas (quase sempre conservadoras), mas esteve na origem, assim tentei demonstrar, de alguns argumentos de Bomfim: a crítica ao etnocentrismo (a idéia-força que afirmava a superioridade “natural” do homem branco ocidental, dividindo a humanidade em superiores e inferiores); a adesão ao “relativismo cultural” e a crença na solidariedade, no altruísmo e na aversão ao militarismo.

No capítulo 3 (“As origens da ‘nação’ brasileira na obra historiográfica de Manoel Bomfim”) comparo o primeiro livro *A América Latina* com as demais obras historiográficas (*O Brasil na América*, *O Brasil na história* e *O Brasil nação*) para analisar as idiossincrasias, as ambigüidades, as contradições do pensamento de Bomfim relativamente ao tema nação. Ao contrário de seus intérpretes e do que o próprio autor diz, os textos elaborados no final da década de vinte não são a continuação do que escrevera em na obra publicada em 1905. Ao observar as nuances, as rupturas, os desvios da trajetória do pensamento de Bomfim, procurei fugir de uma interpretação teleológica.

No quarto capítulo, intitulado “O Estado bragantino contra a Nação”, abordo, de início, as concepções de Estado e de nação na obra historiográfica de Manoel Bomfim. Em seguida, discuto dois argumentos de alguns de seus intérpretes: 1) a de que Bomfim aprovava a reação violenta da população contra o Estado

opressor; 2) que ele teria superado a concepção liberal, aproximado-se de um ponto de vista marxista.

Capítulo 1

Dominação e Consentimento

A colônia é parasitada; mas, mesmo dentro da colônia, o parasitismo se exerce. Em suma, a vítima das vítimas é o escravo, e este é o único que não tem voz, nem para queixar-se.

(Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*)

Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina”.

(Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*)

Mesmo os mais ousados entre os homens públicos, os mais revolucionários, são tão conservadores como os conservadores de ofício.

(Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*).

A primeira epígrafe revela a relação entre parasitas e parasitados em dois planos. No externo, referia-se à relação de exploração e domínio das metrópoles sobre as colônias; no interno, a exploração e dominação de classe.

A relação entre parasitas e parasitados foi pensada preponderantemente sob a ótica da exploração econômica – monopólio ou “exclusivo mercantil” –, das metrópoles ibéricas sobre as colônias, no nível macro. Esse processo de exploração se transferiu para o mundo das micro-relações pessoais, relações essas baseadas no frio interesse material. A busca do lucro passou a ser a razão de ser dos senhores, dos padres, dos agentes do fisco, dos homens de negócios⁴¹, todos movidos pela ambição de “sugar”, extorquindo uns aos outros,

⁴¹ BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 131.

sendo a “vítima das vítimas” os escravos, corpo e alma da produção da riqueza colonial.

Nas sociedades coloniais ibero-americanas, o parasitismo social constituiu-se, de acordo com Manoel Bomfim, na estrutura que, do exterior, modelou as consciências, os sentimentos, os pensamentos e a imaginação das classes e dos grupos sociais, ou seja, dos senhores, dos funcionários públicos, dos homens livres pobres ou dos escravos.

Neste capítulo, abordaremos esse tema, que foi desenvolvido no livro *A América Latina*. Dividimos a exposição em dois momentos: no primeiro, a nossa preocupação será a de pensar as proposições do autor de *A América Latina* em relação às idéias e conceitos que foram elaborados por intelectuais europeus, na segunda metade do século XIX. No segundo, visamos apreender o que ele tomou emprestado, *como* ele operou esses conceitos com a finalidade de explicar os efeitos do parasitismo social sobre as classes dominantes e sobre os “oprimidos” das colônias latino-americanas.

Conceitos e idéias estrangeiros

Os intérpretes do livro *A América Latina* frisaram a lucidez da análise de Bomfim sobre o conservadorismo da “classe dirigente” latino-americana e das conseqüências trágicas decorrentes desse comportamento em relação ao atraso econômico, político, social e cultural para o Brasil, no plano local, e para a América Latina, no contexto do Continente, frente às nações da Europa e dos Estados Unidos. O nosso propósito será o de compreender o seu raciocínio relacionando-o com os autores canônicos que ele conhecia e dos quais tomou emprestado certas noções caras às Ciências Naturais, à sociologia e à psicologia; conceitos que estiveram ligados a autores como Charles Darwin, Ernest Haeckel, Th. Ribot e Gabriel Tarde. Referimo-nos às noções como *evolução*, *hereditariedade*, *instinto*, *adaptação* e *imitação* e *livre-arbítrio*.

Evolucionismo biológico, imitação e livre-arbítrio

Darwin, não resta dúvida, constituiu-se no seu interlocutor privilegiado; sua influência sobre o nosso autor foi impactante e duradoura. É por ele que começamos.

Na natureza os seres vivos, animais ou vegetais, estão em eterna luta pela sobrevivência; o fenômeno ocorre porque há incompatibilidade entre a tendência à multiplicação geométrica dos indivíduos relativamente à quantidade de alimento disponível. O desequilíbrio entre esses fatores gera a competição que, por sua vez, leva à morte dos menos aptos e, deste modo, alcança-se o equilíbrio, até que a multiplicação cria um novo desequilíbrio e aí se trava a luta, que provoca a eliminação de muitos indivíduos; assim garante-se a reprodução das espécies. Há outros fatores naturais funcionando como barreiras à multiplicação, como predadores naturais, o clima com seus ciclos periódicos de frio ou seca ou a vitória da espécie imigrante na competição com a nativa. A vida na natureza implica a eterna luta dos seres entre si e contra o meio. Os que se adaptam sobrevivem; os inaptos são extintos. A seleção natural – força cega, silenciosa e irresistível – “escolhe” ao acaso as variações úteis e elimina as nocivas. As variações favoráveis são transmitidas aos descendentes por meio do princípio da hereditariedade. É este o mecanismo que impulsiona as espécies a se reproduzirem em um esquema que nunca se encerra. Em consequência, escreveu o cientista inglês, “... as formas viventes são hoje diferentes do que foram outrora”.⁴²

⁴² DARWIN, Charles. **A origem das espécies e seleção natural**. São Paulo: Hemus. 2000, p. 87.

Conciliar a lei da hereditariedade e a teoria evolucionista constituiu-se em um problema para intelectuais como Ribot e Haeckel. A questão residia no seguinte: a hereditariedade conecta-se às noções de necessidade, conservação e estabilidade. O evolucionismo, por outro lado, é a teoria que afirma que os organismos vivos transformam-se contínua e infinitamente. Se os indivíduos sofressem a ação somente da força hereditária, as formas viventes transmitiriam aos descendentes características fixas, sem modificações, logo, os dois princípios, num primeiro momento, seriam incompatíveis. Ribot pensou os seres vivos sob a ação da hereditariedade e da variação. A primeira sem a segunda significava a “conservação indefinida”;⁴³ uma variação favorável morreria com o indivíduo. A conjugação de ambas tornava possível compatibilizar modificações morfológicas e psicológicas nas formas viventes, dentro da lógica da evolução e, também, a formação de um estoque de modificações úteis que seria fixado nos indivíduos graças aos hábitos e na raça em função da hereditariedade.⁴⁴

Haeckel abordou o assunto, afirmando que há duas forças antagônicas atuando sobre os organismos: a *hereditariedade* e a *adaptação*. A primeira é a força centrípeta ou interna, que conserva. A segunda, centrífuga e externa, que engendra as infindáveis modificações nos organismos vivos sob a pressão do meio. O grau de imobilidade ou de variação das espécies animais e vegetais fica na dependência da ação de uma força ou de outra.⁴⁵

Todos os organismos, naturais ou sociais, passam por pequenas mudanças que se conservam, se acumulam e são transmitidas para as gerações posteriores. Deste modo, o princípio da hereditariedade esteve na base, tanto para Ribot quanto para Haeckel, – em termos psicológicos – de todas as formas de atividade mental: instintos, faculdades perceptivas, memória, hábitos, imaginação, capacidade artística e científica, sentimentos, paixões, caráter e desvios do comportamento como a loucura, alucinação, idiotia e suicídio; em termos sociais,

⁴³ RIBOT, Th. **L'hérédité psychologique**. Paris. Félix alcan Éditeur, Librairies et Guillaumin Réunies, 1910, p. 267

⁴⁴ Idem, p.267.

⁴⁵ HAECKEL, Ernest. **Histoire de la création des êtres organisés** – d'après lês lois naturelles. Paris: Librairie C. Reinold – Schleicher Frères e C. Éditeurs, 1903, p. 185.

esse princípio explicava a reprodução das castas, das classes, do poder soberano dos reis e do caráter nacional.⁴⁶

Nos autores estudados observa-se a intenção de emprestar das ciências naturais a linguagem, o seu prestígio, os seus princípios (evolução, seleção natural, hereditariedade, adaptação, instinto) e a autoridade científica que ela possuía no século XIX. Ao elaborar as análises recorrendo à analogia da vida das plantas e dos animais com a do comportamento dos seres humanos e suas instituições sociais e políticas, almejava-se encontrar uma lei geral que conferisse objetividade aos estudos.

A psicologia foi a disciplina privilegiada para dar conta de um fator explicativo bastante utilizado: a transmissão inconsciente das formas de pensar, sentir e agir. Ao recorrer ao mundo psíquico, esses textos transmitiam a idéia de forças incontrolláveis atuando mecânica e soberanamente sobre a mentalidade individual e coletiva. Aí se explica a importância da noção de *instinto*, os inatos e os socialmente adquiridos, para esses estudiosos do comportamento e da evolução dos indivíduos e das espécies.

Darwin, cuja influência sobre os autores examinados foi intensa, aludiu à semelhança entre instinto e hábito, ambos inconscientes, modificáveis e sujeitos aos mecanismos da seleção natural e da hereditariedade. O instinto foi definido pelo cientista inglês como “uma memória inconsciente escrita fisicamente no cérebro”.⁴⁷ Para Ribot, os instintos seriam comparáveis ao automatismo das máquinas e, seguindo Darwin, afirmou que são modificáveis, transmissíveis e inconscientes, constituindo-se, em suma, em uma “segunda natureza”.⁴⁸

Gabriel Tarde usou o conceito de *imitação* para explicar como ocorre a propagação e o compartilhamento de idéias, vontades, sentimentos, paixões, crenças, desejos entre os seres humanos imersos numa rede de microrrelações sociais. Todo ser social é essencialmente imitativo. Tudo que se associa à

⁴⁶ RIBOT, Th. Op. cit., passim.

⁴⁷ DESMOND, Adrian; MOORE, James. **Darwin: a vida de um evolucionista atormentado**. São Paulo: Geração Editorial, 2000, p. 277; ver também RICHARDS, Robert. J. **Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987, p.98.

⁴⁸ RIBOT, Th. Op. cit., p. 29.

similitude, à repetição, à socialização dos indivíduos, que convivem no mesmo meio social, é produzido pela imitação, que foi considerada, então, como sinônimo de costume, moda, simpatia, obediência, instrução e educação”.⁴⁹ A lei da imitação serviu ao autor para expressar o desejo político de ver formar-se progressivamente sobre a multiplicidade humana uma grande comunidade – “uma sociedade única”⁵⁰ e sem conflitos bélicos.

Le Bon, tencionando combater os socialistas, referiu-se ao princípio da *imitação*, definido como mecanismo inconsciente, através do qual idéias e opiniões podiam propagar-se contagiando a “multidão”, termo que designava uma coletividade anônima, impessoal, irracional, instintiva que se distinguia do indivíduo; este era racional e existia como personalidade pessoal e consciente. As “perigosas” idéias socialistas, propalados pela liderança socialista, estavam ganhando a “multidão” – a massa humana “bárbara” que ameaçava a sociedade burguesa.⁵¹

O tema do livre arbítrio apareceu na obra desses autores, inclusive Manoel Bomfim, como depois se verá. O evolucionismo é a teoria da reprodução das espécies pela via da seleção natural, que escolhia os mais aptos ao acaso e não admitia, portanto, existência da “consciência”. De acordo com Darwin, “a consciência estava fora do controle da pessoa”.⁵² A hereditariedade, segundo Ribot, exerce o seu império sobre o caráter e a personalidade. Os sentimentos, a inteligência, os instintos são transmissíveis de pai para filho. Portanto, hereditariedade e liberdade são dois termos opostos e incompatíveis. O determinismo de Ribot e Darwin reapareceu na obra de Haeckel, para quem as leis da hereditariedade e da adaptação negam todo ato voluntário, que são na

⁴⁹ TARDE, Gabriel. **Les loi de l'imitation**: étude sociologique. Madrid: D. Jorro, 1907, p. IX; sobre Tarde ver VARGAS, Eduardo Viana. A microsociologia de Gabriel Tarde. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 27, ano 10, fev. de 1995.

⁵⁰ Tarde afirmou: as disparidades quanto à força, à riqueza entre as nações não impedirão “les progrès incessants de l’assimilation internationale”. Op. cit. p. XIX.

⁵¹ LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia – Editores, 1954.

⁵² DESMOND, Adrian; MOORE, James. op.cit., p.288. A respeito do livre-arbítrio e a hereditariedade, Darwin afirmou em uma carta: “Hensleigh acha que resolveu a questão do Livre-Arbítrio, mas a hereditariedade praticamente demonstra que não temos absolutamente nenhum... Eu diria que nem uma única palavra deste bilhete é realmente minha; é tudo hereditário...” À Emma Darwin (20-21 de maio de 1848). In: DARWIN, Charles. **As cartas de Charles Darwin**. Uma seleta (1825-1859); editada por Frederick Burkhardt. São Paulo: UNESP, 1996, p. 166-167.

realidade resultantes de idéias preexistentes.⁵³ Em Tarde o tema da liberdade humana está presente e, mais ou menos de acordo com os autores que o precederam, ele não cria que os seres humanos pudessem escolher livremente, pois os indivíduos existiam em relação uns aos outros e pouco sentido fazia separar o social do individual.⁵⁴

O que aproxima Manoel Bomfim de autores como Haeckel e Ribot é a crença no evolucionismo, a utilização de noções e da linguagem tomadas de empréstimo das Ciências Naturais, a centralidade da psicologia em suas análises e a influência de Darwin. Do naturalista inglês, repetindo o que fizera Ribot, ele anotou a máxima “hereditariedade: eis a lei” como epígrafe de um dos capítulos do livro *A América Latina*,⁵⁵ Bomfim e Ribot referiram-se ao filósofo Montaigne. O primeiro, no capítulo “Efeitos da hereditariedade e da educação” e o segundo em “L’hérédité des instincts”. A alusão à lei da hereditariedade e a Montaigne tinha, para ambos, o objetivo de enfatizar a força do passado, da tradição (no caso do intelectual brasileiro), a sujeição do indivíduo ao meio e a transmissão de características de geração para geração, que dá a idéia de rotina e de imobilidade.

O objetivo de Bomfim consistia em realizar um estudo histórico-sociológico da realidade latino-americana, especialmente a brasileira. Para fazê-lo, serviu-se dos mesmos conceitos que podem ser encontrados nos autores acima mencionados. Interessa, neste momento, sublinhar o que tomou emprestado, como ele realizou a apropriação e com qual finalidade.

Um evolucionista perplexo diante da imutabilidade

Atormentava o nosso autor, no momento da elaboração do seu livro mais famoso, a ausência de mudanças sociais, políticas e econômicas nos anos que se seguiram à Abolição e à queda do Império. É que os organismos vivos, tanto os naturais quanto os sociais, obedecendo à lei da evolução e do progresso, deveriam mudar, deixando para trás as estruturas antigas e renovando-se

⁵³ Op. cit., p. 174.

⁵⁴ VARGAS, Eduardo. Viana. Op. cit., p. 104.

⁵⁵ RIBOT, Th. Op. cit., p. 157; BOMFIM, Manoel. *A América Latina...*, p. 154.

constante e infinitamente. Como afirmavam o positivismo e as correntes evolucionistas, as instituições sociais e políticas deveriam passar pelo processo de superação de estágios.

A persistência de uma sociedade envelhecida, injusta e atrasada foi vista com perplexidade para um evolucionista. Tudo o que é vivo, chamou atenção Bomfim, tende a mudar, acrescentar formas novas, aperfeiçoar-se no sentido de progredir, não se excetuando as sociedades, as quais “sofrem uma evolução constante”,⁵⁶ pois estão submetidas à lei da evolução. A rotina, a permanência, a conservação “[era] obra dos mortos”⁵⁷. É essa idéia que alimentou o pensamento e a ação dos intelectuais e políticos do final do século XIX, que se entregaram a tudo conhecer, examinar e a criticar; que acreditavam no progresso científico e material; na certeza de poder destruir a Monarquia, a escravidão e a subtração do monopólio da Igreja, instituições “fossilizadas” e vistas como responsáveis pelo atraso econômico, social, político e cultural do país. Essas correntes científicas tiveram um papel importante como instrumento de crítica e de ação política. Para uma geração horrorizada com a realidade que observava, realidade essa ainda presa ao passado e que desejava avidamente mudanças, esses esquemas explicativos desempenharam um papel de largo alcance, pois estava implícita nessas teorias a inevitabilidade das transformações políticas e sociais.⁵⁸

Quando Bomfim escreveu *A América Latina*, escravidão e monarquia haviam sido superadas. No entanto, ele e tantos outros intelectuais viveram e sentiram a frustração com a república, já que as mudanças institucionais não significaram a “redenção” do país, que a intelectualidade engajada nas lutas abolicionista e antimonarquista desejou. A modernização da estrutura da nação, a melhoria das condições de vida, a elevação do nível cultural, a efetiva participação política da população foram um projeto abortado. O que se via era a república sob

⁵⁶ BOMFIM, Manoel. **A América Latina ...**, p. 160.

⁵⁷ Idem, p. 162.

⁵⁸ A respeito da importância e do alcance teórico e político do positivismo e de outras formas de evolucionismo, ver FURTADO, Celso. Confrontações ideológicas no Brasil, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, A3, 31/12/2001; SANTOS, Wanderlei. Guilherme. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: _____. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978 p. 89; BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

a hegemonia da oligarquia, a escravidão que dera lugar a outras formas de dependência e exploração compulsória do trabalho, a população do campo vivendo esquecida pelos poderes públicos e as das grandes cidades, como as do Rio de Janeiro, sobrevivendo no “inferno social” (expressão de Alcindo Guanabara)⁵⁹, sendo quase toda analfabeta e sem direitos políticos. A vontade de ver o país atualizado e incorporado ao conjunto dos países capitalistas e democráticos, isto é, Estados Unidos e Europa ocidental, desejo acalentado pela geração de intelectuais que pregavam reformas modernizadoras do Estado e da sociedade, nas três últimas décadas do século XIX, mostrou-se uma quimera.

É nessa atmosfera política e cultural, cuja característica marcante é o desalento, que Manoel Bomfim se debruçou sobre a história da América Latina com a intenção de revelar o porquê das mudanças institucionais não terem alterado a triste realidade dessas nações ainda presas ao passado. A questão para o autor em estudo consistia, então, no seguinte: como explicar, à luz da ciência, a resistência das classes dominantes ao progresso?

Para desvendar esse enigma o autor recorre à psicologia, à lei da hereditariedade e à autoridade científica de Th. Ribot. O seu argumento é o mesmo do autor de *L'hérédité psychologique*: o indivíduo ou a coletividade (um povo) herda dos antepassados características psíquicas, constituindo-se em um dos efeitos sociais do princípio da hereditariedade, que define a identidade ou caráter do indivíduo ou do povo; ambos pareciam compartilhar a idéia de que no fluxo constante e infindável que constitui a vida há “alguma coisa de fixo” (Ribot)⁶⁰: a identidade ou o caráter nacional. Diante desse tema, é possível captar a sintonia e a antinomia entre os dois. A similitude está no desejo de casar o princípio fundamental do evolucionismo – o movimento, a transformação – com a percepção de que existe algo imutável. Se Darwin explicou a origem, a existência e a reprodução das espécies, frisando a dinâmica das mudanças, Ribot e Bomfim colocaram o acento no que há de “fixo”, ou seja, no “caráter nacional”.

⁵⁹ Alusão à concentração popular nas habitações coletivas, “precárias, insalubres e superpovoadas”. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 55.

⁶⁰ Apud BOMFIM, Manoel. **A América Latina** ..., p. 156-157.

Para Ribot o caráter nacional era o princípio de onde derivava todas as instituições, as crenças religiosas, a moral e as características psíquicas de um povo.⁶¹ Essa definição não diferia do que Gustave Le Bon denominou “alma de uma raça” – as características morais e intelectuais de um povo. Do amálgama de sentimentos, idéias, crenças e interesses formavam-se um conjunto harmônico chamado povo, que possuía uma “constituição mental tão fixa como a constituição anatômica”.⁶² A força da hereditariedade trabalhava silenciosamente, de forma persistente, criando uma “grande identidade e uma grande fixidez”.⁶³ Para Le Bon e Ribot os conceitos de caráter nacional (para Le Bon alma é sinônimo de caráter) e herança psicológica transmitiam a idéia de origem, de essência, de conservação, de permanência e de imutabilidade. Em Le Bon esse argumento fica bem claro; tentar alterar a ordem política e institucional era ação vã, pois tão-somente a superfície estaria sendo tocada, não a alma e esta persistia intacta. Haveria transformação quando “alma da raça” mudasse.

Bomfim compartilhou com os autores como Ribot, Haeckel, Le Bon, Tarde a crença na força da tradição, na herança do passado, no império do meio sobre a formação do caráter, tanto o individual quanto o coletivo, e também na inexistência de oposição entre consciência individual e sociedade. A citação abaixo esclarece o que tentamos expor:

um passado todo inteiro contribui para formá-la(sic!)[o espírito]. Mas não lhe é dado escolher as idéias que irão povoar o seu entendimento e provocar-lhe as faculdades; a sua inteligência forma-se e desenvolve-se à custa das impressões que vêm do meio exterior; a sensibilidade põe-se em ação sob o influxo de estímulos físicos e morais, ligados às condições ambientais. A sua vida afetiva tem de se dobrar, desde logo, à ação educativa da sociedade, dentro da qual ele vive; e a sugestão, a imitação, a ação coercitiva do meio vão quebrar as arestas vivas do seu caráter herdado. Pode-se dizer que as tendências e as inclinações, a aptidão e o vigor, isto nós herdamos; e que a educação – no sentido mais extenso

⁶¹ RIBOT, Th. Op. cit., p. 120-1.

⁶² LE BON, Gustave. **Leis psicológicas da evolução dos povos**. Lisboa: Edição da Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910, p. 15.

⁶³ Idem, p.21.

do termo – completa a formação do caráter, no sentido da tradição e da adaptação⁶⁴.

Mas as semelhanças param por aí. Vejamos. No plano das antinomias entre Bomfim e Ribot, no tocante ao tema do caráter nacional, há uma diferença sutil: em Ribot o caráter nacional é uma entidade metafísica, um todo harmônico e a-histórico, resultante de leis psicológicas. Ele foi caracterizado, em suma, como uma essência, algo idêntico a si mesmo. Assim definido, parece-nos, prescinde-se da explicação quanto à sua origem histórica. As instituições políticas e sociais, os valores, as idéias e as crenças dominantes legitimam-se por si mesmos, pois são efeitos do caráter. Em consequência, a relação entre governante e governados, a definição do bem e do mal, do certo e do errado obedeceriam à lógica determinista como as das leis das Ciências Naturais. Uma tal proposição teve implicações políticas conservadoras, pois lutar pela mudança do *status quo* seria o mesmo que desafiar ou por em dúvida as leis da Natureza. Por exemplo, Le Bon recorreu ao conceito de “alma”, para se referir ao caráter de um povo, tendo em vista legitimar a ordem burguesa, vista como sinônimo de civilização. As reivindicações socialistas estavam ameaçando a civilização; o ideal de igualdade, defendido pelos revolucionários, ia contra o princípio natural da desigualdade entre os homens. O autor de *Psicologia das multidões* recorreu ao conceito de caráter nacional para expor claramente a sua convicção anti-socialista e anti-revolucionária.

O caráter nacional, na visão de Bomfim, nada tem de metafísico. Resulta do parasitismo ibérico, o qual, de acordo com a sua explicação, originou-se dos conflitos econômicos e políticos a que a Península Ibérica assistira, cujos efeitos poderiam ser vistos nas colônias da América. Estamos, pois, no campo da história e não no terreno das Ciências Naturais. Ademais, ele viu a herança ibérica, ou seja, o legado do passado, com indignação. Estar ainda preso ao passado, à tradição era o mesmo que reproduzir a injustiça, a desigualdade, a violência e a

⁶⁴ BOMFIM, Manoel. **A América Latina** ..., p. 157. A respeito da inexistência de oposição entre sociedade e consciência, Bomfim afirmou: “a consciência é a sociedade no indivíduo”. **Noções de psicologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917, p. 299. (grifo no original)

exploração de classe. As nações ibéricas que emergiram do livro *A América Latina* não eram um todo harmônico e indiviso. Pelo contrário, elas nasceram e se desenvolveram marcadas pela presença das classes e grupos sociais, rigidamente hierarquizadas e cindidas por interesses materiais e por intermináveis conflitos. Se a tradição era, para um autor como Le Bon, a condição para existência da civilização, para Bomfim ela significava a barbárie. O passado não legitimava a situação presente, pelo contrário, consistia em algo a ser superado. Embora o intelectual sergipano tenha trabalhado com as mesmas categorias de autores canônicos europeus, delas se apropriou de uma forma pessoal, de acordo com as suas convicções políticas e de seu interesse, qual seja, a de analisar a realidade dos países latino-americanos, preponderantemente, tendo como parâmetro a história, a sociologia e a economia.⁶⁵

Ainda sobre as dessemelhanças, algumas palavras são necessárias a respeito da centralidade da psicologia como disciplina de análise na obra desses estudiosos, inclusive Bomfim. Aliás, isso demonstra o quanto ele estava conectado com o que havia de novidade no universo intelectual europeu. A sociologia, a psicologia e a psiquiatria revelavam a importância do emocional, do inconsciente e do irracional na modelagem dos comportamentos.⁶⁶ Ao recorrer a essa disciplina, tornou-se possível pensar o desenrolar da vida humana a partir de um fator “interno”, o inconsciente. Recorria-se à psicologia para explicar as características psíquicas dos indivíduos e dos povos. Os mecanismos inconscientes funcionavam como uma força interna irresistível, atuando paralelamente à razão. O cientista dispunha de material para sustentar a tese da fixidez do caráter da coletividade, seja chamado povo, raça ou nação. Uma tal proposição poderia servir a propósitos

⁶⁵ O como os conceitos sofrem diferentes apropriações e servem para fins diversos pode ser visto numa comparação entre Nina Rodrigues e Manoel Bomfim no tocante ao papel do passado como força determinante sobre a consciência dos indivíduos. Para o médico-legista a herança africana, transmitida pelas sucessivas gerações explicava os caracteres das raças inferiores: o desequilíbrio mental, a propensão para o crime, o “ódio contra as raças superiores ou dominadoras”; o desejo de imitar ou querer se parecer com a raça dominante, o fato de os negros serem os principais inimigos dos negros e de advogarem os interesses da escravidão contra a liberdade. RODRIGUES, Raimundo. *Nina. As raças humanas*. Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 201-3.

⁶⁶ CROOK, Paul. **Darwinism, war and history**: the debate over the biology of war from *The origin of species* to the First World War. Cambridge: University Press, 1994, p. 67.

políticos conservadores. Como alterar as instituições, as idéias e valores dominantes se eles são resultados de forças que trabalham no inconsciente?

Ainda que tenha se servido da psicologia, sua análise casou esta disciplina com a história e a sociologia. O lugar do desenrolar da vida não era apenas no mundo psíquico. O palco era a história, lugar em que as ações aconteciam na arena política e na qual os interesses econômicos moviam os atores – tanto no âmbito da relação colonizador/colonizado quanto na esfera das relações de classes.

O alvo de Bomfim era a classe dominante, a quem dirigiu uma crítica contundente. O conservadorismo desta classe era de natureza psicológica, inconsciente, instintivo, “mais afetivo que intelectual”⁶⁷ e, por isso, mais difícil de ser superado. Graças aos mecanismos da adaptação, da imitação e da educação foi se formando, cristalizando-se e reproduzindo-se a consciência conservadora da chamada classe dirigente, traduzindo-se no apego à rotina, na aversão ao progresso e ao novo; bem como na atitude de ver qualquer sinal de mudança como ameaça ao seu poder e aos seus privilégios seculares.

Sua interpretação coloca o acento no que ele denominou classe dirigente e não em um coletivo abstrato – povo, nação ou raça. Aqui ele se afasta dos autores acima citados. Tomou emprestadas as categorias que na Europa serviram para alimentar argumentos conservadores, anti-socialistas, utilizando-as para formular uma crítica contundente à classe dominante latino-americana. É em virtude desse enfoque que muitos dos seus intérpretes aproximaram Manoel Bomfim do socialismo.⁶⁸

“Escravos passivos da tradição e da rotina”

A classe dominante tem consciência das mazelas que o analista lhe atribui? Seguindo a sua explicação, conclui-se que não, pois, conforme ele anotou, “todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da

⁶⁷ BOMFIM, Manoel. **A América Latina** ..., p. 159.

⁶⁸ Afirmção desse tipo pode ser encontrada em um estudioso como Antonio Candido. Ver: Radicalismos. **Revista do Instituto de Estudos Avançados** ..., p. 12.

rotina”.⁶⁹ Essa afirmação está em desacordo com o evolucionismo; essa teoria admitia que há uma força que domina a história e que impulsiona inexoravelmente as ações humanas em direção a estágios superiores, “tanto material quanto eticamente”.⁷⁰ Aí está a causa, como já foi dito, da perplexidade do intelectual que acreditava no evolucionismo. Como explicar o comportamento rotineiro da classe dirigente? O indivíduo ficou impotente sob o peso da força esmagadora do parasitismo ibérico. A sociologia e a psicologia explicavam como se forjaram o conservadorismo das classes dominantes, o “instinto social” agressivo, predador e mercantil e a resistência encarniçada ao progresso.

Essa visão fatalista é a confirmação da sua idéia sobre a inexistência de oposição entre sociedade e indivíduo. Bomfim aceitou a tese de Darwin, Ribot, Haeckel, Tarde sobre o império exercido pela hereditariedade e adaptação sobre a vontade individual. Concordou com esses autores quanto à noção de que a aparência de liberdade da consciência escondia toda a força da tradição, que não abdicava do direito que tinha sobre as pessoas. Em poucas palavras, o livre-arbítrio não existia.

Se a chamada classe dirigente não tinha consciência do que fazia, poderia ser responsabilizada pelo drama social e político por ele tão enfaticamente revelado? A pergunta sugere uma comparação com um político e intelectual que produziu uma crítica à realidade brasileira muito próxima do autor de *A América Latina*. Trata-se do abolicionista Joaquim Nabuco. Ambos construíram suas análises buscando os fundamentos econômicos e sociais por trás dos acontecimentos. Dedicaram-se a pesquisar as fontes dos “males de origem” de um país visto como “atrasado” frente às nações capitalistas desenvolvidas. Os dois revelaram a real condição dos trabalhadores – escravos e homens livres pobres –, reduzidos à máquina de produção e despojados de direitos sociais ou políticos. Dirigiram sua indignação contra o despotismo da classe dominante, que possuía privilégios injustificáveis; observa-se nos textos de um e de outro a alusão à hipertrofia do Estado. Se o diagnóstico os aproxima, a causa os opõe. A

⁶⁹ BOMFIM, Manoel. *A América Latina* ..., p. 160.

⁷⁰ Segundo Nicolau Sevcenko, era nisso que acreditava Euclides da Cunha; parece-nos legítimo estender a Bomfim a convicção do autor de *Os sertões*. SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., p. 133.

escravidão, segundo Nabuco, gerou todos esses fatores. Para Bomfim, foi o parasitismo ibérico. Sobre o nosso assunto – a responsabilidade da classe dominante –, os dois parecem, mais uma vez, ter a mesma opinião. Vejamos.

O senhor foi o déspota, o algoz no trato com os seus escravos. Se assim se comportou, seus atos foram inconscientes, porque “a escravidão é que é má e obriga o senhor a sê-lo”,⁷¹ anotou Joaquim Nabuco. É a instituição servil que produz o mau senhor; sempre foi assim em qualquer tempo e lugar onde existiu escravidão. Quando Bomfim afirmou que as elites dirigentes eram “escravos passivos da tradição e da rotina”, não estava ratificando a opinião de Nabuco? A meu ver, na análise de ambos o que está influenciando o pensamento é uma certa concepção sociológica, segundo a qual há instâncias exteriores ao homem que o governam e determinam sua consciência. Para Nabuco era a escravidão; Para Bomfim, o parasitismo ibérico. A imitação e a educação completaram a obra da hereditariedade e da adaptação, afirmou o último. Poderia ser imputada aos dois a seguinte afirmação: os membros da classe dominante foram educados para agirem como déspotas ou “parasitas sociais”; o tempo, o costume e os hábitos sociais cristalizaram comportamentos, sentimentos e “instintos”. O indivíduo, dentro dessa linha de raciocínio, constituía-se em um epifenômeno da estrutura – a escravidão ou o parasitismo ibérico.

“Os escravos sem voz”

Na obra *A América Latina*, o estigma, baseado na raça, lançado sobre o trabalhador nacional, considerado preguiçoso, improdutivo, sem inteligência, em contraposição ao imigrante, sinônimo de energia para o trabalho e racionalidade, recebeu do autor a mais severa crítica. Aliás, semelhante ao argumento de Joaquim Nabuco.

⁷¹ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p. 103. Abordei esse assunto na minha dissertação de mestrado. UEMORI, Celso Noboru. **Joaquim Nabuco: lutas, propostas e diálogos (1879-1888)**. 2001. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Ambos sublinharam as razões histórico-sociológicas. O problema não era nem racial nem biológico, mas político. Esses homens viviam abandonados pelos poderes públicos, entregues à miséria material e cultural. Se os homens livres não queriam trabalhar, este fato se verificava porque quase todo o trabalho era feito pelo escravo, em decorrência, não havia lugar para o trabalhador livre⁷². Ademais, a escravidão criou o preconceito contra o trabalho, visto como “coisa de negro”.

Ao se afastar das interpretações baseadas nos pressupostos biológicos, que era voz corrente na sua época, Bomfim pôde revelar o quanto de irreal existia na idéia quase consensual sobre ausência de violência na relação entre senhor e escravo. “Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo”⁷³, ele afirmou. A frase chama a atenção do estudioso da história das idéias do período por causa do contraste; ela questionava uma noção cara e muito difundida pela intelectualidade brasileira a respeito da “cordialidade” do brasileiro. Intelectuais como Nabuco, que tão enfaticamente revelaram a violência do sistema escravista, ratificaram a suposta ausência de asperezas na relação entre senhores e escravos.⁷⁴

A opção pela perspectiva histórica-sociológica, a vontade de revelar as condições concretas em que vivia o homem pobre brasileiro, a corajosa iniciativa em desmistificar a idéia de harmonia de classes numa sociedade dividida entre senhores e escravos fez da obra de Bomfim um forte contraponto ao pensamento conservador. Sua análise dispensou as hipotecas deterministas, sejam as de clima ou de raça, que foram instrumentos teóricos úteis para muitos intelectuais conservadores. No entanto, não será descabido afirmar que o nosso autor enveredou seu argumento por um viés determinista.

Diferenciando-se dos conservadores que viam no trabalhador nacional o “outro” a ser descartado pela sua incapacidade “inata” de se tornar produtivo e,

⁷² BOMFIM, Manoel. **A América Latina** ..., p. 140.

⁷³ Idem, p. 133.

⁷⁴ O abolicionista referiu-se várias vezes ao caráter dócil e pacífico do “brasileiro” com o objetivo de afirmar que a abolição deveria ser conduzida pacificamente, ou seja, sem o perigo dos conflitos políticos. Afinal, os escravocratas “emperrados” e os abolicionistas “revolucionários” poderiam provocar à guerra civil. A via pacífica, pelo Parlamento, era a única forma de se chegar a um desfecho em que houvesse entre senhores e escravos apenas “sentimentos de benevolência e solidariedade”; este era o caminho da prudência, do bom-senso porque estava de acordo com a “índole” do brasileiro. UEMORI, Celso Noboru. **Joaquim Nabuco**..., p. 71-72.

portanto, inapto para ser incorporado à sociedade brasileira capitalista moderna e “civilizada” que se vislumbrava, Bomfim fez a opção política pela defesa das “classes desprotegidas”⁷⁵. Sua estratégia argumentativa consistiu em recorrer à analogia com vida animal e sua fonte principal foi, mais uma vez, Darwin.⁷⁶ O cientista inglês examinou o comportamento de algumas espécies animais que parasitavam outras, como as formigas que escravizavam pulgões ou outras formigas. Descreveu a mútua dependência instintiva entre parasitas e parasitados. Manoel Bomfim, visando dar ênfase à subordinação dos escravos em relação aos senhores, tomou emprestado das Ciências Naturais as conclusões sobre o comportamento dos animais e, assim, tentou frisar a dependência, a ausência de autonomia dos escravizados/parasitados em relação aos senhores/parasitas.

O colonizador educou o colonizado dentro do princípio do parasitismo. O resultado viu-se no surgimento de diversos parasitas sociais nas colônias. O escravo, reduzido à máquina de produção, foi disciplinado segundo a lógica do sistema, ficando sua educação reduzida ao açoite e ao tronco. “Vítima das vítimas”, o escravo não tinha voz. Educado pelo senhor, aceitou inconsciente e passivamente a violência cotidiana que sofria. Bomfim relacionou uma coisa à outra: o comportamento dos escravos era idêntico aos dos animais que hospedam parasitas. O hospedeiro continua vivendo, embora penosamente, adaptando-se à nova situação. Sua existência está condicionada às exigências do parasita. Do mesmo modo, o índio e o africano, transformados em escravos, tiveram de ajustar-se à nova situação – a privação material, a violência e o trabalho forçado.⁷⁷

Aos “oprimidos” apresentavam-se duas opções: adaptarem-se, como as formigas escravizadas se sujeitavam a existir para os parasitas, ou perecerem. A relação entre dominantes e dominados não comportava a consciência ou vontade individual. A imitação, a educação e a transmissão hereditária dos hábitos e costumes “naturalizaram”, num plano, o uso da força, da violência e da exploração. No outro, a obediência e a sujeição. O que parece mover a história

⁷⁵ O termo é de Dante Moreira Leite. Prenúncios de libertação; Manuel Bomfim: ensaio de afirmação das classes desprotegidas. In: LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro...**

⁷⁶ **A origem das espécies e a seleção natural...**, especificamente o capítulo VIII, intitulado Instinto.

⁷⁷ BOMFIM, Manoel. **A América Latina...**, p. 126.

não eram os homens, mas uma força invisível que, com as suas leis inexoráveis, traçava e conduzia com mão de ferro os destinos dos homens. Sob este aspecto, a sociologia de Manoel Bomfim pode-se imputar o fatalismo e o determinismo.

Bomfim sublinhou, a respeito dos grupos dominados, o conformismo mais que o protesto e mencionou de passagem o suicídio dos escravos, para logo em seguida lembrar que “[eram] raríssimas as vinganças e as represálias”.⁷⁸ A referência à reação contra a ordem estabelecida foi caracterizada apenas como o ódio de quem foi educado na violência e a reproduzia “instintivamente” e, assim, reagia às cegas por meio da violência porque a violência fazia parte dos costumes. Em poucas palavras, os “oprimidos” de Bomfim equivaliam aos escravos no discurso de Joaquim Nabuco, os quais não tinham consciência de sua condição, até por causa da “morte civil a que [estavam] sujeitos”.⁷⁹

Outro efeito do parasitismo social via-se no fato de os parasitados colocarem-se a serviço dos dominantes e defenderem os interesses destes. Na natureza as formigas escravizadas sustentavam os parasitas, davam-lhes proteção, carregavam-nas quando precisam migrar. Isso está no texto de Darwin. Nosso autor recorreu à observação do cientista inglês e traçou um paralelo com o comportamento das classes dominadas – índios, negros ou outros homens pobres – em relação aos seus dominadores – as metrópoles ou as classes dirigentes.

No livro *A América Latina*, Manoel Bomfim sublinhou a participação dos negros, índios, mestiços ao lado e em defesa dos dominantes, seja o colonizador, sejam as classes dominantes locais. A colaboração dos índios foi decisiva nas lutas dos portugueses contra franceses, holandeses em vários momentos. O autor destacou os esforços individuais de índios que se sacrificaram para salvar um capitão lusitano. O cerne da sua argumentação consistia no seguinte: o mais abnegado defensor do opressor eram as suas vítimas; estas forneciam os capangas que se envolviam nas rixas dos chefes políticos locais e davam o voto a políticos que usufruíam do poder e, assim, mantinham privilégios. Eram ex-

⁷⁸ Idem, p. 238.

⁷⁹ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo** ... p. 37.

escravos os feitores que brandiam o chicote para forçarem outros a trabalhar.⁸⁰ O que disse o autor merece algumas observações.

Em primeiro lugar quero chamar a atenção para a maneira como Bomfim lidava com as suas fontes. Quando se refere à participação dos índios ao lado do colonizador lusitano, a sua fonte *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador⁸¹, autor e obra pelos quais tinha grande apreço. Preocupado em reforçar a idéia de que a vítima sustentava o opressor, no caso o colonizador, Bomfim colocou o acento no fato de as populações indígenas terem ficado ao lado dos portugueses e contra os franceses e holandeses. A leitura da obra de Frei Vicente do Salvador e de outros cronistas da vida colonial revelam que os índios estiveram dos dois lados. Ele pinçou um aspecto que lhe interessava para fundamentar a sua tese e “esqueceu” o outro.

O consórcio entre índios, negros, mestiços, colonos que nasceram no Brasil e reinóis, quando das lutas contra os holandeses foi visto por vários intérpretes da história do Brasil como o momento inaugural do sentimento de nacionalidade. Varnhagen, de acordo com um de seus intérpretes, em meados do século XIX, deu origem a esse tipo de interpretação; pela primeira vez foi possível construir um panteão de “heróis” nacionais representados por um negro (Henrique Dias) e por um índio (Felipe Camarão), ambos identificados com a causa do colonizador lusitano.⁸² O historiador Oliveira Lima viu na conjunção dos elementos étnicos que se formara naquele momento “o despertar de sentimentos patrióticos apenas adormecidos”⁸³ e louvou a abnegação, a lealdade e os “bons serviços prestados à metrópole portuguesa”.⁸⁴ Para o também historiador Capistrano de Abreu estava em jogo o mercantilismo e o nacionalismo; Holanda *versus* Olinda. A vitória ficou com o “espírito nacional”. Na luta contra o estrangeiro estiveram representados todos os elementos étnicos. Assistiu-se às asperezas, aos interesses diversos que opunham os diversos elementos, às contendas inter-raciais darem lugar à

⁸⁰ BOMFIM, Manoel. **A América Latina...**, p., 124-5.

⁸¹ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil** (1500-1627). São Paulo: Melhoramentos, 1975.

⁸² WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 184.

⁸³ **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 81.

⁸⁴ Idem, p. 82.

convergência em nome de um objetivo comum: a expulsão do invasor; reinóis, negros, mestiços de vários matizes e índios se sentirem pertencendo à comunidade de brasileiros, como “povo”; era o esboço, ainda que de forma superficial, da nacionalidade.⁸⁵

Joaquim Nabuco, especulando a respeito de qual teria sido o destino da colônia portuguesa na América se, no século XVI, os portugueses tivessem tido “a intuição de que a escravidão é sempre um erro” e, em decorrência, não a tivessem instituído, referiu-se a essas possibilidades: o Brasil seria forte e sadio como o Canadá ou a Austrália, ou Portugal teria perdido sua colônia para os holandeses. O Brasil só não passou a ser holandês porque os escravos participaram como soldados ao lado dos portugueses.⁸⁶

Salta aos olhos o contraste entre o ponto de vista de Bomfim e os argumentos dos autores citados nos dois últimos parágrafos. Estar ao lado dos colonizadores lusitanos significou para Varnhagen, Oliveira Lima, Capistrano e, em certa medida, Joaquim Nabuco, comunhão de interesses e arestas raciais aparadas. A colaboração dos escravos foi encarada sob o ponto de vista do benefício, considerada um fator a impulsionar a construção da nação luso-brasileira. O historiador João Ribeiro discordou da proposição desses autores, já que para ele “índios e brasileiros” estiveram do lado dos portugueses e dos holandeses.⁸⁷ Mas a divergência mais acentuada veio do intelectual sergipano, para quem o consórcio entre índios e colonizadores constituiu-se em uma aberração; viu aí o oprimido colaborando com o opressor.

A obediência cega, a fidelidade, a adesão incondicional dos “oprimidos” aos seus opressores e a violência dirigida contra os seus membros de classe e cor constituíram-se em um tema recorrente nos discursos de políticos, intelectuais e cientistas no século XIX e começo do XX. O período das lutas abolicionistas, no qual a idéia da igualdade jurídica entre brancos e negros foi defendida por muitos liberais envolvidos com a causa da libertação da população escravizada, viu os

⁸⁵ ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 123-124.

⁸⁶ **O abolicionismo** ..., p. 107.

⁸⁷ **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1964, p. 156.

adversários dessa idéia fazerem alusão à crueldade dos africanos e de seus descendentes para com os seus “irmãos de raça”. Sílvia Romero, autor de um manifesto político dirigido contra a proposta de Joaquim Nabuco de abolição imediata e de negação da tese apregoada ao abolicionista da “superioridade do negro sobre o branco”, afirmou que os senhores mais cruéis eram os negros⁸⁸; Louis Couty, adversário dos abolicionistas, referiu-se ao fato de os escravos domésticos admirarem os senhores e desprezarem os trabalhadores braçais.⁸⁹ Nina Rodrigues, querendo fundamentar a sua tese de que negros e mestiços não podiam ter o mesmo estatuto jurídico do branco, tentou mostrar que eles eram violentos, impulsivos, irracionais, propensos ao crime porque “o negro conservou vivaz os instintos brutais do africano”.⁹⁰

Abordando o mesmo assunto, contrapôs-se argumento oposto, que teve em Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Bomfim os seus defensores. O romancista escreveu sobre o escravo alforriado que, para se sentir livre, tinha de se tornar proprietário e devolver com requintes de sadismo as chibatadas que tomara durante toda a vida; o abolicionista fez referência a uma idéia de enorme alcance político quando disse que um dos efeitos da escravidão era a existência dos “mestiços políticos”, ou seja, a convivência no inconsciente coletivo do brasileiro do senhor e do escravo, do déspota e do submisso.⁹¹ Para Romero, Couty e Nina Rodrigues, a violência dos negros, principalmente para com os pares de condição, explicava-se pela suposta origem africana; para Machado de Assis, os alforriados se comportavam daquela maneira porque os escravos assimilavam e reproduziam os valores morais e éticos que a escravidão engendrava; o romancista identificou o problema com a instituição; o mesmo ponto de vista sustentou Joaquim Nabuco, para quem a escravidão produziu a “mau senhor e o escravo passivo”; em termo semelhante, Bomfim atribuiu ao parasitismo social o fato de as “vítimas” serem os

⁸⁸ Joaquim Nabuco. In: _____. **Ensaio de crítica parlamentar**. Rio de Janeiro: Editores Moreira, Maximino e c., 1883, p. 167.

⁸⁹ **A escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura – Fundação Casa Rui Barbosa, 1988, p. 101.

⁹⁰ **Os africanos no Brasil ...**, p. 161.

⁹¹ ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Sobre os “mestiços políticos”, ver NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo ...**, p.126. Escrevi sobre esse tema em outro lugar. Escravidão, nacionalidade e ‘mestiços políticos’. **Lutas Sociais**, São Paulo, nº 11/12, abr. 2004, p. 85- 97.

melhores defensores dos seus algozes. Couty, Romero e Nina Rodrigues identificaram uma suposta “natureza étnica essencial” (expressão de Bomfim); Machado, Nabuco e Bomfim apontaram como causa do fenômeno a instituição. Isto queria dizer o seguinte: a escravidão ou o parasitismo “educou” os senhores para possuir, oprimir, usar e abusar da violência e extorquir o trabalho do outro; os escravos para aceitar como fatalidade o trabalho compulsório e a submissão.

“Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho”

Sílvio Romero⁹², certa vez, indignou-se com a falta de estudos das línguas, dos mitos e das religiões africanas no Brasil. A dimensão do descaso ficava evidente pelo fato de nem ser preciso ir à África para pesquisar, pois ela estava “em nossas cozinhas”. A empreitada exigia pressa, já que os africanos que aqui chegaram antes da cessação do tráfico estavam morrendo. Romero exortou os especialistas brasileiros a buscarem esses remanescentes e deu uma dica: “O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência”.⁹³

Para prosseguir a análise de Bomfim, queremos reter essas duas representações do negro: *máquina econômica* e *objeto de ciência*. No livro *A América Latina*, foi destacado o papel deste como força de trabalho no interior da engrenagem do sistema colonial. A noção do negro como “objeto de ciência”, tão cara a Romero e, também a Nina Rodrigues⁹⁴, em Bomfim precisa ser repensada.

O escravo como braço a serviço do senhor, idéia forte no texto de Bomfim, tem um parentesco com o livro de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, autor da conhecida afirmação segundo a qual “Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho...”⁹⁵. Sem escravos não haveria nem engenho, nem fazenda, nem senhor e, poderíamos acrescentar, nem o sistema colonial. Na sua análise fria, calculista, pragmática e “objetiva” o homem, tanto o senhor quanto o escravo,

⁹² **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia de Laemmert & cia., 1888, p. 10-11.

⁹³ Idem, ibidem.

⁹⁴ **Os africanos no Brasil...**

⁹⁵ **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 89.

existiam em função da *mercancia*, como afirmou Alfredo Bosi.⁹⁶ A interpretação de Bomfim estava em sintonia com essa idéia: o senhor/parasita só existia porque o escravo/parasitado existia. Ademais, ambos eram peças que faziam funcionar a máquina econômica de produção de riqueza para a metrópole – o parasita maior. O sujeito em ambos os autores era o sistema; às pessoas cabia o lugar de objetos e suas respectivas funções.

Contudo, o negro não era apenas “máquina econômica”, lembrou Sílvio Romero. O estudioso da cultura popular deveria vê-lo antes como “objeto de ciência”. Foi a esta empreitada que se entregaram Nina Rodrigues e Romero. O primeiro foi em busca dos africanos idosos em “nossas cozinhas”, nas ruas, nas praças, nos candomblés de Salvador. Queria ouvir os ex-escravos, anotar as suas falas, histórias, manifestações religiosas, etc. e assim poder aquilatar o quanto a “cultura popular brasileira” estaria impregnada pelos valores, linguagem, religião que os africanos das mais diversas procedências trouxeram.

Como homens de ciência, Nina Rodrigues e Sílvio Romero viam os negros como o “outro”, que era o portador de um universo cultural e religioso ao qual queriam ter acesso. A perspectiva de ambos, no tocante à população escravizada, era a do intelectual que do vértice da pirâmide social observava, julgava os que estavam na base e desejavam produzir sobre eles um saber científico. Manoel Bomfim, do mesmo modo, cria na ciência para se poder compreender a trama da vida humana e das relações sociais. Sua opção metodológica baseou-se em conciliar Ciências Naturais e Ciências Sociais, o que se traduzia na construção da analogia entre universo biológico e mundo social (parasitas/parasitados e senhores/escravos). Isso reforçava a adesão à perspectiva científica de interpretação. As sintonias param por aqui.

Em primeiro lugar, não era o escravo ou a raça que Bomfim, do alto, munido dos conceitos e dos métodos da ciência do seu tempo examinava, emitia julgamento e condenava. Pelo contrário, queria entender, condenar e tornar explícitos as relações sociais e os interesses econômicos que estavam por trás

⁹⁶ Antonil ou as lágrimas da mercadoria. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 160.

dos fatos e dos discursos dos conservadores. Nem os escravos eram inferiores porque eram africanos nem a instituição da escravidão era um “fenômeno natural”, que corresponderia a uma etapa da evolução de um povo, como escreveu Nina Rodrigues.⁹⁷ Na argumentação do nosso autor, o “problema” não era o negro ou a raça, mas o sistema. As instituições, inclusive a escravidão, eram criações humanas, enraizadas na história e estavam imbricadas na rede de interesses econômicos conflitantes. Sua interpretação estava livre, nesse caso, das hipotecas deterministas, seja do clima, seja da raça.

O seu discurso carregado de emotividade fugia do padrão dos textos que tinham a pretensão de serem científicos. Quem elaborava obras com esta intenção queria passar a noção de que entre a realidade descrita e o leitor não havia o indivíduo observando, pensando, sentindo e opinando. A descrição constituía-se numa escrita fria, objetiva e impessoal. Objetivando sublinhar a condição do homem oprimido, fugindo do que era visto como discurso científico, Bomfim frisou a idéia de solidariedade e compaixão para com as “classes desprotegidas”. O que estou tentando dizer fica bem nítido nesse relato de uma cena de açoite de um escravo, cujo tom se aproxima do texto literário:

Levantava-se o desgraçado, bambas as pernas pela abstinência, trôpegas, atormentadas, da posição contrafeita dolorosa do *tronco*, pisados os músculos, emaciado o rosto, apagados os olhos pelo sofrer acumulado; as mãos, inchadas não se fecham, túrgidas, luzentes; a sãnie transuda por entre os dedos abertos; a pele rachou desde os primeiros dias; as unhas já caíram; as costas estão em carne viva... O miserável num desvario de bruto, estende a mão ao executor. Cai o primeiro bolo, soa um grito, uivo e lamento, gemido violento de todas as dores que acordam... E os golpes se repetem: é um – Ai!.. Ai! Continuo...⁹⁸

Para revelar porque o escravo, educado à base do açoite e de todo tipo de privação, não “tinha voz”, sua análise deslizava para o determinismo. A analogia entre parasitas e parasitados, tal qual Darwin observou na vida dos animais, e a

⁹⁷ **As raças humanas**. Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 206.

⁹⁸ BOMFIM, Manoel. **A América Latina ...**, p. 147 (Grifo no original).

relação senhor e escravo conferiam ao argumento dele uma tonalidade científica. Havia, pois, homologia entre o mundo biológico e a sociedade. Em ambos os casos as vítimas viviam para os parasitas. A “lei” que valia para os naturalistas valia também para o sociólogo.

Entretanto, quando o assunto era mostrar que nada havia de humano na escravidão, Bomfim se serviu da linguagem literária, aliás, nada científica. Ficou evidente a ênfase na emoção e o propósito de se solidarizar com o escravo e, também, pedir a adesão do leitor. Sua perspectiva divergiu completamente de Romero e Nina Rodrigues porque não transformou o homem simples em puro “objeto de ciência”; embora tenhamos lembrado do parentesco entre *A América Latina* e *Cultura e opulência do Brasil*, no tocante ao papel dos indivíduos para o funcionamento do sistema colonial, a semelhança aqui se esgota. Antonil descrevera o sofrimento do açúcar, da metamorfose da cana em garapa, desta em melado e, finalmente, em açúcar. A mercadoria sofria, não quem a produzia. Na descrição do jesuíta o “ouro branco” ganhou o centro do palco, ficando o escravo reduzido à mera sombra que vagava pelos engenhos. Bomfim, contrastando, fez questão de frisar o sofrimento do escravo que, como “mãos e pés do senhor de engenho”, fora a razão de ser do sistema.

A sua análise filia-se a uma vertente interpretativa de liberais e antiescravocratas que se esmeraram em desvelar, no século XIX, o fundo de barbárie que estava oculto por trás da superfície civilizada da sociedade escravocrata do Império. Referimo-nos em particular a Tavares Bastos⁹⁹ e Joaquim Nabuco.¹⁰⁰ O primeiro convidou os leitores a desviarem a atenção dos temas relacionados aos partidos políticos para se deter nas “questões sociais”, que era o que importava. Ambos exortavam os seus leitores a penetrarem no subterrâneo da sociedade. Lá estava o escravo, o ser humano transformado em propriedade, inferiorizado e reduzido a condição de “cadáver civil”. A intenção de Manoel Bomfim estava em sintonia com esse ponto de vista.

⁹⁹ **Cartas do solitário.** São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1975, p. 66.

¹⁰⁰ **O abolicionismo...**, p. 47.

Antonil era um exemplo do “Intelectual Orgânico” que falava a partir do sistema colonial¹⁰¹ e com o objetivo de legitimá-lo. Nina Rodrigues e Romero falavam em nome da classe dominante e cuja intenção era lembrar aos defensores da tese da igualdade racial que a civilização ocidental foi uma criação dos brancos e para os brancos. Bomfim pertencia ao grupo de intelectuais do fim do século XIX e das primeiras décadas do XX que não via os homens pobres como um “outro” a ser temido, evitado e excluído. Pelo contrário, concordava com aqueles que tinham a perspectiva de incluí-lo na sociedade como cidadão.

Se o oprimido não tinha condições de protestar porque não tinha nem voz e nem consciência, cabia ao intelectual, culto e ilustrado, assumir o papel de porta-voz dessa gente. Esta parece ser a vontade de Manoel Bomfim.

Os intérpretes da obra de Manoel Bomfim, especialmente *A América Latina*, frisaram suas idéias contrastantes em relação ao pensamento conservador, negando as hipotecas deterministas de raça e de clima. Onde a voz corrente via no povo formado por negros, índios e mestiços a causa das mazelas sociais de um país considerado atrasado e “bárbaro”, ele chamou a atenção para os efeitos da colonização ibérica. Onde muitos enxergaram o papel civilizador do europeu, mostrou o fundo de barbárie, de violência, de injustiça que resultou da colonização ibérica. À versão segundo a qual os confrontos com o estrangeiro no período colonial constituíam-se no embate entre patriotas e estrangeiros, contrapôs o argumento de que na realidade tratava-se de lutas entre opressores e oprimidos, cuja causa estava nos interesses econômicos conflitantes. Contrapondo-se à tese das transições – Independência e Proclamação da República, por exemplo – como etapas necessárias e fatais do movimento “natural” de evolução política-institucional do país, sublinhou, em primeiro lugar, a ausência de mudanças e, em segundo, os fatores de natureza política e – por que não? – cultural, que impediram a superação do atraso e das heranças do passado.

¹⁰¹ BOSI, Alfredo. Antonil ou as lágrimas da mercadoria. In: _____. **Dialética da colonização** ..., p. 163.

Encerro este capítulo abordando a análise do nosso autor sobre as independências das colônias ibero-americanas e sobre sua teorização sobre as forças políticas que nelas atuaram.

O primeiro aspecto a ser tratado diz respeito ao fato de que Bomfim colocou o acento nos fatores internos na sua interpretação sobre os rumos tomados pelas revoltas dos colonos contra as metrópoles. Isto significou uma interpretação alternativa àquela que frisava o papel desempenhado pelos ingleses e a fraqueza das metrópoles que, ao cabo, queria realçar, em primeiro lugar a preponderância do fator externo, e, em segundo, que ocorreu apenas a substituição de colonizador.

Manoel Bomfim centrou o estudo nos agentes que ele chamou de “remanescentes da metrópole”,¹⁰² que “representavam, direta ou indiretamente, os interesses parasitários da metrópole”¹⁰³, ou seja, uma parte da “metrópole plantada na colônia”. Eram os parasitas que estavam interessados na manutenção dos seus privilégios e, por causa disso, obstaculizaram as mudanças durante as lutas pela emancipação das colônias ibero-americanas; opunham-se a estes os revolucionários. A atuação dos “remanescentes”, os “refratários”, segundo a definição do autor, deu-se em fases: a princípio a “repulsa”, motivada pelo “instinto” conservador da classe dominante; em seguida, viram que a idéia da emancipação tornava-se vencedora e já não sendo possível freá-la, astutamente perceberam a necessidade de “transigir”. Daí veio o momento da “deturpação” da revolução. Do projeto de reforma inicial dos revolucionários sobrou o meio termo. Finalmente, os conservadores tomaram a direção. Aí chegou-se à fase da “escamoteação”. Concluiu o autor de uma forma crua e lapidar: “um pouco mais, e eles sabem achar na reforma o meio de se garantirem melhor – a si e aos seus privilégios”.¹⁰⁴

A questão que se coloca é a seguinte: por que e como os revolucionários deixaram-se vencer pelos conservadores? No fundo, os revolucionários eram conservadores. Os interesses divergentes, ao final, tiveram suas arestas

¹⁰² BOMFIM, Manoel. **A América Latina...**, p. 213.

¹⁰³ Idem, p. 215.

¹⁰⁴ Idem, p. 219.

aparadas. Estes queriam a preservação do *status quo*; aqueles, apenas a emancipação. Os extremos, as asperezas iniciais deram lugar à concórdia; os interesses extremados, analisados mais minuciosamente, eram mais aparência do que realidade.

Sua explicação para esse fenômeno não se assentou na teoria do caráter do brasileiro, a suposta “cordialidade”, que permitia a resolução dos conflitos políticos sem extremismos e pacificamente. No seu entender os revolucionários aceitaram a adesão dos conservadores porque aqueles estavam submetidos, assim como os conservadores, ao império do “conservantismo instintivo”. Esta é uma parte do argumento. A outra se referia ao engano cometido pelos que achavam que estavam mudando ao tomar as “fórmulas vãs” e as “reformas escritas”¹⁰⁵ pelo fato em si. Ou seja, os revolucionários confundiram a independência com a simples proclamação e formalização de tratados. Os pretensos agentes da mudança compartilhavam com a classe dominante a atitude de aceitar as palavras, as fórmulas, mas não “podiam aclimatar-se às coisas que essas palavras designavam”.¹⁰⁶

O mérito do autor está em contrapor-se à opinião corrente de sua época, que via nas transições pacíficas e conciliatórias um dado positivo da vida política e institucional do país, pois a ordem social e política ficava preservada da ação revolucionária. Esses intelectuais enxergavam nesse tipo de mudança a concretização da tese evolucionista segundo a qual povos e sociedades deveriam evoluir paulatinamente e por etapas. Eram os mesmos que viam na evolução o antídoto contra o perigo das rupturas abruptas e a ameaça de desagregação da ordem social.¹⁰⁷ Esta perspectiva legitimava a ordem social vigente; sua reivindicação limitava-se a exigir correções superficiais e pontuais no que era visto

¹⁰⁵ Idem, p. 220.

¹⁰⁶ Idem, p. 160.

¹⁰⁷ Podemos mencionar como exemplo de argumento que via os benefícios da conciliação entre classes e das mudanças sem rupturas revolucionárias o abolicionista Joaquim Nabuco e o historiador Oliveira Lima; o primeiro deixou explícito que a tarefa da corrente abolicionista da qual fazia parte era a conciliação entre proprietários e escravos e não o conflito, que poderia acabar em guerra civil; o historiador sublinhou a vantagem da evolução em relação à revolução porque a primeira significava a continuidade com a tradição ibérica. NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo** ..., p. 39; sobre a opinião de Oliveira Lima, ver MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, São Paulo: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001, p. 332.

como erro. Haveria um legado a preservar – a tradição, os costumes políticos, a civilização construída pelo homem branco europeu, a nacionalidade etc. A perspectiva do autor, no livro *A América Latina*, discrepou na medida em que o fundamental – a ruptura com o passado – não veio com a emancipação política das colônias ibero-americanas.

Opor-se à ruptura com passado equivalia a represar injustiças seculares e não aceitar que as sociedades, como qualquer organismo, evoluem. Impor barreiras significava alimentar a convulsão social. O rompimento do dique era a revolução e quem a preparara não foram os revolucionários, mas as classes dominantes. O bom senso recomendava suprimir as barreiras, abrir o caminho para “as necessidades novas que se apresent[avam]”.¹⁰⁸ O autor se referia à necessidade de o país e a América Latina entrarem em sintonia com a modernidade. Tolerar as desigualdades, as injustiças, os privilégios de classe era o mesmo que continuar apegado ao passado. As reformas que visassem a democratizar a relação da sociedade com o Estado, a tornar realidade a justiça social tinham a virtude de soerguer países esgotados e inserir todas as pessoas na sociedade como cidadãos.

A mudança não viria com a prática política da conciliação de classe e da adoção de idéias sem correspondência com a realidade local; fazia-se necessário um projeto concreto, elaborado por quem estivesse preocupado em conhecer a realidade social por meio da observação científica e não apenas dos livros, reproduzindo fórmulas e modelos.

Porém, entre o ideal e o que a história lhe revelava havia um abismo. Isto o motivava a elaborar um diagnóstico frio, trágico dos atores políticos que atuaram no momento das independências. Ele os dividiu, a princípio, esquematicamente em dois grupos extremos: os realistas e os revolucionários. A seu ver, no entanto, esses dois partidos estavam divididos em diversos grupos, cada qual com suas características. Os extremos – os que queriam manter o estado das coisas e os que desejavam refazê-lo – existiam apenas na aparência. Havia os radicais (queriam de fato o rompimento com os males da colonização), os adiantados (seu

¹⁰⁸ BOMFIM, Manoel. *A América Latina* ..., 163.

radicalismo era pura retórica, pois de fato eram conciliadores), os liberais (defensores da liberdade, mas como há várias definições para este conceito, podiam estar contra ou favor de muita gente), os moderados (entre cautelosos e neutros, de acordo com o momento e a necessidade), os conservadores (ora ao lado dos moderados, ora ao lado dos reacionários), os reacionários e os irredutíveis. De acordo com a sua tese não havia de fato projetos próprios e oposições políticas definidas. As nuances foram se confundindo e se viu a vitória dos moderados, os que ficaram de fora das lutas e apareceram apenas no final; por isso apresentaram-se vigorosos e aniquilaram os demais; a miragem dos extremos deu lugar ao “meio termo”, que no fundo significava a emancipação política das colônias, mas com a continuidade da mesma classe – a oligarquia –, no poder. O caso brasileiro foi emblemático: a dinastia portuguesa preservou o poder posteriormente à Independência.

No livro *Brasil nação*, obra da maturidade, o autor voltou ao assunto e explicou porque os “males de origem” não foram superados em quatro momentos de “crise” da história política e institucional – Independência, Abdicação de D. Pedro I, Abolição e República. Em todos esses acontecimentos os moderados dominaram e dirigiram o processo. A vontade de mudanças genuínas, “revolucionárias”, ao cabo, constituiu-se em projetos deturpados e vencidos. Essa reflexão sintonizava com idéias e propostas de intelectuais e políticos das últimas décadas do século XIX, autores de notáveis discursos em prol da Abolição e da República.

Machado de Assis acompanhou os debates e revelou o quanto de irrealismo havia nas idéias dos liberais abolicionistas e antimonarquistas. Percebeu que o regime do trabalho livre traria outras formas de trabalho compulsório e que as propostas dos republicanos eram pura retórica, sem inserção no seio do povo, que mal compreendia o que estava acontecendo. A oligarquia era sagaz, incorporava os discursos dos abolicionistas e sabia se antecipar às mudanças. O monopólio do poder continuou com ela.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Em relação ao advento da República e as mudanças que não se viram, ver ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S A. s d., especificamente os capítulos “Manhã de 15”, “Lendo Xenofonte”, “Pare no D”, “Tabuleta nova”, “Entre os filhos”. Sobre os

É possível ver uma sintonia entre o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e Manoel Bomfim. As idéias do romancista eram-lhe familiares. Em ambos a mesma noção segundo a qual os conservadores, percebendo a inevitabilidade da “revolução”, aderiam ao movimento, dirigiam-no e anulavam as intenções iniciais. Nos dois a mesma percepção a respeito da sorte dos “oprimidos”: a escravidão daria lugar a outras formas de trabalho compulsório. De acordo com Bomfim os ex-escravos, agora juridicamente livres, e os demais proletários continuaram “economicamente mais escravos do que nunca”.¹¹⁰ A República veio a ser “um regime da oligarquia”.¹¹¹

Se a política da conciliação mostrou-se útil apenas para a classe dominante perpetuar-se no poder, Bomfim sugeriu que seria uma revolução de fato pressupunha convicções fortes, embate ideológico, contradições de idéias e radicalismo na ação política. Esta afirmação se chocava com outro argumento do autor: as “revoluções” falharam porque a mentalidade dos protagonistas foi feita no interior do “regime condenado”.¹¹² Então, como conciliar a primeira afirmação com esta? Como pensar em atores políticos conscientes da condição do país e do povo, ambos subjugados e explorados, convictos quanto à necessidade da mudança e dispostos a não ceder nem contemporizar com os conservadores se os chamados revolucionários foram feitos e educados no interior do mesmo sistema – o parasitismo social?

A resposta a esta questão pode ser encontrada no papel que ele atribuiu ao parasitismo social como força externa agindo sobre os indivíduos. Com efeito, os escravos, os homens livres pobres, conforme vimos atrás, aderiam de bom grado à causa dos seus opressores; os inseridos nos órgãos estatais cumpriam seus papéis automaticamente garantindo o funcionamento da burocracia do Estado.¹¹³

proprietários que se apropriavam das idéias liberais e se antecipavam, alforriando e controlando o movimento, ver ASSIS, Machado de, **Memorial de Aires**. São Paulo: Ática, 1985, p. 34-5. Sobre o tema relacionado à escravidão que se tornava uma forma de trabalho permanente, ver FAORO, Raymundo. **A pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001, p. 356-361; UEMORI, Celso Noboru. Escravidão, nacionalidade e mestiços políticos. **Lutas Sociais** ...

¹¹⁰ **O Brasil nação: realidade da soberania nacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.366.

¹¹¹ Idem, p. 390.

¹¹² Idem, p. 370.

¹¹³ Bomfim, Manoel. **A América Latina** ..., p. 188.

Todos tinham em comum com a classe dirigente e com os revolucionários o fato de estarem submetidos à herança da tradição e da educação. Os revolucionários de ontem tornavam-se os conservadores assim que chegavam ao governo. Aí controlavam os radicais e selavam o compromisso com a ordem, o bom senso e a ponderação.

O parasitismo social moldou a consciência do indivíduo, seja a do escravo, seja a dos membros das classes dirigentes, seja a dos funcionários, seja a dos revolucionários. Depreende-se que existiam apenas nuances entre os diversos grupos sociais, mas na essência todos agiam inconsciente e mecanicamente dentro da engrenagem do sistema colonial, tal qual o senhor e o escravo de Antonil. Os radicais, vigorosos na retórica, ao final, transigiam, pois que o “radicalismo” ocultava o conservadorismo. Não existia vontade, definida como desejo de examinar, escolher, deliberar e decidir, em quem foi educado para conservar.¹¹⁴ Se as coisas eram assim, como encontrar os agentes que poderiam ter rompido com o estado de coisas que ele enfaticamente revelou?

Essa visão desalentadora estava de acordo com a sua concepção filosófica de liberdade humana; “o homem não é um ser objetivamente livre”,¹¹⁵ afirmou. Os constrangimentos não vinham da classe social a que a pessoa pertencia, pois “o homem é produto da vida anterior e da vida ambiente”.¹¹⁶ Inexistia contradição entre indivíduo e sociedade, tal como dissera antes dele Darwin, Ribot, Tarde, cujas idéias eram bem conhecidos pelo autor de *A América Latina*.

Parasitismo orgânico e parasitismo social

No final do século XIX, parte da intelectualidade européia foi tomada pela desconfiança em relação ao futuro da civilização ocidental. A crença iluminista e liberal segundo a qual indivíduos e sociedades progrediriam infinitamente no sentido do acúmulo do conhecimento, do aperfeiçoamento científico, moral, material, ético deu lugar à percepção de que a moderna sociedade industrial

¹¹⁴ Idem, p. 308-309.

¹¹⁵ Idem, p. 338-339.

¹¹⁶ Idem, ibidem.

estava em processo de degeneração. Os adeptos da idéia da decadência acreditavam que a barbárie vivia no interior da civilização. Os bárbaros eram todos os que apresentavam comportamento “anti-sociais” – os criminosos, as prostitutas, os vadios, os usurários, os alcoólatras, os agitadores políticos. As ciências naturais tiveram um papel determinante para dar sustentação para a teoria da decadência. Se a evolução explicava como as espécies evoluem, do mesmo modo ela ajudava entender como elas decaem. Na luta pela existência, os adaptados ao meio social sobreviviam e transmitiam aos descendentes as características genéticas dominantes. Os que apresentavam comportamentos sociais “desviantes” eram os não adaptados. O raciocínio parece ser o seguinte: havia um descompasso entre as exigências da vida moderna, criada pelo desenvolvimento tecnológico, e a dificuldade de adaptação do enorme contingente populacional que habitava as cidades industrializadas. Os “derrotados” na luta pela existência compunham a legião de alcoólatras, mendigos, criminosos, loucos, suicidas.

Criminologistas, biólogos, cientistas sociais, médicos, psicólogos mobilizaram-se para explicar essas atitudes “anti-sociais”. Na busca do diagnóstico recorreu-se ao procedimento de relacionar as características físicas com a disposição psicológica para os comportamentos patológicos. Para alguns o fator determinante residia no indivíduo. Para outros, no meio social. O que fazia o criminoso, para alguém como Lombroso, era o retorno atávico da brutalidade do selvagem que aparentemente fora vencida pela civilização.

Não sem dificuldade, a noção do indivíduo “doente” e perigoso foi deslocada para grupos e classes. Os inimigos da ordem, da segurança social eram as “classes perigosas”. Tratava-se de transformar em criminosos potenciais os trabalhadores pobres, os desempregados e os que não aceitavam o sistema que os oprimiam. A intelectualidade que tinha na memória ou assistiu à irrupção dos trabalhadores organizados na “Era das Revoluções” estava apreensiva. A Comuna de Paris, do ponto de vista dos liberais e dos conservadores, era o acontecimento emblemático do que poderia significar a concretização do “caos” social e da “desordem” política.

A idéia de degeneração, de debacle coletivo, ligava-se intimamente à noção de “multidão”. A esse vocábulo associava-se à percepção da “malta” regredindo a estágios de barbárie e selvageria, à massa descontrolada e incontrolável, livre de qualquer peia moral, dirigindo seu ímpeto instintivo e irracional para a destruição. É dentro desse contexto que as noções de hereditariedade e de imitação seduziram muitos “cientistas”, porque permitia explicar a propagação (ou “contaminação”) do que era considerado desvio social no interior da população.

A percepção da decadência do Ocidente era uma atitude de intelectuais conservadores que viam a democracia, o socialismo e a organização dos trabalhadores com temor. No entanto, a teoria da degeneração uniu adversários que se separavam teórica e politicamente, como os liberais e os socialistas. O assunto chamou a atenção de cientistas e escritores como Lombroso, Le Bon, Durkheim, Benedict Morel, Taine, Zola, Bram Stoker, o médico e jornalista húngaro Max Nordau.¹¹⁷ Este último nos interessa mais de perto porque foi citado por Bomfim na obra *A América Latina*.

Max Nordau apareceu no texto de Bomfim quando este elaborava as noções de *parasitismo* e *degeneração*.¹¹⁸ Para o médico húngaro o parasita, que era o mesmo que dizer degenerado, vivia às custas do trabalho alheio. Nordau era um admirador de Lombroso, a quem dedicou a obra *Dégénérescence*. Em uma carta dedicada ao seu mestre italiano, referiu-se ao motivo pelo qual atacava os artistas “degenerados”. Escritores e artistas, de acordo com o médico, tinham uma influência nada desprezível sobre as massas e, por isso, eles deveriam ser um ideal de moral e de beleza. Se as suas obras eram “absurdas” e “anti-sociais”, a influência sobre juventude somente poderia ser danosa.¹¹⁹

Servindo-se de linguagem médica, Nordau aferiu os sintomas e fez o diagnóstico do que seria o degenerado. Este apresentava ausência de senso de moralidade e de pudor. Cometia crimes e demais delitos tão-somente para

¹¹⁷ HERMAN, Arthur. **A idéia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1999, especificamente o capítulo Degeneração – a ruína do liberalismo.

¹¹⁸ Bomfim, Manoel. **A América Latina ...**, p. 61.

¹¹⁹ **À Monsieur le Professeur César Lombroso**. In : NORDAU, Max. *Dégénérescence*. Paris: F. Alcan, 1909, p. vi.

satisfazer os instintos e não distinguia o bem do mal, nem o vício da virtude¹²⁰. A sua existência passa a ser canalizada para as satisfações das paixões, sobressaindo as atitudes egoístas. Anarquistas e revolucionários, ratificando o ponto de vista de Lombroso, eram para Nordau casos de degeneração, pois o revoltado era incapaz de se adaptar às condições dadas. Em suma, quem fugia do “padrão” moral, estético, ético ou político era um caso patológico.¹²¹

Para além de todas as discordâncias, liberais, socialistas e social-democratas concordavam que no seio da moderna sociedade industrial emergiram os agentes que a debilitavam.¹²² Tornou-se dominante a noção de que habitavam nos centros urbanos parasitas portadores da doença que se espalhava, contaminando a população. O parasita era o louco, o criminoso (sobretudo este), o ladrão, o suicida etc. Também poderia ser o usurário, o agiota, o sinecurista, os que vivem da exploração do sexo, os charlatões, os sonegadores; enfim, aquele que colocava o seu interesse pessoal acima do interesse coletivo. O parasita, orgânico ou social, retira do outro o seu sustento. Essa é a definição de parasitismo de Jean Massart e Émile Vandervelde, autores do livro *Parasitisme organique et parasitisme social*. Referimo-nos a eles porque Bomfim serviu-se do livro dos social-democratas belgas para elaborar *A América Latina*.

Certamente, Bomfim conheceu o livro de Vandervelde e Massart quando esteve em Paris, no início da década de noventa. Nessa época já havia elaborado o “Parecer” sobre o livro *História da América* de Rocha Pombo¹²³, quando apresentou as idéias centrais, que seriam retomadas em *A América Latina*: os colonizadores ibéricos que não vieram para “fazerem-se americanos” e a “vocação” destes para invadir e extorquir; a dupla face do parasitismo (no plano externo, a exploração das metrópoles sobre as colônias e no âmbito interno, a

¹²⁰ NORDAU, Max.. Op. cit. p. 35.

¹²¹ Idem, p. 41.

¹²² Arthur Herman afirmou que também os “progressistas e até mesmo os socialistas” os que se preocupavam com a decadência da moderna sociedade industrial e não somente os conservadores, como argumentam muitos historiadores, Op. cit., p. 121.

¹²³ Esse texto foi escrito por Bomfim em 1899, quando era membro do Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal. Ele foi convidado para elaborar um parecer sobre o livro de Rocha Pombo *Compêndio de ‘História da América’*. O parecer de Bomfim foi favorável. BOMFIM, Manoel. **Parecer sobre o livro *História da América*, de Rocha Pombo**. In: POMBO, Rocha. **Compêndio de história da América**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900.

escravização da população nativa); o conservadorismo da classe dominante e a sua arraigada resistência ao progresso e a sua responsabilidade pelo atraso econômico, político, cultural e educacional do país; vitimada pelo parasitismo social, a população aprendeu a cultivar ódio pelas instituições; a astúcia das classes dominantes locais que, à época das lutas contra a metrópole, resistiram no início, colocando-se ao lado da metrópole, mas posteriormente transigiram quando perceberam que a emancipação das colônias era inevitável, trocando estrategicamente de lado para controlar o ritmo e o sentido das transformações, limitando-as à mudança governamental, preservando-se assim o *status quo* e a presença sobranceira dos conservadores, que subjugaram as aspirações liberais. Subjugação que não significava derrota completa, pois as duas tradições – a liberal e a conservadora – continuaram digladiando-se. Em suma, esses são os tópicos abordados no “Parecer” escrito por Bomfim. Posteriormente, nas demais obras historiográficas eles reapareceriam.

No referido texto, o autor utilizou a noção de parasitismo para descrever a ação do Estado metropolitano e da classe dominante colonial sobre, respectivamente, as colônias e à população escravizada. No entanto, é em *A América Latina*, que ele começou a compor em Paris e terminou-o no Brasil, que se observa o recurso de servir-se da linguagem biológica e comparar parasitismo orgânico com o parasitismo social. As semelhanças quanto à estruturação do livro de Massart e Vandervelde e de Bomfim são evidentes, permitindo afirmar que este beneficiou-se da obra dos intelectuais belgas para dar uma roupagem teórica às idéias que já tinha.

Fazemos essa afirmação porque a comparação de ambos os livros revela pontos em comum, como a analogia entre parasitismo orgânico e parasitismo social, os efeitos destes sobre os parasitas e sobre as suas vítimas¹²⁴ e a propagação dos efeitos através da hereditariedade ou da imitação.

¹²⁴ Para Massart e Vandervelde o parasitismo causa a debilitação física e intelectual do parasita e cria no parasitado o “instinto de servidão”; quanto mais “bas-fonds sociaux”, maior a submissão. **Parasitisme organique et parasitisme social**. Paris: Librairie C. Reinwald Schleicher, 1898, p. 102 e 147.

O parasitismo foi definido por Massart e Vandervelde como uma derivação do mutualismo, ou seja, relação na qual não havia dependência e exploração. Os autores citaram o exemplo das indústrias domésticas, em que não havia o intermediário (o atravessador) entre o produtor direto e o consumidor.¹²⁵ O comportamento parasitário era todo ato que prejudicava a sociedade e favorecia os indivíduos. Os parasitas eram os criminosos, os usurários, quem vivia da exploração da prostituição, empresários, sonegadores, proprietários de terras (as “tênias do corpo social”). Em suma, onde fosse observada qualquer forma de exploração, de extorsão, de condutas que contrariavam as normas sociais, vigorava o parasitismo social.

Na situação em que predominava o mutualismo não se instaurava a “luta pela vida” e desse modo ninguém perdia. Em oposição, na predominância do parasitismo a luta pela vida escolhia o vencedor e o perdedor. O meio social produzia e favorecia o surgimento do mutualismo ou do parasitismo.

Vandervelde e Massart propuseram medidas que deveriam ser adotadas para defender a sociedade contra os parasitas. Eles apontaram dois mecanismos: uso da violência e meios preventivos. A sociedade moderna, de acordo com os intelectuais belgas, estava criando os anticorpos para combater os parasitas, prescindindo-se, assim, de meios violentos.¹²⁶ Quais seriam esses meios? A deportação de criminosos, medidas legislativas, abolição de privilégios, desenvolvimento de associações de todos os tipos, a solidariedade dos trabalhadores. A solidariedade social seria a medida profilática mais eficaz para evitar a exploração do homem pelo homem.¹²⁷

Bomfim estava conectado ao universo intelectual europeu, do qual retirou noções para sustentar teoricamente as suas idéias. Na Europa, a questão central consistia em fazer o diagnóstico do mal-estar da modernidade capitalista. Parasitismo e degeneração, noções cunhadas para descrever o mal-estar da civilização Ocidental, foram apropriados por Bomfim para pensar a realidade brasileira, vista como atrasada, retrógrada, agrária, a antípoda das modernas

¹²⁵ Idem, p. 81.

¹²⁶ Idem, p. 147.

¹²⁷ Idem, p. 153-156.

sociedades democráticas, liberais e industrializadas. Na interpretação de Bomfim sobre o país, a barbárie não vinha da massa irracional e destrutiva de Le Bon, nem dos criminosos, dos suicidas, dos ladrões, os desempregados, ou seja, dos parasitas que invadiam as cidades fabris e inoculavam o veneno que contaminava a população, corrompendo toda a sociedade.

Ele estava preocupado em explicar, na obra *A América Latina*, os efeitos econômicos, políticos, sociais e psicológicos da colonização ibérica sobre a formação das nacionalidades latino-americanas. A psicologia social, disciplina que serviu na Europa para explicar o comportamento das massas, foi utilizada por Bomfim para entender o comportamento da classe dominante e também as atitudes dos dominados. De acordo com o autor, a primeira via a dominação, a utilização da força, a opressão, a usurpação do público em benefício privado como um dado “natural”. Por outro lado, a população enxergava a dominação como destino. A influência de idéias que circulavam no ambiente cultural europeu hegemônico no final do século XIX sobre Bomfim pode ser notada pela importância que ganhou as noções de instinto, imitação, hereditariedade e inconsciente, as quais serviram ao propósito de alicerçar a tese de que as atitudes dos dominantes, dos dominados e a violência do povo contra as instituições estabelecidas originaram-se na época da montagem do mundo colonial, a institucionalização da escravidão e do Estado metropolitano, propagaram-se no tempo por meio da imitação e constituíram-se em hábitos, costumes, tradições que se incrustaram no inconsciente do “homem brasileiro”. Desse modo, o passado não vivia no presente, no sentido de Lombroso, como o retorno atávico de comportamentos do “homem primitivo”. O passado a que Bomfim se refere remete à escravidão, ao extermínio da população nativa, à opressão de classe e à violência do Estado parasita. A intelectualidade européia estava perplexa com o fato de que civilização e barbárie não eram termos opostos e excludentes, mas duas realidades que conviviam nas modernas sociedades industrializadas. A perplexidade de Bomfim residia na persistência da “herança” colonial que impedia a modernização do país.

Na Europa, assistiu-se com apreensão o enfraquecimento dos códigos universais, permitindo o desenvolvimento do individualismo, a indisciplina, a imoralidade, configurando-se assim a “anomia” das sociedades industriais. Se o termo anomia pode ser aplicado ao pensamento de Bomfim, este dizia respeito aos efeitos do parasitismo social, causador do atraso social e econômico do país, da existência de uma elite despótica e egoísta, de uma população que ora aceitava a dominação passivamente, ora se revoltava “instintivamente”, e da hipertrofia do Estado.

Em se tratando de medidas “profiláticas”, em pelo menos um ponto Bomfim parece ter concordado com os intelectuais europeus¹²⁸: a necessidade de construir relações humanas baseadas na solidariedade, de engendrar meios para fazer prevalecer os interesses coletivos sobre os individuais.

Na Europa, para os conservadores a necessidade de criar unidade entre as pessoas, grupos e classes ligava-se à necessidade de salvar a sociedade, introjetando nesta o antídoto visando neutralizar os males sociais produzidos pela moderna sociedade industrial, muitos dos quais derivados da excessiva valorização do individualismo, o qual deixou campo livre para o desencadeamento de todo tipo de forças desagregadoras, como as variadas formas de exploração, extorsão, crime etc. Bomfim recorre às idéias de autores que estavam preocupados em eliminar os parasitas que infestavam a moderna sociedade capitalista. Em outro contexto, preocupado com outro problema, o intelectual brasileiro retrabalhou noções e ideais para adequar-se à sua crítica ao Estado e à classe dominante - os parasitas da nação brasileira.

¹²⁸ A eugenia era a saída que muitos intelectuais viam como o antídoto para “curar” uma sociedade “doente”; essa prevenção profilática podia significar medidas de caráter social, como a intervenção do Estado tendo em vista promover a higiene pública ou melhorar as condições habitacionais. Manoel Bomfim estaria de acordo isso, mas repudiaria as medidas que implicassem coerção ou seleção de indivíduos mais capazes e adaptados. Sobre a eugenia, ver HERMAN, Arthur. Op. cit. p. 141-150.

Capítulo 2

A influência de Darwin

“Ser bárbaro ou civilizado depende do observador e do momento”.

(Manoel Bomfim, *O Brasil nação*)

“Darwin chegou inevitavelmente a um ponto de vista que era chocantemente relativo”.

(Adrian Desmond; James Moore, *Darwin: a vida de evolucionista atormentado*)

A heterodoxia de Manoel Bomfim

Os intérpretes da obra de Manoel Bomfim ressaltaram a discrepância do autor em relação ao pensamento dominante no cenário político e cultural da Primeira República. De acordo com a opinião conservadora o “atraso” do país devia-se à composição híbrida da população, formada a partir de duas raças “bárbaras” (índios e africanos) e que deram origem a um “povo inferior”, característica que se revelava na “indolência” e na “incapacidade inata” para o trabalho intelectual; em consequência, o país estava preso a uma fatalidade: era impossível tornar-se uma sociedade capitalista e democrática, como as nações européias e os Estados Unidos. O passado, identificado com a colônia e a escravidão, incidindo sobre o presente, atravancava o “progresso” e a “civilização”.

O diagnóstico pautava-se primordialmente pelo determinismo racial. Daí a aceitação da idéia de que o caldeamento racial produziu um povo defeituoso, pois os mestiços herdavam o que havia de “inferior” das matrizes; essa afirmação fundamentava-se no que foi chamado de Darwinismo Social, concepção da qual se serviram os conservadores na Europa para legitimar a dominação de classe, o imperialismo ou mesmo a eliminação dos “menos aptos” na competição pela existência na sociedade capitalista do século XIX. Essa teoria foi apropriada por parte da elite intelectual brasileira com a finalidade de explicar, do ponto de vista racial, o descompasso entre o “ideal” (Europa e Estados Unidos) e a realidade (econômica, social e cultural) do país.

O imigrante europeu, considerado o mais preparado para a função que exigia vigor, disciplina, inteligência, viria para substituir o trabalhador nacional, visto como incapaz. Por trás da afirmação de que o país carecia do trabalhador estrangeiro estava o desejo de ver formar-se uma população “homogênea”, branca sem dúvida, pois como muitos afirmaram no Brasil não havia nem povo nem nação. A superação do “atraso” e a modernização das instituições políticas implicavam a exclusão social e a discriminação racial. O Darwinismo Social servia de alicerce para projetos políticos autoritários e excludentes. A “ciência” passou a ser vista como o “anjo tutelar da sociedade”, permitindo diagnosticar e propor soluções.

É nessa atmosfera política-cultural que a voz quase solitária de Manoel Bomfim atraiu a ira de seus adversários, ficou esquecida por muito tempo por seus contemporâneos e, mais tarde, chamou a atenção de seus admiradores e intérpretes. Estes sublinharam o senso de realismo, o vigor da sua crítica anti-racial e o seu “contra-discurso” que se contrapunha às proposições hegemônicas. As suas idéias foram cotejadas com a de autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e a comparação tinha como objetivo frisar a mentalidade conservadora destes, profundamente influenciada pelas teorias raciais, em contraposição às concepções radicais de Bomfim.

O seu radicalismo pode ser visto na crítica contundente à classe dominante brasileira; na recusa em aceitar a noção da inferioridade de índios, negros e mestiços; na defesa liberal e democrática da necessidade de organizar a sociedade a partir das classes e grupos que a compõem e não do Estado, na total recusa em ver como dado natural e justificável qualquer forma de dominação e exploração, seja de classe, de raça ou de países; na busca de vias que pudessem romper com o *status quo* – a educação popular, num primeiro momento, ou a revolução, posteriormente; na sua crítica dirigida às várias correntes de intelectuais que, baseando-se em pressupostos pretensamente científicos, propagavam opiniões racistas. É este último assunto que será objeto de estudo neste capítulo.

A minha intenção não se resumirá em expor o que Manoel Bomfim afirmou em relação ao tema, mas *como* ele o fez, o seu *objetivo* e o *que* tornou possível a sua heterodoxia. Neste primeiro momento, enfatizo a influência de Darwin e a interpretação que Bomfim fez das suas idéias, as quais serviram a diversos usos teóricos e políticos e que se tornaram dominantes na vida mental da época. No segundo, desejo tratar do tema do altruísmo, da solidariedade e da crítica aos defensores da guerra nos textos de Manoel Bomfim; aqui também a presença das concepções do autor de *A origem das espécies* é marcante.

Companheiros de viagem

Raros foram os intelectuais que, seja na Europa, seja no Brasil, recusaram-se a aceitar a teoria que afirmava a existência de raças superiores e inferiores e não enxergava na mestiçagem um fator degenerativo das populações – nos aspectos físicos, morais e intelectuais. O naturalista inglês Alfred Russel Wallace (1823-1913), que elaborou a teoria da seleção natural em 1858, sem conhecer as conclusões do seu amigo Darwin, nas palavras de Stephan Jay Gould “foi um dos poucos não-racistas do século XIX”.¹²⁹ Wallace afirmou que a capacidade intelectual é inata, independente se são povos “primitivos” ou “civilizados”; a capacidade mental é idêntica, o que difere é a subutilização das potencialidades pelos primeiros. Embora tenha defendido um ponto de vista pouco ortodoxo, ele corroborou a opinião corrente sobre a superioridade ocidental, com as suas leis, governo, ciência, cultura em relação aos povos “primitivos”.¹³⁰ Quatrefage, opondo-se à visão pessimista dos antropólogos poligenistas quanto aos malefícios morais, intelectuais e físicos decorrentes da mestiçagem, afirmou que o caldeamento étnico era norma e não exceção entre os povos, inclusive os europeus. Não há, segundo o autor, qualquer evidência de que a hibridização tenha produzido seres degenerados; ele mencionou o caso dos paulistas, população quase toda composta de mestiços e que, no entanto, eram as pessoas

¹²⁹ A seleção natural e cérebro humano: Darwin versus Wallace. In: _____. **O polegar de panda: reflexões sobre a história natural**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 43.

¹³⁰ Idem, p. 43-44

mais inteligentes do Brasil e suas mulheres destacavam-se pela beleza.¹³¹ Walter Bagehot, influenciado por Quatrefage, reiterou a noção segundo a qual raramente um povo pode ser considerado puro, contrariando os defensores da tese de que os mestiços seriam inferiores aos seus ascendentes, já que herdavam as suas características negativas, ele argumentou que, em certos casos, os descendentes poderiam ser melhores que os seus pais: mais adaptados ao meio e às circunstâncias.¹³²

O discurso anti-racista de Manoel Bomfim tinha correspondentes no universo intelectual europeu. Não é fora de propósito supor que ele tivesse conhecido alguns dos autores citados, até porque ele mencionou em seus textos autores como Bagehot e Quatrefages. No Brasil da *Belle Époque*, o autor de *América Latina* teve poucos companheiros de viagem. Podemos mencionar Machado de Assis, Araripe Jr, Lima Barreto, Cruz e Sousa e Alberto Torres.

O autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) percebeu a potencialidade ideologicamente racista do darwinismo social.¹³³ No conto *O alienista* Machado¹³⁴ refletiu sobre o potencial de arbítrio e de autoritarismo inerentes aos homens que se diziam agir em nome da “ciência”. Araripe Jr, abolicionista, defensor da democracia e nacionalista, não aceitou a teoria da seleção natural, noção-chave do darwinismo social. Contrapôs-se aos que viam na composição mestiça da população brasileira um obstáculo que pretensamente inviabilizava a democracia, o progresso e a civilização. Enxergou, como Manoel Bomfim, o que existia por trás das teorias raciais difundidas pelos europeus: a vontade de “autorizar a expansão e justificar a expropriação dos povos sem esquadras...”¹³⁵ A percepção dos perigos inerentes à prática de homens

¹³¹ “Formation des races humaines. In : _____. **Introduction à l'étude des races humaines**. Paris: Schleicher, 1905, p. 178-9. O texto foi ilustrado com desenhos mostrando mestiças altivas, vigorosas e belas, cuja intenção era realçar a idéia de que os cruzamentos raciais não debilitavam o corpo.

¹³² BAGEHOT, Walter. **Lois scientifiques du développement**. Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1908, p. 75-76.

¹³³ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 125.

¹³⁴ **O alienista**. São Paulo: Cultrix, 1967.

¹³⁵ ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Sílvio Romero polemista. In: _____. **Teoria crítica e história literária** (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). São Paulo: EDUSP, 1978, p.377.

investidos de autoridade científica, legitimadora da odiosa discriminação das raças consideradas inferiores e a consciência de que as teorias que falavam de raças superiores e inferiores faziam parte do aparato ideológico das nações neo-colonizadoras, colocou Lima Barreto entre as poucas vozes dissonantes. Cruz e Sousa, poeta, negro, descendente de escravos e forros protagonizou um feliz e quase isolado caso em que a poesia se contrapôs ao racismo. Denunciou a “Ditadora ciência das hipóteses”,¹³⁶ que negava aos negros e aos mestiços a capacidade de “entendimento” e de criação artística; ademais, reiterou a opinião de Machado e Lima Barreto a respeito do caráter autoritário da ciência oficial que sufocava as opiniões divergentes.

O discurso crítico de Manoel Bomfim

Foi um grande mérito de Bomfim a sua crítica aos “sociólogos do egoísmo e da exploração”.¹³⁷ Estes eram, de acordo com o autor, os propagadores das teorias pretensamente científicas, destinadas a dar legitimidade à dominação e à exploração dos colonizadores, de classe e/ou racial.

A ciência oficial europeia construiu o seu esquema explicativo cindindo a humanidade entre inferiores e superiores – o Ocidente e o mundo não-ocidental. Esse sistema binário permitiu hierarquizar e definir quem era adiantado e quem era atrasado. Havia o *ser* europeu (dotado de capacidade para o progresso e a civilização) e o *ser* não-europeu (fadado à barbárie e à estagnação). Essa construção teórica operava mediante a generalização, a redução e o apagamento das diferenças. Desapareciam, pois, as nuances, as idiosincrasias, as vicissitudes individuais. Tratava-se, em outros termos, da construção de estereótipos, cuja força de convencimento fazia parecer um “fato biológico”, permanecendo protegido da contestação e “imune à experiência”.¹³⁸

¹³⁶ BOSI, Alfredo. Poesia *versus* racismo. In: _____. Literatura e resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.167-168.

¹³⁷ BOMFIM, Manoel. **A América Latina** ..., p. 244.

¹³⁸ Sobre o assunto, ver BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. In: _____. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Outra característica desse modo ocidental de ver a si mesmo e ao “outro” foi a adoção de um padrão universal; classes, raças e nações tinham o seu lugar fixo, a partir do qual eles eram observados, analisados, tornando-se, assim, objeto de “ciência”; essa atitude era profundamente antiempírica, de acordo com Edward Said; importava o que este denominou de “visão orientalista”, não os dados empíricos sobre o Oriente ou qualquer outra parte do mundo.¹³⁹ Esse discurso, de teor pretensamente científico, apresentava-se como imparcial, impessoal e neutro. Era como se a verdade estivesse “inscrita nas coisas”, inexistindo o sujeito que observa, analisa e tira conclusões a partir de premissas pessoais, de grupo ou de classe; em consequência, a “ciência” estaria fora do raio de ação dos interesses econômicos e políticos; uma coisa era a “ciência”; outra, o poder.

A negação da *narrativa* é outro aspecto desse discurso científico que estamos caracterizando. A história se serve da narrativa para pensar e descrever as transformações; como os homens, as nações, as instituições nascem, desenvolvem-se e declinam; trata-se de lidar com as mudanças e com a diacronia. Para quem desejava enxergar a realidade do alto – “pan-opticamente”¹⁴⁰, como se ela fosse algo estático, plano, homogêneo, cujos detalhes, nuances, movimentos e mudanças eram suprimidos; predominava a visão sincrônica em detrimento do ponto de vista diacrônico; assim procedendo, torna-se possível criar a idéia de um eterno presente, como se inexistisse clivagem entre passado, presente e futuro; abria-se a possibilidade de projetar para os tempos pretéritos o que se via no presente; constituía-se uma forma conservadora de analisar a realidade, já que negava a idéia de transformação.

Manoel Bomfim fez a crítica aos autores do Brasil e do estrangeiro que, em nome da ciência, defenderam proposições que se chocaram com a sua forma de pensar; ele cravou uma cunha na opinião corrente ao dissociar “ciência falsa” do

¹³⁹ SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 79.

¹⁴⁰ Essa é uma estratégia do Orientalismo, que se baseia numa visão unitária do Oriente. Já a narrativa é um ponto de vista em oposição “à teia unitária da visão”. SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do Ocidente ... p. 246.

que ele denominou de “ciência verdadeira”.¹⁴¹ Aquela estava associada aos “povos poderosos e injustos que investiam contra as populações mais fracas” e defendia a teoria da superioridade biológica e racial. Esta fundava-se na “observação criteriosa e desapaixonada dos fatos”; se a outra era pretexto para a dominação colonial, portanto estava ligada a interesses econômicos e político, a “ciência verdadeira” afirmava o primado da *cultura* em detrimento do biológico.

Ao reivindicar a existência de uma ciência autêntica, objetiva, impessoal e neutra, o nosso autor reiterava o ponto de vista de Nina Rodrigues, um pesquisador conservador e racista. No seu estudo *Os africanos no Brasil*¹⁴², ele separou interesse econômico de objetivos “científicos”. Uma coisa era os interesses escravistas, que consideravam o negro como “máquina econômica”, sujeitando-o à mais vil exploração; outra, era objetivo do pesquisador, para quem negros e mestiços eram “objeto de ciência”. O argumento, tingido de cientificismo, em favor da existência de raças superiores e inferiores explicava-se pelas leis da natureza. A ciência e os cientistas aparentavam viver numa espécie de redoma, isolados das disputas políticas e econômicas.

O grande mérito de Bomfim, no tocante a esse tema, foi, segundo Roberto Ventura e Flora Sussekind, ter elaborado um discurso crítico no interior “do próprio discurso dominante, como o seu ‘negativo’, a sua ‘contradição’”.¹⁴³ Ele deixou a inquietante questão: quais eram os interesses que se ocultavam por trás do argumento segundo o qual inexistia qualquer vínculo entre ciência e poder, entre ciência e dominação ou entre ciência e exploração? Não havia, de acordo com o nosso autor, contradição entre os elementos, mas afinidade. A sua crítica não se limitou a contrapor características (físicas, morais ou intelectuais) “positivas” em oposição às proposições correntes dos cientificistas a respeito da condição inferior, da barbárie dos negros, índios e da degeneração derivada da

¹⁴¹ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 196.

¹⁴² **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

¹⁴³ Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim). In: _____. **História e dependência**: cultura e sociedade em Manoel Bomfim..., p. 14-15.

mestiçagem. Na sua argumentação a acento recaiu sobre a relação entre cultura, ciência e política, ainda que ele não tenha escapado desse tipo de comparação¹⁴⁴.

Sua argumentação se alicerçou no relativismo histórico. Para ele era inconcebível imaginar a Humanidade dividida em duas partes distintas e estanques, os adiantados e os atrasados; o *ser* europeu em contraposição ao não europeu como entidades homogêneas e fixas. Ao fazer uso da noção de *cultura* e não de *natureza* ele pôde pensar as sociedades, tradições, costumes em termos da diversidade. Havia diferentes perspectivas históricas, civilizações, mas não diferença “essencial de valor psíquico”.¹⁴⁵ Por isso, ele afirmou: “Há diferenças de momento”.¹⁴⁶

A análise diacrônica trouxe a possibilidade de questionar as teses que se fundamentavam no “essencialismo sincrônico”, noção relacionada à intenção de antropólogos, etnólogos ou lingüistas de elaborar a idéia de uma realidade imóvel, sempre idêntica a si mesma. Ao pensar historicamente, Bomfim enxergou as nações e países em movimento, transformando-se; esse raciocínio viabilizou a crítica àqueles que propagavam a falaciosa concepção da superioridade dos “dolicocéfalos” – alemães, anglo-saxões, franceses; segundo esse ponto de vista os vitoriosos do momento encontravam-se nessa condição em virtude de um potencial inscrito na organização psíquica, isto é, biológica; tratava-se de estender ao passado o que se observava no presente; os fortes sempre foram fortes; os vitoriosos do momento foram os vencedores desde sempre; a vitória do colonizador europeu seria a prova da sua superioridade sobre os perdedores; o fato de terem sido vencidos ou exterminados comprovaria a condição inferior dos índios, dos negros ou dos árabes. Este raciocínio fazia coincidir o fato (a

¹⁴⁴ Sua análise destoante em relação às interpretações correntes a respeito da formação histórica do Brasil da época não o impediu de reiterar a idéia bastante comum sobre as influências e contribuições das três raças que entraram na composição da população. Daí a caracterização das qualidades e dos defeitos de cada uma delas. Manoel Bomfim referiu-se à “afetividade”, “dedicação”, “docilidade”, “submissão” dos negros; aludiu ao desejo irrefreável de “liberdade”, “coragem”, “instabilidade intelectual etc dos indígenas. Apesar de reforçar o senso-comum, ele sublinhou que o mais importante era reconhecer a capacidade de progredir de índios e negros e também saber “se são civilizáveis ou não”. **América Latina...**, p. 238-43; LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia...**, p. 254.

¹⁴⁵ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América ...** p. 196.

¹⁴⁶ Idem, ibidem.

existência dos vencedores e derrotados) com a representação (superioridade ocidental/inferioridade dos não-ocidentais), afastando-se a possibilidade da comprovação empírica.

O procedimento metodológico de Bomfim consistiu em submeter essa visão canônica ao teste da observação e da experiência. A idéia da superioridade dos “loiros” sobre os “morenos” ficaria em pé frente ao tribunal da história? Recorrendo a esta disciplina tornava-se possível perceber que os povos adiantados de hoje foram atrasados no passado; as nações que se julgavam civilizadas já foram vistas como bárbaras. O árabe, conquistado e colonizado pelos franceses, foi visto como inferior porque foi vencido. No entanto, no passado, quando a Europa ainda era “bárbara”, “resumi[ra] toda a ciência e riqueza ocidental”¹⁴⁷; etnólogos e antropólogos referiam-se aos franceses, aos ingleses, aos alemães, aos suecos (“os doliocéfalos louros”) como nações “fortes e ricas” e, por isso, superiores aos “morenos” do Mediterrâneo (os gregos). Contra essa afirmação, Bomfim lembrou da arte, da filosofia, da filosofia da Antiguidade Clássica, de Aristóteles, de Hipócrates etc; seriam, pois, os franceses modernos superiores aos antigos gregos? Em suma, de uma perspectiva histórico-sociológica, a relação entre superiores e inferiores conectava-se a elementos econômicos, políticos e culturais; por exemplo, a hegemonia dos ingleses se assentava no seu poder bélico¹⁴⁸ e não em uma hipotética qualidade inata da “raça anglo-saxônica”. Tudo fica na dependência do momento histórico e das tensões geradas pela dinâmica das forças contraditórias. Bomfim nos convidou a refletir sobre a dupla vitória dos “fortes”: em um plano, na dominação política e, em outro, na justificação teórica dessa dominação; a tarefa de construir a versão do vencedor de um dado momento coube aos “sociólogos a serviço dos fortes”. Sua análise desvendou a conexão entre “verdade” e interesse; entre “ciência” e ideologia.

¹⁴⁷ Idem, p. 246.

¹⁴⁸ BOMFIM, Manoel. **A América Latina ...**, p. 247.

Darwin e Bomfim

Os estudiosos do pensamento de Manoel Bomfim sublinharam a sua análise contrastante em relação à opinião corrente, influenciada esta pelo racismo científico. A indagação de quem lê os livros do autor recai sobre como ele conseguiu escapar da força persuasiva das teorias raciais que ganharam tantos adeptos na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina.

O “contradiscurso” ou discurso crítico de Manoel Bomfim produziu estranhamento; o historiador norte-americano Thomas Skidmore achou curiosa a conclusão do intelectual sergipano, quando poucos europeus e norte-americanos negaram-se a aceitar a “teoria das raças inferiores”.¹⁴⁹ Skidmore, de acordo com Ronaldo Conde Aguiar, desconhecia, pelo menos não mencionou em seu livro, o fato de Bomfim ter estado em Paris no começo do século XX, quando iniciou a redação da obra *A América Latina*, e teve contato com “as mais recentes tendências da antropologia”. Portanto, ao contrário da afirmação do brasilianista, Bomfim estava familiarizado com a produção das teorias que poderiam subsidiar a crítica aos pressupostos racistas. Durante a sua permanência na Sorbonne, estagiando no laboratório de Alfred Binet, leu as obras de Waitz, Martin de Moussy, Quatrefages e, possivelmente, Bagehot.¹⁵⁰ Estes autores foram mencionados em seus escritos e contribuíram para a elaboração de sua argumentação. É possível encontrar, também, ressonâncias de autores anarquistas, como Kropotkin, Proudhon e Bakunin. Parte da obra de Marx pode ter sido lida por Bomfim.

Sem subestimar a influência dos autores acima citados, queremos ressaltar a importância de Darwin. Este foi a sua maior influência, a quem se referia com enorme admiração e de quem se serviu. Entre 1905 e 1910, Bomfim pretendia escrever um estudo sobre o naturalista inglês, o qual deveria se chamar *A Moral*

¹⁴⁹ **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 133.

¹⁵⁰ AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido:** tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 301.

de Darwin.¹⁵¹ Ademais, a influência de Darwin sobre o pensamento do nosso autor é perceptível lendo-se os livros didáticos de zoologia que este produziu e nos quais a teoria do naturalista inglês ocupa um lugar central.¹⁵² Na trajetória intelectual de Bomfim há inflexões em seu pensamento, porém a influência de Darwin nunca deixou de existir. Por isso insistimos em enfatizar a importância do autor de *A origem das espécies*.

Vimos no Capítulo 1 que da obra do naturalista inglês Bomfim pinçou a concepção de hereditariedade para explicar a natureza do conservadorismo da classe dirigente. Quando quis explicar a “servidão voluntária” dos dominados em relação aos seus opressores, o cientista inglês forneceu exemplos, apropriados por Bomfim, de animais que viviam para os que os escravizavam. No período que antecedeu e no transcurso da Primeira Guerra, a intelectualidade brasileira envolveu-se em intensos e calorosos debates, cujo foco era a tomada de posição favorável aos aliados, os ataques aos alemães, que representavam a “barbárie” ameaçando a “civilização latina”, a “liberdade” e a “cultura”. Em um momento em que a elite cultural do país discursava nas praças, fundava ligas de defesa dos aliados, em que jornais e revistas reproduziam a propaganda pró-aliada¹⁵³, Manoel Bomfim entrou no debate para argumentar que as idéias de Darwin foram distorcidas por políticos e intelectuais alemães, que delas se serviram para justificar a política expansionista do governo alemão.¹⁵⁴

A presença de Darwin no pensamento de Bomfim pode ser detectada ainda em outros aspetos. Um leitor atento de Darwin poderia ser levado a negar dos valores absolutos e universais e questionar a concepção segundo a qual a Humanidade estaria hierarquicamente dividida em raças superiores e inferiores, ou ainda que o homem branco ocidental ocupava o ápice da evolução. Na teoria de Darwin, a sobrevivência de determinada espécie ficava na dependência da relação entre as características geneticamente herdadas e o meio; por exemplo, a pelagem grossa de um animal em clima quente seria um desastre e um feliz caso

¹⁵¹ Idem, p. 28.

¹⁵² **Compêndio de zoologia geral.** Paris: Garnier, 1902; **Elementos de zoologia e botânica gerais.** Paris: Garnier, 1904.

¹⁵³ Sobre o tema, ver SKIDMORE, Thomas E. Op.cit., p. 167-170.

¹⁵⁴ Ainda neste capítulo, voltaremos ao assunto.

de adaptação a um ambiente frio¹⁵⁵. Transportando-se essa percepção para o campo da moral, tinha-se que o bem e o mal, o vício e a virtude não poderiam ser definidos em termos de valores absolutos e universais, pois estavam condicionados ao contexto social¹⁵⁶; portanto, a sua teoria abria o caminho para o *relativismo*. Bomfim afirmou que “ser bárbaro ou civilizado depend[ia] do observador e do momento”.¹⁵⁷ A raiz dessa asserção, reveladora da sua adesão ao “relativismo”, estava fincada na teoria do cientista inglês.

Em grande medida pode ser atribuída a Darwin o ataque desferido pelo nosso autor aos teóricos que defendiam a existência de raças superiores e inferiores e justificavam a escravidão com base nesse argumento. Ainda que o autor de *A origem das espécies* acreditasse na superioridade cultural dos britânicos e tivesse manifestado o seu horror ao ver os fueguinos – os quais ainda estariam vivendo como bárbaros – quando de sua viagem a bordo do Beagle, contudo, ele cria na capacidade de “aperfeiçoamento” dos “selvagens”.¹⁵⁸

No interior das concepções de Darwin encontram-se elementos importantes para contestar as diversas correntes que, no século XIX, queriam provar a inferioridade dos não-brancos e ocidentais com argumentos supostamente científicos. Essas correntes pseudocientíficas podem ser divididas em três “escolas”.¹⁵⁹ a etnológica-biológica, a histórica e o darwinismo social. A primeira originou-se na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos, migrou para a Europa e chegou ao Brasil através de etnólogos e antropólogos que liam e admiravam cientistas franceses e alemães. O zoólogo suíço Louis Agassiz (1807-1873), que trabalhava em Harvard, foi o representante mais destacado desta escola.

¹⁵⁵ DESMOND, Adrian; MOORE, James. **Darwin**: a vida de um evolucionista atormentado ..., p. 260.

¹⁵⁶ Idem, p. 281.

¹⁵⁷ BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação** ..., p. 198-9.

¹⁵⁸ GOULD, Stephen Jay. Prefácio. In: DARWIN, Charles. **As cartas de Charles Darwin**. Uma seleção (1825-1859) ..., p. 15.

¹⁵⁹ Sobre o tema, ver SKIDMORE, Thomas E. Op.cit., p. 65-70; Sobre Agassiz, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 48; GOULD, Stephen Jay, Racism arguments and QI. In: **Ever since Darwin**: reflections in natural history New York: W.W. Norton & Company, 1992, p. 243.

Os proponentes desse grupo criaram uma versão laica da teoria cristã (poligenista) da origem do homem. Agassiz afirmava que a explicação para a existência de várias espécies de animais residia na diversidade climática; as diferenças de clima serviram, do mesmo modo, de argumento para explicar porque havia várias espécies humanas; a asserção se completou ao conferir uma base “científica” para afirmação segundo o qual os homens que viviam no clima temperado, ou seja, os brancos ocidentais, eram superiores aos povos não-brancos. Havia, pois, uma relação mecânica e automática entre o meio e as características físicas de cada espécie, inclusive entre os homens.

Para Darwin, em contraposição, o sucesso ou o fracasso de uma espécie dependia do fator interno (a herança genética) e do fator externo (o meio). É o acaso que “escolhe” quem sobreviverá, gerando descendentes, ou quem desaparecerá. Portanto, ele quebrou o esquema binário meio/características fenotípicas. A partir de suas descobertas, ficava difícil afirmar, em primeiro lugar, que o habitante do clima temperado era superior ao que residia em locais de clima quente; em segundo, que havia povos adiantados e atrasados; em terceiro, que os discursos racistas tinham uma fundamentação científica e que estavam desconectados dos interesses políticos e econômicos.

A respeito deste último aspecto, o naturalista inglês captou com muita argúcia o enlace entre a política e as teorias raciais. Em uma carta endereçada a A.W. D. Fox, em 4 de setembro de 1850, Darwin se referiu a Louis Agassiz e à versão deste sobre a origem da humanidade a partir de “vários centros de criação”, que correspondia às diversas raças humanas (teoria poligenista). Deus criara brancos e negros como espécies separadas e a mistura só poderia trazer consequências desastrosas, afirmava. Na carta, Darwin mencionou as conferências proferidas por Agassiz nos Estados Unidos, “nas quais ele [sustentava] a doutrina das diversas raças” e completou: “para grande alegria, diria eu, dos sulistas”. O naturalista inglês associou as proposições do naturalista norte-americano com os interesses escravistas. Além disso, não será demais lembrar a aversão de Darwin pela escravidão, sentimento que nasceu por ocasião da viagem do jovem naturalista a bordo do *Beagle*, quando aportou no Brasil e ficou

impactado frente ao espetáculo de violência e de sadismo oferecido pelos senhores no trato com os seus escravos. Jurou nunca mais pôr os pés num país que admitisse a escravidão.¹⁶⁰

A escola histórica, a segunda vertente, contou com figuras como Thomas Carlyle e Gobineau. Articulava raça e história para reforçar teses racistas a respeito da superioridade dos brancos. Havia evidências de que a raça ocupava um papel central na história, e esta revelava que os ocidentais não eram vencedores por acaso. Possuíam capacidade inata para a criação, a civilização e o progresso. A ciência autorizava, pois, que os países do Atlântico-Norte se tornassem os senhores da Terra. Darwin mais uma vez pode ser invocado para fazer a crítica a essa vertente do pensamento racista. Para o naturalista há elementos que permitem contestar a tese de que a humanidade está hierarquicamente dividida entre povos superiores e inferiores. Na teoria do autor de *A origem das espécies* não existe um critério a partir do qual seja possível classificar as espécies segundo a definição de quem seria superior ou inferior. Para Darwin o decisivo era pensar o ser relativamente aos antepassados e não em relação a outras espécies. Em outros termos, somente deturpando o raciocínio de Darwin poder-se-ia afirmar que há espécies melhores ou piores. Ademais, outra grande novidade das descobertas de Darwin é que na evolução dos seres vivos não existe um sentido obrigatório e nem um ponto fixo, um lugar mais alto, no qual estaria a espécie humana. Essa asserção permite dizer que inexiste no pensamento de Darwin a noção de progresso, no sentido da mudança qualitativa do simples para o complexo, do homogêneo para o heterogêneo, tal qual definido por Spencer. A partir das idéias de Darwin seria impossível construir uma escala evolutiva na qual os brancos estariam no topo e os povos não-brancos ocupavam postos “inferiores”.¹⁶¹

Ademais, não será descabido afirmar que a crítica de Bomfim aos intelectuais brasileiros que se contentavam em assimilar e reproduzir idéias alheias, sobretudo quando elas vinham chanceladas pela autoridade de cientistas

¹⁶⁰ **As cartas de Charles Darwin**. uma seleta, 1825-1859 ..., p. 182.

¹⁶¹ HIRST, Paul Q. **Evolução social e categorias sociológicas**. Rio de Janeiro: 1977, p. 21-22.

renomados da Europa e dos Estados Unidos (como Agassiz, Lapouge, Gobineau etc) pode ter tido em Darwin uma inspiração. Percebe-se nas cartas do cientista inglês, ou mesmo nos textos de seus biógrafos, a sua preocupação em submeter todas as idéias, concepções existentes ao crivo da observação, da experiência e da crítica. Em suas cartas, ele deixa entrever que o trabalho científico exige que se submetam as descobertas heterodoxas à crítica dos adversários.¹⁶²

A crença segunda a qual “verdade” científica construía-se no embate entre opiniões divergentes, que pode ser imputada a Darwin, era comungada pelo nosso autor. É a partir dessa perspectiva que concordamos com a boa observação de Darcy Ribeiro, para quem o Manoel Bomfim distinguia-se na ambiência intelectual da época pela sua capacidade de “olhar ao redor de si, com olhos capazes de ver as evidências. Outros apenas liam e citavam”.¹⁶³

O Darwnismo no Brasil

A heterodoxia de Bomfim em relação ao racismo tornou-se possível, também, pela influência das idéias darwinistas que chegaram ao Brasil posteriormente a 1870 e encontraram abrigo nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, duas instituições de ensino em que Manoel Bomfim estudou.¹⁶⁴ O darwnismo de que estamos falando não é a teoria que serviu aos políticos e intelectuais da Europa para justificar e naturalizar a vitória dos mais fortes, dos mais aptos, sejam as classes, as “raças” ou as nações. O darwnismo pode ser visto pela perspectiva de uma teoria a partir da qual é possível fazer a crítica aos valores, padrões e ideologias hegemônicas.

O darwinismo era uma corrente científica que fazia parte do que Sílvia Romero chamou de um “bando de idéias novas”.¹⁶⁵ O “cientificismo”, nas palavras

¹⁶² Sobre o assunto, ver a carta de Darwin endereçada A J. D. Dana, 29 de setembro de 1856. In: DARWIN, Charles. **As cartas de Charles Darwin**. Uma seleta, 1825-1859 ..., p. 241-242.

¹⁶³ Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina** ..., p. 16.

¹⁶⁴ Ele deu início ao curso de medicina na Faculdade da Bahia em 1886; dois anos depois foi morar no Rio de Janeiro e continuou o estudo na Faculdade de Medicina daquela Província. Formou-se em 1890.

¹⁶⁵ Sílvia Romero se referia ao Positivismo, ao evolucionismo, ao darwinismo, à crítica religiosa, ao naturalismo. Academia Brasileira de Letras (Discurso pronunciado em 18 de dezembro de 1906,

de Roque Spencer Maciel de Barros, incentivava os cientistas a acreditarem no poder da ciência para revelar o “ser” das coisas, criar idéias e valores¹⁶⁶, diagnosticar as causas das mazelas sociais e propor soluções. As correntes evolucionistas, incluindo o darwinismo, forneceram o substrato teórico para aqueles que observavam horrorizados o atraso do país – seja na cultura, seja na política, seja na economia – e se identificavam com o progresso e a civilização. Viam uma sociedade “fossilizada”, ainda presa ao passado colonial. O “cientificismo” não se constituiu somente em um instrumento teórico de compreensão da realidade política e social brasileira, pois era também uma forma de intervenção sobre uma realidade que desejavam ver transformada. Sendo assim, desempenhou um papel importante, no final do século XIX, no combate à escravidão e à monarquia.

Os darwinistas opuseram-se ao dogmatismo, ao sistema autoritário de educação, à teologia, à metafísica. Nada podia ser aceito antes de ser submetido ao exame da confrontação, do debate, da observação, da experimentação e da livre crítica. Era, portanto, um instrumento importante de combate ao conservadorismo incrustado nas instituições.

As Faculdades de Medicina (do Rio de Janeiro e da Bahia) constituíram-se em centros importantes de divulgação do darwinismo e de formação de jovens politizados.¹⁶⁷ O currículo reivindicado por alguns professores privilegiava um ensino menos teórico e mais experimental. A atuação do médico, professor e jornalista Miranda de Azevedo (1851-1907) exemplifica a relação entre a prática da medicina e atividade política, descartando-se a separação entre as duas esferas de atuação. Seus trabalhos acadêmicos revelavam a preocupação com a saúde pública e com a instrução popular. Como jornalista empenhou-se pela causa republicana e pelo combate à Monarquia; repudiou o dogmatismo e o autoritarismo; manifestou sua adesão à orientação científica na condução da pesquisa e a radical rejeição dos princípios da metafísica. Na Faculdade de

por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha). In: _____. **Provocações e Debates**. Porto: Imprensa Moderna, 1908, p. 358-9.

¹⁶⁶ **A ilustração brasileira e a idéia de universidade ...**, p. 20.

¹⁶⁷ Sobre o tema, ver COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. **Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

Medicina do Rio de Janeiro, nos anos oitenta do século XIX, havia grande interesse pelas ciências naturais e muitos eram darwinistas; o positivismo perdia força na instituição, florescendo na Escola Politécnica.¹⁶⁸

As idéias e opiniões de Manoel Bomfim ficam mais claras para quem estuda os seus textos se as relacionarmos com a atmosfera política e cultural em que ele estava inserido e que viveu intensamente – no universo acadêmico ou fora dele. Se não havia muitos espaços para o pensamento contrastante em relação às opiniões dominantes, sobretudo quanto às teorias raciais, difícil será negar a existência de algumas brechas; autores como Bomfim delas se beneficiaram, correndo o risco de sofrer com a marginalização e com a perda de prestígio social.¹⁶⁹

O seu discurso anti-racista correspondia à maneira como ele lidava com as opiniões correntes, que se apresentavam como verídicas e válidas somente porque se ligavam à tradição e à herança. Era um dos mecanismos de que se servia o pensamento conservador visando à legitimação dos seus argumentos. O conservadorismo se alimentava do rotineiro, das idéias envelhecidas e engessadas, da aceitação passiva dos aforismos estéreis, das concepções genéricas, prontas e acabadas. O pensamento radical, por sua vez, acreditava na força das idéias, na originalidade, na iniciativa e na ação. A “verdadeira ciência” exigia o embate de idéias, o livre exame. Abdicar da confrontação significava ver o enfraquecimento, a perda de vigor das idéias e das concepções até a sua completa estagnação. Bomfim parece estar reiterando o ponto de vista de Stuart Mill, para quem o intelectual e as idéias precisam de adversários; a hegemonia sem inimigos significa a esclerose do pensamento e do sujeito que pensa.¹⁷⁰

A “verdadeira ciência” rejeita a ilusão de que basta ler para entender a realidade; a leitura em si não prepara uma pessoa para entender cientificamente

¹⁶⁸ A informação é de Carlos von Koseritz; ver COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. Op.cit, p. 32.

¹⁶⁹ A respeito afirmou Marisa Corrêa: “E talvez não tenha sido por acaso que alguns intelectuais da passagem do século que explicitamente combateram o racismo em sua produção intelectual, como Lima Barreto ou Manoel Bomfim, tenham sido ridicularizados enquanto viveram excluídos de instituições que formal ou informalmente tinham algum significado de aceitação de seu papel”. Cf. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998, p.67.

¹⁷⁰ **Sobre a liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

as coisas. Ela só educa a inteligência se desenvolver o espírito de observação; é preciso confrontar o que se lê com a realidade à qual o texto se refere. Sem a experiência e a observação estamos no campo da verborragia, da repetição etc.

Manoel Bomfim sublinhou a necessidade de não aceitar de imediato o que vinha como dogma e protegido por uma aura de autoridade e, portanto, salvaguardado da crítica e da contestação. Isso ele aprendera com os seus mestres. Na condição de professor, pesquisador e escritor ele pretendia educar as consciências da necessidade da crítica e do livre exame. Tomar como verdadeiras opiniões com base apenas na pretensa autoridade de um determinado autor ou idéias lastreadas por “falsos prestígios”¹⁷¹, é cair em erro e praticar “ciência falsa”. Ele exortava os seus ouvintes e leitores a repudiar a rotina, a ausência de vontade, a falta de iniciativa, pois o conservadorismo se alimentava da passividade; preconizava a necessidade do espírito ativo, questionador, já que “viver é acrescentar alguma coisa ao que existe”.¹⁷²

A Constituição republicana, resultado de cópia de outras, mas mal adaptada às condições do país¹⁷³ e a opinião quase consensual a respeito dos “defeitos” do trabalhador nacional em comparação às “virtudes” do imigrante¹⁷⁴, são dois exemplos da assimilação e reprodução, “sem mais exame”, de idéias que ganharam estatuto de verdade de tão repetidas; a reiteração do senso-comum permitia a propagação de concepções conservadoras, discriminatórias, preconceituosas, como o argumento de que o povo era o “problema”, quando se tratava de encontrar a causa das mazelas sociais e econômicas do país. O mesmo esquema explicativo vale para o autor refletir sobre como se deu a recepção e a propagação das teorias racistas no Brasil.

Os intelectuais brasileiros, no esquema interpretativo de Bomfim, aceitavam, justificavam e queriam comprovar a veracidade das teorias sobre a superioridade racial com base na autoridade e no prestígio, tanto dos intelectuais quanto das disciplinas como a história, a antropologia e a etnografia, cujas

¹⁷¹ BOMFIM, Manoel. O progresso pela instrução. In: BOMFIM, Manoel et alii. **Discursos**. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Profissional, 1904, p. 21.

¹⁷² Idem, p. 20.

¹⁷³ Idem, p. 172.

¹⁷⁴ Idem, p. 177.

“competências” eram reconhecidas nos países centrais; o critério para a aferição da “verdade” não passaria, assim, pela demonstração, resultante do trabalho árduo da pesquisa, pois a “verdade” já estaria inscrita nos textos, por exemplo, de Le Bon, Lapouge ou Gobineau.

Sílvio Romero, na série de artigos que escreveu para criticar o livro *A América Latina*¹⁷⁵, fez uso do procedimento questionado por Bomfim; a obra examinada não passava, de acordo com Romero, de um amontoado de “erros”; os equívocos poderiam ter sido evitados se Bomfim tivesse lido determinados textos da lavra de reputados especialistas. Ademais, colocar em dúvida a doutrina da desigualdade racial não fazia sentido, pois ela fora gerada mediante “investigações sinceras, objetivas, imparciais” por parte dos “maiores espíritos e os mais profundos sábios”.¹⁷⁶ Portanto, essas proposições “científicas” não tinham qualquer relação com a política.

Bomfim teria evitado os “enganos”, depreende-se do argumento desse seu crítico, se tivesse recorrido aos textos “corretos” e reafirmado o que disseram os antropólogos, etnólogos e historiadores europeus, cujas teses estariam a salvo de qualquer questionamento, já que resultariam de pesquisas isentas. Além de refletir sobre os interesses que estavam por trás dos que, em nome da ciência, emitiam juízos de valor condenando o mundo não-europeu e a população não-branca, Bomfim chamou a atenção para a necessidade de o pesquisador ficar atento para não confundir a realidade observada com as pré-noções encontradas nos livros e chanceladas pela ciência européia. A sua análise foi fiel ao que ele propunha.

Darwinismo, altruísmo e guerra

A história da obra *A origem das espécies* está ligada às idéias heterodoxas nela contida, bem como aos usos e abusos políticos a que ela se prestou. A noção-chave de “luta pela existência” serviu aos mais diferentes propósitos

¹⁷⁵ Romero escreveu vinte e cinco artigos para a revista *Os Anais*; posteriormente eles foram publicados no livro intitulado *A América Latina* (análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim).

¹⁷⁶ ROMERO, Sílvio. **A América Latina** (análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim). Porto: Livraria Chardon de Lello & Irmão Editores, 1985, p. 213.

políticos. Uma interpretação possível da teoria de Darwin consistia em conceber os organismos vivendo em eterno conflito de todos contra todos. O naturalista inglês revelou que as espécies eram mutáveis e na evolução muitos organismos e espécies morriam. A perpetuação de alguns indivíduos e espécies provocava a destruição de outros; essa visão rompia com a tradicional concepção de um Deus benévolo, que teria criado e ordenado um mundo (a Natureza) estático, harmonioso, com cada ser ocupando o seu lugar fixo em um sistema hierárquico ascendente, na qual o homem ocuparia o ponto mais alto.

O mecanismo da seleção natural, a força cega que “escolhia” quem viveria e quem morreria foi pensado, segundo o próprio Darwin, a partir da obra de Malthus, *Ensaio sobre a população*. Desse modo, a seleção natural, conceito biológico, foi inspirada em um livro de economia-política. Posteriormente, *A origem das espécies*, livro que trata dos seres se relacionando na natureza, serviu para dar fundamento a discursos político-ideológicos.

A percepção de que havia leis que presidiam a vida dos animais, das plantas e, também, dos seres humanos e das sociedades atraiu a atenção de muitos. Na “luta pela sobrevivência” ocorria tanto na natureza quanto nas sociedades, logo, nos dois casos o progresso implicava competição, violência, dor, combate e morte. Essa idéia seria apropriada em países como Inglaterra, França e Alemanha que assistiam assombrados aos avanços da industrialização, da ampliação em escala planetária do comércio, da ascensão da burguesia e do proletariado e do aumento vertiginoso da população nos grandes cidades industriais. Essa visão foi útil para a legitimação do capitalismo, do individualismo – da realização do interesse pessoal –, das iniciativas de controle populacional, da depuração eugênica (eliminação dos alcoólatras, dos doentes, dos loucos, etc) e da tentativa de controlar as reivindicações dos trabalhadores. O darwinismo poderia reforçar o *status quo*, o elitismo, a conquista, a repressão, o racismo e o militarismo (visto como uma necessidade biológica). Tudo em nome da concepção de que a vida em sociedade é luta, competição em que há vencedores e perdedores, os aptos e os despreparados. Da teoria da seleção natural foram extraídos elementos para a defesa do livre mercado, do fim dos monopólios,

considerados privilégios “não naturais”, pois tudo dependia da competição e do talento. Com base na teoria de Darwin, os grupos sociais ligados às indústrias e ao comércio e profissionais liberais tinham condições de reivindicar a retirada dos privilégios do clero e da classe proprietária de terras. Em poucas palavras, “isso transformava a natureza numa aliada das classes médias”.¹⁷⁷

Se as proposições do cientista inglês forneceram material para os liberais, elas constituíram manancial para radicais ateus socialistas¹⁷⁸, os quais perceberam o potencial de crítica ao clero na concepção material, que era a base da análise darwiniana da vida dos organismos vivos, concepção essa que poderia ser transferida para o exame da sociedade. Poder-se-ia concluir, a partir da teoria de Darwin, que Deus não existia e Ele nada tinha a ver com a origem, reprodução e evolução das espécies, já que os fenômenos explicavam-se através do mecanismo da seleção natural. Tudo dependia do acaso (das variações úteis) e das forças materiais, ficando eliminada qualquer atuação de instâncias transcendentais.

As idéias de Darwin foram apropriadas também pelos socialistas e anarquistas. Ambos os grupos idealizaram a vida social pautada na cooperação e na igualdade e rejeitaram a competição e o individualismo. Tomamos os exemplos de Wallace, o socialista amigo de Darwin, e o anarquista russo Piotr Kropotkin. O primeiro distinguiu animais de pessoas e afirmou que mesmo os povos primitivos apresentavam “divisão do trabalho”: homens e mulheres dividiam-se, ficando uns encarregados de coletar e pescar, outros de plantar e colher. Realçou o fato de a divisão não se relacionar com a competição, mas com a cooperação, pois cada indivíduo se voltava para a comunidade. Por isso sublinhou a solidariedade existente nos momentos difíceis, como nos casos de doenças e na hora da distribuição de alimentos. De acordo com Wallace, a seleção natural aperfeiçoava as práticas que levavam à coesão social; a solidariedade, não a competição, proporcionava as condições de vitória na “luta pela existência”.

¹⁷⁷ DESMOND, Adrian; MOORE, James. Op. cit., p. 434.

¹⁷⁸ Idem, p. 314.

A afirmação da singularidade humana implicava a oposição ao determinismo biológico. Os seres humanos não eram governados pelas leis que regiam os animais, pois estes estariam sujeitos à mão de ferro de uma natureza violenta. Nos seres humanos, ao contrário, a inteligência, a criatividade, a capacidade de criar, de inventar permitiram vencer os óbices impostos pelo meio. Pertencendo ao mundo da cultura, humanos podiam usar as suas potencialidades para desenvolver laços de solidariedade, de sentimentos e práticas altruísticas. Wallace afirmou tudo isso com o propósito de revelar a sua utopia de uma sociedade em que prevaleceriam a “perfeição moral”, a igualdade e as associações voluntárias.¹⁷⁹

Se Wallace realçou a diferenciação entre seres humanos e animais, do ponto de vista da dicotomia cultura/natureza, Kropotkin desenvolveu a sua concepção de “Ajuda mútua” com base em um pretenso sentimento altruísta que existiria tanto no homem quanto no animal. Não descartou, contudo, que pudesse ser encontrado em ambas as espécies o sentimento oposto: o de dominar e de submeter¹⁸⁰, mas a cooperação, a vontade de se unir aos outros membros da espécie é um fator predominante na natureza, não se excetuando o homem. A teoria da evolução explicava a gênese e o desenvolvimento do instinto gregário entre animais e entre os seres humanos.¹⁸¹ Na luta pela existência, a cooperação constituía-se em um instrumento importante para a sobrevivência dos animais para enfrentar o frio, as inundações, a escassez de alimento e para combater em condições vantajosas os inimigos, mesmo os mais bem equipados em termos bélicos¹⁸². Ele mencionou os animais que vivem em bandos para caçar e se proteger dos predadores. A “Ajuda mútua” veio a ser, portanto, um fator crucial para conservação e a evolução das espécies. No fundo, o assunto abordado adentrava o campo da ética. Kropotkin enxergou na “simpatia mútua” a “consciência moral” embrionária, base do sentimento de justiça e igualdade. Por

¹⁷⁹ Sobre Wallace, ver DESMOND, Adrian; MOORE, James. Op. cit., p. 539 e 572; CROOK, Paul. Op. cit., p. 57.

¹⁸⁰ KROPOTKIN, Piotr. **Ética: origem e evolucion de la moral**. Buenos Aires: Editorial Argonauta, 1925, p. 39.

¹⁸¹ CROOK, Paul. Op. cit., p.107.

¹⁸² KROPOTKIN, Piotr. Op. cit., p. 30.

isso destacou o espírito de sacrifício entre os animais. Quanto à humanidade, referiu-se aos homens vivendo em entidades coletivas – o clã, a comunidade rural, as repúblicas de cidades livres e fraternidade entre as nações.¹⁸³

A obra *Ajuda mútua* foi escrita em 1902, em inglês, com o objetivo de refutar a tese exposta por Huxley no artigo “The struggle for existence in human society”, no qual o discípulo de Darwin afirmara que na natureza a vida caracterizava-se pela guerra de todos contra todos. A natureza era o palco de gladiadores, em que os instintos violentos prevaleciam, predispondo os organismos à luta e à competição. Nada mais distante desse universo do que a interdependência e a gregaridade entre os indivíduos. Portanto, esse comportamento amoral não poderia ser modelo para se pensar as sociedades civilizadas. Se estas fossem organizadas tomando-se como parâmetro o mundo dos animais veríamos instalada a anarquia, ou seja, “o brutal mundo hobbesiano”.¹⁸⁴

Kropotkin e Huxley sustentaram dois pontos de vista sobre a natureza: o primeiro cria na existência de um “instinto de simpatia”, a sua “parte mais nobre”; para o segundo o seu “ser” era a luta sem freios e sangrenta; para Kropotkin havia dissociação entre biológico e social; para Huxley não existia distinção: o que valia para os animais valia para o homem. Darwin constituiu-se no interlocutor privilegiado para ambos, já que na obra do cientista inglês é possível encontrar esses dois pontos de vista. Sua teoria da seleção natural afirmava que na complexa relação dos organismos vivos entre si e com o meio havia os vencedores e os perdedores; isso poderia ocorrer através da competição e da luta entre indivíduos e espécies; a vitória ou a derrota poderia, por outro lado, depender do grau de coesão, de solidariedade do grupo. Um reformista liberal poderia justificar a livre concorrência a partir dessas idéias; um anarquista poderia apoiar-se nos mesmos textos para dar sustentação teórica para a utopia em que os seres humanos viveriam em comunidades solidárias e fraternas. Portanto, a concepção de “luta pela sobrevivência” serviu aos mais diferentes propósitos políticos,

¹⁸³ Idem, p. 34.

¹⁸⁴ GOULD, Stephen Jay. Kropotkin não era nenhum Pancrácio. In: _____. **Viva o brontossauro:** reflexões sobre a história natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 321.

cabendo a cada autor “pinçar” da obra de Darwin o aspecto que interessava. Assim procederam Huxley, Kropotkin, Manoel Bomfim e outros.

Nessa contenda teórica pela apropriação da noção de seleção natural, o pêndulo talvez se dirija para Kropotkin se considerarmos que, como lembrou Jay Gould, a luta pela existência, no sentido conferido pelo autor de *A Origem das espécies*, é uma metáfora e não uma “afirmação explícita sobre combate sangrento”.¹⁸⁵ Ela pode se referir tanto à competição quanto à cooperação. Na teoria de Darwin, a idéia fundamental é a dependência entre os seres vivos – e destes em relação ao meio –, a garantia da vida e a capacidade de deixar descendentes. A luta pela sobrevivência pode significar, por um lado, dois cães brigando por um alimento escasso; por outro, um vegetal tentando sobreviver no deserto¹⁸⁶ ou uma planta que produz mais sementes do que a competidora e assim tem chances de deixar descendentes.¹⁸⁷ Em poucas palavras, ele realçou a luta pela *vida* e não a destruição desta.

No livro *The descent of Man*, Darwin aproximou animais e homens. Ambos compartilhariam várias características comuns, como o “instinto de sobrevivência”, o “amor da mãe pelo descendente”, a imitação, os instintos adquiridos que são transmitidos aos descendentes, a atenção, a emoção, a memória, a imaginação, a escolha, a razão.¹⁸⁸ Ademais, nas duas espécies predominaria o “instinto social”, as afinidades, a sociabilidade e a cooperação, ou seja, todos os fatores determinantes para manter a coesão, seja a do grupo, a da espécie ou a da sociedade.

Darwin por Manoel Bomfim

Manoel Bomfim ocupou-se de Darwin para salvá-lo das garras dos “teoristas do egoísmo e da rapinagem”¹⁸⁹, os quais justificavam, com base na

¹⁸⁵ Idem, p. 320.

¹⁸⁶ DARWIN, Charles. **A origem das espécies e a seleção natural** ..., p. 69.

¹⁸⁷ CROOK, Paul. Op. cit., p. 16.

¹⁸⁸ DARWIN, Charles. **The descent of man**. Chicago; London; Toronto: Encyclopaedia Britannia, 1952, especialmente capítulo III.

¹⁸⁹ BOMFIM, Manoel. **A América Latina** ..., p. 249.

concepção de luta pela existência, a dominação de classe, a exploração do trabalho, a extinção dos povos considerados inferiores e a guerra. Esforçou-se o autor de *A América Latina*, em primeiro lugar, para revelar o enlace entre discurso e política, tornando possível “desnaturalizar” toda forma de discriminação, de dominação e de guerra; em segundo, para explicitar a sua utopia, cuja existência humana, em todos os níveis, estivesse baseada na cooperação e no sentimento altruísta.

A “luta pela existência”, noção-chave para Darwin explicar a gênese e a evolução das espécies foi apropriada, como vimos, por diversos autores e com objetivos opostos. Para o esquema explicativo de Bomfim constituiu-se, também, em um elemento importante. O seu argumento se aproximou das proposições do socialista Wallace e do anarquista Kropotkin, embora ele não os tenha mencionado. Sua interpretação da “luta pela existência” é a mesma de Jay Gould: viu-a como uma metáfora. Os animais podem protagonizar combates cruentos por causa de um estoque de alimento reduzido, porém esse aspecto não esgota todo o seu significado tal qual concebido pelo autor de *A origem das espécies*, pois a “luta pela vida quer dizer tendência a viver, esforço para conservar a vida e propagá-la e não, simplesmente, conflito material, agressão cruenta”.¹⁹⁰

Novamente Darwin foi evocado para fundamentar a concepção das relações humanas fundadas na fraternidade. Daí a alusão à idéia de que o progresso social humano equivalia ao aprimoramento do sentimento altruísta e de solidariedade; em nome de sua utopia identificou a superioridade humana e a capacidade de construir relações de cooperação, combatendo tudo o que se opunha à “harmonia e unificação da espécie humana”.¹⁹¹ O paralelismo entre vida social (humana) e vida animal serviu, agora, para afirmar que raras eram as disputas no interior da mesma espécie e que “nunca se faz no sentido de um grupo obrigar o outro trabalhar para si”.¹⁹²

Esse debate referia-se ao tema da evolução e da ética. Os contendores separaram-se em campos opostos e sustentaram duas visões da natureza. De um

¹⁹⁰ BOMFIM, Manoel. *A América Latina* ..., p. 249.

¹⁹¹ Idem, p. 250.

¹⁹² Idem, p. 254.

lado, a idéia de que ela impulsionava os seres vivos para a competição. De outro, a de que ela os predispunha para a vida coletiva e solidária. Se a natureza era amoral, ela não poderia ser guia para a organização da sociedade. Se ela era uma arena de gladiadores, poderia servir de pretexto para reforçar, naturalizando, as relações sociais e econômicas capitalistas. Se a natureza era, em oposição, moral e benfeitora, desse argumento seria possível retirar a proposição segundo a qual “a sociedade humana deve fundar-se em nossas inclinações naturais”¹⁹³, isto é, para a vida em que os indivíduos se aproximem dos outros, motivados unicamente pelos interesses da coletividade.

Recaiu sobre Darwin a atenção dos autores, não se excetuando Manoel Bomfim, para quem o naturalista inglês rompeu com a filosofia moral utilitarista inglesa.¹⁹⁴ Ele se referiu à doutrina que preconizava a maximização da felicidade e a diminuição do sofrimento na vida das pessoas como o fim último da ação. Ao afirmar que Darwin rompera com os pressupostos dos utilitaristas, Bomfim recuperava a crítica que fizeram os adversários da escola de Jeremy Bentham. A objeção dizia respeito ao meio através do qual buscava-se a felicidade. A ressalva questionava o sujeito da ação, qual seja, o eu frio, calculista, hedonista que desprezava os sentimentos, as disposições naturais que levavam as pessoas a buscarem a companhia das outras. Darwin enfatizou as inclinações inatas dos seres para a vida coletiva, que eram indispensáveis na luta dos seres vivos para garantir a vida, a saúde e o bem-estar do grupo. Os utilitaristas enfrentaram a espinhosa questão de compatibilizar felicidade pessoal e felicidade coletiva, dado que era facultado às pessoas perseguirem-na individualmente. A solução preconizada para harmonizar os interesses, propostas por Bentham e Stuart Mill, consistia na reivindicação da aplicação de sanções externas, como a lei, a religião, a educação ou a opinião pública.¹⁹⁵

¹⁹³ GOULD, Stephen Jay. Kropotkin não era nenhum Pancrácio. In: _____. **Viva o brontassauro** ..., p. 323.

¹⁹⁴ A tradição filosófica mencionada viria desde Bacon, Locke, A Smith até Stuart Mill e Spencer. BOMIFM, Manoel. **A América Latina** ..., p.250.

¹⁹⁵ Sobre Bentham, ver RICHARDS, Robert J. **Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior**, p. 235; MILL, Stuart. **O utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 41.

O autor de *A origem das espécies* não precisou enfrentar essa questão, pois, de acordo com a sua teoria, as motivações morais não tinham relação com o cálculo dos agentes, mas com uma determinação da natureza. Por isso, Bomfim atribuiu ao naturalista inglês a seguinte afirmação: a moral alicerçava-se nas inclinações instintivas dos indivíduos em se juntar aos demais, “fora de qualquer cálculo”.¹⁹⁶ Em outros termos, as comunidades que não cuidavam da preservação das instâncias que cimentavam e davam força às coletividades poderiam desaparecer. Impossibilitados de enfrentar com sucesso as dificuldades impostas pelo meio e a competição com os grupos rivais, elas sofreriam a ação da seleção natural, que preservava quem conseguia manter-se coeso. As ações úteis eram aquelas que promoviam a aproximação entre os seres.

A idéia de comparar vida humana e vida animal, tendo em vista transformar vitórias e derrotas nas sociedades humanas em um dado “natural”, criando uma relação direta e mecânica do tipo vitoriosos/povos superiores e derrotados/povos inferiores, recebeu de Bomfim forte crítica. O seu argumento consistiu no seguinte: a disputa do chagal com outro chagal “faz valer apenas os seus recursos próprios”. Já nas sociedades humanas há outros elementos que definem quem vence e quem perde. A “luta pela existência” no universo humano envolveria “renome de família, fortuna herdada, prestígio de classe, dando a um deles tal superioridade que o faz vencer, quando, individualmente e isolado, ele seria vencido pelo seu competidor”.¹⁹⁷ Se os índios da América foram derrotados pelos colonizadores europeus, isto não significa que havia a força ou a fraqueza essenciais. Os europeus venceram porque vieram mais bem equipados em termos bélicos. Para saber das razões da supremacia Ocidental seria recomendável consultar livros de história militar, em vez de recorrer a tratados de biologia. Mesmo na natureza, os mais aptos para a competição não são necessariamente os mais fortes fisicamente. Os mastodontes e mamutes desapareceram, já as formigas multiplicaram-se.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Bomfim, Manoel. **A América Latina** ..., p. 250.

¹⁹⁷ Idem, p. 254.

¹⁹⁸ Idem, p.256.

A intenção de Bomfim consistia em realçar, primeiramente, que o paralelo entre mundo da natureza e universo social era uma metáfora, pois os mecanismos que garantiam a supremacia de indivíduos, grupos ou classes tinham a ver com elementos inerentes às sociedades de classes, como poder econômico, prestígio social etc; em segundo lugar, que a natureza ensinava que a conjunção de interesses e esforços era um dado decisivo para o progresso social e o aperfeiçoamento da sociedade e das pessoas.

Entre os homens deveria predominar a solidariedade, o incentivo para o aprimoramento do sentimento altruísta. A luta não pode ser entre as classes, as nações ou entre indivíduos, mas dos homens contra a natureza. Bomfim fez a distinção entre natureza e cultura, afastando-se, pois, do determinismo biológico. Cria no poder da ciência, da tecnologia, da inteligência, elementos essencialmente humanos, para combater a fome, o frio, a pobreza, as moléstias, a velhice etc.

Para Manoel Bomfim, pretender aperfeiçoar as pessoas atirando-as em uma arena de gladiadores era uma aberração. Ele indagou se não seria absurdo querer melhorar o homem “fazendo-o voltar justamente à primitiva condição animal”. Ademais, se o homem possui esse “instinto” (o da competição), todo esforço deve ser feito para eliminá-lo.¹⁹⁹

Toda essa argumentação envolvendo as idéias de Darwin foi elaborada, principalmente, com o objetivo de criticar os que se apropriavam das concepções do naturalista, deturpavam-nas e punham-nas a serviço de discursos racistas e legitimadores do tráfico de escravo e da escravidão. O seu alvo no livro *A América Latina* foi o historiador português Oliveira Martins, que justificara um e outra em nome da teoria de Darwin.

A ênfase na idéia de solidariedade relacionava-se aos mais diferentes propósitos. Era a manifestação do desejo de ver o planeta transformado em um espaço comum para a convivência harmoniosa e pacífica da espécie humana. Tratava-se, aqui, do ideal de uma “Pátria Humana” (termo usado por Euclides da Cunha).²⁰⁰ No raciocínio de Bomfim a solidariedade universal tornar-se-ia

¹⁹⁹ Idem, p. 255.

²⁰⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão** ..., p. 121.

realidade mediante a paulatina superação das desigualdades econômicas entre as nações e, para a realização desse projeto, seria necessário fazer da ciência um instrumento de controle e dominação da natureza em benefício de todos os homens. O autor que fez tal afirmação era um intelectual em que o sentimento nacionalista e o cosmopolitismo conviviam. Ser cosmopolita significava querer ver o país participando da comunidade internacional ocidental. Ser patriótico implicava buscar a originalidade nacional. A coexistência de nacionalismo e de cosmopolitismo produziu um raciocínio no qual se tornava imperioso voltar-se para o interior do país e para o seu passado, tentando encontrar o “eu nacional”, mas sem perder de vista a Europa e sem cultivar “qualquer pensamento exclusivista” nem sustentar “qualquer preocupação agressiva”.²⁰¹

A vontade de ser ao mesmo tempo um “homens do seu tempo e do seu país” (a expressão é de Silvio Romero) constituiu-se numa característica saliente dos homens “ilustrados” brasileiros no período da *Belle Époque*. Joaquim Nabuco expressou de forma explícita e sincera o dilema do intelectual que se via diante da necessidade de pensar a realidade nacional, vista como imperfeita e inacabada, tendo como modelo os países do Atlântico Norte, expressão acabada do “progresso” e da “civilização”. No seu livro de memória afirmou: “sou antes espectador do meu século do que do meu país: a peça para mim é a civilização”.²⁰² É o sentimento do homem culto brasileiro que tinha um pé no Brasil e outro na Europa²⁰³ e nutria um certo mal-estar em relação ao seu país e ao seu povo, feito de uma população multirracial e cuja maioria compunha-se de iletrados. Achava-se no direito de estar em outro lugar, de pertencer a um outro mundo.

Bomfim, diferentemente, deixou clara a sua identificação com o país e o seu desejo de ver incorporadas à nação todas as pessoas, independente da classe social ou da etnia²⁰⁴. Fica evidente para o leitor dos seus livros o seu esforço para

²⁰¹ BOMFIM, Manoel. Advertência. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina** ..., p. 34.

²⁰² **Minha formação**. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984, p. 47.

²⁰³ Evaldo Cabral de Mello utilizou o termo “dilema do mazombo” para descrever essa condição do intelectual latino-americano. Uma sociedade escravocrata, mais de cem anos após a Abolição. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 18.9.1999. Caderno de Sábado, p. 6.

²⁰⁴ Joaquim Nabuco, lembre-se, tinha a mesma opinião. Os ex-escravos e os seus descendentes tinham o direito de participar da sociedade capitalista e democrática, por ele imaginada como a ideal. Ver **O abolicionismo**; UEMORI, Celso Noboru. **Joaquim Nabuco** ...

contraditar os discursos racistas. Um efeito imediato do preconceito racial foi o de estigmatizar os não brancos, transformando-os em pessoas intelectualmente “incapazes”, permitindo o seu afastamento da concorrência em determinadas profissões, como na imprensa, por exemplo. Os protestos de escritores negros e mulatos, como Cruz e Sousa e Lima Barreto, são exemplos elucidativos. Nesse caso, a ciência serviu ao propósito de excluir; Bomfim dela fez uso para afirmar a sua vontade de ver destruída as bases teóricas que sustentavam os pensamentos e as práticas de exclusão. Para combater o racismo e os seus propagadores ele evocou Darwin e suas concepções anti-racistas. A insistência na necessidade de se cultivar sentimentos altruístas, de construir relações humanas alicerçadas na solidariedade visava, entre outras coisas, afirmar que a nação brasileira deveria incluir fraternalmente, como cidadãos, todas as pessoas e estratos sociais. Ser altruísta e solidário implicava não ser racista.

A idéia de solidariedade não dizia respeito apenas às relações pessoais, de grupos e classes. No pensamento de Bomfim ela tinha uma conotação mais ampla e estava relacionada à percepção de alguns intelectuais que viam com apreensão a crescente interferência do imperialismo norte-americano sobre a América Latina. Ele percebeu o enlace entre os discursos em defesa do Pan-Americanismo e o interesse estadunidense em afastar a influência da Europa e consolidar a sua hegemonia. Quando grande parte da intelectualidade e de políticos brasileiros aderiu ao projeto do governo norte-americano, nosso autor a ele fez oposição.

É a partir dessa postura política que podemos entender, em parte, o objetivo e o conteúdo do livro *A América Latina* e da ênfase na concepção de solidariedade. Nesse livro ele realçou o destino comum dos povos ibero-americanos²⁰⁵, resultado de séculos de exploração e dominação colonial (o parasitismo ibérico), que geraram os “males de origem”. A idéia de solidariedade, nesse contexto, chamava a atenção para a necessidade de fazer convergir força e vontade dos países latino-americanos, tendo em vista contrapor-se politicamente ao inimigo comum, o imperialismo Norte-Americano. Em outros termos, quanto

²⁰⁵ No capítulo que se segue, mostraremos que, posteriormente, ele vai realçar as características específicas que fizeram do Brasil um país com características peculiares relativamente aos países hispano-americanos.

mais fracos os vínculos entre as nações latino-americanas, mais estariam expostas à ambição e à cobiça estadunidense e dos demais países que queriam “dividir a Terra entre si”.²⁰⁶

O ambiente político-cultural das primeiras décadas da jovem República também favoreceu um certo saudosismo de outra época e o desejo de buscar uma solidariedade perdida ou a ser construída no futuro. A intelectualidade via perplexa o caminho tomado pelo novo regime. Republicanos e monarquistas expuseram o seu desalento. O país transformado em cassino (o reino da “ladroagem e da jogatina”)²⁰⁷, a mercantilização das relações, o individualismo exacerbado e o desejo de alcançar prestígio social pela via da acumulação de riqueza configuram a imagem do caos. A República trouxe para o centro da vida pública o homem de negócios, os que voltavam todas as suas energias para o enriquecimento. No Império, ele existia enquanto personagem marginal, pois os representantes mais proeminentes da Monarquia ocupavam-se principalmente com a política, como revelou Caio Prado Jr.²⁰⁸ Todas as barreiras de caráter moral que existiam no passado, para frear ambição do especulador e negociista, foram suprimidas. Via-se a emergência de um “novo espírito”²⁰⁹, o da busca da acumulação da riqueza a qualquer custo.

²⁰⁶ Apud NUNES, Maria Thetis. **Silvio Romero e Manuel Bomfim**: pioneiros de uma ideologia nacional. Aracaju: Cadernos da UFS, 1976, p. 7.

²⁰⁷ Referência ao que se viu posteriormente à implementação da política financeira, denominada de Encilhamento, da autoria Rui Barbosa, então ministro da Fazenda do Governo Provisório. Em uma carta dirigida a André Rebouças, em 28 de janeiro de 1893, o monarquista Joaquim Nabuco expressou o seu desalento com os caminhos tomados pela jovem República, transformada em “reinado da ladroagem e da jogatina” e em que se perderam quaisquer parâmetros de moralidade. **Cartas a Amigos**. In: NABUCO, Joaquim (Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco). São Paulo: Instituto Progresso Editorial S A, 1949. (Obras Completas de Joaquim Nabuco, t. XIII, vol. I), p. 220-221.

²⁰⁸ **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 228-229.

²⁰⁹ Idem, p. 229. Nicolau Sevcenko afirmou que Euclides da Cunha e Lima Barreto estavam chocados com o desaparecimento de qualquer freio ou contrapeso à ambição, ao egoísmo e a falta de solidariedade entre as pessoas do seu tempo. É nas primeiras décadas da República que Sevcenko detectou a mudança de “sensibilidade e mentalidade”. Ele tipificou essa transformação analisando dois discursos sobre a paisagem brasileira. A primeira é a do romancista, deputado e ministro conservador José de Alencar, figura destacada na vida política do Império. O outro é o de Vicente de Carvalho, “líder republicano e positivista, deputado Constituinte paulista e fazendeiro de café em Franca”. No romance *O Guarani* a paisagem brasileira é enaltecida tão-somente pela beleza e como ornamento; Vicente de Carvalho viu a mesma paisagem, em 1916, do ponto de vista da utilidade, a do valor que ela tinha no mercado. Ver SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão** ..., p. 238-41. Bomfim e outros intelectuais de sua geração estavam vivendo essa

É a partir daí que se torna possível captar o significado da crítica ao *status quo* levada a cabo pela geração de Manoel Bomfim. Como tantos outros, ele enxergou na competição e no conflito não a possibilidade do progresso da sociedade e das pessoas, mas a desagregação e a imoralidade. A inteligência, o trabalho e o esforço nem de longe garantiam o sucesso profissional, segundo a ótica dos homens cultos que estavam descontentes com a República. Acusavam esta de ser o reino da mediocridade, dos espertos, dos calculistas, dos pragmáticos que apostavam no enriquecimento fácil e rápido.

Imerso nesse meio, nosso autor, e não só ele, defendeu uma curiosa relação com o Ocidente – modelo a ser seguido. Deste desejava-se a tecnologia, a ciência – elementos capazes de criar riqueza e bem-estar –, a democracia, mas rejeitava-se a competição e o conflito, o mercado, enfim. A percepção de estar vivendo em mundo hobbesiano motivou Bomfim a imaginar formas de convivência social em que predominassem a solidariedade e a harmonia. Pelo exposto acima, a concepção darwinista de “luta pela existência”, como sinônimo de concorrência e disputa, não tinha condições de encontrar terreno fértil para fincar raízes no Brasil da *Belle Époque*.

Ademais, a abolição da escravidão e a implantação da República não trouxeram transformações estruturais. O país continuava sendo uma economia agro-exportadora e assentada no latifúndio e inexistia uma classe média urbana, a quem a concepção de luta pela existência serviria de justificativa ideológica contra a classe conservadora, a oligarquia.

Na Inglaterra da segunda metade do século XIX, as idéias de Darwin tiveram grande aceitação entre os industriais, comerciantes e profissionais liberais. A classe média em ascensão vislumbrou na teoria do naturalista a justificativa ideológica para atacar a Igreja e a aristocracia rural e para propagar a doutrina do livre-comércio, da competição, da meritocracia e do fim dos monopólios.

transição. Pode-se compreender muito do que pensaram e disseram a partir da constatação de que eles enxergavam como um problema a predominância do utilitário e do individualismo relativamente aos valores éticos que ligavam as pessoas. Daí a ênfase nos seus textos na necessidade de resgatar ou construir laços de solidariedades.

O que foi escrito explica, em parte, o motivo pelo qual Bomfim contrapôs à ética utilitária à “moral de Darwin” e fez a opção por esta. Aquela fora associada ao indivíduo calculista, insensível, pragmático, que agia tão-somente motivado pelo interesse pessoal. Esta caracterização da ética utilitária coincidia com a percepção da intelectualidade brasileira a respeito do comportamento amoral das pessoas no início do período republicano.

Torna-se compreensível, ademais, que o nosso autor não estivesse predisposto a aceitar a teoria de um Stuart Mill. Para o autor de *O utilitarismo*, o interesse público não podia estar em questão. Neste aspecto, Bomfim e Mill concordariam. No entanto, para Mill inexistia o vínculo, direto e automático, entre virtude/ações boas e vícios/ações condenáveis, pois para ele, uma pessoa poderia agir motivada pelo interesse particular e o seu gesto acabar contribuindo para a felicidade da maioria. Do mesmo modo, um gesto de uma pessoa virtuosa poderia resultar em prejuízo para a coletividade.²¹⁰

Tal argumento chocava-se com a visão do autor de *A América Latina*, pois no seu raciocínio, interesse particular e bem geral eram termos antagônicos e inconciliáveis. O primeiro foi vinculado ao individualismo, à ambição, ao egoísmo, à dominação, ao colonialismo, ao poder, à exploração, à escamoteação, ao preconceito. O segundo referia-se à idéia de integração entre as pessoas e entre as nações, de fraternidade, de harmonia social, de cooperação. Por isso, Bomfim ficou mais próximo do anarquista Kropotkin, do socialista Wallace, ou das concepções de Darwin e distante dos utilitaristas. Ele comungava com os três a concepção segundo a qual os seres humanos tendem a procurar a companhia dos outros e em que a troca, o acolhimento, a negação dos exclusivismos devessem prevalecer nas relações sociais.

A rejeição da ética utilitarista tinha a ver com a inclinação de Bomfim pelo “socialismo”, ou o que muitos entendiam por socialismo em sua época. Ele assim foi considerado por Sílvia Romero, que o chamou de “socialista bastardo”; Antonio Candido associou o seu “radicalismo” à proximidade dele dessa corrente política e de pensamento. Roberto Ventura e Flora Sussekind escreveram um texto sobre o

²¹⁰ MILL, Stuart. *O utilitarismo* ..., p. 44--45.

autor intitulado *Uma teoria biológica da mais-valia*? Dante Moreira Leite afirmou que Manoel Bomfim não poderia ser compreendido em seu tempo porque aderira ao socialismo no momento em que os intelectuais, "direta ou indiretamente, estavam seduzidos pelas *realizações* de Mussolini na Itália²¹¹." No começo do século XX havia uma certa sedução de parte da intelectualidade pelos ideais identificados com o socialismo.²¹² Frise-se que ele era amigo de Elysio de Carvalho, o qual dizia ter lido "escritores socialistas", frequentou centros operários e idealizou a Universidade Popular, cuja finalidade era propiciar o acesso dos trabalhadores ao ensino superior.²¹³

Esse ideal "socialista" estava muito próximo das proposições de certos liberais que, no século XIX, tiveram de repensar o próprio liberalismo no momento em que a Europa assistia à ascensão das massas e o fortalecimento das reivindicações dos socialistas. A resposta do que Spencer Maciel de Barros denominou de "novo liberalismo"²¹⁴ foi enfatizar problemas concretos (sociais e econômicos) sem, contudo, abandonar as idéias abstratas, como os direitos inalienáveis do homem. Coube a intelectuais como Stuart Mill refundar o liberalismo, agora "com olhos abertos para os novos problemas sociais".²¹⁵

Os rumores desse debate chegaram ao Brasil. Nas três últimas décadas do século XIX a questão central que os liberais tiveram de enfrentar era de outra natureza, pois a preocupação dos liberais brasileiros concentrou-se na luta contra a escravidão e pela implantação da República. Os reformadores sociais do período viam as instituições como organismos velhos e fossilizados e enfatizaram a necessidade de reformá-las, condição indispensável para o país resolver seus

²¹¹ **O caráter nacional brasileiro ...**, p. 251. (grifo do autor, no original)

²¹² A respeito afirmou Wilson Martins: "a idéia, ou, pelo menos, a palavra de socialismo estava tão generalizada (...) em 1906". Cf. **História da inteligência brasileira ...**, vol. V, p. 304.

²¹³ A respeito dos objetivos da Universidade Popular, afirmou: "empreender o ensino superior e educação social do proletariado". Apud AGUIAR, Ronaldo Conde. Op. cit., p. 280-1. A filiação de Bomfim e Elysio de Carvalho ao "socialismo" pode ser matizada caso se leve em conta que Carvalho afirmou ter lido autores socialistas, porém cita anarquistas (Proudhon, Bakunin, Kropotkin) e afirmava ser um "individualista coletivo". MARTINS, Wilson. Op. cit., p. 349. Raymundo Faoro lembrou que Machado de Assis teve contato com o "confuso rumor que o fim do século XIX projetava da Europa para o mundo, rumor que confundia, apaixonadamente, socialismo, anarquismo e comunismo". Cf. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio ...**, p. 360.

²¹⁴ BARROS, Roque Spencer Maciel. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade ...**, p.65.

²¹⁵ Idem, p. 68.

dramáticos problemas econômicos e sociais. Era preciso “libertar” do cativeiro o homem, a terra, o voto e a consciência. O país idealizado pressupunha o trabalho livre, a pequena propriedade, a laicização da vida cultural e educacional e o sufrágio universal. O problema a ser enfrentado pelos homens “ilustrados” brasileiros ultrapassava a questão das liberdades individuais. A tarefa de refundar o Estado e a “nação” implicava enfrentar aspectos concretos da realidade, como a distribuição da terra, a inserção dos ex-escravos e de outros trabalhadores pobres da cidade e do campo na sociedade como cidadãos, a instrução etc.

Foi nessa atmosfera política-cultural que as idéias liberais do “novo liberalismo”, do socialismo, do comunismo e do anarquismo, as quais muitas vezes eram confundidas, subsidiaram de alguma forma a crítica social na *Belle Époque* brasileira. Não era por outro motivo que políticos e intelectuais liberais, cujos discursos formavam um contrapeso em relação ao pensamento dominante, foram chamados pejorativamente de “anarquistas”, de “socialistas” ou de “comunistas”, ou foram vistos por seus intérpretes com inclinação a aceitar as idéias dessas correntes de pensamento.²¹⁶

A aproximação de Bomfim do “socialismo”, no momento em que escreveu o livro *A América Latina*, faz sentido se o pensarmos como um reformador social liberal, muito perto do Joaquim Nabuco abolicionista, que foi atraído pelas concepções da “esquerda”, das quais se serviu para refletir sobre a realidade nacional, desigual e injusta. Ser “socialista”, nesse contexto, referia-se, em primeiro lugar, à necessidade de dotar a população desprotegida pelo Estado dos direitos à cidadania: a instrução, a moradia, o voto; em segundo, ao dever ético de

²¹⁶ É o caso de Joaquim Nabuco. Nos quase dez anos (1879-1888) em que batalhou no Parlamento, nas praças, na imprensa pela causa abolicionista, pela “democratização da terra”, pelas liberdades individuais, pela federação, pela instrução da população, pela emancipação econômica e social da população pobre do campo e da cidade e pelos direitos de cidadania de todos os brasileiros, inclusive os ex-escravos, os seus adversários o chamaram de “anarquista” ou “comunista”. Por outro lado, os seus intérpretes o viram com pendores socialistas; Gilberto Freyre afirmou que o abolicionista foi o “pioneiro” do socialismo (no sentido ético). Paula Beiguelman enxergou no pensamento abolicionista o correspondente do raciocínio socialista; Marco Aurélio Nogueira indagou sobre a possibilidade de ele ter lido *O manifesto comunista*. Cf. TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os construtores do Império**: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969, p. 38-39; BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil**. 2 ed., São Paulo: Pioneira, 1976, p. 174; FREYRE, Gilberto. **Joaquim Nabuco**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948, p. 10; UEMORI, Celso Noboru. **Joaquim Nabuco ...**, p.4-7.

construir vínculos entre o homem culto e a população, sendo ele o seu porta-voz ilustrado. Certamente, era esse o ponto de vista do nosso autor. De um texto laudatório dedicado ao seu amigo Olavo Bilac pode-se imputar a ele os atributos com que qualificara o poeta. A seu ver, Bilac comungava com todas as “grandes aspirações da sua época: *socialista*, internacionalista e pacifista”.²¹⁷ O termo “socialista”, tanto para Bilac quanto para Bomfim, tinha a ver com a concepção de solidariedade, de justiça, de fraternidade, interesses convergentes e “democracia social” (sendo este o autêntico “ideal moderno”).²¹⁸

As razões pelas quais muitos aproximaram Bomfim do “socialismo” residiam na sua crítica social. Por ter revelado que a riqueza fora gerada graças à exploração do trabalho do escravo; que a relação fundamental na sociedade colonial era a de classes antagônicas e não a de raças; ao embasar as suas análises em concepções econômicas e políticas.

No entanto, não será demais lembrar que, em *A América Latina*, é possível detectar o que Antonio Candido denominou de “ambigüidade do radicalismo”.²¹⁹ A ambigüidade refere-se ao “descompasso” entre a radicalidade do diagnóstico sobre a formação histórica da realidade brasileira (os “males de origem”) e a solução apresentada. Antonio Candido esperava uma “conclusão mais forte”, mas o autor teria deslizado de uma perspectiva “revolucionária” para uma “visão ilustrada”.²²⁰ a crença de que a instrução pública seria o “remédio suficiente”.²²¹

²¹⁷ Olavo Bilac: estudo sobre a vida intelectual do poeta. **Kosmos**, Rio de Janeiro, abr. 1904. (grifo nosso). Francisco Foot Hardman, autor de um artigo sobre a literatura anarquista, no período conhecido como pré-modernismo referiu-se aos temas que faziam parte do ideário anarquista: a oposição capital x trabalho, “o internacionalismo, pacifismo e antimilitarismo, cientificismo progressista, anticlericalismo, solidariedade universal dos explorados”. Cf. Palavra de ouro, cidade de palha. In: SCHWARZ, Roberto (Org). **Os pobres na literatura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 81. Observe-se que Bilac e Bomfim defenderam os mesmos ideais. Ademais, como lembrou Brito Broca e Machado Neto, a época assistiu à penetração do socialismo utópico e do anarquismo (na versão de Tolstoi e Kropotkin) no meio intelectual. BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, p. 163; Machado Neto, A. L.. **Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930**. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1973. p. 210.

²¹⁸ BOMFIM, Manoel. **Olavo Bilac: estudo sobre a vida intelectual do poeta**. **Kosmos**, Rio de Janeiro, abr. 1904.

²¹⁹ Radicalismos. **Revista do Instituto de Estudos Avançados** ..., p. 17.

²²⁰ Idem, p. 17.

²²¹ Lembramos que estamos nos referindo à obra *A América Latina*, que é de 1905. Mais de vinte anos depois ele defenderá a “saída revolucionária”, nos moldes da Revolução Mexicana.

De fato, fica difícil pensar que o Estado que, de acordo com Bomfim, emergira do processo colonial como um organismo externo e antagônico em relação à sociedade, principalmente no tocante às necessidades mais elementares da população pobre, poderia abandonar a sua “vocação” para servir à “classe dirigente”, passando a instruir o povo, sem a qual não haveria como superar a ordem vigente. Tudo isso, implicava questionar o poder da classe dominante e do Estado. A explicação para essa aparente contradição entre o diagnóstico radical e o remédio conciliador reside em três pontos. Em primeiro lugar, Bomfim certamente não poderia vislumbrar nas classes populares, no momento em que escreveu *A América Latina*, um potencial revolucionário. Em segundo, a solução por meio da educação constituía-se em uma reivindicação antiga, que remonta às três últimas décadas do século XIX, e continuou sendo o foco privilegiado em sua época. Ao invés de inovar, ele corroborava uma opinião hegemônica.²²² Em terceiro, essa saída “conservadora” estava conforme a sua convicção segundo a qual deveriam prevalecer nas relações humanas os vínculos associativos.

Os antagonismos abordados em termos de exploração e de luta entre interesses divergentes no livro *A América Latina* foram vistos como o resultado trágico do parasitismo ibérico. Isto não significa que Bomfim tenha vislumbrado na luta de classes a concepção que explicava as transformações históricas.

Por outro, é possível captar um ponto de vista crítico em relação aos discursos que pretendiam justificar o sistema capitalista. A respeito do assunto, Bomfim escreveu um artigo em 1901, no qual ele discutiu as opiniões de B. Clark, professor de economia política da Universidade de Colúmbia, autor do texto *The humanitarian*.²²³ Clark afirmara que na “sociedade do futuro” as desigualdades sociais e econômicas iriam desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo. Seu raciocínio consistia no seguinte: o fosso social existente no capitalismo diminuiria no futuro, propiciando aos “homens caminharem para a igualdade”,

²²² A educação como uma das propostas que poderia “redimir” o país estava nos discursos de vários intelectuais e políticos que lutaram pela causa abolicionista e republicana no final do século XIX e continuou sendo nas décadas que se seguiram.

²²³ BOMFIM, Manoel. A sociedade do futuro. **A Universal**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1901, ano I, p. 188-189.

graças à capacidade do sistema de gerar riqueza e distribuí-la, propiciando ao operário o bem-estar e o luxo. Em seu prognóstico, alcançando esse estágio, a luta de classes estaria superada, cessando a rivalidade entre capital e trabalho. O “nivelamento” não ficaria restrito ao aspecto material, uma vez que os trabalhadores teriam acesso à cultura, podendo desenvolver a inteligência. Ao cabo surgiria um “tipo superior de fraternidade humana”, que o comunismo prometia, mas não tinha condições de realizar. Na “sociedade do futuro” imaginada por Clark a diversidade de fortuna não seria um elemento gerador de divergências, tornando-se possível viver em harmonia e fazer valer o mérito pessoal.

Bomfim expôs as teses de Clark, discordou e as tachou de conservadoras. Depreende-se de suas palavras que ele suspeitava da idéia de que seria possível chegar automaticamente à igualdade política, social e intelectual com o sucesso do capitalismo. É possível, pois, acompanhando este raciocínio, captar, um ponto de vista anticapitalista. No entanto, é importante lembrar, para Bomfim, as transformações sociais e políticas não viriam com o acirramento da luta de classes. De fato, Manoel Bomfim fez referência ao “espírito germânico”, o qual estaria materializado no culto do individualismo extremado, que teria produzido Stirner e Nietzsche e, de acordo com Ronaldo Conde Aguiar, o materialismo histórico de Marx. É neste texto que ele criticou a concepção de luta de classes.²²⁴

Ao nosso ver, ele comungava a crença bastante difundida entre a intelectualidade da *Belle Époque* a respeito da força das idéias²²⁵, a crença no poder da ciência e da razão para o aprimoramento da inteligência, tornando possível desenvolver a capacidade de observação, de compreender a realidade social e de mudá-la. É nesse contexto que podemos compreender a ênfase na educação. Ele propôs um ideal de reforma, cujo processo se desenvolveria paulatinamente, sem rupturas bruscas. Bomfim estava próximo dos autores que, na Europa e no Brasil, tematizaram em suas obras as formas de associação

²²⁴ A obra do germanismo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1914 (a esse texto de Bomfim voltaremos no próximo item a ser abordado); AGUIAR, Ronaldo Conde. Op. cit., p. 426-427.

²²⁵ Afirmou o autor: “a idéia é o primeiro momento para a ação; a idéia é uma força”. Cf. O progresso pela instrução. In: BOMFIM, Manoel et alii. **Discursos** ..., p. 20.

humana baseadas no modelo das comunidades libertárias. Os “anarquistas” brasileiros liam e se inspiravam em Kropotkin, Fourier ou Tolstói.²²⁶

Darwin e a guerra

Acompanhei o esforço de Bomfim para desvincular as idéias de Darwin das teorias racistas. Para finalizar o capítulo, abordaremos o que ele escreveu sobre a tentativa de diversos intelectuais de conectar as idéias de Darwin a uma pretensa inclinação inata da espécie humana para a guerra. Sobre o tema ele escreveu, no primeiro ano da Primeira Guerra, dois artigos, que foram publicados no *Jornal do Commercio*, intitulados *A obra do germanismo* e *Darwin e os conquistadores*.²²⁷

Em *Darwin e os conquistadores*, o alvo de sua crítica foi o General Von Bernardi, autor muito lido em sua época e cujos livros foram traduzidos para várias línguas. Bernardi apropriou-se da noção de “luta pela existência” com a finalidade de afirmar que a guerra era uma necessidade biológica. Procurava *naturalizar* um assunto de caráter econômico e político. Para ele havia países fortes e fracos e cabia aos primeiros o direito legítimo de conquistar, dominar, expandir o seu território. Esta tese opunha-se diametralmente às idéias de Bomfim, para quem a solidariedade e a simpatia mútua deveriam nortear as relações humanas, inclusive entre as nações. A noção de civilização também colocava em campos opostos o general e o intelectual brasileiro. Para o primeiro, civilização significava força, vitalidade e vontade de expansão territorial. Para Bomfim, civilização associava-se à reunião dos seres humanos em tribos e nações, até formar-se a solidariedade universal que uniria a espécie humana pelo sentimento de simpatia.

Bomfim viu no militarismo de Bernardi a manifestação do “espírito” alemão. A solidariedade, do ponto de vista germânico, era “só para dentro”, nacional. Para fora, preconizava a necessidade da força, da dominação. Esta forma de conceber

²²⁶ HARDMAN, Francisco Foot. Palavra de ouro, cidade de palha. In: SCHWARZ, Roberto (Org). **Os pobres na literatura Brasileira...**, p. 84.

²²⁷ A obra do germanismo. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 17 ago. 1914; Darwin e os conquistadores, **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1914.

as relações internacionais não tinha outra dimensão que a “grandeza material”.²²⁸ O nosso autor esmerou-se em atacar os que utilizaram as concepções de Darwin com o intuito de dar suporte teórico para legitimar o que ele chamou de “imperialismo”.

²²⁸ Darwin e os conquistadores. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1914.

Capítulo 3

As origens da “nação” brasileira na obra historiográfica de Manoel Bomfim

“L’oubli, et je dirai même l’erreur historique, est un facteur essentiel de la création d’une nation, et c’est ainsi que le progrès des études historiques est souvent pour la nationalité un danger”.

(Ernest Renan, *Qu’est-ce qu’une nation?*)

Abordar as idiossincrasias, as ambigüidades do pensamento de um intelectual, não implica diminuir a importância do autor nem do que ele disse. Não cabe ao pesquisador julgar o autor analisado, mas compreender seus objetivos, motivações, interesses visão de mundo. No caso de Manoel Bomfim, as contradições entre o primeiro livro *A América Latina* (1905)²²⁹ e os demais — *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na história* e *O Brasil nação*—, (ambos de 1931) são tão flagrantes como pouco notadas pelos seus intérpretes.

Existem análises que procuram comparar as idéias de Bomfim com as de outros autores como Euclides da Cunha, Silvio Romero (sobretudo este), Nina Rodrigues. A comparação pode ajudar a entender o pensamento de Bomfim pela via do contraste ou da aproximação, mas obscurece um aspecto que, ao nosso ver, é importante: a obra de Bomfim (conjunto dos textos) não é homogênea. Ao construir uma linha de continuidade entre o seu primeiro livro (*A América Latina*), de 1905, e os que foram elaborados mais de 20 anos depois, não se observando ou desprezando-se a inflexão do autor, como fizeram de modo geral os seus intérpretes, estes ratificaram o que Bomfim afirmou no “Prefácio” do livro *O Brasil na América*, qual seja, que esta obra era um desdobramento da anterior, não havendo “modificação de sentimentos, *nem novidade de pensamento*.”²³⁰ Daí a

²²⁹ BOMFIM, Manoel. **A América Latina ...**

²³⁰ Prefácio. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 (o grifo é nosso), p. 27.

necessidade da análise minuciosa, no tocante aos temas “nação” e identidade nacional visando captar as antinomias e inflexões. Eis o nosso objetivo neste capítulo.

A gênese da “nação” brasileira na obra *A América Latina*

No livro *A América Latina*, Bomfim frisou o que havia de comum entre Espanha e Portugal e também entre as colônias ibero-americanas. O “caráter das nacionalidades ibéricas” foi se formando ao longo de séculos de invasões, conquistas e lutas. A influência árabe, por exemplo, não foi vista sob a ótica das “contribuições” de sua cultura e ciência, que teriam revitalizado o Ocidente. O contato secular com os árabes forjou nos povos ibéricos a predisposição para a guerra, às ações predatórias e à extorsão. Foram os portugueses e espanhóis que aqui na América criaram um novo mundo, diga-se, nada paradisíaco, pois deram origem e formaram nações marcadas pelas cizânias, pela violência, pelos ódios exacerbados e pelo desejo de explorar. O que foi dito valia para todas as sociedades latino-americanas, pois elas resultaram de séculos de colonização ibérica.

A questão fundamental do autor consistiu em refletir sobre o Brasil, uma nação “atrasada”, pobre e formada por uma população “heterogênea, instável, cindida em grupos, possuía de ódios entre si”.²³¹ Ademais, o país era “dependente” econômica, política e culturalmente e no qual formou-se, por um lado, uma classe dominante conservadora, que enxergava em qualquer sinal de mudança a ameaça ao seu poder e privilégios e, por outro, uma população apática, que concebia a opressão como destino. Mesmo os que propunham mudanças, seja dentro da ordem, seja pela via revolucionária, no fundo eram conservadores. Tudo isso foi visto pelo autor como uma herança do parasitismo social ibérico. A sua “redescoberta do país” revelou uma sociedade que nasceu sob o signo da exploração de classe e conectada aos interesses econômicos da Metrópole.

²³¹ *A América Latina ...*, p. 144.

O discurso sobre a nação, tal qual foi apresentada em *A América Latina*, contrasta com o que é conhecido como discurso ideológico nacional, pois este concebe a nação como um organismo homogêneo, estando ausentes os antagonismos e as contradições de classes. Para afirmar-se na condição de “comunidade indivisa” o discurso sobre a nação precisa contrapor a ela o “outro”, o seu antípoda — o estrangeiro.²³²

Exemplifica essa concepção o ponto de vista elaborado pelos intelectuais brasileiros, quando eles tiveram que pensar sobre a formação do Estado nacional, no momento em que ocorreu a ruptura política do país em relação a Portugal. Eles fizeram a distinção entre as duas Américas (a luso-brasileira e a hispano-americana). As ex-colônias da metrópole espanhola foram associadas ao caudilhismo, ao militarismo, à instabilidade política e às guerras civis. A “nação” brasileira, por sua vez, foi vinculada à idéia de unidade e de estabilidade política. Isto teria ocorrido graças à forma como aconteceu a ocupação e a colonização do território que coube a Portugal e, sobretudo, à presença da monarquia, antes e depois da Independência.²³³ Desse modo, os intelectuais enfatizaram a noção de uma “comunidade indivisa” (a “nação”) em oposição à fragmentação das repúblicas — as antigas possessões espanholas. O discurso nacionalista, cujo objetivo era legitimar o colonizador lusitano e o Império, opôs a “paz” e a “estabilidade política” da Monarquia brasileira ao “caos” e à “anarquia” das repúblicas latino-americanas.

Na obra *A América Latina* o procedimento de Bomfim foi outro, pois realçou o que aproximava a América Portuguesa da América Espanhola. O autor concebeu a América Latina como “unidade”, no sentido em que os países compartilhavam um destino comum: o peso da herança ibérica — refletido na pobreza, na “dependência” econômica, na violência institucionalizada, na instabilidade política e no autoritarismo. No momento em que Bomfim escrevia o

²³² CHAUÍ, Marilena. Ciência e ideologia. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982, p. 20; ver, também, SANTOS, Afonso Carlos dos. A invenção do Brasil: um problema nacional? **Revista de História**, São Paulo, 1985, n 118, p. 6.

²³³ Defendeu esse ponto de vista o historiador Oliveira Lima. Sobre o assunto, ver MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade ...**, p. 190.

livro, os debates em torno do Pan-Americanismo dividiam a intelectualidade entre os que apoiavam a iniciativa do governo norte-americano e os que a ela opunham-se. Nesse contexto, fazia sentido conceber a América Latina como uma unidade em oposição à pretensão estadunidense.

No livro *A América Latina*, ele voltou ao passado para “redescobrir o Brasil” e, assim, fazer o inventário da origem das nossas mazelas sociais, políticas e econômicas. Suas afirmações revelaram que debaixo da camada de verniz de civilização que pudesse iludir alguém, existia uma realidade trágica, a qual ele trouxe à tona. A crítica aos que associavam o “atraso” do país à composição mestiça do povo, na realidade, tinha a finalidade de revelar o quanto existia de tentativa de ocultar os interesses políticos dos que proferiam tais afirmações.

A ideologia da mestiçagem em xeque

Na obra *A América Latina*, Bomfim sugeriu ao leitor o *conhece-te a ti mesmo* como a condição necessária para o pensamento radical. O radicalismo do nosso autor pode ser captado em sua análise da gênese da nacionalidade. As suas idéias chocaram-se com uma concepção cara ao pensamento social brasileiro: a de que se forjou nos trópicos uma civilização mestiça, original e redentora, que seria, de acordo com George de Cerqueira Leite Zarur, o “marco de nossa identidade”.²³⁴ Essa noção esteve associada a uma pretensa característica do caráter nacional brasileiro: a “cordialidade”. A “lição” que o brasileiro teria para dar ao mundo residia na aversão aos extremismos e na capacidade de enfrentar as tensões sociais e políticas através da conciliação, sem recorrer às rupturas bruscas. Essa qualidade distintiva, relativamente aos outros povos, foi vista como um feliz resultado da colonização portuguesa. O “homem cordial brasileiro”²³⁵ seria

²³⁴ A utopia brasileira: povo e elite ..., p. 17.

²³⁵ O homem cordial, na concepção de Bomfim, refere-se ao caráter pacífico, ordeiro, dútil do brasileiro. Essa definição servirá para Bomfim argumentar a favor da tese segundo a qual os brasileiros não recorrem à violência, mesmo em um país que os mantém em precárias condições de vida. Como se verá no decorrer deste trabalho, este traço psicológico do brasileiro foi visto por Bomfim como algo positivo.

o produto do encontro entre povos que tinham a predisposição para aceitar o “outro”.

A teoria da mestiçagem, na história cultural brasileira, serviu para as mais diferentes finalidades: justificar as deformações da sociedade, associando a formação mestiça do povo ao atraso do país; projetar a modernização do Brasil, no sentido ocidental, por meio do “branqueamento”; e como discurso ideológico, que oculta as hierarquias e as desigualdades. Explicando: “A fábula das três raças”²³⁶ permitiu criar a idéia de totalidade e, assim, fazer crer que a sociedade estava aberta a todas as classes e grupos, inexistindo barreiras sociais ou raciais. Por outro lado, a concepção de povo mestiço, na qual está embutida a idéia de conciliação e harmonização de culturas diversas, pôde ser utilizada ideologicamente como um fator de “correção” das desigualdades e violência inerente à escravidão. A distância social e econômica entre escravos e senhores e entre o europeu (ou seu descendente) e os índios teria sido “corrigida” pelo caldeamento racial, já que brancos, negros e índios não se recusavam a aceitar o “outro”. Do ponto de vista *econômico* a desigualdade existe e é reconhecida, enquanto da perspectiva *cultural* cria-se a possibilidade de “democratização”.²³⁷ A inferioridade socioeconômica e a exclusão política dos negros, índios e mestiços estariam compensadas pela igualdade “cultural”. A idéia de totalidade possibilitou, também, integrar a diversidade cultural do país em algo chamado “cultura brasileira”.

As idéias apresentadas no livro *A América Latina* confrontam-se radicalmente com as concepções descritas no parágrafo acima. De fato, nessa obra, o autor não tentou apaziguar ou escamotear a violência, as desigualdades econômicas e sociais e a opressão de classe, que constituíram a matéria-prima de

²³⁶ DAMATTA, Roberto. Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: _____. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1984.

²³⁷ Ponto de vista correlato pode ser encontrado em Gilberto Freyre. Ele afirmou que, se a monocultura latifundiária criou uma distância social entre os estratos superiores e a massa composta de negros, configurando-se a “aristocratização” da sociedade, a miscigenação funcionou como um antídoto, “corrigindo” os desequilíbrios entre “a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala”. O intercurso sexual entre os senhores brancos e índias, negras, mulatas permitiu a “democratização social”, materializada pela subdivisão da grande propriedade, favorecendo os filhos legítimos ilegítimos dos senhores. Ver Prefácio à 1ª Edição. In: _____. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987, p. ix.

sua reflexão radical sobre o passado do país. O radicalismo de sua análise cravou uma cunha na teoria da mestiçagem, pois desvendou os interesses particulares, causa das cisões internas e tudo o mais que o mito da das três raças esforçava-se para ocultar. Isto é verdade para o livro de 1905. Porém, para o que irá escrever mais de vinte anos depois (*O Brasil na América*), a história é outra.

A América Latina, obra anti-romântica

Manoel Bomfim, como tantos outros intelectuais brasileiros, estava obcecado pela busca das origens da nacionalidade. Lembramos que a identidade nacional veio a ser um problema após a emancipação política de 1822. O Romantismo foi o movimento político-literário que se propôs a pensar o país, agora uma ex-colônia, buscando construir a imagem do “eu nacional” em oposição ao “eu metropolitano”.²³⁸ A natureza tropical e os índios foram os elementos escolhidos para caracterizar a cor local – a beleza exótica da primeira e a “liberdade” dos autóctones. Os romances de José de Alencar – referimo-nos a *O Guarani* e *Iracema* – representavam o esforço do romancista em reconstruir o instante inaugural, ou seja, a gênese da “nação”, no momento em que o branco europeu entrou em contato com o índio. O encontro não foi visto como um “choque de civilizações” ou de raças. Pelo contrário, o Brasil nasceu por um ato de entrega mútua, amorosa, fraternal entre o europeu ou descendente deste (Ceci e Martim) e os ameríndios (Peri e Iracema).

Visto por esse aspecto, *A América Latina* é uma obra anti-romântica, pois das páginas desta emergiu um país dilacerado, fendido, pobre, enfim, uma “nação” que nasceu em ruínas – realidade jamais superada. O Brasil é o resultado desastroso da colonização ibérica. Bomfim acentuou as assimetrias, hierarquias, antagonismos e conflitos. Enfim, a obra é anti-romântica porque, recorrendo à metáfora do parasitismo, revelou um país gerado sob o signo da violência, da exploração, da dominação e da exclusão, contrapondo-se, pois, à idéia de uma

²³⁸ AGUIAR, Flávio. **A comédia nacional no teatro de José de Alencar**. São Paulo: Ática, 1984, p 13.

sociedade que nascera do enlace harmonioso e pacífico entre o europeu e o “selvagem”. A categoria “parasitismo” tornou possível explicitar a oposição entre, por um lado, metrópoles e colônia, entre o “imperialismo” e as sociedades latino-americanas e, por outro, entre os senhores e os escravos, o capital e o trabalho.

A redenção do passado colonial na obra *O Brasil na América*

A análise comparativa entre *A América Latina* (1905) e *O Brasil na América* (1929) revela as mudanças de ponto de vista do autor em relação à questão da origem da “nação”. O segundo livro mostrou uma guinada do nosso autor em direção a uma abordagem da nacionalidade dentro do cânone consagrado pelo Romantismo. O leitor de *O Brasil na América* surpreende-se diante das idéias antípodas em relação às expostas no seu primeiro livro. Como fizera Alencar, Bomfim quis fechar as feridas abertas pela violência e pelos conflitos desencadeados durante a colonização portuguesa, violência e conflitos que ele explicitara de forma nua e crua.²³⁹ Se em *A América Latina* ele enxergou a violência, o ódio como fatores mediadores das relações sociais entre as classes, em *O Brasil na América* o acento foi colocado na harmonia, na cooperação e na solidariedade entre o colonizador e os “selvagens”.

O foco, agora, recaiu sobre justaposição de contrários — a fusão das tradições das matrizes lusa e indígena —, gerando a síntese: a “cultura brasileira”. Esta não era portuguesa nem “tupi”, havendo a perda das identidades separadas e engendrando-se algo original. Se a convicção cristã chocava-se com muitos aspectos dos costumes locais, isto não foi empecilho para que os colonizadores aceitassem a “cultura”, as formas de lidar com a natureza, a utilização de certos utensílios e os alimentos. Assistiu-se à fundação de uma nova sociedade (“numa caboclagem tinta de cristianismo”), mais próxima do viver dos índios do que da sociabilidade do Reino.²⁴⁰ O encontro entre portugueses e a população nativa não foi caracterizado da perspectiva do confronto de civilizações, da imposição cultural

²³⁹ Sobre Alencar, ver MARCO, Valéria de. **A perda das ilusões**: o romance histórico de José de Alencar. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 90-91.

²⁴⁰ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América** ..., p. 109.

ou da “aculturação”. Pelo contrário, o autor esforçou-se por suprimir todas as asperezas e conflitos, até o ponto de afirmar que se houve vencedor e vencido, isto não era o mais importante, dado que o fundamental estava no “influxo recíproco” e na a “quebra da coesão primitiva”.²⁴¹

Entre colonizador e índios predominaram as trocas, os compartilhamentos. Deste modo, os desbravadores do sertão utilizavam os caminhos percorridos durante séculos pela população autóctone e a prática da navegação demonstrava o intercâmbio de mão dupla, pois ela não se fazia tal qual no Reino e nem tampouco a “simples pirogagem do tupi”.²⁴² A imagem recorrente nesse discurso sobre a formação da “nação” brasileira é a de camadas de tons e cores diversas superpondo-se, amalgamando-se, sem a predominância de uma ou outra matriz.

Assistiu-se, de acordo com Bomfim, ao encontro de dois povos que tinham a predisposição para assimilarem e serem assimilados. Ele comparou os índios ao papel branco, cujo “ânimo plástico” tornou possível “escrever as virtudes mais necessárias”. Era a argila facilmente moldável, que não impunha resistência e adaptava-se sem resistência “às formas superiores de vida”.²⁴³ Se na obra *A América Latina* o colonizador lusitano, de caráter guerreiro e predador, educou o colonizado, transformando-o em sua imagem e semelhança, no livro de 1929, portugueses e índios educaram-se mutuamente. Uns e outros emprestaram e tomaram de empréstimo práticas e saberes.

Para elaborar a concepção de um colonizador predisposto a aceitar e conviver pacificamente com o “outro”, Bomfim reconstruiu a imagem dos portugueses, comparado com o que aparecera no seu primeiro livro. Neste, ele frisou²⁴⁴ o contato com os estrangeiros, o árabe, por exemplo, que formou seres violentos, saqueadores, verdadeiros parasitas obcecados pela riqueza material. E se eram assim é porque foram “educados” pelos diversos povos que invadiram sucessivamente, durante séculos, a península. No livro *O Brasil na América*, ele

²⁴¹ Idem, p. 185.

²⁴² Idem, p. 185.

²⁴³ Idem, p. 141.

²⁴⁴ Ele sublinhou esse aspecto do “caráter” dos portugueses, que não o impediu de dizer o oposto, ou seja, lembrar o leitor da “força de assimilação” das “raças ibéricas”. Isso demonstra como o autor “manipula” as informações de acordo com a idéia que quer desenvolver no momento. **A América Latina ...**, p. 234.

tratou de marcar as diferenças entre a formação histórica de Portugal em relação à da Espanha. Portugal, à época dos “Descobrimentos”, já teria se constituído em uma unidade política independente e em uma nação com contornos políticos definidos, enquanto a Espanha não passava de um conjunto de povos justapostos e desunidos. Quanto aos traços psicoculturais, as diferenças foram realçadas: o português era tenaz, bondoso, solidário, assimilável e assimilador; o espanhol, por sua vez, era sobranceiro, orgulhoso de sua raça, arrogante, inclinado para os atos violentos etc.²⁴⁵ Ao fazer essa diferenciação, não há como negar a aproximação do autor, que nunca abandonou sua convicção republicana, dos historiadores monarquistas, os quais criaram a idéia de uma nação brasileira unitária e indivisa — obra realizada pelo governo imperial — e a sua antípoda, as repúblicas hispano-americanas, cujas características realçadas eram a instabilidade política e o caudilhismo.

Duas forças modeladoras: o parasitismo social e a nação como sujeitos

Manoel Bomfim recusou, por um lado, a interferência de forças transcendentais — a metafísica, a mística e a sobrenatural — e, por outro, a pressão de determinações impessoais da raça e do clima sobre os indivíduos e sobre a sociedade. Em *A América Latina*, Bomfim analisou as sociedades latino-americanas de uma perspectiva econômica e social. O parasitismo era uma categoria de análise que permitiu pensar a sociedade colonial como uma estrutura, na qual os indivíduos e grupos tinham funções, mas não vontades pessoais. Havia uma racionalidade subjacente moldando as “vontades”: o desejo de se apossar da riqueza produzida pelos escravos tornou-se o objetivo único, transcendendo classes e grupos. O parasitismo era o *sujeito*, a força exterior que controlava, determinava e submetia a totalidade da vida e dos comportamentos dos funcionários do Estado, dos feitores, dos senhores, dos escravos, componentes que garantiam o funcionamento e a conservação da máquina de produzir e extorquir riqueza.

²⁴⁵ Idem, p. 77.

Em *O Brasil na América*, o *sujeito* passa a ser a “nação”. A *nação-sujeito* pode ser vista como a força preexistente, que de fora modelava as consciências. Ela era uma estrutura, como o parasitismo, mas diferindo deste pelo fato de ser uma entidade imaterial. Bomfim referiu-se à “alma brasileira”, ao “gênio brasileiro”, à “energia brasileira”. Os indivíduos, também aqui, não agiam movidos pela iniciativa e pelo interesse de pessoal, de grupo ou de classe, pois obedeciam ao interesse coletivo.

Para construir o seu argumento, parece que o autor seguiu a lição de Ernest Renan, o qual, em uma conferência proferida na Sorbonne, em 11 de março de 1882²⁴⁶, afirmou que a narrativa sobre a nação exigia o esquecimento. A nação, de acordo com Renan, não era um dado natural, mas uma construção humana, portanto, histórica. Edificá-la significava unir territórios e isso somente poderia ser feito com o emprego da violência. No caso da França, a construção da nação implicou a união da França do Norte e a França do “Midi”, conseguida à custa de extermínio e de terror que durou quase um século.²⁴⁷ E se a nação refere-se ao que existe de comum entre as pessoas que vivem no mesmo território, torna-se necessário “esquecer” tudo que lembra que ela foi gestada num tempo histórico definido e que essa coisa comum foi produzida artificialmente e por meio da violência. Todo cidadão francês deveria esquecer o massacre de São Bartolomeu ou os massacres do “Midi”. Sentimento nacional é consenso e ambos somente poderiam ser concretizados violentando-se a história.

É preciso reconhecer que Bomfim fez exatamente isso na obra agora analisada. Nota-se a intenção explícita de apagar da memória histórica os antagonismos, as contradições, a violência. Se em *A América Latina*, ele realçou o interesse material, que funcionava como uma força centrífuga, dispersando e colocando os atores em campos opostos e em confronto, em *O Brasil na América*,

²⁴⁶ Qu'est-ce qu'une nation?. In : _____. **Discours et Conférences**. Paris: Calmann Lévy, Éditeur, 1887.

²⁴⁷ Idem, p. 285. Renan não mencionou a Comuna de Paris, mas esse acontecimento traumático da história francesa do século XIX deve estar por trás da idéia de que a construção do discurso sobre a nação precisa ocultar a violência.

ele privilegiou a força centrípeta e imaterial — “a vontade de ser uma nação”²⁴⁸ — que unificou vontades, consciências e ações em torno de um objetivo comum. As personagens apareceram inscritas, em sua narrativa, na mesma temporalidade. Assim, as incursões dos bandeirantes em direção ao sertão e os combates dos colonos pela expulsão dos franceses, ingleses e holandeses foram explicados da perspectiva de personagens que agiram movidos por um ideal abstrato, o desejo de construir a nação. Para ser fiel ao seu raciocínio, ele “apagou” dos paulistas a imagem que os associava à caça aos índios e à busca do ouro; dos paulistas restou a representação edificante dos “criadores de caminhos”²⁴⁹, dos povoadores, dos civilizadores e dos conquistadores de territórios.

O procedimento do autor encaixa-se na forma usual empregada pelos historiadores que se dedicaram a estudar a história nacional da perspectiva nacionalista, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em meados do século XIX. Desse viés, a nação “deixa de ser objeto para ser parâmetro”.²⁵⁰ O pesquisador está preocupado em elaborar o que Gramsci chamou de a “biografia da nação”²⁵¹ tendo como base a idéia abstrata de uma entidade homogênea e idêntica a si mesma. É essa idéia que determinará os temas, acontecimentos, atores históricos que devem ser lembrados e os que precisam ser esquecidos.

Se a narrativa de Bomfim sobre a nação quer produzir o “esquecimento”, nada mais ilustrativo do que a forma como abordou a participação dos negros no período colonial e “ausência” da história de Palmares no livro *O Brasil na América*. Nesta obra, ele afirmou que a influência dos negros foi menor se comparado à do índio. Tal afirmação tinha, a nosso ver, esses objetivos: enfatizar que o “povo” brasileiro era o resultado da mistura, preponderante, entre europeus e índios e

²⁴⁸ A expressão é Homi K. Bhabha, em referência à narrativa sobre a narração de Ernest Renan. *DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna*. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 225.

²⁴⁹ **O Brasil na América ...**, p. 306.

²⁵⁰ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: um problema nacional?* ..., p. 7.

²⁵¹ GRAMSCI, Antonio. *El Risorgimento*. In: _____. **Cuadernos de la cárcel**. México: Juan Pablos Editor, p. 96-7.

apagar o antagonismo, a exploração de classe e a violência.²⁵² Ao “suprimir” o negro do seu esquema teórico, no limite, ele estava negando a concepção de “luta de classes”, pois desaparecia a “vítima das vítimas”, a máquina de trabalho, quem produzia a riqueza e de quem se extorquia a “excedente”. Em outras palavras, com a “supressão” dos negros tornou-se possível afirmar a origem cabocla do brasileiro e a reiteração da idéia de que a escravidão aqui foi branda em relação à dos Estados do Sul.²⁵³

A “cordialidade” do senhor e a “afetiva submissão” dos escravos evitaram os choques violentos que aconteceram em outras colônias da América. Bomfim tentou diminuir a magnitude dos protestos dos escravos, pois “as revoltas se limitavam aos quilombos de negros fugidos”.²⁵⁴ Chama a atenção o fato de a história de Palmares aparecer de modo marginal nos textos de Bomfim. O famoso quilombo era um assunto bastante comum – ou quase obrigatório – em obras que tratavam do Brasil colonial e da escravidão. Palmares foi associado ao perigo interno (o “nosso Haiti”), ao heroísmo (a “Tróia Negra”) dos escravos que não aceitaram a escravidão. O reduto de negros foragidos da Serra da Barriga foi exaltado porque representava exemplo grandioso da luta pela liberdade ou condenado pelo perigo que representava. Ele apareceu como símbolo do confronto, da tensão entre a ordem e o desejo de emancipação. De alguma forma, esses textos revelavam os conflitos que a escravidão gerava: a reação violenta dos escravos contra a violência institucionalizada.²⁵⁵

Em *O Brasil na América*, o autor esforçou-se para amenizar a brutalidade do senhor e realçar a tímida reação dos escravos. Quanto a Palmares, a ênfase recaiu sobre a ausência de tensão e conflitos, pois o quilombo da serra da Barriga

²⁵² É de Bomfim a afirmação: “Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo”. Cf. **A América Latina ...**, p. 133.

²⁵³ **O Brasil na América ...**, p. 204-205.

²⁵⁴ Idem, p. 204.

²⁵⁵ A história de Palmares foi lembrada, por exemplo, por Oliveira Martins, Oliveira Lima, Manuel Quirino, Nina Rodrigues, João Ribeiro. Ver MARTINS, Oliveira. **O Brasil e as colônias portuguesas**. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1978 p. 66-67; LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 117-118; RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil...**; QUIRINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil**. Recife: Massangana, 1988, p. 118; RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1964, p. 268-269.

foi uma “organização política e não um reduto de ódios”.²⁵⁶ Domingos Jorge Velho e seus homens, que foram designados para “resolver o caso dos palmarinos”, Bomfim associou a imagem das povoações que surgiram desta “segunda passagem dos paulistas”.²⁵⁷ As poucas referências ao reduto de “negros aldeados” tinham a intenção de atenuar a violência em uma sociedade fundada na escravidão e para sublinhar a obra dos paulistas como criadores de povoados no interior, “civilizando” o sertão e integrando o país. A “vontade de nacionalidade”²⁵⁸ fez Bomfim “esquecer” os acontecimentos da serra da Barriga porque, se ele os incluísse em sua narrativa sobre a nação brasileira, teria, necessariamente, de reconhecer a existência de conflitos internos (entre os insurretos, de um lado, e o governo e proprietários, de outro) que ele se esmerou em escamotear.²⁵⁹ Se oposição e conflitos havia, estes diziam respeito à luta contra os estrangeiros.

Os negros foram mencionados no momento em que o autor quis reforçar a noção da identidade do brasileiro e da suposta cordialidade do caráter nacional. Os negros foram introduzidos na narrativa para reforçar a idéia de que a mestiçagem gerou uma população dotada de plasticidade, traduzida na capacidade de aceitar o novo, de aderir ao progresso, de recusar o rotineiro, de não ter preconceito contra o passado. Os negros foram evocados, ainda, para que o autor pudesse amenizar as assimetrias de classe geradas pela escravidão. Graças à sua “índole” dócil, a sua “afetiva submissão”, os africanos e seus descendentes serviram de canal de comunicação para aproximar a “casta superior” do “povo”. A sua “brandura”, “ternura” e dedicação desinteressada pelos seus senhores (ele refere-se aos cuidados da ama-de-leite para com o menino branco) tornaram possíveis criar uma espécie de compensação para a crueldade que se observou na história do Brasil, como a dos inquisidores e do tráfico e da

²⁵⁶ **O Brasil na América ...**, p. 204.

²⁵⁷ *Idem*, p. 324.

²⁵⁸ A expressão é de Homi Bhabha. Ver *DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna ...*, p. 226.

²⁵⁹ Abordaremos no próximo capítulo a maneira como outros conflitos internos, as chamadas rebeliões coloniais, apareceram em seus textos.

escravidão. Em suma, ele fez referência aos africanos para encobrir os rigores, os conflitos e as tensões que marcaram a conquista, a colonização e a escravidão.²⁶⁰

A “alma do Brasil”

Ao eleger os índios como o elemento constituinte da formação da população e da “cultura” brasileiras, Bomfim aproximou-se do Romantismo. Reiterou a aproximação ao argumento segundo o qual a influência dos negros foi pequena.²⁶¹ Lembramos que a perspectiva nacionalista adotada pela intelectualidade que se dedicou a pensar a gênese da “nação”, nos anos que se seguiram à emancipação política de 1822, ocultou os escravos. Não será demais mencionar que havia uma intenção política e ideológica nessa atitude. A elite política e intelectual desejava criar a imagem de uma “nação” homogênea e indivisa, de uma sociedade que teria sido gerada pelo consórcio amistoso, pacífico entre os portugueses e os índios. A introdução dos negros colocaria em cena a escravidão, evocando aspectos que não correspondiam à concepção paradisíaca que estava sendo construída. Traria à baila o tráfico negreiro, a violência institucionalizada, a transformação de seres humanos em “objetos”, enfim, a classe que tudo produzia e nada tinha, como denunciaram os abolicionistas no final do século XIX.²⁶² Ademais, “livrar-se” dos escravos tinha o significado de fazer desaparecer dos discursos a classe temida, aquela que poderia repetir aqui o que fizeram os escravos do Haiti no final do século XVIII. Lá os negros fizeram a independência, proclamaram a república e expulsaram os brancos; aqui o “haitianismo” representava o temor dos proprietários que dependiam da escravidão em um país, cuja população compunha-se majoritariamente de mestiços. A luta política em torno da construção do Estado-Nação confundia-se

²⁶⁰ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América** ..., p. 203 e 335.

²⁶¹ Para Bomfim influência dos africanos e seus descendentes existiu, porém não alterou a feição da “população já feita”, delineada pela mistura de índios e brancos. Idem, p. 202.

²⁶² A conotação política e ideológica que está por trás do escamoteamento dos escravos e da escravidão fica explícita no fato de a “Carta constitucional outorgada em 1824 não mencionava sequer a existência de escravos no país. Não obstante o artigo 179 definir a liberdade e a igualdade como direitos inalienáveis dos homens, centenas de negros e mulatos permaneceram escravos”. Cf. COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 137.

com a batalha simbólica. No processo de elaboração da identidade nacional, construiu-se uma representação da sociedade como um todo orgânico, ficando definido quem ficava dentro e quem saía, os aliados e os inimigos. Ademais, esse “imaginário social”²⁶³ serviu ao propósito de fazer esquecer a violência e os conflitos do passado – referimo-nos ao embate entre colonizadores e índios e a escravidão. O discurso hegemônico pôde criar uma nação abstrata, delineada como um espaço plano e liso. Nesse esquema, a contradição, o antagonico, ou seja, o inimigo localizava-se fora da comunidade.²⁶⁴ Tal procedimento viabilizou reconstituir a origem da nação, apagando os conflitos pela terra, o extermínio dos nativos e “reconhecer a prática da conciliação como atributo e função fundamentais da autoridade”.²⁶⁵

Para construir a representação da nação, os românticos optaram pelos índios porque, diferentemente dos negros, eram “filhos da terra”. A “cultura” brasileira (a literatura, a poesia, a língua nacionais) seria extraída das tradições, da linguagem, dos costumes dos “autóctones”; a “cultura” nacional almejada deveria estar enraizada no solo pátrio, por isso a necessidade de sublinhar a cor local e enobrecer os “selvagens”. Na obra de um José de Alencar esse objetivo se vê com clareza. Ele se esmerou para contradizer a concepção segundo a qual os índios eram bárbaros e incivilizáveis; essa caracterização, de acordo com o autor de *Ubirajara*, foi propagada pelos jesuítas e “aventureiros”, os quais batalhavam pela posse da alma ou do corpo dos nativos. Separados por interesses inconciliáveis, eles sustentavam a mesma opinião: os índios eram “feras

²⁶³ A categoria “imaginário social” foi emprestada de Baczko. Para este autor a “imaginação social” é um dos aspectos do sistema simbólico que toda sociedade produz e que permite elaborar uma “certa representação de si”, ou seja, a sua identidade. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Oficial – Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 309.

²⁶⁴ O sistema dicotômico, estruturado entre o “dentro” e o “fora”, entre o organismo homogêneo e uno e a ameaça exterior pode ser visto no romance *O guarani*, de Alencar; ele criou dois campos de forças que se opunham: um era o núcleo familiar de D. Antônio de Mariz, símbolo do poder, da hierarquia e da estabilidade da comunidade; o outro estava representado pelos “estrangeiros”: os Aimorés e os aventureiros errantes. Os primeiros (bárbaros, selvagens e vingativos) eram os antípodas de Peri (símbolo da adesão e do amor devoção ao colonizador); os vilões personificavam o amor carnal, o interesse material, o viver sem regras, tudo que podia corromper e destruir a harmonia, a estabilidade, os valores, as tradições da família ou da nação. **O Guarani**. 9 ed. São Paulo: Ática, 1981.

²⁶⁵ MARCO, Valéria de. **A perda das ilusões**: o romance histórico de José de Alencar ..., p. 91.

humanas”.²⁶⁶ A prosa e a poesia românticas trataram de desmentir tal argumento. Por isso a imagem dos “selvagens” foi associada a valores honoríficos que, para um Alencar, constituíam-se na antítese do que ele via como os elementos capazes de ameaçar e desestabilizar a família, a sociedade e a tradição: o interesse material, a competição e o individualismo. Os índios, em sua obra, encaixavam-se na imagem construída e propagada por gente como Montaigne, Rousseau, Southey, Alencar, Gonçalves Dias, em que tudo era positividade: o súdito fiel, o destemor, a hospitalidade, a bondade fraternal. Retirados da história e da realidade concreta, os “filhos da terra” foram transformados em figuras míticas. Em *O Brasil na América*, os “brazis” tinham características idênticas. Tanto Alencar quanto o nosso autor foram em busca da “alma do índio”.

O objetivo primordial consistiu em buscar a “alma do índio” a fim de encontrar e revelar a “alma do Brasil”. Para os dois a “alma do Brasil” estava no interior do país. Não é por acaso que na obra *O guarani* o solar do fidalgo português D. Antônio de Mariz localizava-se no sertão. Ao assim proceder, o autor tinha o objetivo de reconstruir o momento inaugural do país, sublinhando a conexão harmoniosa entre o homem e a natureza, entre o “branco civilizador” e o “mundo novo descoberto”.²⁶⁷ Ademais, ao ambientar o seu enredo no sertão “deserto e inculto” — distante do litoral —, ele pôde criar, por um lado, uma comunidade isolada e imune à influência estrangeira; por outro, uma sociedade sem escravidão. Alegoricamente, a floresta intocada serviu como uma espécie de cordão de segurança, destinada a proteger o cerne de um país que nascia sem a mácula da escravidão e definindo desde o começo a sua autonomia como “nação”. A brasilidade delineava-se no interior, no seio da natureza, através do enlace amoroso entre Ceci e Peri.

²⁶⁶ ALENCAR, José. Advertência. In: _____. **Ubirajara** (Lenda Tupi). São Paulo: Editora Literart, s.d. p. 98.

²⁶⁷ MARCO, Valéria de. Op. cit. p. 31.

A forte presença do sentimento de brasilidade em Bomfim²⁶⁸ produziu concepção idêntica. Por isso ele referiu-se, enfaticamente, no livro *O Brasil na América*, aos caminhos, aos rios e às estradas, que levavam os “criadores de povoados” e “agentes civilizadores” de centros como Salvador, Recife e São Paulo em direção ao sertão. Separados pelo tempo e em contextos diferentes, ambos queriam produzir a imagem de uma “cultura” que surgiu e mantinha-se “autenticamente brasileira”. Ele evocou os escritores românticos porque ninguém teria captado com mais sensibilidade o “gênio brasileiro”, cuja identidade se definia pela paisagem tropical, pelo seu povo e pela sua história.²⁶⁹

História

O olhar de Bomfim voltou ao passado na tentativa de revelar as tradições e as experiências comuns dos brasileiros, tradições e experiências que viviam no presente, em cada pessoa. Eram elas que deveriam orientar, dar força e confiança quanto ao rumo que o país deveria tomar, visando o progresso econômico, social, político, moral e cultural. Cabia ao historiador estudá-las da perspectiva nacionalista. Essa preocupação tinha implicações profundas na concepção de história do autor. Ele aceitou a lição de F. Martius segundo a qual a história deveria ser “mestra da vida”.²⁷⁰ O historiador tinha uma função: cabia a ele fomentar o patriotismo. O ofício tinha mais a ver com a militância em prol da propaganda nacionalista do que com a análise. A obra *O Brasil na América* encaixa-se nessa perspectiva.

²⁶⁸ O peso e a influência do patriotismo de Bomfim no que ele produziu podem ser vistos no livro *Através do Brasil* (1910), o qual foi escrito com o seu dileto amigo Olavo Bilac. Na “Advertência e Explicações”, os autores afirmaram que ao contar as aventuras dos meninos Carlos e Alfredo, que percorrerão o país em busca do pai, tinham o objetivo de levar ao leitor infantil a conhecer a “vida brasileira” – “as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens”. Sublinharam os autores que escolheram o rio São Francisco como cenário principal porque este é o “grande rio, essencialmente, unicamente brasileiro”. Cf. **Através do Brasil. (Org. Marisa Lajolo)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 46.

²⁶⁹ **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 292.

²⁷⁰ Martius, C. F. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 389-411, nº 24, jan. 1845, p. 410. Esse texto ganhou o concurso patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico em 1848; essa instituição foi criada, em 1839, para elaborar a memória nacional do ponto de vista da Monarquia.

Ademais, sua opção pela “razão nacional” em detrimento da “razão universal” permitiu o questionamento do conceito de História Universal. Depois de perguntar a quem interessava afirmar a existência desta última, Bomfim disse que o conceito servia aos países ocidentais para separar e hierarquizar as nações em fortes e fracas, valorizando as suas tradições e desqualificando as demais. Este esquema foi comparado pelo nosso autor com o sistema planetário: a Europa ocuparia o centro do “universo” e as outras sociedades (outros planetas) orbitariam em torno desse centro de gravidade. Se as coisas eram assim, disse Bomfim, seria necessário desprezar o conselho de Copérnico, o qual teria sugerido aos astrônomos que, em nome da objetividade, estudassem o sistema planetário a partir de dois focos ou de dois ângulos: tanto do ponto de vista da Terra quanto do Sol. Transferindo esse raciocínio para o estudo da história, almejava-se eliminar a visão pessoal, os julgamentos baseados em valores, ou até mesmo os preconceitos. Para o nosso autor tal atitude não era factível, pois cada historiador julgava a si e ao outro de acordo com a respectiva tradição a que pertencia. Cabia, então, a “cada povo defender a sua própria história”.²⁷¹

A crítica do ponto de vista etnocêntrico, resultante da perspectiva nacionalista de que estava imbuído o autor, chama a atenção pela sintonia de pensamento com Oswald Spengler, autor de *A decadência do Ocidente*, publicado em 1918, o qual foi lido e traduzido em vários idiomas, dentro e fora da Europa.²⁷² Bomfim não o cita, mas a semelhança existe. Em ambos há a conexão entre o sistema planetário e a história: a comparação entre a perspectiva eurocêntrica e relativista, respectivamente, ao “sistema ptolomaico” e ao copernicano.²⁷³ O objetivo dos dois consistiu em questionar o conceito de História Universal e, assim, retirar do Ocidente a primazia de ser o parâmetro a partir do qual

²⁷¹ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na história**: deturpação das tradições e degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931, p. 42.

²⁷² SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 179. O livro ficou pronto em 1914, mas a guerra retardou a revisão a publicação. Sobre a repercussão da obra e das idéias de Spengler, ver HERMAN, Arthur. **A idéia de decadência na história ocidental...**, p. 255 e seg.

²⁷³ Spengler serviu-se da imagem copernicana para argumentar que não havia hierarquia entre as diversas culturas, pois cada povo tinha a sua. Cabendo ao pesquisador pensá-las em suas singularidades. Sobre o assunto, ver SCHLANGER, Judith. **Les métaphores de l'organisme**. 2 ed. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995, p. 161.

civilizações e culturas não-ocidentais eram classificadas e julgadas. Em consequência, não poderia mais se falar, de acordo com ambos, em valores, idéias, conceitos com validade universal, como a “supremacia da razão, a humanidade, a felicidade do maior número”.²⁷⁴ Desse modo, inexistem a Arte, a História, a Tradição, a Cultura, mas artes, histórias, tradições, culturas isoladas e singulares. No argumento de Spengler, o conceito de “Humanidade” perde sentido, pois o que existem são “culturas, povos, línguas, verdades, deuses, regiões”²⁷⁵ com as suas singularidades inconfundíveis. Para o autor, os adeptos da História Universal enxergavam as suas “verdades inabaláveis” apenas do seu ângulo e desconheciam que há “outras verdades”, daí a necessidade de sair da “sua esfera”.²⁷⁶ De acordo com o seu ponto de vista, essa distorção originava-se do fato de o historiador deixar conduzir a sua pesquisa a partir de *sua* visão de mundo e não se dando conta de que existem outras; ele está exortando o pesquisador a esforçar-se para afastar do seu trabalho o preconceito, que aparecia quando se adota uma visão de mundo unilateral e esquece-se que há outras.

O texto de Spengler é a manifestação do mal-estar vivido por grande parte da intelectualidade européia nos anos 20, sobretudo posteriormente à Primeira Guerra. No rastro da destruição deixada por esta, emergiu a desconfiança em relação a uma Europa como modelo de progresso e civilização.²⁷⁷ Tomava-se distância de tudo o que se referisse ao ideal de absoluto, de objetividade²⁷⁸, de “verdades” que seriam válidas para todos no tempo e no espaço. Havia, pois, que pensar a realidade tendo em vista o específico, o circunstanciado, o singular. Na onda de ceticismo reinante, a Razão e a ciência foram colocadas em xeque.

²⁷⁴ SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1973, p. 38.

²⁷⁵ Idem, p. 39.

²⁷⁶ Idem, p. 41.

²⁷⁷ A obra de Spengler é a manifestação de um sentimento bastante difundido de que o Ocidente estava em coma. O racionalismo Iluminista encontrava-se em crise e era incapaz de responder às inquietações que surgiam numa realidade em que tudo era mudança e instabilidade. Nessa atmosfera cultural e política, Spengler anunciou o ocaso do Ocidente. Para ele todas as civilizações nasciam, ascendiam, decaíam e morriam. HERMAN, Arthur. Op.cit., p. 251-252.

²⁷⁸ Spengler afirmou: “Mas a Humanidade não tem nenhum objetivo, nenhuma idéia, nenhum plano, como não têm as espécies das borboletas ou das orquídeas”. Cf. **A decadência do Ocidente**, p. 39.

Rejeitava-se o racionalismo Iluminista e se fazia a apologia do irracional, da intuição. Para Spengler, constituía-se em uma ilusão tentar apreender a realidade somente pelo intelecto, sem recorrer à intuição.²⁷⁹

Parecerá estranho que um intelectual como Manoel Bomfim, que nunca abandonou a crença nos valores democráticos, tenha compartilhado idéias e concepções com pensadores como Spengler, que nutria profunda aversão pelo liberalismo e afirmava que a liberdade produzia a “decadência cultural” e à perda da vitalidade”.²⁸⁰ Das proposições do pensador alemão não interessaram ao intelectual brasileiro os argumentos a favor de um governo autoritário. Buscou no manancial de idéias disponível em um ambiente intelectual europeu reticente no tocante à tradição ocidental – cujos alicerces assentava-se até o século XIX na ciência e na Razão – idéias e concepções que podiam servir ao seu projeto de forjar a identidade nacional. Encaixava-se perfeitamente no seu raciocínio a noção de caducidade e de perda de vigor da civilização ocidental, já que era o seu objetivo definir a singularidade do país, contrapondo a um “outro”, que era a “velha” Europa. Tornou-se viável, assim, contrapor a juventude de uma nação cheia de vigor e de potencialidades à Europa “envelhecida” e “decadente”.²⁸¹

A idéia mais atraente para Bomfim, entretanto, consistiu na negação do conceito de História Universal e na defesa do relativismo histórico. Ajustava-se ao seu propósito de “redescobrir” as raízes da brasilidade a noção segundo a qual povos e culturas existiam enquanto entidades circunscritas no tempo e no espaço e, portanto, possuíam especificidades e estavam dotados de capacidade de auto-expressão.

No tocante à revolução copernicana produzida na pesquisa histórica, no entanto, é importante observar que há uma sutil diferença entre o argumento de Spengler e as afirmações de Bomfim. O pensador alemão concebeu um sistema desprovido de centro, pois a cultura ocidental não ocupava mais o lugar

²⁷⁹ Idem, p. 62.

²⁸⁰ HERMAN, Arthur. Op. cit., p. 259.

²⁸¹ Analisando o novo nacionalismo brasileiro que emergiu no decurso da Primeira Guerra, Thomas Skidmore afirmou: “Para esses brasileiros, a agonia da Europa era um depurativo. E encorajavam-nos nessa análise intelectuais como Oswald Spengler, que prediziam abertamente e de há muito o fim da cultura européia”. Cf. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro ..., p. 190.

privilegiado em relação a outras, como a da Índia, Babilônia, Egito ou China. Relembrando, ele recomendava a adoção do método copernicano, o único que afastava o subjetivismo e o preconceito, pois obrigava o pesquisador a estudar o objeto pesquisado a partir de vários ângulos e não fechando o seu olhar exclusivamente na sua visão de mundo. Em contraposição, o intelectual brasileiro viu como procedimento justificável a adoção do ponto de vista subjetivo e assim ficava o historiador livre para julgar a partir de suas concepções pessoais. Exigir o “efetivo objetivismo” seria o mesmo que pedir, no âmbito individual, que o “indivíduo [saísse] de si mesmo”.²⁸² Em outros termos, Bomfim sugeria o seguinte: se as nações hegemônicas usam e abusam da história para exaltá-las e para vilipendiar as outras, que faça o mesmo o historiador brasileiro, cabendo, pois, a este enaltecer as tradições do seu país.²⁸³

De tudo o que foi dito, fica a inquietante questão: como explicar esse neo-romantismo de Manoel Bomfim? A dúvida deverá ser esclarecida se pensarmos no que disse o nosso autor à luz dos debates travados, nos anos 20, em torno da “redescoberta” do Brasil.

Manoel Bomfim e a “redescoberta do Brasil”

A aproximação de Manoel Bomfim do Romantismo pode ser melhor compreendida caso se pense no que ele disse relativamente aos assuntos, propostas e debates que a década de 20 assistiu. Referimo-nos ao período Modernista.²⁸⁴ Lendo-se os textos *O Brasil na América*, *O Brasil nação* e *O Brasil*

²⁸² BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História: deturpação das tradições e degradação política** ..., p. 41.

²⁸³ Idem, p. 43.

²⁸⁴ Não será o nosso objetivo abordar temas quanto à periodização, à batalha contra os “passadistas” e à crítica que hoje se faz à noção de “pré-modernismo”. No que concerne a este último tópico, há quem discorde da periodização entre “pré” e modernista. Os críticos argumentam que o chamado pré-modernismo é uma construção, resultante de uma batalha política-ideológica, cujos vencedores foram os que são chamados de “modernistas”, os intelectuais e artistas que participaram da Semana de Arte Moderna, em 1922. Os “vencedores” passaram a estabelecer a periodização, os modelos de análise e os assuntos relevantes; consolidado a hegemonia, os “modernistas” relegaram as manifestações culturais que foram produzidas antes de 1922 como algo de pouco valor estético e de baixa inventividade. O passado do país passou a ser estudado pelas “lentes do movimento de 1922” e ficaram ocultos “processos culturais relevantes que se

na *história*, percebemos nosso autor preocupado em participar das disputas teóricas e políticas em que se envolveram historiadores, sociólogos, artistas e escritores. A atmosfera política e cultural desse período favoreceu a fermentação do debate em torno da brasilidade, a reflexão sobre as mazelas do país e a elaboração de projetos de reformas. Se o modernismo é lembrado pelo que trouxe de inovação e de ruptura, por outro lado, há a possibilidade pensá-lo no “sentido de continuidade histórica”²⁸⁵, mais especificamente retroagindo ao Romantismo. O neo-romantismo de Bomfim não se configurou em um caso isolado.

O nosso objetivo consiste em captar as sintonias e as antinomias entre as proposições de Bomfim e o que poderíamos chamar de repertório temático que circulou na década de 1920: 1) a tentativa de delinear a cultura e a civilização brasileiras, baseada na dialética entre a razão local e a razão universal; 2) a “ida ao povo”; 3) o nacionalismo; 4) o destaque para os índios como elemento preponderante na formação híbrida da população brasileira; 5) a valorização da intuição em detrimento da análise racional; 6) a busca da síntese da nação em termos de “retratos do Brasil”; 7) a crítica aos adeptos da eugenia.

A “cultura” brasileira entre a razão nacional e a razão universal

A tradição do pensamento intelectual brasileiro bifurcou-se em duas vertentes. Uma voltava-se para o Atlântico, visando encontrar a ligação entre a sociedade e a cultura brasileiras e as bases civilizacionais européias. Outra foi para o sertão em busca dos traços distintivos que teria dado ao país uma feição própria. A primeira vertente via a dependência cultural como um fator positivo,

gestavam na sociedade brasileira, a rigor, desde a primeira década do século XIX”. Cf. HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernos. In: **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 290; MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: companhia das Letras, 2001, p.15-16.

²⁸⁵ Sobre o assunto, ver CASTELLO, José Aderaldo. Modernismo ou neo-romantismo. **Cultura**, n 5, jan./mar. 1972. Do mesmo modo, é possível construir uma ponte entre os “modernistas” do final do século XIX e os Modernistas da década de 1920, destacando concepções, temas e atitudes comuns, ou influências e “precursores não reconhecidos” da época da Escola do Recife (como Sílvio Romero e Araripe Jr.) sobre a geração de Mario e Oswald de Andrade. PAES, José Paulo. **Canaã e o ideário modernista**. São Paulo: EDUSP, 1992; HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernos. In: **Tempo e História** ...

razão pela qual deveria ser cultivada. A segunda realçou a cor local, a autenticidade de nossa cultura.²⁸⁶

O romantismo insistiu na formação de uma cultura brasileira, fundada nos elementos da terra e, por isso, foi em busca das raízes da brasilidade. A criação literária da metade do século XIX e a historiografia produzida dentro dos institutos históricos e geográficos expressavam o momento em que o projeto centralizador da Monarquia saiu vitorioso frente às reivindicações provinciais. A idéia de um “Brasil” unificado e indiviso politicamente teve nas obras historiográficas e na literatura os seus correspondentes. A ênfase nas raízes brasileiras fazia sentido num contexto em que se afirmava a coesão nacional. Os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conectaram a idéia de nação brasileira à colonização portuguesa e, nos seus discursos, o “outro” (os “bárbaros”) foi identificado, no plano interno, aos índios e negros e, no externo, às repúblicas espanholas.²⁸⁷ Tratava-se, pois, de conectar as origens da brasilidade à matriz luso-brasileira.

A crítica a esse pensamento veio com a chamada de “Geração de 1870”, que contou com muitos intelectuais que gravitaram em torno da Escola do Recife. Coube à geração de Sílvio Romero, Tobias Barreto e Joaquim Nabuco a iniciativa de colocar em xeque os pressupostos que se tornaram hegemônicos na segunda metade do século XIX. Se os “modernistas”²⁸⁸ das últimas décadas do século XIX e do começo do XX insistiram na necessidade de ser cosmopolita, ou seja, ser ao mesmo tempo “homens do nosso século e do nosso país”, é porque a situação era outra e diverso era o objetivo. Estava em jogo para essa geração o desejo de conectar o Brasil, visto sob a ótica do atraso, ao Ocidente. Por isso, viu-se o

²⁸⁶ Sobre o assunto ver AZEVEDO, Fernando. **Cultura brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1971. (Obras completas, v. 13), p. 353-4; COUTINHO, Afrânio. **A polêmica Alencar-Nabuco ...**, p. 7; BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade ...**, p. 12.

²⁸⁷ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro: FGV, 5-27, n 1, 1988 , p. 6 -7.

²⁸⁸ Foi José Veríssimo que denominou a geração de Sílvio Romero, Tobias Barretos, Araripe Jr, Capistrano de Abreu de “modernista”. O Modernismo. In: VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

esforço teórico e político de lutar contra o passado, pois este trazia à tona tudo o que era identificado como empecilho para a modernização do país, seja na economia, seja na política, seja na esfera cultural. Para acertar o relógio com o Ocidente, de onde vinham as idéias, os valores e as ideologias, via-se como necessidade inadiável a superação a Monarquia, a escravidão, o poder da Igreja e o Romantismo. Nessa atmosfera de negação do passado, quase todos aderiram ao ideário republicano, lutaram pela implantação do trabalho livre e viram no romantismo apenas os “seus dons enganosos”.²⁸⁹ A abolição, a República e a imigração configuravam no seio dessa intelectualidade a materialização da almejada “modernização” ou “atualização” do país.

É na *Belle Époque* que se percebe com clareza o mal-estar do homem culto brasileiro, dividido entre Europa (o “universal”) e o Brasil (o “local”), tornando-se evidente a ambigüidade do intelectual que queria pensar as mazelas sociais, políticas, cultural, construindo propostas para transformar a sociedade e, ao mesmo tempo, sentindo ou querendo pertencer a uma outra realidade: a européia. Tobias Barretos publicava um periódico escrito em alemão numa pequena cidade do Pernambuco e Joaquim Nabuco, na juventude, escrevia poemas em francês tratando do conflito franco-germânico em torno da Alsácia-Lorena. Nabuco, em seu livro de memórias, escrito depois do seu engajamento na causa abolicionista, revelou sem rodeios sua convicção cosmopolita, ao referir-se à condição do homem culto americano, que pertencia a duas tradições culturais: a da América, sedimento novo e “flutuante” e a da Europa (as “camadas estratificadas”). A européia predominava sobre aquela e, em consequência, a imaginação desses intelectuais deixava-se atrair pelo universo cultural europeu. Daí nutrirem certo desdém pelas raízes brasileiras.

Na perspectiva de Nabuco e de tantos outros de sua geração, o importante era captar e realçar o “fundo comum de língua, religião, arte, direito e poesia” que existia entre o Brasil e o Ocidente.²⁹⁰ A luta política de Nabuco pela abolição tinha

²⁸⁹ A expressão é de Sílvia Romero. Academia Brasileira de Letras (Discurso pronunciado em 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha). In: ROMERO, Sílvia. **Provocações e debates**. Porto: Imprensa Moderna, 1908, p. 358.

²⁹⁰ NABUCO, Joaquim. **Minha formação** ..., p. 42.

como objetivo criar as condições para o país participar do concerto das nações capitalistas e democráticas. Seria o desabrochar de uma realidade embrionária e latente, qual seja, a confirmação de que as bases civilizacionais do Brasil eram européias. A proposição de Nabuco, compartilhada pela sua geração, contrapunha-se aos românticos, os mesmos que queriam captar a matriz da nacionalidade nos elementos da terra. Para a “Geração de 1870”, a “razão nacional” deveria subordinar-se à “razão universal”.

A geração dos anos vinte do século passado procurou um equilíbrio na dialética do localismo e do cosmopolitismo. O objetivo consistia em ir ao encontro das raízes da brasilidade e, ao mesmo tempo, estar atento ao que existia de novo na Europa, sobretudo na vanguarda parisiense. No primeiro momento o objetivo foi o de alcançar a renovação estética e aí se deu o embate contra o que era visto como “passadismo” (Romantismo, Naturalismo, Simbolismo e Parnasianismo). Em um segundo momento, posterior a 1924, a problemática passou a ser outra:²⁹¹ tratava-se pensar a questão nacional, sem abandonar o ponto de vista internacionalista. A criação de uma “cultura brasileira” consistia, assim, no primeiro passo para garantir a entrada no concerto da civilização universal. Ser moderno pressupunha integra-se ao Ocidente, mas essa inserção deveria se processar desenvolvendo a nossa fisionomia nacional. Não se tratando, pois, de buscar as raízes européias na constituição da civilização e cultura brasileiras, como desejava Nabuco. Ser moderno era, pois, compatibilizar nacionalismo e cosmopolitismo.

A “ida ao povo”

A opção da geração “modernista de 1870” pelo cosmopolitismo, revelando o desejo de estar à altura do século da eletricidade, do telégrafo, das fábricas, da ciência, experimentou uma outra ambigüidade. Referimo-nos à relação ambivalente entre a elite intelectual e o “povo”.

²⁹¹ Eduardo Jardim de Moraes, em seu estudo sobre o Modernismo, distinguiu dois momentos no movimento modernista: de 1917 a 1924, a ênfase recaiu na modernização do “nosso ambiente cultural”; de 1924 a 1929, o foco principal concentrou-se na questão nacional. **A brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 52.

Os homens cultos brasileiros, leitores de Taine, Renan, Lapouge, Gobineau, estavam conscientes da origem mestiça da população brasileira, sobretudo da influência africana. Mesmo admitindo a formação híbrida da população, deixaram-se conduzir pelas teorias raciais e propagaram a idéia do branqueamento, como foi o caso de Sílvio Romero. Joaquim Nabuco reconheceu a importância dos escravos como aqueles que produziram a riqueza do país e por isso mereciam a liberdade e deveriam ser integrados na sociedade hegemônica como cidadãos. Esse discurso, no entanto, conviveu com o racismo, embora muitos dos seus intérpretes queiram negar.²⁹²

Na juventude, quando acabara de chegar da Europa, depois de ter contato com a fina flor da intelectualidade francesa, Nabuco, durante a polêmica que travou, em 1875, com José de Alencar, referiu-se à peça teatral deste último, *O demônio familiar*²⁹³, cujo protagonista é um menino escravo. O futuro abolicionista aludiu ao linguajar dos escravos que Alencar levou ao palco e arrematou: “já é bastante ouvir nas ruas a linguagem confusa, incorreta dos escravos; há certas máculas sociais que não se devem trazer ao teatro, com o nosso principal elemento cômico, para fazer rir”.²⁹⁴

Nina Rodrigues reconheceu a influência africana na formação “cultural” brasileira, mas aceitou a concepção da suposta superioridade intelectual, psicológica e cultural do homem branco.²⁹⁵ Como o negro e seus descendentes eram seres infantis, justificava-se a elaboração de uma legislação específica para negros e mestiços.²⁹⁶

Esses exemplos revelam o drama do homem culto brasileiro, dividido entre dois mundos; e a Europa como modelo e base de inspiração. Mesclava, em relação ao povo iletrado, viva simpatia e um certo horror ou vergonha. Era uma visão ilustrada, de homens que se julgavam esclarecidos e que viam a civilização

²⁹² A respeito do assunto, ver UEMORI, Celso Noboru. Joaquim Nabuco: lutas, propostas e diálogos (1879-1888) ... p. 81.

²⁹³ A peça estreou em 1857 no Rio de Janeiro. ALENCAR, José Martiniano de. **O Demônio Familiar**: comédia em quatro atos. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1957.

²⁹⁴ COUTINHO, Afrânio. **A polêmica Alencar-Nabuco** ..., p. 106.

²⁹⁵ **Os africanos no Brasil...**

²⁹⁶ **As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** ..., p. 241-2.

como obra do homem branco. O homem pobre era o “outro”, que precisava ser “civilizado” e a quem se via com certo desdém. Visto por este ângulo, o ponto de vista dos “modernistas” do final do século XIX coincide com o dos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: em ambos os casos era a elite esclarecida, aquela que ocupava o topo da pirâmide social, que definia quem poderia pertencer ou ficar fora da nação.²⁹⁷

A geração modernista dos anos vinte rompeu com essa atitude. O “povo brasileiro”, dizia-se, era a realidade encoberta, recalcada por séculos de cultura importada, precisando ser redescoberto. As manifestações culturais da população, tingidas pelas influências africanas e indígenas, constituíram-se em objeto de pesquisa e serviram como inspiração para a literatura, a pintura e a música. Redescobrir o “povo” significava “redescobrir o Brasil”, propósito que se afinava com o intento de Euclides da Cunha ou de Nina Rodrigues, como lembrou Antonio Candido.²⁹⁸ O primeiro quis entender a vivência cultural e religiosa do sertanejo; o segundo foi pesquisar a influência africana. Ambos foram em busca do “povo”, servindo-se de instrumentos teóricos fornecidos pela ciência oficial européia e deixaram-se levar pelo determinismo racial. Os modernistas dos anos vinte também foram ao “povo”, mas sem recorrer ao aparato teórico em que se basearam os autores que defenderam a suposta superioridade do homem branco.²⁹⁹ Esse fato explica-se, quiçá, por dois motivos: o descrédito das teorias raciais naquele momento e a rejeição dos modernistas do “lado doutor”, da secular influência estrangeira.

Nos anos vinte, Bomfim compartilhava com os intelectuais de sua geração a vontade de “libertar as forças escondidas da nação” por meio da redescoberta do Brasil “autêntico”, realidade que permanecera escondida por trás de uma realidade construída a partir de pressupostos teóricos falsos, manipulados por intelectuais que estiveram interessados em distorcer a “verdade”, a história e a tradição brasileira porque estavam motivados pelo interesse de afirmar a superioridade dos

²⁹⁷ Para o IHGB, ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Op. cit., p. 7.

²⁹⁸ Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: **CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 8 ed. São Paulo: TA Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.** (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 113.

²⁹⁹ Excetue-se um autor como Oliveira Vianna e sua tese da superioridade racial dos “arianos”.

países fortes ou a condição inferior (racialmente falando) dos não-brancos. Já no livro de 1910, *Através do Brasil*, ele e Bilac queriam colocar as crianças, os seus leitores, em contato com a “cultura popular”, exemplificado por canções de origem africana e entoadas por um mulato.³⁰⁰ Os autores tinham a intenção de revelar ao leitor das cidades o folclore, cantigas, hábitos da gente do interior. Nesse intento revelava-se a disposição de educar os leitores, o público infanto-juvenil, para “abrasileirar” o brasileiro. A matéria-prima estava no interior, o qual despontou na obra *Através do Brasil* como o cerne da nação, tal qual afirmara Euclides da Cunha no livro *Os sertões*.

No livro de 1929, *O Brasil na América*, o nosso autor pretendia encontrar o cerne da nacionalidade, a “alma brasileira”, no passado cabralino, no momento inaugural em que se deu o encontro dos índios e dos europeus. A ênfase nas manifestações populares do homem do interior e a insistência em voltar-se para o passado colonial colocam Bomfim em sintonia com os intelectuais dos anos vinte. Na obra *O Brasil na América* e nos textos dos modernistas destacou-se o Brasil como *mito*, simbolicamente representados pelos “totens amazônicos” de Oswald, Mário e Alcântara Machado ou o caboclo-tupi do verde-amarelismo e da Anta³⁰¹. A busca dessa força espiritual e instintiva, encoberta e redescoberta, recalcada e revelada, teve no índio o elemento fundante. Aqui é possível vislumbrar o retorno do Romantismo, que fora enxotado da vida cultural do país pelos epígonos da Escola do Recife e negado pelos modernistas num primeiro momento. Como já foi indicado, Bomfim participou também da retomada do Romantismo.

Acreditamos, no entanto, que é possível captar uma abordagem pessoal de Bomfim relativamente ao assunto. Os modernistas e os românticos viram na miscigenação entre os autóctones e os europeus a origem do brasileiro, que não era nem índio nem português; ambas as correntes comungaram da concepção segundo qual o que menos importava era se houve vencedor ou vencido. Destacaram a vitória da civilização luso-americana, triunfo atingido pelo desaparecimento dos “nativos” para dar nascimento ao homem brasileiro, como

³⁰⁰ *Através do Brasil* ..., p. 90-92.

³⁰¹ BOSI, Alfredo. Moderno e modernismo na literatura brasileira. In: _____. *Céu, inferno*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p. 216

tipo mestiço.³⁰² Bomfim concordava com tudo isso, mas há uma peculiaridade em sua proposição que queremos sublinhar. Tanto para um Alencar quanto para os modernistas, o índio foi percebido como figura mítica, ou seja, como personagem retirada da realidade histórica. Para Bomfim, que acreditava na importância da história, ficou difícil pensar nos índios como uma pura abstração. Queria realçar e reiterar o que disseram os românticos e os modernistas: a incorporação dos nativos à vida colonial e a sua contribuição para a formação da “cultura brasileira”, mas se viu diante da necessidade de abordar o assunto do ângulo da história e não do mito. Daí a insistência em afirmar que não “houve extermínio” e que se tratava de “deturpação” as afirmações que ligavam o morticínio dos índios às incursões dos bandeirantes pelo sertão. Estes foram caracterizados pelo autor de *O Brasil nação* como os agentes individuais que realizaram o ideal coletivo — a formação da nação. A necessidade de frisar a idéia da incorporação dos índios à vida colonial, levou-o a negar enfaticamente que houve extermínio. Ao se sentir obrigado a historicizar o assunto, chegou a justificar a escravização dos “selvagens”. Reproduzimos a sua afirmação: “o índio é a possibilidade de explorar a terra e de haver riqueza; e desde que a moral do momento admita a escravidão, escravizavam-no, para tirar-lhe o trabalho”.³⁰³

Se a presença do índio preponderou, ao lado do europeu, na formação da “civilização brasileira”, relembremos, Bomfim sublinhou a pequena influência dos negros. Isto chama a atenção pelo fato de se contrapor a algo que parecia evidente para pessoas como Sílvio Romero e Nina Rodrigues. O primeiro propôs aos pesquisadores que estudassem os africanos e seus descendentes não somente do ponto de vista econômico, mas como “objeto da ciência”; o segundo esmerou-se para descobrir e revelar o quanto a “civilização brasileira” estava impregnada pela presença africana.

Em nosso autor, a insistência na predominância tupi tem a ver com o seu esquema explicativo. Relembremos: no livro de 1905, *A América Latina*, ele enfatizou os antagonismos e a oposição de interesses (colônia x metrópole,

³⁰² CASTELLO, José Aderaldo. Op. cit., p. 125.

³⁰³ Cf. *O Brasil na América* ..., p.117. Lembramos que uma afirmação desse teor foi usada, muitas vezes, pelos porta-vozes dos proprietários para justificar a escravidão dos negros.

colonizadores x índios, senhores x escravos), fatores responsáveis pelos conflitos e instabilidade política. Mais de 20 anos depois, o enfoque recaiu sobre os fatores que geraram uma sociedade harmônica e estável. Desse modo entende-se porque Bomfim tentou convencer o leitor de que a influência dos africanos foi pequena, inclusive em termos numéricos. Não tendo como se referir à escravidão sem falar do antagonismo senhor x escravo, optou por “esquecê-lo”. Sua narrativa sobre a formação da nacionalidade, por outro lado, privilegiou os índios porque estes eram os “filhos da terra”, como tinham dito os românticos. A busca das raízes da brasilidade promoveu a elevação dos autóctones à condição de matriz determinante porque poderia servir de denominador comum quando se desejava encontrar a singularidade do “ser” brasileiro. Nisto está a explicação para a aproximação do nosso autor do Indianismo.

A insistência na temática indígena, nos anos vinte, tinha a ver com a intenção de “redescobrir” o país e de enraizar a “cultura brasileira”. Por isso o destaque para o mito tupi.

Outro aspecto a que serviu esse mito foi a de atender ao desejo conceber a idéia de *integração*. Integrar o homem brasileiro e a sua “cultura” à terra; as classes, os grupos, à nação; as “raças” que afluíram ao país em um todo harmônico; o passado com presente; o moderno com o arcaico; o nacional e o estrangeiro. Tanto na versão da Anta (e do verde-amarelismo) quanto da antropofagia o índio foi visto como um denominador que uniu o “civilizado” e o “selvagem”. Em termos simbólicos, o tupi apareceu nos manifestos dessas duas correntes como o elemento que interagiu com o colonizador, de forma pacífica ou violenta, devorando-o e integrando-o.³⁰⁴ Para Plínio Salgado, os índios eram uma raça assimiladora, não tinham preconceitos e, ademais, quebravam as especificidades das outras raças com as quais entrava em contato. Se eles desapareceram fisicamente, sobreviveram nas “veias do sangue branco”.³⁰⁵ O influxo do europeu, africano, asiático não destruiu o “sangue” tupi, do qual formou-

³⁰⁴ Para o “Verde-amarelismo” a anta era um animal pacífico; o jabuti, símbolo dos Antropofágicos, era considerado um animal violento.

³⁰⁵ MORAES, Eduardo Jardim de. Op. cit., p. 132.

se a nacionalidade.³⁰⁶ Já Oswald de Andrade pensou a relação entre o colonizador e os “selvagens” do ângulo da antropofagia: deglutição violenta, mas com a absorção de certos aspectos do “devorado”, mesclando negação e aceitação. No começo da década de 30, Plínio e Oswald seguiriam caminhos políticos diferentes. O primeiro fundando e chefiando o Integralismo e o segundo filiando-se ao Partido Comunista. Porém, nos anos 20, havia algo que os unia teoricamente: ambos acreditavam na mesma forma de conhecer a brasilidade.

Manoel Bomfim compartilhava com os modernistas esse desejo de “redescobrir” o país, a sua “cultura”, definir a constituição da “alma do brasileiro” e tentar captar o fator que teria forjado o sentimento de pertencer à comunidade nacional. Dessa perspectiva, entende-se a centralidade do mito indígena e a retomada do Romantismo no livro *O Brasil na América*. Como já foi dito, neste livro os índios foram caracterizados como a “raça” que assimilava e deixava-se assimilar e que esta característica sobreviveu na “alma do brasileiro”. Tal proposição tinha a finalidade de ratificar uma noção bastante divulgada em sua época: a de que o brasileiro nasceu do caldeamento de raças, o que lhe proporcionou um caráter plástico, assimilador, formando-se assim um povo predisposto a aceitar o “outro”, absorvê-lo e modificá-lo. A mestiçagem permitia valorizar o país relativamente à Europa. Esta foi associada à decadência e à estagnação; o Brasil, à joviabilidade e à potencialidade de renovação.³⁰⁷ As bases do progresso estavam no passado, daí a necessidade de enaltecer a tradição, na qual estavam depositadas as fontes da renovação, “estímulo e orientação”.³⁰⁸

Retratos do Brasil

³⁰⁶ CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. 2 ed. Belo Horizonte: Una Editora; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 193.

³⁰⁷ A respeito afirmou Manoel Bomfim: “É mentira que as camadas populares sejam impermeáveis ao progresso. Dificilmente se encontrará povo mais plástico e adaptável. Isto lhe vem, certamente, dos cruzamentos extensos em que ele foi se formando, sem qualquer manifesta tendência à imobilidade” Cf. **O Brasil na história ...**, p. 245.

³⁰⁸ BOMFIM, Manoel. Op.cit., p. 15. A valorização da mestiçagem, a idéia do índio como “raça” assimiladora e assimilável, ou como matriz dominante da formação mestiça do brasileiro e a glorificação do passado colocam o Bomfim da maturidade muito próximo de Plínio Salgado, que nos anos 30 liderou um movimento de direita. Porém, essa proximidade não permite dizer que Bomfim tivesse qualquer simpatia por regimes fascistas.

A obra *O Brasil na América* pode ser pensada em comparação com os ensaios que foram produzidos na década de 20, como *Retrato do Brasil* e *Macunaíma*. A época foi marcada pela vontade de “redescobrir” o Brasil, de tentar encontrar os fatores determinantes do seu atraso e interrogar se este era destino ou contingência e, portanto, se havia possibilidade de redenção. Em Mário de Andrade, Paulo Prado e Manoel Bomfim havia o desejo comum de delinear o caráter do brasileiro, ou seja, de compor o seu retrato psicológico e moral.

Prado localizava no passado colonial a chave para compreender a formação do Brasil e do povo. A cobiça pelo ouro e a volúpia do colonizador português definiram a origem e o desenvolvimento do brasileiro na colônia. Luxúria, apatia, melancolia, carência de energia física e mental e instabilidade caracterizavam o “ser” do brasileiro.³⁰⁹ No seu argumento detecta-se a insistência em afirmar, tendo como elemento contrastante os Estados Unidos, o que teria faltado à nossa formação. Na Nova Inglaterra, o elemento religioso (o puritanismo) e “a hierarquia social dos velhos pioneiros” garantiram a formação de um povo e de uma nação estáveis e dotados de forte sentimento de coesão coletiva.³¹⁰ O Brasil, em contraste, não viu nascer um fator estabilizador, seja no aspecto religioso, cultural, intelectual ou político. Mesmo a manifestação do sentimento nacional se vislumbrou tão-somente em dois momentos: na luta contra o invasor holandês e na expansão geográfica.³¹¹

Na colônia os homens motivavam-se preponderantemente pela cobiça, inclusive os bandeirantes. Daí a ausência de ligação sentimental com “o torrão natal”.³¹² Se Paulo Prado reconheceu a origem e formação mestiça da população, insistiu na idéia de instabilidade e conflitos étnicos: o mulato sentia-se inferior ao branco rico, desprezava o mameluco e vangloriava-se de não ter ascendentes índios³¹³..Em seu *Retrato* o país e o povo foram delineados na perspectiva das forças centrífugas, do que dispersava, do individualismo (“vida isolada e livre do

³⁰⁹ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1944.

³¹⁰ Idem, p. 200.

³¹¹ Idem, p.133-134.

³¹² Idem, ibidem.

³¹³ Idem, p. 137.

colono”)³¹⁴ e da falta de vida coletiva. Servindo-se de uma imagem metafórica, Prado explicitou a sua opinião sobre o futuro do Brasil: “não progride; vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado.”³¹⁵

Esse retrato pessimista e sombrio de nossa gente tinha algum grau de parentesco com *Urupês* de Monteiro Lobato³¹⁶ e compartilhou com Mario de Andrade a noção segundo a qual “o brasileiro não tem caráter”. A obra *Macunaíma* confirma a ausência de um traço definidor. Por ter se originado de matrizes diversas o brasileiro seria múltiplo, incoerente, desencontrado.³¹⁷ O perfil do brasileiro teria se definido desde o início da colonização pela síntese das três raças.

Manoel Bomfim quis criar uma concepção de nação e de povo edificantes, de acordo com a sua perspectiva nacionalista. Na sua síntese, a nacionalidade formara-se já em meados do século XVII, no momento em que os “brasileiros” enfrentaram os estrangeiros para manter a integridade territorial. No período colonial definira-se a nação como entidade homogênea, o povo (resultado da mestiçagem do branco com o índio), bem como a tradição. Sua proposição diferencia-se, pois, de Paulo Prado. A nação-sujeito modelava as consciências, produzindo coesão coletiva, inibindo, assim, o individualismo. Na obra *O Brasil na América* os indivíduos atuaram em prol do ideal coletivo, sejam os bandeirantes, sejam os homens que lutaram contra os invasores estrangeiros. A nação e o povo existiam já na colônia como entidades formadas e definidas. Desse modo, o país não precisava criar uma tradição, pois esta já existia e sinalizava os rumos a

³¹⁴ Idem, p. 200.

³¹⁵ Idem, p. 204.

³¹⁶ A relação entre parasitas e parasitados permite comparar Bomfim com Monteiro Lobato. É o que fez Silviano Santiago. O autor de *Urupês* utilizou em seus contos a analogia entre organismo biológico e social. Na sociedade e na natureza agiam os “depredadores”, os que sugavam a seiva dos hospedeiros e tirava-lhes a vida. O parasita é o caboclo “indolente”, “explorador do trabalho alheio”, os “neros de pés-no-chão” incendiando a serra da Mantiqueira. Para o “fazendeiro malgrado”, era o caipira do Vale do Paraíba (personificado no Jeca Tatu) o responsável pela decadência e a ruína dos fazendeiros. Para Bomfim, o parasita era a classe dominante que vivia às custas da exploração do trabalho alheio e era incapaz de viver sem ele. Um dínamo em movimento. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!, 28.6.1998, p. A 1-5.

³¹⁷ BOSI, Alfredo. Situação de Macunaíma. In: _____. **Céu e inferno ...**, p. 201.

serem seguidos, tendo em vista o progresso social, político e moral. Se é preciso pensar no futuro, em avançar, o passado não pode ser esquecido, pois é nele que estão os valores que precisam ser reforçados e apurados.³¹⁸

Opondo-se à proposição de Prado, nosso autor insistiu nos fatores que favoreceram a coesão entre os homens e destes com o solo e com a “cultura” brasileira. Bomfim quis afirmar que a nação tinha tradição, raiz cultural e caráter específico.³¹⁹

Identidade paulista e identidade nacional

Digna de nota é a similaridade, em alguns aspectos, entre o discurso nacionalista de Bomfim e a tese defendida, desde o final do século XIX, por uma vertente da historiográfica que queria construir a identidade paulista. São Paulo se destacava, no cenário da República, no ponto de vista dessa vertente, pela prosperidade econômica, por ser branca, por ter ascendentes ilustres (os bandeirantes) e por ter ficado livre do “flagelo” da mistura com os negros, já que os africanos, diferentemente do resto do Império, foram introduzidos tardiamente

³¹⁸ Essa apologia do passado precisa ser vista com muito cuidado, pois há nas três obras da maturidade duas tradições: a primeira, que tinha a ver com a consciência da nacionalidade e o ideal republicano, conferia identidade, afinidade de propósitos no interior da sociedade. Esta precisava ser recuperada e cultivada, pois ela encarnava a “essência”, os “motivos íntimos” do brasileiro. A segunda referia-se às forças, encarnadas no Estado bragantino, que reiteradamente sufocaram a vida democrática, impedindo o seu desabrochar. Este será o assunto do próximo capítulo.

³¹⁹ Comparar Paulo Prado e Manoel Bomfim significa fazer um paralelo entre duas biografias que possuem em comum apenas o interesse pela questão nacional. Bomfim era filho de um ex-vaqueiro sergipano que posteriormente se tornaria proprietário de terras e comerciante. Prado pertencia à aristocracia paulistana ligada à empresa de café, freqüentador dos círculos intelectuais paulistano e parisiense, empresário e mecenas. Bomfim fez apenas duas viagens para o exterior e jamais revelou admiração por algum país estrangeiro. A homenagem ao Sergipe (no livro *A América Latina*) e a Frei Vicente do Salvador, que teria sido o “primeiro definidor d tradição brasileira”, (no livro *O Brasil na América*) são a prova do valor que ele dava à pátria. Do que foi dito, pode-se inferir dois pontos de vista sobre o povo. Bomfim tinha mais facilidade para se identificar com a população, ainda que ele tenha pertencido à elite intelectual. Prado exemplifica o brasileiro culto que se sente exilado em seu país. Daí a dificuldade para enxergar com simpatia o povo que é, ao cabo, o “outro”.

na capitania – lembremo-nos de que Bomfim insistiu na pouca influência negra na formação da população).³²⁰

Nos anos 20, a figura emblemática a este respeito era o historiador Alfredo Ellis Jr, preocupado em destacar a diferença de São Paulo em relação ao Nordeste açucareiro e, em segundo, de justificar a liderança paulista. A insistência em reconstruir a história da formação nacional, apagando conflitos e diversidades internos (regionais inclusive) não impediu Bomfim de compartilhar certas posições com Ellis Jr. Este e Bomfim (no livro *O Brasil na América*) estavam de acordo em muitos aspectos, como a exaltação dos paulistas (os bandeirantes), a preponderância da mestiçagem luso-tupi e a pouca importância do negro na formação da cultura (paulista ou brasileira).

O discurso regionalista do historiador coincidiu com o discurso nacionalista de Bomfim. Ambos ficaram lado a lado ao afirmarem que o caráter do brasileiro não resultou do encontro das três raças tristes, contrapondo-se a uma outra vertente paulista, representada por Paulo Prado e Cassiano Ricardo.³²¹ Ambos estavam preocupados com a questão da identidade – paulista (Ellis Jr.) e nacional (Bomfim). O Primeiro produziu uma imagem positiva dos paulistas e Bomfim, do outro lado, enalteceu o povo brasileiro.

A história regional não se encaixava no discurso nacionalista de Bomfim, pois a idéia-chave que está nos livros da década de 1920 é a da nação como organismo e cuja história não testemunhou movimentos separatistas. A proximidade com uma visão paulista da história do Brasil revela, mais uma vez, que Bomfim apropriou-se de uma idéia que, originalmente, fora elaborada para outra finalidade.

Na contra-corrente da eugenia

³²⁰ Sobre a identidade paulista, ver ADDUCI, Cássia Chrispianiano. **A “Pátria Paulista”**: o separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000, p. 103.

³²¹ Sobre Alfredo Ellis, Jr, ver MONTEIRO, John Manuel. **Caçando com gato**. Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr., **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, mar. 1999, n 38, p. 79-88.

Nesse ponto da discussão, cabe indagar a respeito das implicações do sentimento nacionalista para o pensamento de Bomfim. O nacionalismo pode ser apontado como motivo, entre outros, do reconhecimento e exaltação da mistura racial. A nação brasileira teria se formado como uma comunidade composta por várias etnias. Ademais, a população, como tipo etnográfico, estava incompleta, inacabada, pois “novas e repetidas” misturas se fariam. As sociedades miscigenadas caracterizam-se pela capacidade de destruir e reconstruir tradições, instituições, valores e costumes, ficando aptas para aceitar novidades, uma vez que o apego ao passado não seria empecilho para ir além. Mistura era sinônimo de vitalidade, de potencialidade para inovar e progredir e não, como afirmavam, desde o século XIX, os adeptos de Gobineau e Agassiz, instabilidade psíquica e decadência social e cultura. No livro *O Brasil na América*, Bomfim, contrapondo-se à voz corrente, além de exaltar a mestiçagem como elemento definidor da identidade nacional, sentenciou: a população brasileira jamais será um tipo branco. O Brasil se construiu (o processo não se completara) na confluência de tradições, costumes, instituições diversas e o brasileiro se definia pelo contraste, pois não era português, nem índio e nem negro, mas a síntese das três matrizes. Síntese e contraste não significavam que ele não tivesse um perfil definido. Pelo contrário, ele tinha “valor próprio”³²², ou seja, possuía singularidades.

Ao afirmar que o Brasil era mestiço, jamais seria branco “puro” e que a formação cruzada da população não se completara, Bomfim ficava quase sozinho em meio à proliferação do racismo. Nos anos 20, lembre-se, a eugenia era uma idéia bastante difundida na América do Sul (Brasil, inclusive), na Europa e nos Estados Unidos. Neste país como aqui, relacionava-se com à questão da imigração. O debate envolvia intelectuais e políticos, os quais queriam definir quem eram os estrangeiros desejáveis e indesejáveis. Em 1924, foi aprovada a *Immigration Restriction Act* nos Estados Unidos. Este dispositivo legal passou a ser modelo para vários países, inclusive para o Brasil. A eugenia foi aplicada em vários estados norte-americanos, na Dinamarca e na Suíça. Nos anos 20, organizou-se no Brasil um movimento eugenista, muito embora aqui não se tenha

³²² BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América ...*, p. 184.

implantado o que se viu nos Estados Unidos, como a esterilização compulsória e a proibição de casamentos inter-raciais.³²³ Nos Estados Unidos estava em jogo a preservação do “caráter e da estrutura social do país”.³²⁴

No Brasil, também havia preocupação em selecionar os imigrantes, motivada, sobretudo, pela possibilidade de chegarem ao país negros provenientes dos Estados Unidos ou da África. A questão da imigração ainda estava associada ao “perigo amarelo”, à eventual formação de “quistos” (caso dos japoneses e alemães) de estrangeiros inassimiláveis, à vontade hegemônica de branquear a população com aumento do contingente europeu (garantindo-se a supremacia demográfica dos brancos e a preservação da hierarquia racial). O debate girava em torno das noções de civilização, progresso e estabilidade política e social. Um país cada vez mais branco seria viável com a chegada maciça de europeus, desde que fossem selecionados os mais assimiláveis e os que não representassem ameaça à ordem pública.³²⁵

Poucos se opuseram ao paradigma racial vigente, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Lá, sobressaiu a figura de Franz Boas e aqui, Roquete-Pinto. Ambos criticaram os eugenistas. Argumentaram que faltava base científica para sustentar a tese, segundo a qual, os “elementos melhores” deveriam ser preservados e os “inadequados”, eliminados. A questão colocada pelos dois residia no seguinte: como definir o critério, em se tratando de pessoas e não animais ou vegetais, a partir do qual seriam classificados os melhores e os “inadequados”.³²⁶ Boas e Roquete-Pinto foram interlocutores importantes para Gilberto Freyre chegar ao seu “achado” (a mestiçagem como elemento definidor da identidade nacional). Ao unir casa-grande e senzala, sobrados e mucambos, Freyre “oferece ao brasileiro uma carteira de identidade”, pois a mestiçagem teria

³²³ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre**: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000. p. 291.

³²⁴ Idem, p. 294.

³²⁵ RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria de imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 59-82.

³²⁶ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Op. cit., p. 338.

produzido a unidade nacional.³²⁷ Mas há um aspecto da trajetória intelectual de Freyre que é preciso mencionar. Antes de ter transitado do biológico para o cultural, de ter se aproximado das teorias de Boas e da antropologia de Roquete-Pinto, de escrever *Casa-Grande e Senzala*, o jovem Freyre simpatizara com os eugenistas norte-americanos, idealizara uma população brasileira mais branca (possibilidade tornada real com a imigração de europeus), teve certa simpatia pela Klu Klux Klan.³²⁸

Comparando-se as trajetórias intelectuais de Freyre e Bomfim observa-se o quanto este discrepou em relação aos intelectuais de sua geração. Freyre deixou-se influenciar, em um período de sua vida, pela força das idéias racistas que pairaram sobranceiras no Ocidente. As idéias de Bomfim sofreram mudanças, inflexões, mas a atitude contrária aos racistas estava no jovem autor de *A América Latina* e permaneceu no intelectual maduro que escreveria a trilogia sobre a formação histórica do Brasil (*O Brasil na América*, *O Brasil na história* e *O Brasil nação*). O sentimento nacionalista, outro aspecto que o acompanhou durante toda a vida intelectual de Bomfim, ajudou a ser “do contra” também em se tratando de se opor aos racistas. Para Bomfim, a nação deveria ser a comunidade de todos as pessoas, sem exceção. Pelo menos foi o que disse no livro *O Brasil na América*.³²⁹

Nacionalismo

Tentamos mostrar, neste capítulo, que há “dois” Bomfins — o autor da obra *A América Latina* e o do *O Brasil na América*. A questão que precisa ser enfrentada é a seguinte: por que o nosso autor mudou de ponto de vista? Existem casos de intelectuais que mudaram de opinião ao passarem por momentos revolucionários. A respeito do tema, temos, por exemplo, a explicação de Lukács para a mudança de rota de autores como Guizot e Carlyle, posteriormente à

³²⁷ Ortiz, Renato. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional** ..., p. 42.

³²⁸ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Op.cit., p. 272, 273, 274.

³²⁹ Essa afirmação revela que o nacionalismo de Bomfim não se aproximava da xenofobia, no entanto, é preciso fazer uma observação. No livro *O Brasil nação*, o autor abordou o tema da imigração e mostrou-se reticente quanto à chegada de estrangeiros. Abordarei o assunto no capítulo 4.

Revolução de 1848. O primeiro, antes de 1848, foi um “daqueles notáveis historiadores franceses, que descobriram cientificamente a função da luta de classes na história das origens da sociedade burguesa”.³³⁰ Depois da Revolução, esmerou-se em apontar o “equivoco” desta e em defender a necessidade da monarquia de julho. Thomas Carlyle deixou de ser um corajoso e brilhante crítico das mazelas que o capitalismo era capaz de produzir para se tornar, depois do episódio de 1848, um apologista da “ordem” e do sistema capitalista³³¹. Em outros termos, esses “ideólogos burgueses” abandonaram a análise em base materiais, científica, da sociedade capitalista, para abraçar mistificações em uma “fuga pseudo-histórica”, e passaram a defender a idéia de compromisso entre a ordem burguesa e o que restou do feudalismo.

No debate sobre a relação entre os intelectuais e as classes a reflexão de Mannheim, Lukács, Michael Löwy deixaram pistas esclarecedoras. Para Mannheim, os intelectuais constituíam um “estrato desamarrado, *relativamente* sem classe”.³³² Formariam um grupo razoavelmente homogêneo e menos identificado a uma classe do que os que “participam do processo econômico”.³³³ Educação e convivência numa atmosfera cultural comum tenderiam eliminar “as diferenças de nascimento, status e riqueza”.³³⁴ Isto não é o mesmo que dizer que os intelectuais tenham rompido todos os laços de classe.

Ao abordar os casos de Guizot e Carlyle, Lukács demonstra que um intelectual da classe dominante pode adotar, ainda que temporariamente, a perspectiva do proletariado. Michael Löwy está de acordo com Lukács e concorda, em parte, com a observação de Mannheim no tocante à relação entre a categoria dos intelectuais e as classes. E chama a atenção para um aspecto que teria escapado ao autor de *Ideologia e utopia*: a “flutuação é um estado temporário”³³⁵

³³⁰ Cf. Lukács, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org). **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 51.

³³¹ Idem, p. 58-59.

³³² MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia ...**, p. 180.

³³³ Idem, p. 180.

³³⁴ Idem, p. 181.

³³⁵ LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 5 ed. São Paulo: Busca Vida, 1991, p. 86.

no campo da luta de classes, pois cedo ou tarde, o intelectual flutuante terá de decidir entre uma classe e outra.

Do que foi dito acima, seria legítimo afirmar que a antinomia de Manoel Bomfim poderia ser explicada recorrendo-se à idéia de “flutuação temporária”? Na obra *A América Latina*, sua análise procurou captar a emergência da nação, focalizando as relações sociais e econômicas. Essa perspectiva, fundada em bases materiais, possibilitou ao autor revelar os conflitos entre o colonizador e o colonizado ou entre a classe proprietária e os escravos. Nesse texto, o enfoque recaiu sobre os interesses que colocaram em campos opostos indivíduos, grupos e classes. No livro *O Brasil na América*, em contraposição, reconstruiu o passado colonial e transmitiu a idéia de conciliação e de harmonia, abdicando da análise em bases materiais e substituiu os nexos políticos e econômicos por vínculos simbólicos. Essa reviravolta permitiu trocar a concepção de luta de classes pela idéia de integração (daí a retomada do romantismo e a importância do indígena como elemento integrador). Da constatação, torna-se factível a hipótese segundo a qual ele teria abandonado a perspectiva das “classes desprotegidas” para abraçar os interesses da classe dominante? Seria a trajetória de Bomfim a exemplificação do intelectual oriundo da classe dominante que, temporariamente, escapa do círculo de interesse de sua classe e passa a defender os “oprimidos” e, mais tarde, retorna à sua origem?

A meu ver, a questão do “desvio” de Bomfim não encontra explicação no argumento que se alicerça na perspectiva de classes. Entende-se a sua antinomia se pensarmos no que ele afirmou, em *O Brasil na América*, do ângulo da exacerbação do sentimento nacionalista, sobretudo depois da Primeira Guerra.

A fermentação nativista que se seguiu à Guerra pode ser vista na formação da Liga da Defesa Nacional, criada no início de 1916 – tendo à frente Olavo Bilac –, a Escola de Civismo, a *Revista do Brasil*, criada em 1916 e a Liga Nacionalista, fundada em meados de 1917. Os modernistas, sobretudo depois de 1924, em seu empenho pela “redescoberta do Brasil”, foram fortemente influenciados pelo nacionalismo. Em todas essas manifestações depreende-se a intenção de evocar

as tradições, ir ao encontro de “nossa terra e de nossa gente”, do folclore, do homem do interior, objetivando fomentar a consciência e a coesão nacionais. Buscavam-se os elementos que possibilitariam criar a idéia de um país integrado. Daí o abandono da dicotomia norte/sul, sertão/litoral, substituída pela oposição entre o genuinamente nacional e a cópia do estrangeiro.³³⁶ O desejo de revelar ao brasileiro as coisas do Brasil e criar a consciência do valor do país e do povo promoveu a exaltação dos bandeirantes, a valorização da mestiçagem e de tudo que dizia respeito ao “autenticamente” brasileiro, originando-se daí a suspeita ou rejeição do cosmopolitismo. É nessa atmosfera cultural que se entende a revalorização do romantismo, sobretudo o indianismo, pois se almejava captar a cor local, os elementos que constituíam a nossa especificidade.

Compartilhando a mesma aspiração nacionalista com intelectuais, artistas e militares³³⁷ de sua geração, Bomfim quis intervir politicamente no debate, transformando o “ato da fala” em ação.³³⁸ O seu discurso pode ser visto como uma prática política-pedagógica destinada a educar o brasileiro pelo contato com as coisas da pátria. Nesta perspectiva exacerbadamente nacionalista foi produzido o livro *O Brasil na América*. Lendo-se esta obra com certo distanciamento crítico não há como negar que Bomfim produziu uma concepção mítica sobre a história colonial brasileira e o que ele disse poderia alimentar discursos xenófobos e autoritários.³³⁹

Tomado pelo desejo de criar um discurso nacionalista, capaz de seduzir corações e mentes, nosso autor negou o que afirmara em 1906 em uma carta escrita para rebater timidamente a crítica de Sílvio Romero ao seu livro *América Latina*. Faltou a Sílvio Romero, argumentou Bomfim, o “método científico de

³³⁶ LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação, p. 201. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

³³⁷ Lembre-se que, ao longo dos anos vinte, os “tenentes” adotaram posições nacionalistas.

³³⁸ Segundo Quentin Skinner, o discurso, além de ter um significado, é “também uma ação”. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Quentin Skinner. In: _____. (Org.). **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 332.

³³⁹ José Carlos Reis, em seu texto sobre a obra de Bomfim, indagou se o autor não teria criado uma idéia mítica, idílica da identidade nacional brasileira e se as suas concepções não estariam jogando lenha na fogueira de propositores de governos autoritários, os quais poderiam encontrar no que ele disse justificção para os seus propósitos. Manoel Bomfim e a identidade nacional. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). **Grandes nomes da história intelectual...**, p. 503.

pensar e julgar”.³⁴⁰ Ora, a na composição d’*O Brasil na América* esteve ausente o tal “método científico” antes defendido com tanto ardor. Esse fato explica-se tendo em vista o seu objetivo: produzir uma imagem positiva, até mesmo apologética, do país. Para realizar esse intento, precisou abandonar a análise econômica e política, cujo foco recaíra, no livro *A América Latina*, sobre os interesses materiais e os antagonismos que atravessavam a sociedade brasileira.

Para criar uma concepção edificante do país, ele aderiu à perspectiva cultural e parece ter seguido a sugestão de Renan, para quem “L’oubli, et je dirai même l’erreur historique, est un facteur essentiel de la création d’une nation (...)”.³⁴¹

³⁴⁰ Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro *A América Latina*. **Os Anais**, Rio de Janeiro, ano II, nº 74, 1906.

³⁴¹ Renan, Ernest. “Qu’est-ce qu’une nation? In : Renan, Ernest **Discours et conférences** ..., p. 284-285.

Capítulo 4

O Estado bragantino contra a Nação

Nações

Neste capítulo, o nosso objetivo será o de abordar a relação entre Estado e “nação” na obra historiográfica de Manoel Bomfim. Preliminarmente é preciso relembrar que o conceito de nação não tem o mesmo significado comparando-se o seu primeiro livro *A América Latina* (1905) e as obras que foram escritas mais de duas décadas depois (*O Brasil na América*, *O Brasil na história* e *O Brasil nação*). Em *A América Latina* a nação foi definida como um organismo mal-formado, doente, debilitado, atravessado por antagonismos e conflitos. Nos outros livros, Bomfim construiu a imagem de uma entidade que nasceu e se desenvolveu como um organismo homogêneo, uno, sem contradições.

Para o nosso autor, a nação possuía uma “essência”, uma “alma” ou “motivos internos”.³⁴² A nação ou o indivíduo definia-se pela *síntese* de motivações ou tendências. O desequilíbrio seria provocado pela perda da razão. No indivíduo, o desequilíbrio ocorre com a “perda da unidade mental”.³⁴³ Já o organismo nacional se desequilibra quando, por exemplo, um grupo social faz prevalecer o seu interesse particular em detrimento da sociedade ou quando uma força exterior a desvia do caminho traçado de acordo com os seus “motivos internos”. Na pessoa o egoísmo vence o altruísmo; na sociedade ocorre a perda de uma grande novidade da vida moderna, que é a noção de que indivíduos e grupos devem viver em harmonia e que têm o direito de reivindicar a igualdade política e a justiça. A evolução de um e da outra deve dar-se em estrita obediência com a nação, “mantendo a “essência de si mesma”.³⁴⁴

A quebra dessa regra configura-se em uma patologia. O indivíduo, centrado em si mesmo, isola-se e deixa de participar da sociedade a que pertence. A

³⁴² BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação** ..., p. 138.

³⁴³ Idem, p. 137.

³⁴⁴ Idem, p.138.

nacionalidade, por sua vez, desvirtua-se ao negar a sua “essência” e é obrigada a trilhar um caminho diferente da tradição à qual estava ligada.

Estado *versus* nação

Nosso autor gostava de pensar e expor o seu raciocínio por meio da construção de bipolaridades. Opôs colônia e metrópole, senhor e escravo, parasita e parasitado. Interessa para este capítulo a oposição entre nação e Estado. Aquela foi caracterizada como uma entidade natural, criada pelos brasileiros, enraizada na tradição, na terra e na cultura. O Estado, por sua vez, era o invasor, a antinção, o espoliador, o parasita, o usurpador, o vírus que tomou conta de um organismo saudável. A nação brasileira foi construída de baixo, pela sociedade. Os interesses de uma não eram os do outro. A hipertrofia do Estado implicava o enfraquecimento da nação.

No esquema explicativo de Bomfim (penso especificamente nas obras *O Brasil na história* e *O Brasil nação*) a relação binária Estado/nação estruturou a argumentação. Em outros termos, tudo o que se referia ao primeiro dizia respeito ao negativo; por outro lado, à segunda ele agregou noções que remetiam à positividade. Em sua recriação da história do Brasil, contrapôs Estado e nação como se fossem dois campos de força; a dicotomia serviu de parâmetro para o autor delinear personagens, movimentos políticos, acontecimentos, os quais referiam-se ou à nação e, portanto, ao “povo”, à liberdade, à justiça, à igualdade; ou ao Estado e, conseqüentemente, à opressão, à injustiça.

O Estado apareceu representado pelos reis da dinastia dos Braganças (D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II) e associado à corrupção, ao fisco, à exploração da riqueza colonial, ao estado policial, à miséria social e cultural da população, enfim, à dissolução das “boas energias”³⁴⁵ da nação. As ações maléficas promovidas pelo Estado contra a nação poderiam ser notadas na tentativa de aniquilar a vida municipal que, segundo Bomfim, deu aos ingleses a capacidade ser “povo livre” e que existiu algo parecido nos primeiros séculos do Brasil-

³⁴⁵ Idem, p. 58.

Colônia.³⁴⁶ Por ser um corpo estranho e ilegítimo ele educou o “povo” para a desobediência às leis e a predispôs às ações armadas, atitudes que negavam o “caráter” pacífico, o qual fora forjado pela mestiçagem. Por ser a força que trabalhava pela manutenção do *status quo*, o Estado abafou a tendência do brasileiro para assimilar o novo, de progredir no sentido social e político (relembrando que também essa característica foi o resultado da mestiçagem, que possibilitou a fusão de povos que aceitaram sem freios o “outro”).

Em sua incursão pela história, Bomfim realçou a aspiração da nacionalidade em choque com a monarquia, seja a que precedeu a Independência, seja a que sucedeu. É nessa perspectiva que ele estabeleceu a cronologia e delineou os “fatos decisivos” da história da Colônia e do Império. Em seu esquema explicativo, merecerem destaques os embates travados entre a aspiração do Estado Bragantino e a vontade da nacionalidade. As revoluções de 1817, 1824 e 1848, todas ocorridas em Pernambuco, as disputas políticas no interior da Assembléia Constituinte, o movimento político entre 1926 e 1931, ano da abdicação de D. Pedro I, a atuação da imprensa radical, os levantes de várias províncias durante a regência expressavam o “espírito da nacionalidade”, o qual foi conectado à autonomia municipal e provincial, à federação, à república, à democracia, à liberdade, à justiça, ao progresso. Por sua vez, o Estado (a antinção) representava a centralização política, o autoritarismo, a preservação do *status quo*. Ele escreveu sobre a luta política entre exaltados (“revolucionários” e nacionalistas) e moderados (“instintivamente conservadores”). O primeiro lutava contra o poder do Império (mais especificamente o Poder Moderador, a centralização, a vitaliciedade no Senado), reivindicando, no limite, a República; o segundo, reagia pregando a necessidade da ordem, da sensatez, da moderação, das mudanças lentas, da necessidade da censura, da repressão policial, da autoridade, da legalidade, de aniquilar os “espíritos revolucionários”.³⁴⁷

Em tal esquema binário, desapareceram as diferentes temporalidades, as idiosincrasias, as especificidades dos acontecimentos que o autor mencionou.

³⁴⁶ Idem, p.254.

³⁴⁷ Idem, p.148.

Assim, A Revolução Pernambucana, A Confederação do Equador, a Praieira, as revoltas das províncias contra o governo da Corte, entre outros movimentos políticos foram encaixados em uma totalidade simples. Bomfim adotou uma perspectiva a-histórica, atitude que permitiu encobrir as especificidades, historicamente construídas, em essência. Por outro lado, na sua narrativa sobre a nação não existem sujeitos políticos, portadores de interesses políticos, econômicos e visões de mundo. Há, sim, um sujeito abstrato, que pode ser chamado de sentimento de nacionalidade ou de consciência nacional. Os paulistas, construtores de caminhos e de povoados, os brasileiros que lutaram contra os estrangeiros pela preservação do território, os rebeldes de 1817, e todos os demais personagens que participaram dos movimentos políticos do Primeiro Reinado, da Regência e do início do Segundo Reinado agiram movidos em defesa do “legítimo espírito nacional”³⁴⁸ e contra o Império. Não existiram, portanto, interesses de grupos, de classes ou regionais.³⁴⁹

O mesmo raciocínio vale para o que disse sobre as personagens evocadas. Por exemplo, José Bonifácio apareceu em dois registros antagônicos. No momento em que tratava da Independência, Bomfim colocou o “Patriarca” em oposição a D. Pedro. Este queria, de acordo com o autor, criar uma monarquia dual, luso-brasileira; Bonifácio teria abortado essa iniciativa. O primeiro não queria a Independência e, conseqüentemente, desejava manter a O Brasil ligado a Portugal; o segundo, tomado pelo “brasileirismo”, ficou ao lado da nação, que queria autonomia.³⁵⁰ Em outro lugar, o mesmo Bonifácio foi descrito como “um funcionário português”, adepto da Monarquia e o grande responsável pela vitória do Império sobre a legítima aspiração nacional - a república.³⁵¹ Em outros termos, o Andrada foi lembrado pelo “brasileirismo” quando se opôs a D. Pedro e à reunião das duas monarquias; quando golpeou os adeptos da república foi taxado

³⁴⁸ Idem, p. 93.

³⁴⁹ Esta insistência em afirmar que o que estava em jogo era o interesse maior, coletivo, da Pátria levou Bomfim a dizer que Frei Caneca e os demais protagonistas da Confederação do Equador não almejavam encabeçar um movimento separatista, ou seja, “atentar contra a unidade”. Idem, p. 83.

³⁵⁰ Idem, p. 62.

³⁵¹ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História ...**, p. 512.

de “conservador” e “anti-revolucionário” e de tudo ter abandonado (a tradição radical, liberal, maçônica e democrática) e “caído nas boas graças do Príncipe”.³⁵²

Duas tradições

A noção de tradição tem, na obra de Manoel Bomfim, significados diferentes. No seu primeiro livro, *A América Latina*, ela referia-se a um passado que deveria ser superado, uma vez que dizia respeito aos “males de origem” produzidos pelo parasitismo ibérico; nesta obra ele descreveu a nação como uma ferida aberta, realidade resultante de séculos de exploração da Colônia pela Metrópole e pela dominação e exploração de classe. A construção de uma sociedade moderna, nos moldes dos países capitalistas e democráticos do Atlântico Norte, exigia, em primeiro lugar, que se fizesse um inventário do passado, revelando as causas primordiais das nossas mazelas sociais, políticas e econômicas. Conhecido o passado, dever-se-ia pensar em como superá-lo. No livro *O Brasil na América*, a sua concepção de nação é outra. No primeiro texto, ele quis explicitar as forças econômicas e políticas que moldaram um país pobre e “dependente”; revelou a ideologia que elidia uma visão conservadora, de viés racista, que culpava o povo pelo “atraso” do Brasil. Já o leitor de *A América Latina* vê emergir do livro uma sociedade estruturada em classes, grupos antagônicos e conflitantes; a sua reflexão baseou-se em uma análise política e econômica, o que possibilitou desvendar as bases materiais dos nossos “males de origem”. Se, no primeiro livro, o propósito consistiu em retirar o véu que encobria uma sociedade que, desde a origem, apresentava contradições inconciliáveis, o texto escrito quase vinte anos depois tratou de ocultá-las. Para defender esse ponto de vista, Bomfim adotou a perspectiva *cultural* em detrimento da análise econômica e política, da qual se serviu anteriormente.

Nos textos *O Brasil nação* e *O Brasil na história*, o foco da reflexão centrou-se na relação entre Estado e nação, configurando-se a bipolaridade que norteou a

³⁵² Idem, p. 512. Feijó foi uma personagem bastante mencionada por Bomfim e merecerá uma abordagem especial, o que será feita mais adiante.

construção da sua análise. Nos escritos da maturidade, os conflitos e os antagonismos diziam respeito à configuração dos interesses conflitantes entre as duas entidades. Desse modo, Bomfim pensou em duas tradições: uma estava ligada à nação; outra, ao Estado. Aquela precisava ser preservada; esta, negada. A primeira era “estímulo e orientação”³⁵³ para delinear os rumos que o país precisava tomar, tendo em vista a superação do atraso e modernizá-lo. Sua herança consistia, no âmbito cultural, na possibilidade da convivência pacífica e solidária, na identificação afetuosa dos brasileiros com a Pátria, na consciência da nação como dotada de identidade e na predisposição dos brasileiros para aceitarem o novo. Na esfera política, ela se referia à vida local, à democracia, à liberdade, na acepção liberal. Por outro lado, o Estado deixou como herança a concentração do poder, as clivagens regionais, o autoritarismo, os rigores do fisco, da polícia e, em consequência disso tudo, a indisposição de pessoas, de grupos, classes, contra essa entidade. Se havia violência, essa resultava primordialmente da tensão, dos atritos, das disputas políticas entre Estado e nação. No âmbito desta, predominava a convivência solidária, embora ele não negasse a existência de grupos, classes, instituições que tinham interesses distintos. A convergência tornava-se possível porque havia uma força exterior com capacidade aglutinadora: a consciência nacional.³⁵⁴ Em outros termos, ele concebeu a nação como um espaço em que forças em luta convergiam em torno de um centro; ela foi concebida como uma entidade idêntica a si mesma. O Estado, por sua vez, era o “outro” que asfixiava as suas energias; a narrativa do conflito entre os dois dizia respeito à luta entre o desejo de mudar e a aspiração pela perpetuação do *status quo*.

³⁵³ **O Brasil na história ...**, p. 14.

³⁵⁴ *Idem*, p. 171.

Estado e classes

O Estado “educou” a burocracia para agir como parasita, fiscalizando, confiscando, atuando como força repressiva; acostumados a lidar com a extorsão e a violência, os funcionários passam a agir como autômatos; a vontade de conservar o *status quo* e os privilégios enraízam-se, propagam-se pela “imitação” a ponto de se tornarem quase uma “segunda natureza”. Sendo as coisas dessa maneira, seria legítimo, do ponto de vista do autor, que a população reagisse violentamente contra a entidade que se mantinha alheia aos seus interesses e necessidades mais elementares (educação, moradia, alimentação, direitos políticos)?

Para Roberto Ventura e Flora Sussekind, o argumento da legitimidade do levante popular contra o Leviatã é uma proposição que pode ser encontrada no pensamento de Bomfim.³⁵⁵ De fato, o autor de *A América Latina* fez essa afirmação, porém uma leitura minuciosa dos seus textos revela que há outras noções que a contradizem. Ele se referiu reiteradamente ao caráter “pacífico e dúctil” da “alma brasileira”. A herança indígena fez o brasileiro suportar cordialmente, sem ódios, as privações e as violações sofridas no país onde “menos se respeita a vida humana”.³⁵⁶ O leitor fica surpreso ao se deparar com uma afirmação desse teor, sendo o autor um ardoroso crítico das chamadas classes dirigentes, aos quais culpava pelo atraso do país e pelas mazelas sociais, cuja vítima maior era a população, com quem sempre esteve solidário.

Em outro lugar, ele mencionou a reação do povo contra o poder público; reação essa que se manifestava pelo “desrespeito” às leis, o “desamor” pelas autoridades constituídas, a luta armada. Para ele, as “revoluções violentas” contra o Estado faziam parte dos “males” ou “viços” da nossa “educação política”; o ódio pelas instituições não era um dado suplementar, superficial da vida política do país, mas transformara-se em uma “tradição”, tornara-se “instinto”³⁵⁷. “Instinto” é a

³⁵⁵ VENTURA, Roberto; SUSSEKIND, Flora. Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim). In: **História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim ...**, p. 43.

³⁵⁶ BOMFIM, Manoel. **O Brasil na História ...**, p. 217-218.

³⁵⁷ BOMFIM, Manoel. **A América Latina ...**, p. 210.

palavra de que se serviu o autor para explicar a dominação e o consentimento. Aqueles que faziam parte da estrutura burocrática agiam como “autômatos” quando extorquiam, fiscalizavam e puniam; por outro lado, os dominados pactuavam muitas vezes com os seus algozes. De todo modo, quem dominava e quem era dominado participavam do jogo de poder de forma inconsciente. A insubordinação nada mais era do que a manifestação “instintiva” dos parasitas contra o opressor.³⁵⁸ Os conflitos existiam; isso era um aspecto detectável na história política do país. Contudo, a constatação do fato não encobria a dificuldade por ele demonstrada em aceitar tudo que escapava do esquema que previa assimilação, adaptação orgânica e consentimento.³⁵⁹

Se pensarmos na noção de “ordem” de que ele se serviu, o que estamos tentando dizer ficará mais claro. Esse termo pode significar estagnação, fixação, conservantismo, hábitos arraigados, resistência à mudança, automatismos, tirania, a força maléfica do passado sobre o presente. Em outra acepção, ordem significava mudança, a ausência de dominação, seja de classe, seja a do Estado. No primeiro caso, ordem remetia à noção de absoluto, de algo definitivo; no segundo, o vocábulo queria dizer estágio, fenômeno transitório. Bem ao seu gosto, ele construiu mais um esquema binário, contrapondo o positivo ao seu oposto. É próprio da vida, seja a da Natureza, seja a da sociedade, evoluir superando o velho (o que perdeu a sua razão de ser e já não tem mais utilidade). Insistir em preservar, à força, o que envelheceu tem o mesmo significado de represar o rio. Este deve seguir a sua tendência assim como o “povo” precisa guiar-se pela sua “vocação”, a tradição. Vida é movimento, é abandonar as formas envelhecidas e adaptar-se às exigências do meio e do tempo. Bomfim estava sendo fiel à sua

³⁵⁸ Não se tratava, como queriam alguns, da predisposição inata da massa para a violência, seja porque ela não era portadora da Razão, seja porque fazia parte do “caráter” (característica psicológica) da população mestiça do país. A explicação para o fenômeno estava na história e não em argumentos biológicos, como queriam os que esposavam concepções racistas.

³⁵⁹ Se no livro *A América Latina*, ele insistiu na violência como um fator constitutivo da nossa “educação política”, nos demais textos historiográficos, ele esforçou-se para argumentar que os brasileiros, desde a Colônia, eram “sábios, disciplinados, ordeiros, pacíficos”; somente havia “perturbação” quando os colonos sentiam como intolerável a exploração da Metrópole. Cf. *O Brasil na história* ..., p. 222.

convicção evolucionista.³⁶⁰ Tentar manter a “ordem”, ou seja, a estagnação, acabará produzindo a “desordem”, os protestos, as turbulências. A violência política vem à tona, então, quando as classes dirigentes querem conservar institucionais condenadas. Os adeptos da “ordem”, visto do ângulo negativo, seriam os “sensatos”, ou seja, aqueles que diziam que ainda não chegou a hora de mudar, aqueles que se esmeravam em manter a espoliação, a injustiça, a ignorância e os privilégios.³⁶¹ Para Bomfim as transformações eram bem vindas e necessárias, mas elas tinham de obedecer a um parâmetro que era definido pela tradição à qual a sociedade pertencia. Assim como o rio deveria seguir o seu destino, guiado pelas margens, as mudanças políticas, sociais e institucionais deveriam ser conduzidas, também, obedecendo-se à tradição, que era “estímulo e orientação”.³⁶²

O nosso argumento ganha força se pensarmos que Bomfim tinha predileção pelas forças que agregavam, que levavam à assimilação; por outro lado, ele tinha muita dificuldade em pensar a realidade do viés das forças dispersivas, do que fugia do centro, da quebra do equilíbrio. Essa constatação pode ser observada em seus escritos sobre educação, medicina ou psicologia. Em todos eles, a sua grande preocupação era demonstrar que o homem era um ser essencialmente social; daí a ênfase em categorias como “imitação”, assimilação social, adaptação, tradição, instintos sociais, hereditariedade e solidariedade; a educação servia, entre outras coisas, para incutir na criança os valores da sociedade que a recebeu. Desse modo, a vida do indivíduo confundia-se com a vida da sociedade e da espécie. Ser humano queria dizer comunicar-se, relacionar-se com o semelhante. Pensamentos, sentimentos e escolhas definiam-se pela pressão exercida de fora da consciência, ou seja, pelo meio social. Em outros termos, educar consistia em formar um indivíduo moral. Quando ocorria a incompatibilidade entre a pessoa e as normas ou regras de convivência social

³⁶⁰ A concepção de que a vida social ou individual caracteriza-se pelo fluxo contínuo, pela mudança é que levou Bomfim a criticar o positivismo, visto que esta doutrina seria “armada em generalizações preconcebidas”, ou seja, não tinha a maleabilidade que permitia captar “os imprevistos e os novos aspectos da evolução social”. Cf. **O Brasil na história**, p. 65.

³⁶¹ Idem, p. 243.

³⁶² Idem, p. 15.

estava-se diante de uma patologia.³⁶³ Por exemplo, o “alucinado” era um “desequilibrado moral” porque era egoísta. Ele podia ser considerado doente porque abandonou o altruísmo, deixando-se tomar pelo “amor-próprio”.³⁶⁴ Do mesmo modo, o ciúme configurava-se na manifestação do “instinto egoísta” de propriedade, de egocentrismo. Completamente tomada por este sentimento, a pessoa perde o interesse pelos demais.³⁶⁵

Se Bomfim pensou e escreveu sobre vários temas, em todos os seus textos existe a preocupação em analisar os seus objetos de estudo seguindo a premissa segundo a qual a realidade somente poderia ser compreendida se a parte fosse observada em relação ao todo. Sintetiza isso que estou tentando dizer uma passagem do livro *Pensar e dizer* (1923), na qual o autor explicitou o seu *método*. Em uma linguagem simples e de forma didática, ele comparou o procedimento do pesquisador, que poderia ser o psicólogo, o historiador, o sociólogo, o biólogo, com o leitor. Para entender a *idéia* que o autor do livro construiu seria preciso entender que havia uma trama, uma interdependência entre a palavra, o parágrafo, o capítulo, o livro, a obra, a filosofia do pensador e a conexão desta no “conjunto de sua época”.³⁶⁶

Em outras palavras, a fidelidade de Bomfim ao seu *método* teve profunda implicação em sua análise histórica e social. Ele tinha muita dificuldade de pensar as coisas fora do esquema da estrutura, do organismo, na qual as partes encaixavam-se perfeitamente no conjunto. Não havendo incompatibilidade entre o macro e o micro, tínhamos uma condição ideal. O organismo saudável era aquele em que tudo funcionava em harmonia e em que a chegada de um corpo estranho não provocava grandes traumas, porque este poderia ser assimilado sem traumas. A dificuldade de assimilação configurava-se em uma anomalia. É dessa perspectiva que analisou o tema da imigração.

³⁶³ BOMFIM, Manoel. **Pensar e dizer**: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. Rio de Janeiro: Casa Electros, 1923, p. 19.

³⁶⁴ BOMFIM, Manoel. **Das alucinações auditivas dos “perseguidos”**. Rio de Janeiro: Tipografia Espíndola, 1904, p. 4.

³⁶⁵ BOMFIM, Manoel. O ciúme. **Os Anais**, Rio de Janeiro, ano II, nº 49 e 50, 1905, p. 3-5.

³⁶⁶ **Pensar e dizer**: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem ..., p. 22.

Comparou o que acontecia nos Estados Unidos com o Brasil. Lá, o adventício prontamente incorporava-se à nação, pois ao chegar encontrava uma população instruída, livre, consciente dos seus direitos e de que não era inferior a outros povos. Desse modo, o imigrante tornava-se americano e não havia a possibilidade formação de quistos étnicos. Aqui, dado o “nível médio mental, social e político das populações [do Brasil]” ficava inviável aceitar a entrada maciça de estrangeiros “sem que a vida geral da nação se perturb[asse], e que todo caráter nacional se ressent[isse].”³⁶⁷ Nos Estados Unidos a população local impunha a sua suposta superioridade mental sobre as gentes que chegavam; no Brasil aconteceria o inverso: os brasileiros, que se reputavam inferiores, teriam que conviver com o “outro” que se julgava superior. Desse modo, estaria criada uma situação em que conflitos e indisposições sobrepunham a convivência pacífica e a assimilação. Melhorando o nível “mental e moral” dos brasileiros, o país estaria apto a se abrir para todos, porque nessa condição o estrangeiro viria para incorporar-se, misturar-se aos demais. A parte (o imigrante) encaixaria-se no todo (a nação) sem atritos e nem arestas.

O mesmo raciocínio foi usado para analisar a classe dirigente, aquela que dominava o Estado. Mais uma vez Bomfim se serviu da noção de assimilação para descrever o comportamento corporativo que tomava conta da burocracia, e que era fundamental para manter a máquina estatal funcionando, evitando-se qualquer desvio de rota. Bomfim referiu-se à tradição, ao “espírito de classe”, ao “molde geral” para explicar como se formava o arcabouço ideológico, o qual funcionava como uma força aglutinante, moldando as consciências individuais; o aparelho estatal foi pensado como uma entidade com feição própria; portanto, havia apenas o interesse da organização. Os interesses individuais abdicavam de suas prerrogativas e se deixavam moldar pela estrutura. Ao cabo, todos compartilhavam a vontade comum de conservar o *status quo*. O “espírito de classe” não abria mão de sua prerrogativa assimiladora, nem mesmo em se tratando dos “forasteiros”. O recém-chegado logo entendia o que queria dizer o

³⁶⁷ BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação** ..., p. 482-483.

lema “*assimila-me, ou elimino-te*”.³⁶⁸ A força agregadora da classe absorvia, apagava os traços particulares, as vontades particulares dos elementos que vinham de outra; em suma, sempre vencia o espírito de corpo. Para explicar o funcionamento do Estado, o autor recorreu mais uma vez à idéia de que o todo assimilava as partes.

A análise cuidadosa do seu argumento sobre educação revela a vontade do autor em reiterar que “educar é ensinar a vida social”,³⁶⁹ em outros termos, a função precípua da educação consistia em engendrar o indivíduo socializado, cabendo à escola formar pessoas disciplinadas e de “moral apurada”. De acordo com o autor, a relação entre indivíduo e sociedade deveria ser pautada pela harmonia, e a instrução teria um papel importante a cumprir, propiciando a adaptação da criança ao “meio moral-social”.³⁷⁰

Na argumentação de Bomfim, o homem natural não existia, pois ele era um ser social, produzido pela educação. Nosso autor negava, portanto, o determinismo biológico. O homem estava subordinado ao instinto social. Bomfim substituiu, pois, a determinação biológica pela cultural. Ao contrário do bruto, a pessoa tinha, dado que ele era “livre”, capacidade de *escolher*. Mas qual era o limite da sua liberdade? A vontade individual tinha de se submeter ao interesse coletivo, o da nação. Na sua proposição não havia contradição entre vida privada e vida social. Posto as coisas dessa forma, fica difícil detectar em Bomfim a predisposição em legitimar a reação violenta dos membros da sociedade contra o Estado, ainda que este descuidasse das necessidades prementes daqueles. O foco de sua argumentação em prol da instrução recaiu sobre a necessidade da adaptação dos indivíduos à sociedade, criando a solidariedade social. Desenvolver a inteligência não produzia a intransigência, a disposição para desobedecer às leis, como muitos afirmavam. Educar o brasileiro significava aprimorar as suas características “intrínsecas”, como a plasticidade do caráter, a ausência de preconceito, a predisposição para aceitar o progresso, a cordialidade.

³⁶⁸ Idem, p. 452-453.

³⁶⁹ **Cultura e educação do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Pongentti, 1932, p.19

³⁷⁰ **O Brasil nação** ..., p. 546.

Podemos pinçar em algumas passagens o nosso autor defendendo a reação dos parasitas contra o Estado (o parasita); uma população consciente, por exemplo, não “toleraria a realidade política em que é governada”;³⁷¹ porém, a partir de uma asserção desse teor não podemos inferir que ele tenha legitimado pura e simples o uso da violência. A explicação para o fato, a meu ver, deve-se a dois fatores: a sua metodologia, mencionada acima, e à sua perspectiva nacionalista. Sua visão de mundo foi moldada pela idéia de nação. Se o foco do seu argumento incidia sobre uma entidade concebida como um organismo, no qual as partes combinavam-se formando um conjunto harmônico, a noção de classe tornou-se secundária ou descabida.³⁷²

Bomfim reportou-se, é verdade, a Blanqui, Bakunin, Proudhon, Fourier, portadores de “efetivas novidades políticas e sociais”. Sua crítica dirigiu-se aos abolicionistas (especialmente a Joaquim Nabuco), adeptos, segundo Bomfim, do “liberalismo manso” e favoráveis a simples emancipação gradual e distante da “zona perigosa”, posição oposta à de pessoas como Castro Alves, que, a seu ver, defendia a abolição pela via “revolucionária” e “intransigente”.³⁷³ As “efetivas novidades” referiam-se às “pretensões socialistas” que, por sua vez, nada mais eram que a “questão social”.³⁷⁴ Ao analisar a propaganda republicana, Marx foi evocado. Queriam os republicanos a propagação de discursos de cunho liberal e vazio de conteúdo, distante das “aspirações nacionais” (“ânsia de liberdade e de justiça”). O autor de *O Capital* apareceu para lembrar que a questão de fundo referia-se aos “aspectos sociais e econômicos”.³⁷⁵ O programa republicano estava defasado em relação à sua época, pois não passava de mescla de um liberalismo ultrapassado e de um “positivismo cego”.³⁷⁶ Em suma, as tais “novidades” diziam respeito à resolução das carências sociais, políticas, econômicas da população. A menção a Marx e a outros socialistas e anarquistas atendia ao propósito de apontar a limitação das pretensões abolicionistas e republicanas, que não

³⁷¹ Idem, p. 549.

³⁷² Roberto Ventura e Flora Sussekind fizeram menção a esse fato. Op. cit., p. 46.

³⁷³ BOMIFM, Manoel. **O Brasil nação**, p. 363.

³⁷⁴ Idem, ibidem.

³⁷⁵ Idem, p. 416

³⁷⁶ Idem, ibidem.

enfrentaram a “questão social”. Mas estava longe do horizonte teórico e político de Bomfim admitir a luta de classes como instrumento que poderia ter levado adiante as reformas que ele via como necessárias.

É digno de nota que o autor de *O Brasil nação* assumiu um ponto de vista que criticara. Referimo-nos ao juízo de valor sobre Joaquim Nabuco. Bomfim o viu como um adepto do “liberalismo manso” e do abolicionista que se esquivou da “zona perigosa”. Os discursos de Nabuco, à época da campanha abolicionista, tinham dois alvos. Por um lado, dirigiu-se aos escravocratas recalcitrantes, que queriam manter a escravidão – na década de oitenta do século XIX já era uma instituição arcaica e condenada. Por outro, desejava alertar os abolicionistas que atuavam diretamente junto aos escravos nas ruas e fazendas, incentivando-os à insurreição. Alertava os escravocratas e os radicais a respeito do perigo da guerra civil, repetindo-se aqui o que ocorrera nos Estados Unidos. Aos que insuflavam a escravaria, ele lembrou que a abolição deveria ser feita conciliando todas classes e em benefício de toda sociedade. Ademais seria um “suicídio político” instilar no coração do escravo o “ódio que ele não sente”.³⁷⁷ Em suma, em seus discursos no Parlamento, na imprensa, na praça pública Joaquim Nabuco pedia que a escravidão fosse abolida pela via parlamentar, ou seja, de forma pacífica, distante dos extremismos e da “zona perigosa”. Era sinônimo de sabedoria política e moderação evitar a todo custo a luta de classes.

O discurso de Bomfim coincidiu com o de Nabuco quando o assunto era a “massa”. Para o abolicionista os escravos não tinham consciência da condição de oprimidos. Dormiam e acordá-los poderia colocar em movimento paixões latentes tão-logo fosse “quebrado o freio do medo”.³⁷⁸ Por isso, os discursos em prol da emancipação tinham de ser voltados para os adeptos do Partido Abolicionista, gente ilustrada como Nabuco; a eles cabia guiar o movimento, impedindo desvios pelos caminhos da revolução. Quando analisava a transição da Monarquia para a República, o autor de *O Brasil nação* aludiu, também, à “massa da nação”; esta tinha “aspiração democrática”, mas era uma vontade inconsciente, que não podia

³⁷⁷ Nabuco, Joaquim. *O Abolicionismo* ..., p. 39.

³⁷⁸ Idem, p. 40.

se expressar em forma de ação política, pois “valia apenas como instinto”. A República tornou-se um fracasso porque faltou um “iluminado”, que viria do seio da população, ou de uma elite política educada e, assim, capacitada a transformar esse desejo instintivo em “forma consciente”. Quem tinha esse treino era a classe dirigente, mas ela não queria mudanças. Os radicais republicanos teriam concretizado “as aspirações revolucionárias” se tivessem aproveitado as concepções dos revolucionários, como Marx. Para a realização das reformas estruturais, e desse modo alcançar o progresso social, Bomfim apostava mais em pessoas do que em movimentos coletivos.³⁷⁹ Se ele falou tantas vezes em solidariedade, esta significava a comunhão de interesses particulares gravitando em torno do interesse maior, o da nação, e não como a reunião de forças dos parasitados para enfrentar os seus opressores.

Ele compartilhou com Nabuco, a quem criticou fortemente, a noção segundo a qual cabia a poucos a condução do movimento, controlando, metamorfoseando intuição em ação, educando a massa para as “aspirações revolucionárias”. O nosso autor não nutria, assim como o abolicionista, certa reserva quanto à ação de cunho popular, temeroso de que ódios sublimados pudessem explodir em revoltas incontrolláveis? A idéia de insurreição popular contrariava o caráter nacional do brasileiro, a qual pressupunha cordialidade e a capacidade de assimilar o diferente. Em ambos havia a noção de que a predisposição psicológica e cultural do brasileiro aconselhava a moderação e que fosse evitado recorrer à violência.³⁸⁰

Embora Bomfim tenha falado da necessidade de substituir a classe dirigente, de ter atacado os moderados, e de fazer menção aos revolucionários europeus, fica para nós a dúvida a respeito de qual seria o instrumento em que estava pensando para promover as transformações da realidade social e política do país. Ele usou o termo “aspiração revolucionária”, que pode ter o significado de ruptura brusca. Contudo, o nosso autor não abdicava de sua convicção

³⁷⁹ Ele manifestou, por exemplo, toda a sua admiração por Feijó, como termos a oportunidade de abordar.

³⁸⁰ Sobre o tema em Nabuco, ver UEMORI, Celso Noboru. **Joaquim Nabuco**: lutas, propostas e diálogos (1877-1888) ..., p. 56.

evolucionista, a qual ligava-se à idéia de um fluxo constante. O evolucionismo ajustava-se ao propósito dos que concebiam a história como a sucessão linear de acontecimentos. Intérpretes da Independência, que viram com júbilo o fato de que a emancipação política da ex-colônia da Metrópole ocorreu de forma pacífica, garantindo a unidade nacional, afirmaram que 1822 foi mais uma etapa da evolução histórica do Brasil português.³⁸¹ Esta concepção desembocava em uma visão fatalista, que, ao cabo, expressava uma perspectiva política conservadora, pois projetava transformações sem rupturas revolucionárias, prevalecendo a noção de evolução contínua e linear.

Ao preconizar, no livro *A América Latina*, a instrução como instrumento capaz de romper com o legado da colonização – a continuação da oligarquia, a marginalização e as várias modalidades de espoliação da população pobre –, Bomfim deixava clara a sua dificuldade em aceitar a ruptura abrupta com a ordem vigente.

Mais tarde, na obra *O Brasil nação*, ele preconizou a via revolucionária. Muitos viram nessa proposição um avanço em relação à sua posição anterior. Ele teria superado a “ambigüidade do radicalismo” (ou “visão ilustrada”)³⁸² em benefício de uma postura que, agora sim, correspondia ao seu diagnóstico. Em afirmações desse teor há a idéia de que Bomfim “amadureceu”, “evoluiu” ao substituir a proposta gradualista (educação) por outra, “mais avançada”.³⁸³

A meu ver, não ocorreu a ruptura que muitos dos seus intérpretes apregoam, entre o jovem que viu na instrução o caminho a ser seguido para acabar com a “herança colonial” e o intelectual maduro que enxergou na

³⁸¹ Expressaram essa visão historiadores como Varnhagen e Oliveira Lima. Sobre o assunto, ver Malatian, Teresa, *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, pp. 208-9. Euclides da Cunha, no contexto dos debates travados no momento em que antecedeu a transição da Monarquia para República, viveu o dilema de acreditar no evolucionismo como concepção filosófica e, ao mesmo tempo, “pregar a revolução como um modo de abreviar a passagem da Monarquia para a República, a exemplo do que fizera a França para derrubar o Antigo Regime”. Cf. VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido da de via de Euclides da Cunha**. (Organização Mario César de Carvalho e José Carlos Barreto de Santana). São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 80-81.

³⁸² CANDIDO, Antônio. Radicalismos. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, (48), 4-18 ..., p. 17.

³⁸³ Idem, p. 17.

revolução, nos moldes mexicano, a saída. Para começar, o leitor fica sem saber quem seriam os agentes que conduziriam a tal revolução.

Em segundo lugar, a hipótese de que Bomfim teria transitado de uma posição moderada (ao defender a educação como instrumento capaz de superar o legado deixado pelo parasitismo ibérico) para outra, radical (de corte de revolucionário), no início da década de trinta, é questionável. No livro *Cultura e educação do povo brasileiro*, que é de 1932, nosso autor preservou seu pensamento crítico, porém continuou acreditando na potencialidade transformadora da educação.³⁸⁴ Em terceiro lugar, nas obras da maturidade, ele fez a apologia das tradições ao ponto vê-las como o manancial da “alma da nação”; transformar a realidade era preciso, bem como repensá-la à luz da história, mas não se poderia esquecer de uma coisa: “uma nação evolui mantendo a essência de si mesma”.³⁸⁵ Ou seja, os agentes que desejavam mudar precisavam levar em consideração que havia algo do passado a ser preservado. Se era preciso avançar, trilhar o caminho da modernidade e do progresso, tudo deveria ser feito sem se esquecer do legado que se engendrou nos primeiros tempos da colonização: a vontade de pertencer à pátria, a consciência nacional, a harmonia entre grupos, classes e etnias.

A crítica de Bomfim foi dirigida contra o Estado bragantino, que teria sufocado as tradições, a vida local (o municipalismo) e perpetuado a dominação da oligarquia sobre as instituições. Esta era a realidade observada por ele e que ele gostaria ver superada. Em contrapartida, pensou no que seria o ideal: o Estado como um órgão da nação. Neste novo contexto, não haveria incompatibilidade de interesses entre um e outra. O pecado original residia no fato de o Estado ter se sobreposto à nação já feita, que tinha as suas tradições e a sua feição própria. Nesse sentido, estabeleceu-se uma relação artificial entre duas entidades que não podiam harmonizar os seus interesses.

O modelo idealizado pelo autor era o *self-governement* inglês e norte-americano. De acordo com Bomfim, nos dois primeiros séculos da colonização³⁸⁶,

³⁸⁴ *Cultura e educação do povo brasileiro ...*

³⁸⁵ *O Brasil nação*, p. 38.

³⁸⁶ *Idem*, p. 254-255.

formaram-se instituições locais, que foram anuladas com a chegada do Estado bragantino, suprimindo-se, assim, a vida dos municípios. Deu-se o oposto nas colônias anglo-saxônicas, pois o Estado desenvolveu-se a partir da nação, mantendo uma relação orgânica com ela. Na vida moderna, o Estado nada mais era do que um órgão conciliador e regulador, gerindo as demandas coletivas da sociedade e a “conciliação os interesses parciais”.³⁸⁷ O que acontecia no Brasil, onde o Estado definia-se como uma entidade exterior e opressora da nação, colocava-o no rol das sociedades arcaicas, que admitiam ainda o despotismo. Mas de que forma superar essa condição e adentrar o restrito círculo das sociedades modernas? Parece-nos que Bomfim apontava para a educação, mais do que para medidas destinadas a provocar mudanças bruscas. Ele defendeu a necessidade de desenvolver a cultura geral, “inspirada nas condições da terra”³⁸⁸, e fortalecer a nação mediante a instrução da população. Nada poderia se esperar da elite porque esta estava preocupada tão-somente em buscar no estrangeiro modelos prontos que não podiam ser aplicados à realidade brasileira. Há em Bomfim o esforço de tentar compreender os problemas que ele vivenciava, e para elucidá-los ele recorreu à história. Feito o diagnóstico, a solução pensada transitou entre uma idéia vaga de revolução e a instrução. Esta segunda via esteve presente tanto no Bomfim que escreveu *A América Latina* quanto no autor da maturidade.

Manoel Bomfim e Oliveira Vianna

Passo à inserção das concepções de Bomfim acerca do Estado e da nação no debate relativo papel do Estado em uma ex-colônia, na qual, como muitos afirmaram, não havia “nem povo nem nação”.

Construir, descobrir, redescobrir, organizar a nação foi e é um tema recorrente no que é conhecido como pensamento social brasileiro desde o século XIX.

³⁸⁷ Idem, p. 258.

³⁸⁸ Idem, p. 258.

Durante o Império, a população brasileira, composta majoritariamente por negros e mestiços, foi vista como um perigo para a sociedade e a família por inocular em uma e em outra vícios e imoralidades, como a indolência, a preguiça, a imoralidade, a predisposição para a perturbação da ordem pública. A idéia de que a escravidão trouxe com os africanos os malefícios para a sociedade e/ou a família tornou-se um assunto que chamou a atenção de intelectuais e políticos de épocas, contextos e ideologias diversos. Para o assunto convergiu a atenção, por exemplo, de José Bonifácio, José de Alencar e Joaquim Nabuco. Reivindicando o fim do tráfico, da escravidão ou da necessidade de tornar o país atraente para receber imigrantes europeus, o que estava em pauta, no Império, era civilizar o país. Recaiá sobre a população pobre, de maioria não branca, o estigma de um ser “problema”, sendo identificado como o “perigo interno”. A vitória da civilização significava a vitória do homem branco ocidental que, no julgamento da elite do período, era o modelo de perfeição e o alvo a ser alcançado. O problema consistia no seguinte: como forjar um povo homogêneo etnicamente, disciplinado no trabalho, obediente e morigerado. Nas últimas décadas do Império e na República tornou-se lugar comum preconizar, por um lado, a educação como a medida indicada para transformar uma população despreparada para o mercado de trabalho em formação, incutindo a noção de trabalho como valor moral, a disciplina; por outro, a ação firme da polícia, para combater a vadiagem. Se o povo e a nação não existiam ou, se existiam, eram organismos malformados, doentes. Cabia ao Estado construí-los, formá-los ou curá-los e guiá-los. Era uma perspectiva paternalista e autoritária.

Entre os contemporâneos de Manoel Bomfim, Oliveira Vianna foi o intelectual mais conhecido por sua posição a favor de um Estado centralizado e forte. Comparando os textos de um e de outro, é possível detectar o contraste, as idéias antagônicas, a abordagem e as conclusões diversas no tratamento dos mesmos fatos e assuntos, revelando que cada qual pertencia a um espectro diferente no interior do debate político dos que pensavam a questão do Estado nos anos vinte.

A comparação entre Vianna e Bomfim justifica-se, em primeiro lugar, porque o autor de *Populações meridionais do Brasil* foi, quiçá, o interlocutor privilegiado do nosso autor; em segundo, porque a análise comparativa, pela via do contraste, ajudará a elucidar os valores, a visão de mundo, a posição política e a intenção de Bomfim ao fazer o culto do passado, da nação e da tradição.

Se a dissonância sobressai na análise comparativa, há pontos em comum: ambos estavam preocupados em compreender o presente, bem como precisavam “inventar” um passado. Na incursão pela história, queriam encontrar o centro aglutinador, o cerne, o ponto de equilíbrio que teria produzido a estabilidade, a coesão social da sociedade colonial. Oliveira Vianna enxergou na família patriarcal (o clã rural) o centro de gravitação. Manoel Bomfim enfatizou o sentimento patriótico, que funcionou como uma espécie de superestrutura que, de fora, moldou as consciências individuais, inibindo o aparecimento de forças desagregadoras. Mas a sintonia aqui se esgota.

Embora Vianna tenha apontado o domínio rural como uma força centrípeta, capaz de congrega as diversas forças sociais e étnicas, de organizar a defesa, de onde partiam as bandeiras desbravadoras rumo ao sertão, parece-nos que ela foi insuficiente para criar a coesão de grupos e classes. A sociedade colonial que emergiu do livro *Populações meridionais do Brasil* caracteriza-se pela incoesão, pela predominância dos interesses particulares, pela cobiça e pela presença do poder sem rédeas do caudilhismo. No seu pensamento político, o grande problema residia na presença onipotente e sobranceira do clã rural, impedindo a formação da solidariedade nacional. O seu argumento baseou-se em uma curiosa idéia: ao clã rural faltaram inimigos, seja o externo (o estrangeiro), seja o interno (a “classe inferior”). Estiveram ausentes na vida colonial, então, as lutas pela conquista e a preservação do território e a luta de classes. Outra teria sido a história se o caudilhismo tivesse quem combater e, desse modo, fosse obrigado a construir vínculos políticos, criando dependência mútua. Sem freios, o poder privado campeou livre, impondo suas leis e sua vontade. O que se viu, foi a disseminação da rebeldia da caudilhagem, gerando uma sociedade dispersa, incoerente, conflituosa. A coesão social não é um dado natural, pois se engendra

socialmente quando existe o temor, dado que “a solidariedade é o resultado do medo”.³⁸⁹

O argumento de Bomfim, em contraste, realçou, como dissemos, o liame que unia grupos, classes, o homem à terra, o brasileiro à nação, as regiões ao território. Se houve disputa, esta se referia à luta dos brasileiros contra os estrangeiros. De resto, todas as ações humanas convergiam para a construção e consolidação da nação como uma entidade coesa e harmoniosa. Os bandeirantes, por exemplo, na ótica de Bomfim, eram os desbravadores que construíam o país. De acordo Oliveira Vianna, os paulistas representavam os impulsos individuais e a cobiça, atuando como força desagregadora.

O que ambos afirmaram sobre Feijó, personalidade pela qual revelaram grande admiração, ajudará a elucidar não somente as opiniões de Bomfim e Vianna a respeito desse político, como também os pontos de vista de ambos no tocante aos assuntos relacionados ao Estado, à nação e às respectivas adesões políticas e ideológicas. Os dois referiram-se a Feijó enfatizando a integridade de caráter, a coerência, a firmeza em suas convicções.

Contudo, analisarei as discrepâncias. Na argumentação de Vianna, o Regente foi destacado como o fundador do poder civil, defensor do prestígio da autoridade e da ordem, bem como por ter atacado uma “herança” da colonização, que era a dispersão, integrando o país.³⁹⁰ Do seu lado, Manoel Bomfim realçou o democrata, o “abolicionista de coração”,³⁹¹ o republicano, o defensor da descentralização e do sistema representativo, o adepto do regime presidencial e o “oposicionista da política imperial”.³⁹² No governo, ainda de acordo com o autor de *O Brasil nação*, foi duro com os oposicionistas (os exaltados e restaurados). Não se deduza disso que Feijó transformou-se em governante autoritário, apesar de ter sido implacável com os restauradores e ter transigido com os “companheiros

³⁸⁹ VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Paulistas, fluminenses, mineiros. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920, p.175. vol. 1.

³⁹⁰ **Pequenos estudos de psicologia social**. 3 ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 189-191.

³⁹¹ **O Brasil nação** ..., p. 161.

³⁹² Idem, p. 163.

radicais, “quando estes quiseram impor-se pela força”.³⁹³ No poder, apesar das medidas adotadas para preservar a ordem, Feijó, segundo Bomfim, não abdicou de suas idéias e convicções políticas.

Vianna e Bomfim foram buscar nos atos e nas concepções de Feijó aquilo que condizia com as suas respectivas visões de mundo e opções políticas e ideológicas. Feijó foi, de acordo com Vianna, um “estupendo criador da ordem”³⁹⁴, vale dizer, do Império. Bomfim enfatizou o liberal intransigente na defesa do sistema representativo republicano. Era como se o Regente tivesse atuado como uma “voz isolada”, defendendo a democracia e a descentralização.

Oliveira Vianna e Bomfim expressaram dois pontos de vistas acerca do papel do Estado e do liberalismo. O primeiro analisou o passado com o objetivo de mostrar que o liberalismo fora uma planta exótica que não pôde se implantar no Brasil. Em primeiro lugar, porque a nossa formação histórica e cultural engendrou um povo com “espírito de clã”, ou seja, o homem que dependia de um chefe, que não sabia agir autonomamente. Frente a esta realidade, não se poderia falar em liberdade consciência, de expressão ou associação. Em segundo lugar, porque a experiência histórica brasileira revelou a impossibilidade de se adotar o liberalismo sem criar a “anarquia” política. Chamou a atenção o autor de *Populações meridionais do Brasil* para o exemplo do que sucedeu com a adoção do Ato Adicional (1834) e a implantação de instituições liberais. Viu-se, então, a descentralização do poder e a ascensão dos poderes locais.³⁹⁵ Com a Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840), observou-se a centralização do poder, retirando-se da oligarquia as prerrogativas legais que lhes conferiam a autoridade sobre a justiça, a polícia e a burocracia. Foi corrigido, pois, um “erro histórico”, de vez que a “Republica” levaria necessariamente ao desmembramento do país. Bomfim enxergou nos levantes das províncias durante o período Regencial a manifestação do “espírito evolucionário”, da “parte viva da nação”, do republicanismo ou da resistência ao governo imperial sediado na Corte.³⁹⁶

³⁹³ Idem, p. 162.

³⁹⁴ **Pequenos estudos de psicologia social** ..., p. 195.

³⁹⁵ VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil** ..., pp. 229-30.

³⁹⁶ **O Brasil nação** ..., p. 148.

Para Vianna, o poder local, sinônimo de caudilhismo, opunha-se à nação. Em consequência, a vitória do poder central, personificado no Imperador D. Pedro II, significou a supremacia do centro e da nação. Para Bomfim, a nação identificava-se com a federação e as municipalidades. Portanto, o monopólio do poder restituído ao Imperador teve a conotação de derrota das forças que a representavam.

Na ótica de Vianna, o país não existia como uma unidade nacional. Se as coisas eram assim, cabia ao Estado – “soberano, incontrastável, centralizado, unitário” – criar a nação, “(...) impondo-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional”.³⁹⁷ Na concepção de Vianna, a nação era ainda um projeto. Por outro lado, para Bomfim, ela existira no passado colonial e fora deturpada pelo Estado bragantino. Vianna propunha a criação do inusitado, enquanto Bomfim queria resgatar uma experiência pregressa, pois o espírito de nacionalidade, embora tenha sido parcialmente anulado pelo Estado, ainda estaria vivo.

A valorização da solidariedade nacional, do espírito público e do desejo de ver suprimidos da vida pública os interesses particulares são pontos sobre os quais ambos estariam de acordo. O Estado forte seria, para Oliveira Vianna, a solução para atacar a predisposição psicocultural do brasileiro para o autoritarismo, a dispersão, os antagonismos políticos, o individualismo, o espírito de clã. Se o mal de origem encontrava-se na cultura autoritária, o remédio indicado seria o “autoritarismo ilustrado”.³⁹⁸ Cabia ao Estado constituir a nação e tutelá-la. Para Vianna, as liberdades civis e políticas foram abortadas pelas forças locais (os caudilhos) e a descentralização conferiu poder ao clã rural. Nesta equação, portanto, quanto maior a presença do Estado mais liberdade. Encontramos nos argumentos de Bomfim, em contraste, a vontade de chamar a atenção para as experiências da vida local, das aspirações republicanas e

³⁹⁷ **Populações meridionais do Brasil ...**, p. 305.

³⁹⁸ MORAES, João Quartim de. Oliveira Vianna e a democratização pelo alto. In: In: BASTOS, Elide Rugai; MOARES, João Quartim de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Unicamp, 1993, p. 101.

democráticas que ele procurou captar no passado colonial e imperial; experiências essas que foram derrotadas reiteradamente pelo Estado bragantino.

A nação (re)construída de baixo

Os anos 1920 do século passado foram marcados por uma profunda desconfiança em relação ao liberalismo, contrariando o “otimismo” do século XIX, época que acreditava no fortalecimento e na proliferação da chamada “civilização liberal”. Posteriormente à Primeira Guerra (1914-1918), viu-se o colapso das bases que fundamentavam o liberalismo, como a autoridade constitucional dos governos, as assembléias representativas, as eleições e os direitos civis e políticos.³⁹⁹ A descrença nas instituições liberais mesclou-se à desconfiança na crença nos poderes auto-reguladores do mercado e assistiu-se ao crescimento da demanda por regimes autoritários, ou seja, o apelo pela presença sobranceira do Estado. Viu-se, outrossim, a negação do comunismo, da revolução, o ataque à Razão, à ciência, bem com a nostalgia pelos valores do passado, como a tradição e as comunidades orgânicas, na qual cada estamento tinha o seu papel a desempenhar na sociedade. Buscava-se o antídoto contra a idéia de luta de classes e o individualismo burguês.⁴⁰⁰ No Brasil, no mesmo período, parte significativa da intelectualidade estava predisposta a aceitar a idéia de conceber o Estado como um anjo tutelar da sociedade e considerar esta como um organismo fixo e homogêneo; ver no passado, na tradição uma “realidade inscrita” (pré-política) encoberta e que poderia ser descoberta e revelada pelo intelectual por meio da *intuição*⁴⁰¹, atitude que mostrava haver certo ceticismo em relação à Razão, à ciência e, também, recusa em aceitar a cultura importada e o cosmopolitismo. A Razão Nacional deveria sobrepor-se à Razão Universal; em consequência, a atenção dos intelectuais dos anos vinte dirigiu-se

³⁹⁹ HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 113.

⁴⁰⁰ Idem, p. 117.

⁴⁰¹ Referimo-nos aos modernistas que se propuseram a captar a “alma brasileira” recorrendo à intuição. MORAES, Eduardo Jardim. **A brasilidade modernista ...**, p. 41.

preferencialmente ao interior do Brasil, visando encontrar o sertanejo, a cultura popular ou, ainda, a “alma do país”.

Outro aspecto que uniu as aspirações de grande parte da intelectualidade d'além mar e daqui foi o repúdio ao individualismo burguês. No Brasil, essa atitude manifestou-se por meio da valorização da solidariedade social e da cordialidade.

Manoel Bomfim pensou e escreveu nessa atmosfera política e cultural. Estava em sintonia com a sua geração quanto a temática da questão nacional, a tentativa de elaborar o retrato do Brasil, a concepção segundo a qual havia uma “realidade” latente encoberta e que poderia ser revelada através da intuição⁴⁰², a ênfase na vida coletiva em detrimento do individual, a idolatria pelo passado. Bomfim compartilhou ainda com outros tantos do seu tempo o desalento em relação a República e ao atacar o assalto das instituições republicana pela oligarquia. Porém, o leitor de sua obra historiográfica (referimo-nos aos textos da maturidade) vislumbra um intelectual nadando contra a corrente ao fazer a defesa da sociedade, dos ideais e das instituições liberais. Se na Europa e aqui se apregoava a primazia do Estado em detrimento da sociedade civil ou da nação, o nosso autor bateu forte na tecla da necessidade de reconstruir a nação a partir de baixo. A nação apresentava-se aos seus olhos como um organismo doente; no diagnóstico ele esteve ao lado dos intelectuais autoritários; contudo, o remédio a ser aplicado Bomfim compartilhou ainda com outros tantos o desalento em relação a República e ao atacar o assalto das instituições republicana pela oligarquia ia no sentido contrário, pois a cura da nação não deveria dispensar o fortalecimento das organizações da sociedade civil, das instituições liberais, das liberdades civis e políticas, da instrução visando capacitar o povo para constituir-se como cidadãos⁴⁰³. Mesmo quando falou em revolução, embora, como já observei, ele não tenha precisado os sujeitos, é no âmbito da sociedade que estava pensando.

⁴⁰² Embora Bomfim não tenha abandonado a crença na ciência, encontramos no *Prefácio* ao livro *O Brasil nação* a menção à influência de Bérqson; a tese de que o “conhecimento tem de ser surpreendido diretamente, no transmutar das coisas”; a centralidade do “afeto” que (...) predispõe para essa condensação de experiência em que se *intui* a verdade” (grifo nosso). Cf. **Prefácio**. In: **BOMFIM, Manoel. O Brasil nação ...**, p. 35-36.

⁴⁰³ De acordo com José Murilo de Carvalho⁴⁰³, Vianna filia-se a uma antiga tradição que remonta ao Império, qual seja, a dos liberais conservadores, como era o caso emblemático o Visconde do Uruguai, cujo pensamento teve grande influência na formação das idéias de Vianna. O modelo de

Para Oliveira Vianna a sociedade seria tanto mais livre quanto maior a presença do Estado que deveria protegê-la da oligarquia. Bomfim, divergindo, defendeu a idéia segundo a qual uma sociedade forte baseava-se na democracia e na liberdade. O Estado precisava deixar de ser o parasita da nação, subordinando-se aos interesses desta.

sociedade e de política idealizado por Vianna era o liberal, de acordo com Murilo de Carvalho. O autoritarismo, desse modo, não era um fim em si, mas o meio para alcançar a sociedade liberal. Se as concepções liberais conservadoras de Uruguai serviram de referência para o autor de *Populações Meridionais do Brasil*, podemos apontar a comunhão de idéias entre Bomfim e Tavares Bastos. Vianna e Uruguai, Bomfim e Bastos tinham em mente a sociedade liberal; divergiam quanto ao caminho: os primeiros recomendavam o governo forte; Bomfim e Bastos apontaram para as concepções liberais. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MOARES, João Quartim de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna.**, p. 22-23.

Considerações finais

Para finalizar, apresento algumas observações que são, na realidade, desdobramentos de questões tratadas até aqui. Abordo o papel da metáfora do organicismo na elaboração das concepções teóricas e políticas do autor estudado, a relação entre nacionalismo e internacionalismo na trajetória intelectual de Bomfim e, mais brevemente, as causas das ambigüidades do seu pensamento.

A metáfora organicista

O pensamento de Bomfim organizou-se em termos da idéia de organismo.⁴⁰⁴ Na obra *A América Latina*, ele elaborou a analogia entre os organismos vivos e organismos sociais. Esta metáfora não se destinava a unir os saberes biológico e sociológico. O autor frisou a separação entre ambos, afirmando que as leis que determinavam o funcionamento do mundo das plantas e dos animais eram distintas das que regiam a vida dos homens. Isso ele aprendeu com Darwin, como abordei no segundo capítulo. O organicismo apareceu fundamentalmente como recurso discursivo para persuadir o leitor a respeito da tese segundo a qual o parasitismo produzia a dependência de mão dupla entre escravo e o seu explorador. O primeiro não conseguia viver fora dessa condição; o segundo somente existia em função do trabalho do outro. Nessa relação parasitária perdiam os dois lados, pois o dominado passava a ver a dominação como dado natural e o dominante perdia vitalidade e decaía. Bomfim serviu-se da metáfora organicista para tomar emprestado o prestígio das ciências naturais,

⁴⁰⁴ A metáfora organicista foi mencionada por Teresa Malatian para explicar o diagnóstico de Manoel Bomfim sobre as nações latino-americanas. Ela destacou a centralidade do conceito de parasitismo no discurso do autor de *A América Latina* como elemento essencial para elucidar as causas do atraso e da inferioridade das ex-colônias ibero-americanas em relação à Europa e aos Estados Unidos. A análise de Malatian difere, em parte, da minha, pois ela enfatizou a nação como “um tipo indeterminado” ou um organismo amorfo. Isto é verdade quando a referência é o livro *A América Latina*. As coisas mudam de feição caso a obra abordada seja *O Brasil na América*. Nesta, a nação apresenta-se como um organismo homogêneo. A análise feita pela autora, a meu ver, corre o risco de generalizar ao tomar o todo pela parte, perdendo assim as nuances da reflexão do intelectual sergipano sobre a nação. Metáfora e nação: a identidade Latino-Americana em Manuel Bomfim. In: GRACINDO, Eliane; IOKOI, M. Gricoli (Orgs.). **América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: EDUSP, 1996. (América: raízes e trajetórias; 4).

conferindo credibilidade às suas concepções sociológicas e, também, para explicitar como as classes dominantes degeneram.

A concepção de nação como um corpo orgânico acompanhou a trajetória intelectual de Bomfim. Em *A América Latina*, a sua análise procurou mostrar as causas econômicas e políticas do fenômeno da “dependência” (no plano externo) e do atraso, do desequilíbrio e da falta de harmonia (no âmbito interno) do país. Na trilogia historiográfica escrita nos anos 20, o seu esforço convergiu para convencer o leitor de que a nação nasceu como um todo harmonioso. Na primeira obra, o parasitismo ibérico foi apontado como causa de a nação ter ficado longe do ideal e, nas demais, ele frisou a ação do Estado impedindo o desenvolvimento de uma nação que nasceria como conjunto integrado.

O recurso à metáfora organicista tem relação com autores como Saint-Simon, Comte, Spencer e Durkheim e os românticos.⁴⁰⁵ Suas afirmações aproximam-se das proposições do autor *Da divisão do trabalho social*, como lembrou Renato Ortiz.⁴⁰⁶ Na Europa, a ênfase na idéia do corpo, da harmonia dos contrários, das partes que funcionam em função do conjunto tinha relação com o que se estava observando na sociedade industrial moderna com as suas máquinas, a agitação urbana, a ascensão das massas e a agudização da luta de classes. O que não se encaixava no figurino da “normalidade” era visto como doença ou anomalia.

No pensamento de Bomfim, patologia não se referia às massas “indisciplinadas” e violentas das sociedades industriais européias, mas ao parasitismo ibérico, causador de assimetrias e desequilíbrios, como a hipertrofia do Estado, a distância social e política entre povo e elite. Essa idéia está presente na obra *A América Latina*. Nos outros escritos historiográficos, o autor buscava a conciliação dos opostos, como a fusão das raças e das culturas. Na base do seu

⁴⁰⁵ De acordo com Judith Schallenger o romantismo buscava unidade, harmonia e conciliação de opostos. **Les métaphore de l'organisme ...**, p. 44.

⁴⁰⁶ Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: _____. *Cultura brasileira e identidade nacional ...*, p. 23. A educação, assunto sobre o qual Bomfim tantas vezes escreveu, tinha uma função social (durkheimiana) bem definida: adaptar a criança ao meio social.

discurso nacionalista encontrava-se a vontade de “equilibrar antagonismos”.⁴⁰⁷ A idéia-força da argumentação do autor consistia em afirmar a unidade das raças, a cooperação entre Estado e nação e combinação da modernidade com a tradição.

A adesão de Bomfim à metáfora organicista torna difícil aceitar a suposição de que as idéias de Marx encontraram espaço no pensamento do autor de *A América Latina*. A meu ver, a noção de “divisão do trabalho social” estaria mais ajustada ao seu universo conceitual do que a de luta de classes.

Bomfim buscou em Darwin idéias para sustentar a sua concepção de sociedade como um organismo. Daí a ênfase nos elementos que agregavam os indivíduos, afastando-se, pois, do marxismo. Kautsky exemplifica a combinação de marxismo e darwinismo, transformando a luta entre as espécies em luta de classes. As noções de solidariedade e instintos sociais diziam respeito à organização do proletariado e à rejeição do individualismo.⁴⁰⁸ Por outro lado, solidariedade, para Bomfim, refere-se à comunidade nacional, que se opunha ao estrangeiro. O autor de *A origem das espécies* foi evocado para elaboração de dois projetos distintos: Kautsky visava a emancipação da classe operária e Bomfim queria construir o seu discurso nacionalista, o qual pressupunha conciliar opostos (modernidade e tradição, raças e, quiçá, classes). O autor de *O Brasil na América* estava preocupado em equilibrar antagonismos e não em acirrar a luta de classes.

Nacionalismo versus internacionalismo

A perspectiva nacionalista de Manoel Bomfim balizou, na sua interpretação da formação social e histórica do Brasil, temas, personagens, pontos de vistas,

⁴⁰⁷ O termo “equilíbrio de antagonismos” foi usado por Pallares-Burke a respeito de Freyre. Há aspectos que aproximam o autor de *Casa-grande e senzala* e Bomfim, como a noção de mestiçagem como elemento definidor da identidade nacional, a valorização do passado e a propensão para pensar a realidade a partir da idéia de “equilíbrios de antagonismos”. Freyre se inspirou em intelectuais ingleses do século XIX, sobretudo Spencer. A idéia de equilíbrio foi tropicalizada, tornando-se importante para construir a tese sobre a conciliação das raças, o que veio a ser conhecido com “democracia racial”. A respeito de Freyre, ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos** ... p. 376.

⁴⁰⁸ MASSIMO L. Salvadori. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBBSAWM, Eric et alli (Orgs). **História do Marxismo II: o marxismo da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 305.

julgamentos. A obra *A América Latina* foi escrita no contexto do Pan-Americanismo e sinalizava para a necessidade de construir a unidade latino-americana para se precaver contra a interferência dos Estados Unidos. Neste texto, o acento recaiu sobre os distanciamentos, as hierarquias, as fricções entre os diversos parasitas e parasitados (os escravos *versus* os senhores, metrópole *versus* colônia, ex-colônias *versus* imperialismo estadunidense). N' *O Brasil na América*, por outro lado, o autor privilegiou as “zonas intermediárias”, ou seja, as “aproximações” e os “amaciamentos”. Desse modo, o que era relação de parasitismo entre colonizador e colonizado transforma-se em ajuste, justaposição ou fusão. A clivagem referia-se à dicotomia entre o local e as colônias espanholas: a América Portuguesa foi associada à fusão, ao equilíbrio, à homogeneização (o homem e a terra, as diversas raças, o colonizador e o colonizado, os espaços geográficos, o poder central e os poderes regionais). A realidade hispano-americana, por sua vez, foi descrita da perspectiva da dispersão, da desagregação, do faccionismo político. Se Bomfim escreveu *A América Latina* preocupado em contra-argumentar as opiniões preconceituosas dos europeus a respeito da América Latina, ele reiterou no texto *O Brasil na América* outros estigmas.

De *A América Latina* a *O Brasil na América*, a trajetória do pensamento de Bomfim sofreu um certo fechamento de perspectiva, centrando-se no local e abandonando o ponto de vista latino-americano. Tratava-se agora, em outro contexto, no qual o nacionalismo ganhou nova roupagem, posteriormente à Primeira Guerra, de delimitar e definir a peculiaridade do “eu” nacional. Essa atitude teve conseqüência teórica digna de nota. Na ânsia de elaborar a idéia da nação com características próprias, ele passou a valorizar a cultura em quase total detrimento da análise econômica e reelaborou a sua interpretação da história suprimindo o que se relacionava à mobilidade populacional, instabilidade, dispersão, tensões, embates no Brasil colonial.

O autor criticara os “deturpadores” da história, ou seja, os que, em nome de uma perspectiva universal, ocultaram as tradições nacionais, reproduzindo a versão dos mais fortes. Todavia, se os adeptos das ditas idéias universais

escondiam interesses dos países imperialistas para justificar a sua dominação, Bomfim propunha uma abordagem da história que negava as contradições e as relações de dominação internas. Em suma, da análise que procurava pensar a América como continente e dentro dela a oposição entre duas Américas (Estados Unidos e os países latino-americanos) passou a olhar a nação brasileira como uma realidade “insulada”. Querendo mostrar a singularidade da história e da cultura brasileiras, Bomfim subordinou o internacionalismo⁴⁰⁹ que estava presente em *A América Latina* à abordagem centrada na abordagem estritamente nacional.

O tema nacionalismo *versus* internacionalismo chama a atenção para a comparação entre Bomfim e Hobson. Este escreveu o seu estado pioneiro sobre o “novo imperialismo” no mesmo período em que o intelectual brasileiro iniciou a elaboração do livro *A América Latina* em Paris.⁴¹⁰ Há pontos comuns detectáveis realizando-se rigoroso paralelismo: ambos utilizaram a noção de parasitismo;⁴¹¹ um e outro revelaram os interesses econômicos que estavam por trás do discurso “científico”, o qual separava a humanidade entre superiores e inferiores e justificava a dominação dos países ocidentais sobre os povos não-brancos; a teoria da seleção natural, para os dois, não servia para explicar os sucessos e os fracassos das pessoas, pois na sociedade humana vitória ou derrota dependia de fatores como a presença ou a ausência de igualdade de oportunidades; concordavam com a afirmação segundo a qual o progresso das nações prescindia das guerras (contrariando os que justificavam a luta como fator essencial para fortalecer os indivíduos e as nações). Discordavam ainda dos que defendiam a teoria malthusiana, ao afirmar que a aplicação da ciência à agricultura resolveria o déficit de alimento em países populosos; na relação entre os seres humanos e entre as nações, o método racional substituiria o natural e, além disso, o dispêndio

⁴⁰⁹ Lembrou Renato Ortiz que em *A América Latina* a “problemática brasileira somente existe enquanto parte de um sistema mais abrangente, o da América Latina”. Op. cit., p. 23.

⁴¹⁰ Em 1902 apareceu a primeira edição do livro *Imperialism – A Study*.

⁴¹¹ Para Hobson os grandes grupos financeiros eram os “parasitas do patriotismo”; o Imperialismo não beneficia a nação, mas algumas classes. São os representantes destas classes que propagam belas palavras sobre a necessidade de acabar com a escravidão e estender os benefícios da civilização às “raças inferiores”, como “bons governos”, o cristianismo. **Estúdio del Imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981, p. 77.

de energia em formas primitivas de pugnas deveria ser canalizado para outros fins, como o altruísmo e a solidariedade.⁴¹²

Construindo-se um paralelo entre o Bomfim que escreveu *O Brasil na América* e Hobson, observa-se a oposição entre duas perspectivas de abordagem. O primeiro centrou os seus esforços no “conhece a ti mesmo” nacional. O segundo baseou o seu pensamento em âmbito universal. Bomfim quis revelar as tradições nacionais em oposição às outras, inclusive as latino-americanas. Hobson concebeu as nações dentro de um sistema amplo (a federação), implicando intercâmbio de pessoas, bens, informações. Ambos abordaram o assunto da mestiçagem e coincidiram quanto ao diagnóstico: os cruzamentos raciais propiciavam o progresso da vida orgânica e social.

No entanto, há sutis diferenças. Bomfim viu a importância da mestiçagem para definir a identidade nacional. Hobson, por outro lado, cria que os cruzamentos, em um contexto em que as nações estariam convivendo pacificamente e ajudando-se mutuamente, serviria para dinamizar a civilização e incrementar o progresso humano.⁴¹³ O autor de *O Brasil nação* não queria o isolamento do país da comunidade internacional e concordaria com Hobson que os intercâmbios comercial, cultural, de informações e tecnológico eram uma realidade e que o Brasil não poderia ficar fora. Bomfim queria a inserção do país, mas sem prejuízo da tradição que definia a sua identidade.

Ao canalizar os seus esforços para a construção de um discurso pedagógico nacionalista, Bomfim substituiu, muitas vezes, a análise por afirmações de cunho moral. Daí, a combinação de interpretação estrutural da realidade, quando o seu ângulo de visão se alarga, com o estreitamento de perspectiva, quando o geral dá lugar ao maniqueísmo. Penso nas referências de Bomfim à noção de “imperialismo”. A propósito, lembrou Ronaldo Conde Aguiar que foi em *A obra do germanismo* que o nosso autor, pela primeira vez, utilizou o

⁴¹² A despeito dos pontos em comum entre Hobson e Bomfim, o tema da eugenia os separava. Afirmar que Bomfim repudiou-a. Hobson, por outro lado, ainda que tenha rejeitado os “sistemas mais primitivos de seleção”, aceitou, no contexto de uma organização política internacional, a “eugenia racional”, a qual traria benefícios ao conjunto da sociedade universal. Cf. HOBSON, J.A. Op. cit., p.185-186.

⁴¹³ Idem, p. 185.

“verdadeiro nome”⁴¹⁴ para se reportar à dominação política e econômica de uma nação sobre outras. *Imperium* significava “voracidade, a sede de riqueza e poder”. Também no ensaio *O Brasil nação*, ele fez referência à dominação e exploração das riquezas naturais (petróleo, por exemplo) pelos países europeus.⁴¹⁵ No entanto, esta perspectiva internacionalista não se manifestou plenamente mesmo quando o autor abordou os acontecimentos da Primeira Guerra. No artigo *A obra do germanismo*, a sua análise circunscreveu, pontuou e o ângulo de percepção ficou limitado, pois “império” foi visto como a vontade de expansão e dominação política *exclusivamente* da Alemanha. Era como se outros países europeus não tivessem idêntica pretensão. Aliás, para ele havia o “imperialismo nocivo” (o alemão) e “impérios” justificáveis, como, por exemplo, a dominação inglesa sobre os bôeres, saudada como uma “socialização civilizadora”.⁴¹⁶

Os intelectuais que se posicionaram contra os alemães quando da Primeira Guerra solidarizam-se com os franceses. A adesão objetivava construir a idéia de uma identidade *latina* em contraposição ao *germanismo*. Bomfim atacou os alemães, mas não se juntou aos francófilos. A influência do nacionalismo fazia se notar. Ao fechar o seu ângulo de observação para a questão nacional, o esboço de internacionalismo perdeu espaço no seu pensamento.

As ambigüidades de Bomfim

No livro *A América Latina*, a interpretação do intelectual sergipano pode ser aproximada aos libelos dos liberais abolicionistas do final do Império, que revelaram as raízes econômicas (fincadas profundamente na escravidão) do atraso e da barbárie de um país que somente na aparência era civilizada. Bomfim ficava lado a lado, ainda, com Euclides da Cunha e Lima Barreto.⁴¹⁷ Este revelou a condição em que vivia a população pobre da Capital Federal. O autor de *Os sertões* trouxe à tona a população esquecida do sertão, revelando um país cindido

⁴¹⁴ **O Rebelde esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim** ..., p. 428.

⁴¹⁵ **O Brasil nação** ..., p. 45.

⁴¹⁶ **A obra do germanismo**

⁴¹⁷ Sobre Euclides e Lima Barreto, ver BOSI, Alfredo. O fio vermelho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Folhetim, 17 mai. 1981.

entre o litoral (“civilizado”) e o sertão (“bárbaro”) e denunciou o genocídio social promovido pelo governo republicano. No pensamento dos três aparecia a cisão entre elite e povo; entre governo e sociedade civil. Este Bomfim pode ser aproximado aos discursos dos abolicionistas ou dos radicais das primeiras décadas da República.

Quando escreveu *O Brasil na América* houve uma mudança rumo ao conservadorismo. As idéias do livro publicado em 1929, em que valoriza a mestiçagem (do português com o índio), atenua a participação do negro na formação da nacionalidade, realça a identificação com a terra e defende a tese de que o encontro entre o português e o nativo resultou em assimilação recíproca e colaboração, aproximam-no da ala verde-amarela do modernismo paulista.

Ademais, ele transitou de uma perspectiva anti-romântica (ao desmistificar a idéia mítica da fusão de raças) para a adesão ao ideário romântico. Ao aludir à nação como a “alma do povo”, ele poderia ter aderido à concepção essencialista, a qual está ligada à idéia de uma entidade natural, imutável, cuja origem remete à criação divina. Nesta abordagem, o foco recai sobre os “aspectos emocionais e idealizados da comunidade”, afastando-se das dimensões econômicas e políticas.⁴¹⁸

Vistas as coisas desse ângulo, poder-s-ia ligar Bomfim às correntes fascistas dos anos 1920? Não é tão simples assim. A trajetória do seu pensamento é complexa e sinuosa. A análise exige cuidado. A nação não era uma comunidade baseada em fatores inalteráveis como raça ou língua, em que predominaria “um tipo branco de relativa pureza”.⁴¹⁹ Era, de modo diverso, uma entidade *histórica* e *cultural* e potencialmente transformável (no caso brasileiro, a mudança não se efetivava por causa do Estado-parasita que lhe tolhia o movimento). Atraso, estagnação ou retrocesso do país eram causados por fatores transitórios e não se ligavam a causas imutáveis.

A análise minuciosa dos textos de Bomfim revelou o nacionalista que saudava a nação em discurso carregado de forte sentimentalismo e, ao mesmo

⁴¹⁸ GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p.9-10.

⁴¹⁹ BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação** ..., p.183.

tempo, elaborava uma crítica racional (baseada em fundamentos político e econômico) ao abordar o Estado. O autor moderno que tinha um pé na ilustração e defendia os valores universais a ela vinculados e, no entanto, filiava-se à tradição romântica, exaltando o específico e o local. O intelectual que pode ser rotulado de liberal ou marxista, foi apropriado pelo Estado Novo e é reverenciado por amplos círculos da esquerda. O “radical” que atacava o conservadorismo de alguns de seus pares, mas assimilava acriticamente certos pressupostos aceitos por esses mesmos conservadores. O sociólogo que deixou sua análise ser contaminada pelo moralismo. O indivíduo que fez um diagnóstico radical da realidade social do país e propôs, no entanto, uma solução moderada.

Este trabalho abordou a trajetória intelectual de Bomfim visando captar como ele lidou com as questões da sua época, com quem dialogou e com quais intenções. Os significados de suas proposições devem ser buscados tanto no âmbito individual quanto nas influências da atmosfera política e cultural da década de 1920, período que me interessa neste momento. Refiro-me ao particular porque entendo que Bomfim escolhia com bastante liberdade autores, apropriava-se de idéias, retrabalhava-as e lhes conferia uma função inédita. Foi uma voz quase solitária ao atacar o racismo e os adeptos da eugenia, correndo o risco do ostracismo intelectual.

Quero ressaltar também o quanto muitas das ambigüidades, das “fragilidades”, que procurei explicitar, se explicam se elas forem pensadas tendo em vista o contexto político e cultural das primeiras décadas do século XX. Bomfim não esteve além de seu tempo, como afirmaram alguns de seus admiradores e intérpretes. Compartilhou com os seus amigos e desafetos a experiência de viver em uma época em que havia poucas instituições científicas de ensino e de pesquisa. Como a maioria deles, Bomfim era polígrafo e autodidata. Ademais, a sociedade da Primeira República era ainda predominantemente agrária e tradicional. É nesse meio que o homem de letras tinha de disputar a atenção do público, que era, seguindo a tradição, mais

auditório do que leitor.⁴²⁰ Nesse contexto, Bomfim atacou os que faziam uso da verborragia vazia (Rui Barbosa, por exemplo) e, no entanto, não poucas vezes, apelou para o sentimentalismo, juntando-se aos que Luiz Costa Lima chamou de “especialistas do verbo fácil”.

O estudo da obra de Bomfim pôde revelar a complexidade de um pensamento que se construiu da confluência de uma trajetória intelectual marcada por marcante intuição pessoal e grande originalidade com as sugestões do contexto político e cultural de sua época.

⁴²⁰ MACHADO NETO, A.L. **Estrutura social da república das letras** (sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930) ..., p. 120.

Fontes e Bibliografia

Textos de Manoel Bomfim

Nacionalização da escola. **Educação e Ensino**, Rio de Janeiro, Instrução Municipal do Distrito Federal, 1897, ano I, nº 1, p. 23.

Parecer sobre Compêndio de *História da América de Rocha Pombo*. Escrito em 1899, foi publicado como prefácio da 1ª edição da obra. Rio de Janeiro, 1900.

A sociedade do futuro. **A Universal**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1901, ano I, p. 188-189.

Compêndio de zoologia geral. Paris: Garnier, 1902.

Elementos de zoologia e botânica gerais. Paris: Garnier, 1904.

Das alucinações auditivas dos “perseguidos”. Rio de Janeiro: Tipografia Espíndola, 1904.

Olavo Bilac: estudo sobre a vida intelectual do poeta. **Kosmos**. Rio de Janeiro, abr. 1904.

O fato psíquico. Rio de Janeiro: Tipografia Espíndola, 1904.

O Progresso pela instrução. In: BOMFIM et alli. **Discursos**. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Profissional, 1904.

História das terras brasileiras. **Os Anais**, Rio de Janeiro, ano II, nº 31, 1905.

O ciúme. **Os Anais**, Rio de Janeiro, ano II, nº 49 e 50, 1905.

Uma carta: a propósito da crítica do Sr. Sílvio Romero ao livro *A América Latina*. **Os Anais**, Rio de Janeiro, ano II, nº 74, 1906.

A obra do germanismo. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1914.

Darwin e os conquistadores. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1914.

Lições de pedagogia: teoria e prática da educação. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

Noções de psicologia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

Cultura progressiva da ignorância. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1919.

Valor positivo da educação. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 4 de jul. 1919.

O dever de educar. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 set. 1921.

Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem. Rio de Janeiro: Casa Electros, 1923.

Os Brasis. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 de abril, 1928.

O respeito à criança – discurso pronunciado em 1906 na Escola Normal. Rio de Janeiro: Tipografia São Benedicto, 1933.

O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

Cultura e educação do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Pongentti, 1932.

A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

O Brasil nação: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

O Brasil na América: caracterização da formação brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Através do Brasil: prática da língua portuguesa. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. São Paulo: Publifolha, 2000.

ADDUCI, Cássia Chrispianiano. **A “Pátria Paulista”**: o separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

AGUIAR, Flávio. **A comédia nacional no teatro de José de Alencar**. São Paulo: Ática, 1984.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e Obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AHMAD, Aijaz. Fascismo e cultura: lendo Gramsci nos tempos da *Hindutva*. In: _____. **Linhagens do Presente**: ensaios. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p. 249-287.

ALENCAR, José Martiniano de. **O Guarani**. 9 ed. São Paulo: Ática, 1981.

_____. Advertência. In: ALENCAR, José Martiniano de **Ubirajara** (Lenda Tupi). São Paulo: Editora Literart, s.d.

_____. **O Demônio Familiar**: comédia em 4 atos. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1957.

ALVES FILHO, Aluísio. **Pensamento político no Brasil – Manoel Bomfim**: ensaísta esquecido. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

AMARAL, Azevedo. Prefácio à 2^a edição. In: BOMFM. Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 29-32.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. Sílvia Romero polemista. In: _____. **Teoria crítica e história literária** (seleção e apresentação de Alfredo Bosi). São Paulo: EDUSP, 1978.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S A. sd.

_____. **Memorial de Aires**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **O alienista**. São Paulo: Cultrix, 1967.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX (prefácio de Peter Eisemberg). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1971. (Obras completas, v. 13).

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Oficial – Casa da Moeda, 1985, v. 5.

BHABHA, Homi K. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BAGEHOT, Walter. **Lois scientifiques du développement**. Paris: Félix Alcan, Éditeur, 1908.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

BASTOS, Tavares. **Cartas do solitário**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1975.

BECHELLI, Ricardo Siqueira. **Nacionalismos anti-racistas**: Manoel Bomfim e Manuel Gonzales Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX). 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

BEIGUELMAN, Paula. **Formação política do Brasil**. 2 ed., São Paulo: Pioneira, 1976.

BERTONHA, Ivone. **Manoel Bomfim**: um ilustre desconhecido. 1981. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BARONI, Márcio Henrique de Moraes. **Manoel Bomfim**: entre continente e nação. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Campinas, São Paulo.

BOSI, Alfredo. Antonil ou as lágrimas da mercadoria. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Poesia *versus* racismo. In: _____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Situação de Macunaíma. In: _____. **Céu e inferno**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

_____. **História concisa da literatura Brasileira**. 3 ed., São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. Moderno e modernismo na literatura brasileira. In: _____. **Céu, inferno**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

_____. “O fio vermelho”. **Folha de S. Paulo**, Folhetim, 17.05.1981.

BOSI, Ecléa. Entre a opinião e o estereótipo. In: _____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTELHO, André Pereira. **O batismo da instrução**: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil – 1900**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**. São Paulo, 4(8): 4-18, Jan.- Abr. 1990.

_____. Os brasileiros e a nossa América. In: _____. **Recortes**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. A cultura do contra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7.5.1978. Folhetim, p. 8-9.

_____. A Sociologia no Brasil. In: **Enciclopédia Delta Larousse**, Rio de Janeiro: Delta, 1960. v.4.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. **Literatura e sociedade**. 8 ed. São Paulo: TA Queiroz, 2000; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CARVALHO, José Murilo. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MOARES, João Quartim de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Unicamp, 1993.

CASTELLO, José Aderaldo. Modernismo ou neo-romantismo. **Cultura**, nº 5, jan./mar. 1972.

CHACON, Vamireh. **História das idéias socialistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. 2 ed. Belo Horizonte: Una Editora; São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Ciência e ideologia. In: _____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. **Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

CORREA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Afrânio. Apresentação. In: _____. **A polêmica Alencar-Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda, 1965.

COUTY, Louis. **A escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura – Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

CROOK, Paul. **Darwinism, war and history**: the debate over the biology of war from the Origin of species to the First World War. Cambridge: University Press, 1994.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de Canudos. (Introd. Walnice Nogueira Galvão), 34 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DAMATTA, Roberto. Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: _____. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1984.

DARNTON, Robert. História intelectual e cultural. In: _____. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DARWIN, Charles. **As cartas de Charles Darwin:** uma seleta, 1825-1859; editada por Frederick Burkardt. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

_____. **A Origem das espécies e a seleção natural.** São Paulo: Hemus, 2000.

_____. **The descent of man and selection in relation to sex.** Chicago; London; Toronto: Encyclopaedia Britannia, 1952.

DESMOND, Adrian; MOORE, James. **Darwin:** a vida de um evolucionista atormentado. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis:** a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Joaquim Nabuco.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948.

_____. Prefácio à 1ª Edição. In: _____. **Casa-Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

FURTADO, Celso. Confrontações ideológicas no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, A3, 31/12/2001.

GASPARI, Elio. O governo gosta do atraso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, A-16, 2/11/2003.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na História.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

GOULD, Stephen Jay. Racism arguments and IQ. In: _____. **Ever since Darwin:** reflections in natural history, New York: W.W. Norton & Company, 1992. p. 243-247.

_____. Kropotkin não era nenhum Pancrácio. In: _____. **Viva o brontossauro:** reflexões sobre história natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. A seleção natural e o cérebro humano: Darwin versus Wallace. In: _____. **O polegar de panda:** reflexões sobre história natural, 1989.

_____. Prefácio. In: DARWIN, Charles. **As cartas de Charles Darwin**. Uma seleta (1825-1859). São Paulo: UNESP, 1996.

GRAMSCI, Antonio. El Risorgimento. In: _____. **Cuadernos de la carcel**. México: Juan Pablos Editor. (p. 96-97).

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, nº1, 1988, 5-27.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HAECKEL, Ernest. **Histoire de la création des êtres organisés** – d'après lês lois naturelles. Paris: Librairie C. Reinold – Schleicher Frères e C. Éditeurs, 1903.

HARDMAN, Francisco Foot. Palavra de ouro, cidade de palha. In: SCHWARZ, Roberto (Org). **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Antigos modernos. In: NOVAES, Adauto. **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloísio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas; São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.

HERMAN, Arthur. **A idéia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HIRST, Paul Q. **Evolução social e categorias sociológicas**. Rio de Janeiro: 1977.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, J. A. **Estúdio del Imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

KROPOTKIN, Pedro. **Ética**: origen y evolucion de la moral. Buenos Aires: Editorial Argonauta, 1925.

LE BON, Gustave. **Leis psicológicas da evolução dos povos**. Lisboa: Edição da Typographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910.

_____. **Psicologia das multidões**. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia – Editores, 1954.

LIMA, Luiz Costa. A versão solar do patriarcalismo: *Casa-Grande e Senzala*. In: _____. **A Aguarrás no tempo**: estudo sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: _____. **Dispersa demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1981.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 5 ed., São Paulo: Ática, 1992.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2000.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5 ed. São Paulo: Busca Vida, 1991.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

LUCKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. _____. In: **Marxismo e teoria da literatura** (Org. e trad. por Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MACHADO NETO, Antônio Luís. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1973.

MAIO, Marcos CHOR e SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru, São Paulo: EDUSC; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

_____. Metáfora e nação: a identidade Latino-Americana em Manuel Bomfim. In: GRACINDO, Eliane & IOKOI, M. Gricoli (Orgs.). **América Latina Contemporânea**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Expressão Cultural; São Paulo: EDUSP, 1996. (América: raízes e trajetórias; 4).

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920-1940). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, nº 4, jun. 1987

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MASSART, Jean & VANDERVELDE, Émile. **Parasitisme organique e parasitisme social**. Paris: Librairie C. Reinwald Schleicher, 1898.

MARCO, Valéria de. **A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARTINS, Oliveira. **O Brasil e as colônias portuguesas**. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1978.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 3 edição. São Paulo: Cultrix, 1978. v. v e vi.

_____. Profeta da quinta revolução. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.13-21.

MARTIUS, C.F. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 24, janeiro de 1845, p. 389-411.

MASSIMO L. Salvadori. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBBSBAWM, Eric et alii (Orgs). **História do Marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira parte)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAUL, Carlos. **Nacionalismo e comunismo**. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1936.

_____. Nota explicativa. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil**. Org. por Carlos Maul. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

MELLO, Evaldo Cabral de. Uma sociedade escravocrata, mais de cem anos após a Abolição. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 18.9.1999. Caderno de Sábado, p. 6.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **O utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. Caçando com gato. Raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, mar. 1999, nº 38, p. 79-88.

MORAES, Eduardo Joaquim de. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MORAES, João Quartim de, “Oliveira Vianna e a democratização pelo alto”. In: BASTOS, Elide Rugai & MOARES, João Quartim de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Unicamp, 1993.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Minha formação**. São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.

_____. **Cartas a amigos**. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S A, 1949. (Obras Completas de Joaquim Nabuco, Vol. XIII).

NASSIF, Luís. Uma obra definitiva sobre o país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15.02.1993.

_____. A dura ressurreição de Bomfim. **O Globo**, 02.12.1996.

_____. Os “financistas” e os “cruzados”. **Folha de S. Paulo**, B3, 20/11/2003.

_____. O grande intérprete do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, B4, 19/03/2006.

NORDAU, Max. **Dégénérescence**. Paris: F. Alcan, 1909.

NUNES, Maria Thetis. **Sílvio Romero e Manuel Bomfim**: pioneiros de uma ideologia nacional. Aracaju: Cadernos da UFS, 1976.

_____. Manoel Bomfim: pioneiro de uma ideologia nacional. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.13-25.

OLIVEIRA, Franklin de. Manoel Bomfim: o nascimento de uma nação. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p.21-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.13-35.

PAES, José Paulo. **Canaã e o ideário modernista**. São Paulo: EDUSP, 1992.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. Quentin Skinner. In: _____. (Org.). **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Unesp, 2000.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1944.

PRADO, JÚNIOR. Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

PRATT, Mary Louise. **Imperial eyes: travel, writing and transculturation**. London/New York: Routledge, sd.

QUATREFAGES, DE BRÉAU, Armand de. Formation des races humaines. In: _____. **Introdution à l'étude des races humaines**. Paris: Schleicher, 1905.

QUEIROZ, Suely Robles de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUIRINO, Manuel. **Costumes africanos no Brasil**. Recife: Massangana, 1988.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria de imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Roberto Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 59-82.

REIS, José Carlos. Manoel Bomfim e a identidade nacional brasileira. In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? In: _____. **Discours et Conférences**. Paris: Calmann Lévy, Éditeur, 1887.

RICHARDS, Robert J. **Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

RIBOT, Th. **L'héredité psychologique**. Paris. Félix alcan Éditeur, Librairies et guillaumin Réunies, 1910.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. 3 edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 9-20.

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1964.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

_____. **As raças humanas**. Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROMERO, Sílvio. Joaquim Nabuco. In: _____. **Ensaio de crítica parlamentar**. Rio de Janeiro: Editores Moreira, Maximino e c., 1883.

_____. Academia Brasileira de Letras, discurso pronunciado aos 18 de dezembro de 1906, por ocasião da recepção do Dr. Euclides da Cunha. In: _____. **Provocações e debates**. Porto: Imprensa Moderna, 1908.

_____. **A América Latina: análise de livro de igual nome do Dr. Manoel Bomfim**. Porto: Livraria Chardon de Lello & Irmão Editores, 1985.

_____. **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia de Laemmert & cia., 1888.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O orientalismo reconsiderado. In: _____. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**. São Paulo: Hucitec / Pró-memória, 1986.

_____. **República**: A civilização dos excluídos. **História e perspectiva**, Uberlândia, (8): 5-27, Jan./Jun. 1993.

_____. **República: a civilização dos excluídos** (Representações do Mundo do Trabalho. 1870 –1919). 1995. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil** (1500-1627). São Paulo: Melhoramentos, 1975.

SALVADORI, Massimo L. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: HOBBSAWM, Eric et alii. **História do marxismo II**: o marxismo da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 299-335.

_____. Um dínamo em movimento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Caderno Mais!, de 28.6.1998, p. A 1-5.

SAMPAIO, César Luís. **A moralidade do salteador**: Manoel Bomfim contra o espectro do colonialismo. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SANTOS, Afonso Carlos dos. A invenção do Brasil: um problema nacional? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, nº 118, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. In: _____. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHLANGER, Judith. **Les métaphores de l'organisme**. 2 ed. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, E. Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da História Universal. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, José Maria de Oliveira. **Da educação à revolta**: radicalismo republicano em Manoel Bomfim. 1990. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**: seus fundamentos econômicos. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

TARDE, Gabriel. **Las leyes de la imitacion**: estudio sociológico; trad. de Alejo G. Góngora. Madrid: D. Jorro, 1907.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Intérpretes da realidade brasileira**: introdução à história das idéias políticas no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

UEMORI, Celso Noboru. **Joaquim Nabuco**: lutas, propostas e diálogos (1879-1888). 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

_____. Escravidão, nacionalidade e 'mestiços políticos'. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.º 11/12, abr. 2004, p. 85-97.

VARGAS, Eduardo Viana. A microsociologia de Gabriel Tarde. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 27, ano 10, fev. 1995, p. 93-110..

VENTURA, Roberto & SUSSKIND, Flora. Uma teoria da Mais-Valia? In: _____. **História e dependência**: cultural e sociedade em Manoel Bomfim. São Paulo: Moderna, 1984.

VENTURA, Roberto. **Retrato interrompido de Euclides da Cunha**. (Organização Mario César de Carvalho e José Carlos Barreto de Santana). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Manoel Bomfim, um rebelde atual. **CULT**: Revista Brasileira de Literatura, São Paulo, nº 34, mai. 2000, p. 26-9.

_____. **Estilo tropical**: história, cultura e polêmicas literárias (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. O Modernismo. In: _____. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. Maria Quitéria de Jesus: história e cinema. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, tomo XXIX, 1979.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: José Olympio, 1949.

_____. **Populações meridionais do Brasil**. Paulistas, fluminenses, mineiros. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1920. vol. 1.

_____. **Pequenos estudos de psicologia social**. 3 ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. **A utopia brasileira**: povo e elite. Brasília: Abaré, co-edição: Flacso/Brasil, 2003.

Nota Biográfica

Manoel Bomfim nasceu em Bom Fim do Carira, povoado que pertencia à província de Sergipe, em 8 de agosto de 1868. Filho de Paulino José do Bomfim – um vaqueiro que se tornaria senhor de engenho e comerciante – e Maria Joaquina, viveu a infância e parte da juventude no Engenho Bomfim. Em 1885, contra a vontade do pai, partiu para Aracaju e deu início ao curso preparatório para o ensino superior de medicina, que começaria em Salvador.

Em 1888, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu os estudos. Apresentou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1890, a dissertação *Das nefrites*, que lhe deu o título de doutor.

O prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida convidou Manoel Bomfim para o cargo de subdiretor do *Pedagogium*, no qual foi empossado em 25 de junho de 1896. Criado por Benjamim Constant, quando este, no começo da República, era ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, o *Pedagogium* tinha a função de coordenar e controlar as atividades educacionais do país, bem como impulsionar a melhoria do ensino, oferecendo aperfeiçoamento e apoio material aos professores.

Manoel Bomfim é conhecido como um batalhador em prol da instrução pública; atuou como professor da Escola Normal do Rio de Janeiro e escreveu sobre um dos seus assuntos preferidos: educação. Fundou e dirigiu a revista *Educação e Ensino*, patrocinada pela Diretoria da Instrução Pública; lançou a revista *Pedagógica*.

Data de 22 de abril de 1899, o parecer de Manoel Bomfim ao livro *Compêndio de história da América*, de Rocha Pombo, que foi apresentado ao Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal. Bomfim era, na época, membro da comissão que promoveu concurso para escolha de um compêndio a ser adotado nos cursos de História da América da Escola Normal. O parecer continha várias idéias que reapareceriam na sua obra mais conhecida do autor – *América Latina: males de origem*. Nesse momento, já era marcante seu interesse pelas questões sobre a América Latina.

Em 1901, Bomfim participou da fundação da revista quinzenal *A Universal* e na ocasião escreveu para outras revistas (*Ilustração Brasileira*, *Os Annaes e Kosmos*) e vários jornais, como *A Notícia*, *Tribuna*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *A Nação*, *A Academia*, *O Correio da Semana*, *Correio do Brasil*, *A Crônica* e *A Rua*.

Em 1902, foi com a família para Paris, onde estudou, na Sorbonne, psicologia experimental com Alfred Binet e George Dumas. Na capital francesa, começou a escrever, em 1903, *América Latina: males de origem*. Concluiu a obra no Rio de Janeiro e a publicou em 1905.

Ainda neste ano, Bomfim, juntamente com o poeta Cardoso Junior e o jornalista Renato de Castro, lançou a revista semanal *O tico-tico*, voltada para o público infantil e que foi, por décadas, um sucesso editorial.

Manoel Bomfim teve uma curta carreira política, mais precisamente um mandato de dois anos como deputado federal. Entre 1907 e 1908, ocupou a vaga do General Oliveira Valladão, que foi para o Senado. A reforma da educação norteou os seus discursos e atuação. Tentou voltar à Câmara em 1909, mas perdeu a eleição.

Data de 1910, a publicação do livro *Através do Brasil*, obra escrita em parceria com Olavo Bilac, e dirigida para o público infanto-juvenil. Assim como a *O tico-tico*, foi um sucesso de venda por várias décadas.

A segunda e última viagem de Bomfim à Europa aconteceu em 1910. Desta vez foi estudar a organização do ensino profissional a pedido do governo municipal. Retornou ao Brasil em 1911.

A vinculação afetiva com a província de origem, à qual dedicou o livro *A América Latina*, talvez o tenha motivado a tornar-se, em 1912, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe.

Assim como outros intelectuais, Manoel Bomfim se posicionou contra a Alemanha na época da Primeira Guerra. Em 1915, ingressou na recém-criada *Liga Brasileira pelos Aliados*, que foi presidida por Rui Barbosa.

Historiador, autor de livros para criança e artigos para revistas e jornais sobre educação, Bomfim tornou-se, também, estudioso de psicologia. Autodidata

nesta área do conhecimento, deixou alguns livros sobre o assunto. Criou o primeiro laboratório de psicologia experimental no Brasil, o qual funcionava no Pedagogium.

Intelectual dedicado à questão nacional escreveu sobre tema, além de *América Latina: males de origem*, *O Brasil na história* (1931), *O Brasil na América* (1929) e o *Brasil nação* (1931).

Manoel Bomfim morreu 21 de abril de 1932.